



**PRÊMIO
MULHERES
NEGRAS
CONTAM
SUA HISTÓRIA**

Mulheres negras contam sua história



**Mulheres
negras
contam
sua história**



DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

ELEONORA MENICUCCI
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

LOURDES MARIA BANDEIRA
Secretária-Executiva

APARECIDA GONÇALVES
Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

TATAU GODINHO
Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

LINDA GOULART
Chefe de Gabinete

RAIMUNDA MASCENA
Assessora Especial

SÔNIA MALHEIROS MIGUEL
Assessora Especial

Equipe da SAIAT responsável pelo documento

Vera Lúcia Lemos Soares
Secretária

Lívia Gimenes Dias Fonseca
Coordenadora

Ana Carolina Villanova e Naiara Betânia de Paiva Correa
Técnicas

**Mulheres
negras
contam
sua história**



©2013. Presidência da República
Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres — Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes — Zona Cívico-Administrativa
70150-908 — Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – ligue 180

Projeto gráfico

AGCOM Comunicação Integrada

Revisão

Lucia Ines Santalices Rodriguez

Distribuição gratuita

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão

Gráfica AGBR

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
Prêmio Mulheres Negras Contam sua História – 2013. Brasília: Presidência
da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
296 páginas
1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

Sumário

APRESENTAÇÃO9

INTRODUÇÃO11

CATEGORIA REDAÇÃO

MINHA LUTA É PARA VER TORNAR-SE
REAL O SONHO DO TRABALHO DOMÉSTICO DECENTE17

Creuza Maria Oliveira

O DIREITO AO NARCISISMO22

Eliana A. S. Pintor

O BULLING E A CRIANÇA NEGRA NA ESCOLA PÚBLICA, ATÉ
QUANDO?.....30

Glória Maria Gomes Chagas Sebaje

DO LUTO À LUTA: A HISTÓRIA DE TRÊS
CONTINENTES MARCADOS PELO RACISMO38

Marisol Kadiegi

RAQUEL TRINDADE – A KAMBINDA48

Raquel Trindade de Souza

CATEGORIA ENSAIO

O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL67

Claudenir de Souza

O RISCO DE SER MULHER NEGRA:
ENTRE A EMOÇÃO E A RAZÃO.....97

Cláudia Marques de Oliveira

TEIAS DA MEMÓRIA E FIOS DA HISTÓRIA:
LAÇOS E ENTRELAÇOS126

Doris Regina Barros da Silva



UNIVERSIDADE PÚBLICA:
SONHO, DIREITO OU PRETENSÃO? 156

Patricia Lima Ferreira Santa Rosa

VOZES-MULHERES 180

Tássia do Nascimento

MENÇÕES HONROSAS - CATEGORIA REDAÇÃO

PARA ALÉM DAS EXPRESSÕES
PERVERSAS DO RACISMO:
UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS 209

Valdenice José Raimundo

DITA-IDENTIDADE QUILOMBOLA 220

Leila Regina Lopes

MENÇÕES HONROSAS - CATEGORIA ENSAIO

NEGRANGELA: EXCEÇÃO À REGRA 231

Ângela Maria Benedita Bahia de Brito

MACACAS DE AUDITÓRIO? MULHERES NEGRAS,
RACISMO E PARTICIPAÇÃO NA MÚSICA
POPULAR BRASILEIRA. 259

Jurema Werneck

APRESENTAÇÃO

O **Prêmio Mulheres Negras contam sua História** é uma iniciativa de resgate do anonimato das mulheres negras, como sujeitos na construção da história do Brasil.

Das negras vindas da África nos porões das naus portuguesas no XVI até o ano de 1850, quando o tráfico foi proibido. Elas estiveram na labuta das plantações canavieiras e posteriormente do café, nas alcovas e cozinhas das casas grandes.

Foram amas de leite, negras dos tabuleiros vendendo doces e comidas nas ruas, lavadeiras, lutadoras nas revoltas contra a escravidão e a opressão racista. Libertas, pobres e anônimas resistem, combatem a discriminação e estão presentes no rosto do povo pobre que habita este País, mas esquecidas pelos livros que contam nossa história.

Nos últimos cinquenta anos as lutas das mulheres negras se intensificaram e elas ampliaram sua presença no cenário político nacional; as organizações de mulheres negras fizeram uma interação entre a luta feminista e as questões raciais e fortaleceram os movimentos negros, permitindo a incorporação do racismo como uma variável das desigualdades, inclusive entre as mulheres.

Por sua vez, o Estado tem contribuído insistentemente com o fortalecimento de políticas públicas para a população negra e para a igualdade entre mulheres e homens, desde a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR), em 2003.

Um exemplo recente dos resultados da atuação destas Secretarias no avanço das condições sociais das mulheres negras no país foi a articulação conjunta com os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadoras domésticas e Congresso

Nacional, no atendimento das demandas das trabalhadoras domésticas, categoria composta 95% de mulheres sendo que destas 61% são negras. Essa articulação garantiu a conquista da aprovação da PEC no 478/10 que ampliou os direitos das trabalhadoras domésticas, fazendo com que seu trabalho passe a ser realizado dentro dos padrões da dignidade humana.

Foi com muito orgulho que a Secretaria de Política das Mulheres lançou o edital público “Prêmio Mulheres Negras Contam sua História” que deu origem a este livro e expressa nosso compromisso com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo. A iniciativa almejou contar as histórias das mulheres negras, para que elas pudessem resgatar a memória de suas antepassadas, descendentes e de suas próprias histórias de enfrentamento do racismo, da violência e a superação da discriminação.

Esta publicação, ao trazer os textos premiados, publiciza o pensamento produzido por mulheres negras a partir de suas experiências individuais e coletivas que expressam a vivência de desigualdades. E traz subsídios para a compreensão das desigualdades e para viabilizar a elaboração de políticas públicas específicas para o seu enfrentamento.

Agradecemos à Ministra Luiza Bairros pelo apoio da SEPPIR/PR na realização do Prêmio Mulheres Negras Contam sua História, à equipe da SPM pelo trabalho para a sua concretização e à Comissão Julgadora por seu empenho na avaliação dos trabalhos. Agradecemos, em especial, as 521 mulheres que se dedicaram a inscrever um relato de suas vidas contribuindo para a construção de um caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

INTRODUÇÃO

A Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com o apoio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR), reúne nesta publicação os trabalhos vencedores no Prêmio Mulheres Negras Contam sua História.

O Prêmio Mulheres Negras Contam sua História teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas por elas no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo.

As desigualdades ainda presentes na sociedade brasileira afetam diretamente as mulheres negras. Como exemplo, nas últimas três décadas universalizou-se o ensino fundamental no Brasil, mas isto não garantiu o acesso igual da população a escola. De acordo com o 4º Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, produzido pela SPM, Seppir, Ipea e ONU Mulheres, no ensino médio, em 2009, a taxa de distorção idade série atingiu 38,2% de jovens negras, contra 24,1% das mulheres brancas jovens. Em relação à taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior esta foi de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa era de apenas 9,9%.

A explicação para a ocorrência destes dados está na história de um sistema social de exclusão iniciada pela escravidão, porém que suas narrativas continuam incompletas pela ausência da voz daquelas que foram submetidas a este sistema.

A importância deste prêmio está em ser uma ferramenta de visibilização das mulheres negras como protagonistas da história brasileira e por oferecer subsídios para a criação de políticas públicas específicas para este público.

Dados do Prêmio

As inscrições no Prêmio foram permitidas às mulheres autodeclaradas negras e foi atribuído em duas categorias, sendo 5 (cinco) premiações para cada categoria:

a) Na categoria “REDAÇÃO” concorreu mulheres negras brasileiras de qualquer idade com texto de no mínimo 1.500 (um mil quinhentos) palavras até o máximo de 3.000 (três mil) palavras que teve como premiação o valor de R\$ 5 (cinco) mil reais, para cada uma das 5 (cinco) candidatas selecionadas.

b) Na categoria “ENSAIO” concorreu mulheres negras com textos de 5(cinco) mil palavras a 10 (dez) mil palavras o valor de R\$ 10 (dez) mil reais para cada uma das 5 (cinco) candidatas selecionadas

O 1º Prêmio Mulheres Negras Contam sua História teve 521 inscrições, dentre estas foram recebidas 421 redações e 100 ensaios.

A comissão julgadora do Prêmio Mulheres Negras contam sua História, designada pela Portaria SPM Nº 28 de 8 de março de 2013, foi composta por também por mulheres negras: Aparecida Sueli Carneiro, Maria Aparecida da Silva, Maria da Conceição Evaristo de Brito, Maria de Lourdes Teodoro, Matilde Ribeiro, Tânia Regina Santos Silva e Valdice Gomes da Silva.

A reunião da Comissão contou com a participação da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) Luiza Bairros, da Chefe de Gabinete da SEPPIR Terezinha Gonçalves, da Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) Lourdes Maria Bandeira, da Secretária de Articulação Institucional da SPM, Vera Lúcia Lemos Soares, da então Coordenadora Geral de Educação e Cultura da SPM, Hildete Pereira de Melo, da Coordenadora Geral da Área da Saúde da SPM,

Rurany Ester Silva, das Assessoras Técnicas Isabel Silva de Freitas, Naiara Betânia de Paiva Correa, Ana Carolina Coutinho Villanova da SPM e das Coordenadoras das Organizações Globo, Nathalia Perdomo e Heloíza Prata.

Em decorrência do grande número de redações e a importância da qualidade de leitura, optou-se para que cada jurada recebesse uma média de 50 redações e 15 ensaios e que selecionasse as 7 melhores redações e os 5 melhores ensaios para apresentar para a comissão. As juradas selecionaram 49 redações e 34 ensaios. Em seguida, iniciaram-se as rodadas até que foram anunciadas as agraciadas, considerando os critérios do regulamento para as redações: a) Qualidade do texto quanto ao conteúdo e forma de apresentação; b) Originalidade da abordagem; c) Contribuição à história das mulheres negras, d) Referências bibliográficas de fontes primárias e secundárias.

Para os ensaios observou-se: a) Qualidade do texto quanto ao conteúdo: tema relevante problematizado consistentemente; b) Qualidade do texto quanto à abordagem do tema: originalidade e criatividade; c) Contribuição à história das mulheres negras; d) Qualidade do texto quanto à forma de apresentação e desenvolvimento, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.

Devido a qualidade dos textos enviados, a comissão julgadora decidiu oferecer duas menções honrosas em cada categoria que também estão presentes nesta publicação.

Comentários sobre esta publicação

As 14 histórias vencedoras tratam de temas diversos: da luta das trabalhadoras domésticas pelo fim do trabalho infantil doméstico e por direitos trabalhistas; da importância da valorização da imagem da pessoa negra em contraposição a imposição do padrão de beleza branco; sobre o preconceito racial sofrido por crianças ainda na fase escolar, situação

hoje denominada como bullying racial; a importância da inserção no currículo escolar da cultura afrobrasileira e das ações afirmativas para o ingresso no ensino superior; o processo de inserção das mulheres negras nas artes, na literatura, no carnaval, e a batalha pela visibilização e valorização de sua cultura.

Ainda, as autoras em muitos momentos relembram suas infâncias, os seus laços familiares no sentido de explicarem como suas identidades foram construídas e destacam as mulheres negras que marcaram a história da luta por direitos e na literatura mesmo ainda que pouco divulgados os seus nomes nos livros de história. Por fim, as histórias relatadas pelas mulheres nesta publicação são marcadas pela luta por sobrevivência e por realização de sonhos apesar dos preconceitos, exclusões e violências sofridas e, especialmente, pelas vitórias alcançadas ao longo de suas vidas.

As biografias de cada autora se encontram junto aos seus respectivos textos.

Boa Leitura!



CATEGORIA REDAÇÃO

MINHA LUTA É PARA VER TORNAR-SE REAL O SONHO DO TRABALHO DOMÉSTICO DECENTE

Creuza Maria Oliveira

Integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Militante do Movimento Negro (MMU) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia e atual Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

Eu nasci em Salvador, no ano de 1957 no bairro de Cosme de Farias. Quando eu fiz cinco anos, meu pai morreu e minha mãe voltou para a zona rural de Santo Amaro da Purificação. Santo Amaro fica no Recôncavo Baiano e foi um dos centros de produção de cana-de-açúcar da Bahia.

Para ir de lá até Salvador gasta-se, mais ou menos, uma hora. Santo Amaro é bem tranquila e tem fortes laços com a cultura negra, como o samba de roda. Lá predomina aquele passo bem miudinho, compassado, que é diferente do samba do Rio de Janeiro. Lá é a cidade de Caetano Veloso e Maria Bethânia.

Como a família não tinha quase nenhum dinheiro, aos 10 anos eu comecei a trabalhar “em casa de família”, como se diz até hoje. Aos 14 anos tive que ir morar em Salvador para poder ajudar melhor a minha família. Tinha acabado de perder minha mãe e o jeito foi trabalhar em uma casa onde pudesse ficar morando.

O problema é que essa mudança não significava ganhar um salário melhor, ter oportunidade de estudar. Nada disso. O trabalho era para conseguir comer melhor e ter roupa, ou seja, deixar de ser um peso para uma família que já vivia com tão pouco.

A batalha diária era para evitar sofrimento. Em uma das casas em que trabalhei vivia elaborando formas de fugir das tentativas de abuso sexual do pai da patroa. O homem tinha uns 60 anos. Ainda bem que consegui.

Só aos 21 anos foi que recebi meu primeiro salário e tive carteira assinada. Fiz o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e depois cursei o Ensino Fundamental, mas ainda não consegui terminar o Médio. É um sonho, que ainda vou alcançar para ir mais além na minha formação.

O DESPERTAR

Em 1983 ouvi no rádio que existia um grupo de domésticas reunindo-se para lutar pelos seus direitos. Perguntei à minha patroa onde ficava o local do encontro, pois não costumava sair muito. Ele me ensinou como chegar no Colégio Antônio Vieira, situado no Garcia.

A reunião acontecia duas vezes por mês, aos domingos. Ali a gente discutia os problemas que tinha em comum e comecei a perceber algumas coisas. Uma delas foi que minha vida não era muito diferente da que fora levada por meus antepassados escravizados. Eu morava no lugar de trabalho, passei anos e anos sem salário e quase não via minha família.

Fico triste, pois sei que essa ainda é a trajetória de várias de nós, inclusive adolescentes. Agora mesmo, na Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) estou acompanhando o caso de uma trabalhadora que me faz ter ainda mais certeza do quanto é necessária a luta a que tenho dedicado minha vida: ela trabalhou dos 10 aos 20 anos sem ter direito sequer a salário. Não estudou. Foi à praia duas vezes, mas não entrou no mar, pois não lhe deram permissão. A

mãe morreu e ela soube apenas um ano depois. O pai era analfabeto, morador da zona rural e quando ligava para a filha recebia como resposta que a menina estava na praia e não podia falar com ele. Levamos o caso ao Ministério Público, que o definiu como trabalho escravo e cárcere privado. A gente continua acompanhando as outras fases do processo. São situações como essas que precisamos combater e que sustentavam nossas discussões lá em 1983. Naquela época a gente não podia ter sindicato. Isso só aconteceu após a Constituição de 1988.

CONQUISTAS

Em 1986, entrei para o Movimento Negro Unificado (MNU) e comecei a ter uma consciência sobre o que era o impacto do racismo na nossa condição de trabalhadoras domésticas. Somos cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil e 95% são mulheres e negras.

No mesmo ano em que entrei para o MNU ajudei a criar a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. A partir daí, a luta em defesa dos direitos da categoria se transformou na razão da minha militância e ocupa quase a totalidade da minha rotina diária.

É muito trabalho, muitos desafios, mas é gratificante. Em 1985, por exemplo, eu participei de perto da criação do Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Dois anos depois fui uma das militantes mais ativas para a mobilização pela garantia e ampliação dos direitos da categoria, como a possibilidade de ganhar salário mínimo, na Constituição de 1988.

Em 13 de maio de 1990, a associação que integrei virou sindicato: o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia (Sindoméstico-BA). Nossa! Esse dia parecia um sonho. Imagine o que passava na cabeça de

uma mulher que começou a trabalhar aos 10 anos e ouvia quase todos os dias que não seria nada, pois tinha tantas desvantagens. Era negra, pobre e trabalhadora doméstica. Pois, agora, todas essas características é que faziam de mim uma vencedora e referência para outras como eu.

Por isso estou sempre procurando novos desafios. Fui candidata a vereadora em 1996, 2000, 2008 e em 2012. Em 2006 a tentativa foi para uma cadeira na Assembleia Legislativa na Bahia. A vitória ainda não veio, mas a minha trajetória de luta já me ensinou que tudo é uma questão de tempo e de amadurecimento.

É difícil participar de um projeto eleitoral, pois ele ainda segue o modelo capitalista, racista e machista. A participação é muito desigual. Quem vota em mim são aquelas e aqueles que têm voto ideológico e acreditam na luta. É difícil até convencer a própria categoria da importância de uma representação no Parlamento.

Tenho tido muitos reconhecimentos, como o Prêmio Revista Claudia, em 2003. No mesmo ano recebi, do Governo Federal, o prêmio *Direitos humanos pela luta contra o trabalho infantil*. Em 2005 fiz parte do grupo das 1000 Mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz, e em 2012 recebi o Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República. Essa cerimônia teve um toque especial para mim, pois quem o entregou foi a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, Dilma Rousseff.

Eu dou muito valor a essas premiações. Não por uma questão de vaidade, mas é que eu fico imaginando quantas "Creuzas", ainda adolescentes, existem por esse Brasil gigante. Isso porque, mesmo com o nosso esforço, o trabalho de muitas meninas continua a ser explorado, impedindo-as de ter acesso a seus direitos.

Quantos e quantos anúncios ainda aparecem, mesmo neste século XXI, pedindo trabalhadoras que durmam no emprego. Por isso, uma de nossas bandeiras é o direito à moradia. A luta é grande e, hoje, do Sindomésticos-BA eu cheguei à Fenatrad.

Ando por este país inteiro batalhando para que a nossa organização cresça, pois ainda temos tanto a conquistar, como exemplo os direitos que outros trabalhadores possuem. É o caso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Se a gente conquistar um direito como esse, muita coisa vai ficar mais fácil. A casa própria, por exemplo, vai deixar de ser uma necessidade que muitas de nós só atendem na velhice e olhe lá.

Por isso eu tenho consciência de que a nossa atuação fica ainda mais forte quando a gente aumenta a corrente. A nossa luta, portanto, envolve toda a América Latina. Não é à toa que temos a Confederação Latino-Americana e Caribenha das Trabalhadoras Domésticas (Conlactraho). Já fui, inclusive, Secretária de Direitos Humanos dessa associação.

Tudo o que eu faço e acredito é para que o trabalho doméstico passe a ser visto pela maioria das pessoas como uma atividade digna como qualquer outra. Sonho com o dia em que as integrantes dessa categoria, embora batalhem para estudar, não tenham que repetir o antigo discurso de que estão fazendo isso para não repetirem a história da avó e da mãe.

A nossa luta é para que essas meninas saibam que devem lutar para ter a profissão que sonham, mas não pelo entendimento de que ser trabalhadora doméstica é envergonha. Eu quero que novas “Laudelinas Campos”¹ inspirem as “Creuzas” e que, no lugar de termos duas dezenas de referências, tenhamos um exército de mulheres prontas e conscientes para ajudar umas às outras.

¹ Laudelina Campos de Melo (1904-1991) é uma das principais referências da luta por organização das trabalhadoras domésticas brasileiras.

O DIREITO AO NARCISISMO

Eliana A. S. Pintor

Psicóloga do Sistema Único de Saúde (SUS)

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.
Guimarães Rosa

Quando criança soube que minha bisavó havia nascido após a Lei do Ventre Livre (1871) e que, portanto, não havia sido escrava. Depois de anos fui refletir sobre esta afirmação e juntar outros dados: minha bisavó foi mãe solteira a vida inteira, engravidada por um branco que nunca assumiu o meu avô, penso que com certeza foi vista e tratada como uma escrava. Imagino que tenha sofrido muito, pois meu avô nasceu em 1901, época em que a moral era muito rígida, o tabu da virgindade idolatrado e tudo isto no interior de Minas Gerais.

Meu avô teve sua infância num período muito próximo ao da libertação dos escravos, e suponho que o preconceito tenha sido muito grande. Porém, não pude saber o que ocorreu exatamente com os meus familiares. A história dos meus antepassados foi contada de forma fragmentada, o que resultou numa lacuna em minha própria identidade: a história do meu povo se integrou à minha própria história.

Foi durante minha travessia que descobri o dissabor, o valor e as consequências de ser afrodescendente: quando menina minha mãe aconselhava-me a apertar o nariz com o objetivo de afiná-lo – o que já aprendera com minha avó. O meu cabelo crespo foi mantido muito curto para ficar com aparência de liso. Os meus lábios também

eram considerados grossos... era o padrão branco de beleza. Assim, fui percebendo desde cedo que tinha algo de errado comigo.

Essas sensações e vivências são o que me motivam neste momento a refletir sobre o direito de um povo ao amor próprio, a um narcisismo fundante e saudável, à construção de uma imagem valorosa e respeitável sobre si mesmo.

Quero aqui abordar os sentimentos que não são revelados, mas que se encontram vivos e fortes na existência cotidiana de mais de 50% da população brasileira – os afrodescendentes. Utilizarei o termo afrodescendente, uma vez que muitos não se sentem incluídos quando se utiliza o termo negro. Transcrevo a definição de Ferreira (2000):

A concepção de 'afrodescendente' me sugere um indivíduo que se constrói em torno de uma história de ancestralidade africana, uma concepção não necessariamente associada à cor de pele, tonalidade, matiz ou especificidades anatômicas. Valoriza uma de suas particularidades, o fato histórico de ter, cultural e fisicamente, raízes africanas, favorecendo muito mais um posicionamento afirmativo dos indivíduos em torno de valores pessoais do que uma atitude de negação e confronto para com um grupo de pessoas consideradas 'contrárias'.

Como psicóloga observei dificuldades para a revelação de problemas raciais na psicoterapia grupal com crianças e adolescentes.

Em Ferreira (2000) há um relato sobre como é um dia de negro em nossa sociedade.

Naqueles espaços caracterizados como brancos, como o shopping, dentre outros, eu não me sinto natural. Eu chego nesse espaço... deixo já todos

os meus radares ligados. Eu não consigo me sentir à vontade. Todos os radares estão ligados... Eu começo a perceber o que acontece ali... Como a pessoa segura a bolsa... Quando a pessoa muda de mesa... Quando o vendedor demonstra má vontade, sem querer atender. Não é uma coisa natural. Eu vivo sempre ativado!

Este relato mostra o stress de um passeio, onde a ansiedade se torna uma companhia, e esta é apenas uma das situações vividas com frequência. Bem, se tudo isso não puder emergir numa sessão de psicoterapia, acho que não atingiremos em nosso trabalho o resultado desejável – o autoconhecimento e as transformações oriundas desse processo. Então, a partir de mim mesma e do meu trabalho passei a me empenhar para ter um foco de atenção diferenciado com este grupo da população tão frequente no serviço público.

A FUNÇÃO DE ESPELHO DA SOCIEDADE

*Quando eu te encarei frente
a frente não vi o meu rosto
Caetano Veloso*

Winnicott (1971), psicanalista inglês, escreveu um artigo denominado *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil* que abre com a seguinte frase: “No desenvolvimento emocional individual, o precursor do espelho é o rosto da mãe”, e mais adiante coloca: “o que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo. Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali”.

A partir destas colocações podemos entender o quão gratificante é para um bebê ver o encantamento que ele provoca em sua mãe, que fortificante é, para o ego, o sorriso, o entusiasmo que a mãe lhe transmite. Winnicott fala da mãe e da família, esses vínculos vão se ampliando, e o bebê vai formando seu autoconceito com a mãe, com a família e posteriormente, com a sociedade.

A sociedade é o meu foco principal neste momento, pois não basta ser acolhido pela mãe e pela família quando o nosso projeto é crescer, amadurecer, produzir, constituir família ou outros projetos. Existe uma grande mãe que é a sociedade ou a pátria.

O afrodescendente sofre um choque narcísico quando se percebe aquém dos desejos desta “mãe” – uma pátria que o expatria. É duro crescer sem ver o seu rosto encantando os outros pelas ruas, telas de TV ou nas entrevistas de emprego.

Penso que o encantamento materno a que Winnicott se refere corresponde ao sopro do Criador – o sopro da vida –, e é o que enche nossa alma de sentido, de valor e isto precisa ser sustentado pelo social, sem o que voltamos ao estereótipo, aos resquícios do período escravagista e conseqüentemente, ao sentimento de inferioridade e à submissão. Winnicott (1971) diz que “a submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida”. Veja o desastre narcísico subliminar que vem acontecendo através das gerações.

Bento (1999) escreve

Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo, as conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras têm muita dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais. Conseqüentemente, não

formam uma imagem positiva de si próprias, enquanto negras. Suas famílias muitas vezes também não formaram uma imagem positiva sobre o grupo negro e acabaram por reproduzir o preconceito em casa.

Considerando a sociedade um espelho de nós mesmos, penso quantas vezes os negros procuraram e não se encontraram nas conquistas, nos feitos, no orgulho nacional. A psique do afrodescendente sofre, portanto, grande influência desse longo período de subjugação, e podemos dizer que no século XXI o sentimento de inferioridade ainda não foi superado. Observamos que apesar disso, a luta tem sido constante através dos movimentos organizados e dos movimentos culturais. Estas lutas têm buscado formas de valorizar a cultura negra, criar uma identidade própria e desenvolver o orgulho de ser negro. Uma conquista importante foi a Constituição de 1988 definir o racismo como crime inafiançável e imprescritível. As várias ações afirmativas, como por exemplo o acesso à educação universitária por meio do estabelecimento do sistema de cotas, têm procurado fazer justiça à história do povo negro. São caminhos possíveis, que com certeza provocarão mudanças na formação, na identidade dos afrodescendentes.

De algum tempo para cá vemos muitas propagandas, anúncios onde o negro é incluído, linhas de produtos de beleza destinadas ao público feminino negro. Penso que isso é resultado de um movimento fortalecido e que se pronuncia publicamente contra o racismo e a exclusão.

DÚVIDAS E POSSIBILIDADES

Em 1989 atendi V., um menino negro de dez anos adotado por um casal de brancos que pareciam avós dele. A queixa era indisciplina na escola. V. era uma criança alegre, perspicaz, falante. O casal parecia tê-lo adotado para ser cuidado pelo garoto (ele fazia compras, marcava consultas médicas para os pais etc.).

Numa das últimas sessões que tivemos, V. me disse que queria fazer um tabuleiro de damas; cortou uma cartolina, riscou e pintou alternadamente os quadrados com tinta preta. Porém, num dado momento levantou a mão e pintou com a tinta preta o meu nariz. A partir daí parou o trabalho, pois de fato já tinha pintado o que queria. Foi um inesquecível contato com a busca das origens, naquele momento eu podia concretizar e sintetizar o desejo de encontrar a mãe negra, a sua busca de identidade e tantos outros significados num gesto.

A psicoterapia pode viabilizar tantos desejos, resgatar tantas passagens e preencher quantas lacunas. O nosso encantamento nesses encontros humanos pode conferir ao afrodescendente uma nova matriz de relacionamento, capaz de ajudá-lo na construção de uma autoestima positiva. Contudo, receber o material e devolvê-lo transformado é uma tarefa desafiante e nem sempre assertiva quando se trata dessa população, pois temos que visitar nosso preconceito ou o desejo de negar a existência do racismo. Exemplifico contando que ao fazer um curso de especialização na área de grupo operativo, com aulas práticas e teóricas, experimentei a situação de expor numa aula prática como a sociedade me via e como eu me via dentro dela sendo negra. O grupo reagiu negando as minhas percepções, como querendo dizer que nem negra eu era, talvez querendo consolar-me e acreditando ser uma impressão pessoal, vivi a sensação de estar sozinha em grupo.

Outra preocupação que gostaria de compartilhar é a constatação de que as emoções advindas das situações de discriminação não têm aparecido nos grupos, mas algumas vezes aparecem nas sessões individuais.

B., uma garota de 12 anos, integrante de um grupo de psicoterapia, depois que alisou os cabelos virou motivo de chacota na escola e recebeu um apelido ofensivo; este período coincidiu com sua ausência às sessões de psicoterapia grupal. Numa das sessões que compareceu, a outra adolescente queixou-se de ser motivo de chacota na escola e receber apelido devido à sua obesidade. Nessa sessão estavam apenas as duas garotas. Mesmo assim, B. não disse palavra alguma sobre si. Só soube do que ocorria na escola porque a assistente social de nossa equipe fora desenvolver um trabalho de orientação sexual na escola onde B. estudava. Tempos depois fui informada de que B. tinha procurado a direção da escola para exigir providências por estar sofrendo discriminação, o que muito me alegrou.

O relato traz mais perguntas do que respostas, na verdade busca chamar a atenção para um dado de relevância dentro da prática clínica de psicologia, ou seja, de onde fala este ser afrodescendente que nos chega, o que ele carrega de experiência e sentimentos singulares, o que ele não sabe sobre o seu valor, o que ele representa historicamente falando. Também nos coloca a tarefa de ficarmos atentos a detalhes que favoreçam a emergência do autoconceito do afrodescendente, podendo assim o psicoterapeuta pôr em palavras o indizível, proporcionando a desmistificação do tema. Perceber nos grupos se o tema está mascarado ou impossibilitado de surgir.

Penso que nosso compromisso precisa ir além do espaço terapêutico, já que podemos fazer trabalhos na comunidade e ainda trabalhar com outras instituições. A escola, por exemplo, que nos encaminha tantos casos, pode contribuir significativamente a favor da construção de uma imagem positiva dos seus alunos afrodescendentes.

Temos como desafios: diminuir a desigualdade social, integrar a diversidade cultural e assim construir um Brasil de muitas faces, um mosaico onde cada um possa encontrar o seu rosto e que a imagem deste espelho possa refletir a nossa grandeza. Oxalá isto aconteça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bento, M. A. S. **Cidadania em preto e branco** – discutindo as relações raciais. São Paulo: Editora Ática, 1999.

Ferreira, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC, 2000.

Winnicott, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1971.



O BULLING E A CRIANÇA NEGRA NA ESCOLA PÚBLICA, ATÉ QUANDO?

Glória Maria Gomes Chagas Sebaje

Professora e supervisora pedagógica da Escola estadual de Ensino Médio Marechal Rondon, pertencendo a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Pelotas/RS.

Decorria o ano de 1966 quando eu, com a idade de 7 anos, tive meu primeiro contato com a escola. Ficava a uma distância tal da minha casa que me obrigava a caminhar, atravessando um campo baldio, muito comum na periferia da cidade de Pelotas, onde eu nasci. Minha primeira impressão foi de que o prédio do colégio era muito grande, comparando-o evidentemente com a minha casa um pequeno chalé de madeira. Recordo-me de haver estranhado o volume com que eram propagadas diariamente músicas eruditas na hora do recreio. Este conjunto de elementos, mais a dificuldade que tive para me adaptar nos primeiros dias com as meninas da sala de aula, na maioria meninas brancas, sendo eu negra, trouxeram-me um grande desconforto emocional, que muito me prejudicou na vida futura. Por exemplo, havia um grupo de três meninas com as quais eu gostaria tanto de brincar, porém uma delas, a que tinha domínio sobre as outras duas, reiteradamente as convencia para que se fechassem, não permitindo que eu fosse brincar com elas. Eu estranhava pois quando a líder faltava à aula, então sim, as outras me aceitavam para brincar. Ora, todos esses elementos, mesmo os mais triviais, como os acidentes do percurso de casa até a escola, como os campos, buracos, valetas, subidas e descidas, até mesmo o laço do tapapó que voava com o vento e me batia no rosto, tudo isso constituía um pesadelo “ah, mais um dia!”. Mas eu tinha que suportar esses obstáculos, às vezes com a presença da mãe na escola para aliviar o meu estado emocional

congestionado, a ponto de não poder nem mesmo engolir a merenda. Por sorte, minha mãe conversou com a mãe de outra menina negra da minha turma e nós duas passamos a nos frequentar, e ficamos um bom tempo juntas no recreio, e na fila da hora da entrada. Um dia uma menina me deu um encontrão tão forte que me provocou um derrame no olho e em toda a volta do rosto. Ora, esse foi mais um motivo para que eu me isolasse ainda mais.

Hoje, porém, eu me pergunto: por que tanto sacrifício para uma criança? A escola não deveria ser como um paraíso de conforto e bem-estar? É a partir desse questionamento, que me acompanha a vida inteira, que me pus a refletir, e com muito mais intensidade quando surgiram na mídia os primeiros debates em torno do fenômeno chamado “bullying”.

O bullying ou bulling é um fenômeno não recente, mas cuja popularidade cresceu na última década sob a influência dos meios eletrônicos, internet e a televisão, já que, através destes, os fatos abrigados sob este conceito saíram, como que para fora do gueto histórico da normalidade comportamental das crianças e adolescentes para assumir proporções globais de difusão. Consta que um professor da Universidade da Noruega, de nome Dan Olwens, foi o primeiro estudioso que, no fim da década de 70, cunhou esse termo para relacionar a influência dos apelidos pejorativos e das brincadeiras ofensivas com as tendências suicidas dos jovens. Chegou à conclusão de que a sociedade moderna estava diante de um fato que já estava mais do que na hora de ser levado a sério, devido ao seu alto grau de tragicidade na existência infantojuvenil. Desde então, muitos livros começaram a ser escritos, revistas ampliaram os seus espaços para o tema, blogs, sites e todos os canais de comunicação da internet encheram-se de exemplos, comentários e opiniões.

O que é o bullying? A primeira tratativa foi a de compreender o fenômeno. Afinal, do que se estava falando. Por que a explosão das notícias? Qual a importância? Por que tamanha popularidade?



Eis que a primeira revelação foi suficiente para mexer com os nervos da sociedade mundial. Podemos ler numa das edições da Revista Nova Escola, por exemplo, que o “bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas”. É possível perceber de imediato a extensão do temor que o fenômeno em pauta provocou em todo o mundo. O bullying não é o que o nome poderia sugerir: um simples apelido inofensivo, uma brincadeira qualquer de crianças ou jovens inconsequentes. Ao contrário, já na origem da palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão, é possível que se venha a abrir os olhos para uma conotação nada simpática. Na nossa língua portuguesa, mesmo não havendo denominação condizente, o bullying imediatamente passou a ser entendido como ameaça, opressão, humilhação, intimidação, em síntese, violência. E não só uma violência episódica, que pode cessar na medida em que cessa o ato agressor. Não, a parte trágica do bullying é que ele prorroga os seus efeitos ao longo da vida da pessoa que foi alvo da ofensa, afetando-a emocional e fisicamente, com potencial para levá-la até mesmo ao suicídio. Não obstante o bullying não escolher ambiente para se manifestar, foi no ambiente escolar que ele ganhou maior peso e a preferência para ser objeto de estudos e considerações.

Não podemos precisar se por coincidência ou por efeito de propagação do fenômeno bullying, também aqui no Brasil foi mais ou menos a partir da mesma década de 70 que os movimentos negros passaram a ter expressão própria na sociedade gaúcha e, dentre as suas atividades para a formação da consciência crítica da comunidade negra, uma delas foi procurar compreender a situação da criança negra na escola, onde eram visíveis os indícios de que algo não andava bem. Aliás, quase nunca andou bem equilibrada essa relação negro e o sistema escolar. Uma vez o dedo havendo tocado a ferida, o que começou a aparecer, o que deu margem para que se começasse

a desconfiar, sendo muito lentamente detectado, mas sobretudo comentado, mesmo que apenas nos pequenos círculos de estudos realizados nas comunidades de base, é que os problemas que acometiam as crianças negras no ambiente escolar desde as primeiras séries (infrequência, as piores notas, baixa sociabilidade, desleixo, falta de vontade, a repetência e, por fim, o abandono) tudo estava encharcado de dor, da angústia e sofrimento reprimidos das crianças. E os pais lamentavam: “Eu não sei o que está acontecendo com eles”. Na falta de compreensão, a criança era logo vitimada na família, e a família na sociedade, conforme os velhos clichês padronizados da moralidade da cultura dominante: “Essa gente é mesmo malandra, nem para estudar eles prestam!”, eis o quadro. Só que, prestando ou não prestando, as interrogações não pararam aí, tornaram-se tema permanente. Descobriu-se, aos poucos, nos encontros e nas reuniões de formação, a partir dos relatos de algumas mães mais argutas que a duras penas conseguiram extrair a verdade de seus filhos, descobriu-se que invariavelmente essas crianças padeciam verdadeiras sessões de tortura psicológica na escola, a respeito das quais elas sequer haviam sido prevenidas, e muito menos estavam preparadas para se proteger, pois que, no inconsciente coletivo, era uma recomendação irrevogável das famílias negras, formada na imensa maioria por pais operários e mães domésticas, quando não donas-de-casa que mal sabiam ler, escrever ou haviam concluído os estudos das séries iniciais do atual Ensino Fundamental, que seus filhos deveriam ser os primeiros a dar o bom exemplo na conduta, na honestidade, na amizade e em todo o tipo de virtude, condição essa indispensável para que a prole fosse bem aceita e, de certa forma, no futuro, ser-lhes o amparo. Tudo isso no Rio Grande do Sul, um estado de colonização portuguesa, mas hegemonicamente constituído no seu ideário de ordem e progresso por imigrantes alemães, italianos e seus descendentes.

Veio então o alerta: o bullying.

Evidentemente, o referido conceito, naqueles tempos, mesmo que já houvesse sido criado, não ganhara até então, a repercussão que acabou tendo nas duas últimas décadas, a ponto de ser encarada como a mais nova pandemia. Nova? Há muitas décadas as crianças negras vinham sendo vítima, em massa, do bullying de fundo racista, só que silencioso, . Assim, deu-se conta o movimento negro que a discriminação do negro na sociedade brasileira não se dirigia somente ao negro adulto, mas retrocedia às crianças também, mansa e sorrateiramente ocultada, pois o tema sempre foi considerado perigoso e delicado para ser elevado à categoria dos grandes temas nacionais para a maioria da sociedade não negra. Mas era bullying, sim, a violência que vitimava as crianças negras no físico e, sobretudo, na vida psicológica, a destruir-lhes a autoestima devido à relação de poder desigual em razão da cor da pele dentro da instituição escolar pública. Mas o que restava a esse peregrinar infanto-juvenil, premido de um lado pela família, de outro pelos “amiguinhos da escola” e pela própria direção escolar quando expunha em seus boletins, sob o olhar sofrido dos pais, que o menino ou a menina eram destacados, não pela excelência, mas pela hiperatividade ou, no inverso, pela excessiva timidez, ambas as situações consideradas péssimas para a convivência escolar e o prosseguimento dos estudos?

Chegamos, então, frente a frente com um dos grandes males da nossa sociedade brasileira: o bullying na escola pública contra a criança negra. Assunto que apresentamos como mote desta redação. Sociedade essa que, no seu conjunto e através das suas autoridades educacionais (especialmente) não pode mais virar as costas, fazer de conta que o problema é irrelevante, ou o que é pior ainda, considerar que, exclusivamente do ponto de vista da criança negra, o fenômeno não existe, que isso acontece com todas as crianças igualmente,

sejam brancas ou negras. Não, afirmamos neste trabalho. Não, não pode ser assim. A história do Brasil é ímpar. Tem tudo o que se possa imaginar marcado pelas garras da escravização do negro africano e da sua descendência. Esse fato será eterno. Não há como virar a página, como muitos teimam pretender.

Quase três décadas depois, as crianças negras continuam chegando em casa com sinais de agressão física ou verbal, choram, não querem retornar à escola. As que reagem, terminam logo sendo encaminhadas para os especialistas como casos de periculosidade latente, são suspensas da frequência às aulas por alguns dias. Quando retornam, os próprios colegas de sala automaticamente passam a recusar a sua participação nas brincadeiras, onde o monitoramento do professor não ocorre ou não é eficaz. Existe uma convenção entre os alunos segundo a qual um pequeno desvio da atenção do professor basta para que o momento, normalmente breve, seja ocasião para chacotas e opressão dos dominadores sobre os mais passivos. A partir daí, fatalmente vem o isolamento forçado, quando isso não ocorre por outras perversidades de manipulação dos que se sentem detentores da fatia maior do poder na turma (pelo simples contraste da aparência física). Se a criança negra tem o cabelo crespo sobrevem-lhe logo o apelido de “casa de camatim”; se são as orelhas que se destacam chamam-lhe “macaco”. Estas e outras tantas expressões pejorativas, de domínio público, cunhadas sobre o elemento negro. E isso não é bullying? Com que tipo de adulto a sociedade poderá contar, a partir de situações como essas de discriminação imperdoável, certo que da infância, mas mesmo assim imperdoável pela omissão daqueles que se declaram profissionais da educação, atores ou autoridades? Que tipo de cidadão a sociedade poderá contar, no futuro, para um crescimento harmônico, justo, e um desenvolvimento equilibrado que atenda de forma igualitária todos os seus cidadãos?



Se bem o país não se tenha ainda debruçado sobre a questão do bullying – não se tem notícias de dados estatísticos da matéria – vivido especificamente nesse segmento da sociedade, as crianças negras no âmbito do ensino público (sem falar no que ocorre no ensino privado, que estimamos ser de menor monta por força do poder aquisitivo e do status social das famílias que optam por esse tipo de ensino para seus filhos), é de se esperar que com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Igualdade Racial, da Secretaria para Promoção da Igualdade Racial (vinculada ao Governo Federal), com o surgimento de inúmeros conselhos estaduais e municipais para promoção da causa negra em parceria com diversos grupos de consciência, sociais, culturais, ou profissionais de homens e mulheres negras, bem como o avanço e a abertura da sociedade para um novo patamar de consciência republicana e a incorporação de um espírito verdadeiramente pátrio, onde as diferenças sejam vividas na fraternidade e na solidariedade entre brancos, negros e índios, é de se esperar que a discussão franca do desenvolvimento social seja feita de maneira aberta, sem partidarismos, sem subterfúgios, sem individualismos, mas com nobreza, lealdade, e pés no chão.

É de se esperar que tudo isso seja uma meta a alcançar, mas comecemos a realização desta tarefa, olhando para aquilo que, grosso modo, parece invisível, mas que cala fundo no sofrimento de todas as crianças que passam por bullying, mas sobretudo, o sofrimento das crianças negras, as mais vulneráveis de todas.

De tudo o que vimos, o que nos salta à vista? Saltamos que, apesar de toda a bibliografia produzida desde o seu aparecimento, apesar de todas as publicações, debates, entrevistas etc., ocorre-nos que o fenômeno bullying com o viés aplicado exclusivamente à criança negra na fase escolar, com foco naquilo que nos parece ser o eixo mais específico da relação, ou seja, o racismo (ou melhor, em se tratando de crianças, o preconceito introjetado na

sociedade brasileira), lamentavelmente ainda não foi posto entre os temas prioritários a serem encarados, em toda sua profundidade, pela pauta nacional. E o que isto tem de errado? Tem que passa despercebido na sociedade que o bullying, no que diz respeito à criança negra, é de dupla natureza: de um lado o bullying com todas as suas características de universalidade, origem, causas e consequências. De outro, no caso brasileiro, o bullying com um modus operandis distinto quanto à origem racial, quanto à causa, que é o preconceito baseado no fenótipo da criança negra, e quanto às consequências, quais sejam a manutenção da desigualdade no emprego, na renda, nas condições de saúde, segurança e moradia da população negra, em suma a manutenção desse odioso apartheid configurado como uma das marcas da inferioridade moral e cultura do povo brasileiro no concerto das nações.

Por fim, não podemos encerrar estas considerações sem antes apontar para um grande risco que corremos, como nação, qual seja o de que venhamos a repetir o que já ocorreu há quase 20 décadas, quando, no final da escravidão, o Brasil optou pela importação de mão-de-obra europeia, sob o alegação de que, a força de trabalho dos descendentes dos escravos, em nada estava habilitada para os novos tempos de industrialização do país. Não é de se estranhar o que seguidamente se escuta por aí nos meios de comunicação a respeito de um tal “apagão da mão de obra qualificada” no país?

Ora, a opção de manter a criança negra longe da escola, sob qualquer pretexto, seja o de que “lá fora” a mão de obra é especializada, ou ainda abundante e por isso está disponível, a ideia de que é mais conveniente para o país importar essa mão de obra pronta do que investir no povo, sem dúvida é de uma perversidade inominável, mas mesmo assim, não pode ser de pronto descartada do cenário político atual. Esperemos, contudo, e torçamos para que essas elucubrações temerosas não passem de um devaneio inconsequente e indigno das tradições da brava gente brasileira.

DO LUTO À LUTA: A HISTÓRIA DE TRÊS CONTINENTES MARCADOS PELO RACISMO

Marisol Kadiegi

Jornalista, professora na Universidade Privada de Angola (UPRA) de Arte, Literatura Angolana e Comunicação Empresarial e pós-graduada em História Cultural, Identidade, Tradição e Fronteiras pela Faculdade de História da Universidade de Brasília (UnB).

Nasci em uma aldeia chamada Candunda, uma região montanhosa na província de Kuanza Norte, na Angola. Meu pai era soba – título que, na nossa cultura, representava a figura do líder máximo da comunidade. Deram-me o nome de Luzembo Kadiegi. Era a única menina em meio a outros onze irmãos; filha da segunda das quatro mulheres de meu pai.

Buscando imagens dessa época, a primeira coisa que me vem à cabeça é a cor do lugar, em um tom entre o cinza e o castanho. Lembrar da poeira e das casas de barro faz com que, estranhamente, eu passe a sentir um gosto de terra na boca. Era disso que a aldeia era feita: de terra.

A memória me permite visitar, ainda, os longos e estreitos caminhos que percorríamos à procura de água, no meio do mato. Do outro lado, sempre vinha alguém carregando um feixe de lenha, uma bacia de louça lavada no rio ou um saco com o que era colhido da roça.

A vida seguia tranquila. Meu pai comandava as principais decisões do povoado, desde as cerimônias de casamento até a sentença a ser aplicada em caso de delitos na região. A partir do meu olhar infantil, a impressão que eu tinha era a de que ele era um homem enorme, de mais de dois metros de altura, tal era o poder e a admiração

causada em toda aquela gente. Não pude conter o riso ao descobrir, mais tarde, que o meu herói era, na verdade, bastante baixinho.

Os dias passavam em harmonia sob os cuidados da minha mãe, Kapemba, que era sempre muito carinhosa comigo e com os filhos das outras esposas. Mas toda essa calma estava bem perto do fim. O país logo entraria em uma fase de extrema tensão política. Nos anos 1960, os movimentos de libertação desencadearam uma luta armada contra o colonialismo português e a disputa acabou gerando um confronto militar sem precedentes.

Vários movimentos, de diferentes interesses e ideologias, passaram a se digladiar em uma luta sangüinária em que todos saíam perdendo. Com a guerra instalada, não restava alternativa a não ser tentar se proteger, da maneira que fosse possível. Começamos a ouvir relatos de saques, raptos de mulheres, assassinatos, histórias horríveis. Meu pai alertava para que todos escondessem as crianças. Certo dia, nossa aldeia sofreu um ataque surpresa da Frente Nacional de Libertação de Angola, um dos lados envolvidos no combate.

Eu ouvia as pessoas gritarem: “As tropas chegaram! As tropas chegaram!”. Cada um corria para um lado, por puro instinto de sobrevivência. Eu tinha apenas sete anos, mas me lembro de cada detalhe. Em meio a esse tumulto, acabei me perdendo da minha família. Foi a última vez que eu vi os meus pais.

Sem saber o que fazer, continuei andando e passei a seguir um grupo que também parecia perdido. Caminhamos por muitos quilômetros. Quando subiram em um caminhão, eu fui atrás. Não queria ficar sozinha. Chegamos finalmente a uma espécie de refúgio, em outra cidade, onde as pessoas faziam fogueiras e dormiam amontoadas umas sobre as outras. Procurei incansavelmente reconhecer alguém entre todos aqueles rostos assustados e tristes. E essa busca me acompanhou a vida inteira.

A saudade de casa apertava cada vez mais e eu chorei, tomada por um forte sentimento de remorso. Comecei a lembrar de quando brigava com os meus irmãos e me doía pensar que nunca mais estaria com eles. Por um golpe de sorte, fui encontrada por uma tia, chamada Cândida. A partir daí, minha jornada seria ao lado dela e do marido, um português ruivo e cheio de sardas. O casal tinha ainda uma filha biológica e outra adotiva.

Fomos acolhidos em um grande acampamento em Kinshasa, capital do Zaire, hoje, República Democrática do Congo. Era impressionante ver aquele mar de gente andando para lá e para cá. Ali, imperava a lei do mais forte, e as crianças, definitivamente, não tinham vez. Os adultos dormiam em pedaços de colchões. Para nós, só restava o chão frio. Peguei sarna, piolho, frieira. Fui testemunha de todo tipo de violência e promiscuidade. Nem as meninas eram poupadas de tanto assédio. Ainda por cima, precisávamos conviver com as ofensas diárias dos zairenses, que nos enxotavam e diziam que estávamos lá apenas para sujar a cidade.

Em um dia qualquer do mês de março, chegou a notícia de que os portugueses e suas famílias seriam repatriados. A princípio, pareceu a esperança de dias mais amenos, mas o fato é que aquele momento teve um peso incontestável na minha história. Estava dando adeus à minha querida mãe África, ao meu povo e à minha verdadeira identidade. Dali em diante, não seria mais uma negra entre tantos negros. Seria uma negra em um país de brancos. E isso fez – e ainda faz – toda a diferença.

Meus tios, as filhas e eu desembarcamos em Lisboa em uma época de muito frio. Seguimos direto para a pequena cidade de Castro D’Aire e, lá, fomos alojados em pensões pagas pelo governo português. É impossível esquecer o olhar com que a população nativa nos recebeu, como se fôssemos bichos selvagens prestes a atacar qualquer um que passasse pela frente.

Como sempre, a minha imaginação de criança era o maior subterfúgio em situações como essa. Ficava horas e horas olhando para o céu e pensando: “Será que, se eu conseguir chegar até aquela nuvem e pular para o outro lado, estarei em Angola?”. Quando me diziam que, no fim do mundo, Jesus viria para levar os seus, imediatamente eu sonhava: “Quando subir de volta, vou segurar nos pés dele. Assim, se cair, tenho a chance de cair na África”. Nem preciso dizer que nada disso aconteceu. Pelo contrário, as minhas possibilidades de ir para casa estavam, a cada dia, mais escassas.

Quando o sol aparecia, todos os abrigados iam para o pátio para tentar se aquecer. E, na rua, as mães puxavam os filhos, com medo de nós. Era comum ouvir comentários preconceituosos de que os negros eram todos ladrões e as negras, prostitutas. Diziam que nós éramos horrorosos, inúteis e que cheirávamos mal. A pensão virou um foco de conflitos interracialis. Sob tanta pressão, meus tios começaram a beber e acabavam descontando a raiva na gente. Muitas vezes apanhei calada.

Como não possuía documentos que comprovassem o parentesco, agentes do governo me separaram dos meus tios, que decidiram deixar o pensionato. Fiquei apenas com a Paula, a filha de criação deles. Tínhamos por volta de oito anos. Aos poucos, a verba destinada à manutenção dos angolanos começa a diminuir e o dono do estabelecimento anuncia, em alto e bom som, que não sustentaria mais aqueles “pretos”. Começamos a trabalhar servindo as mesas, lavando lençóis, arrumando os quartos. No período de folga, íamos para as ruas para vender ameixas. Tínhamos que prestar conta do dinheiro e, sem ter o que comer, por vezes o único alimento disponível era o encontrado nas lixeiras.

O tempo foi passando e, de vez em quando, recebíamos visitas de casais dispostos a adotar uma ou outra criança. Certa vez, chegou até nós uma senhora

brasileira, com o marido português. Olhou um por um e resolveu optar por mim. Compaixão? Solidariedade? Não, o critério de escolha foi digno dos piores tempos escravocratas. Segundo ela, as minhas canelas finas é que chamaram a atenção. “Negros assim costumam ser mais espertos”, disse, sem a menor cerimônia.

Mesmo assim, saí de lá achando que teria uma vida de princesa! A casa era enorme, luxuosa, aconchegante, mas a primeira atitude da minha nova “mãe” foi demitir a empregada e me colocar no lugar dela. Aos 10 anos, fui obrigada a assumir as tarefas domésticas. Trabalhava, estudava, cuidava da filhinha do casal e era surrada todos os dias, com ou sem motivo. Na garganta, um grito sufocado. Chorava silenciosamente.

Mas nada era tão doloroso quanto as palavras que vinham contra mim. Os adjetivos eram tantos e tão baixos que eu nem ousaria descrever. Um dia, por distração, esqueci de retirar o lixo do banheiro. Como castigo, além de apanhar, tive que aguentar que esfregassem todos os papeis do cesto no meu rosto. Como manter o equilíbrio diante de tanta humilhação? Sinceramente, eu não sei.

Na escola, não tinha sequer um amigo. Os mais atrevidos chegavam perto, passavam a borracha em mim e perguntavam: “Essa cor não apaga?”. Ah, como eu queria que apagasse! Como eu queria desaparecer, ser invisível! Talvez essa fosse a única maneira de fugir da perseguição constrangedora no colégio. Se houvesse qualquer aniversário, todos eram convidados, menos eu. Afinal, quem teria coragem de chamar uma “preta” para a festa? Sempre tive tanto orgulho da minha origem, mas naquele momento não queria mais ser forte. Passei a dormir com um pregador de roupas no nariz para tentar afiná-lo. Eu me olhava no espelho e sentia vergonha do que via.

Continuei a morar com aquela família até que eles decidiram mudar para o Brasil. Fomos para a cidade de Realeza, no interior do Paraná. A patroa me convenceu a vir, dizendo que tinha depositado um dinheiro na minha conta durante todos esses anos e que eu podia retirar, caso decidisse, um dia, voltar para Portugal. Tudo mentira! Vim para ser novamente escravizada.

Desde o começo, enxergava os estudos como a minha verdadeira libertação. Por isso, pedia de joelhos para que ela não me tirasse da escola. Inventava mil promessas, preparava os bolos mais gostosos, fazia de tudo para agradá-la. Porém, no primeiro vacilo, era afastada do colégio como forma de retaliação.

Quando completei uns vinte anos, ela conseguiu para mim os documentos brasileiros e precisei escolher meu próprio nome. Mas, como gostaria de ser chamada? Fechei os olhos e procurei na memória algo que fosse bonito. Pensei no mar... e sol. Marisol! Gostei imediatamente. Quanto ao sobrenome, não tive muitas opções, pois disseram que ele deveria combinar com a minha cara de pobre. Entre duas ou três alternativas que me foram dadas, fiquei com o Correa. Marisol Correa, muito prazer!

A essa altura da vida já era uma mulher feita. Porém, ainda me sentia absolutamente indefesa. Passei tanto tempo ouvindo insultos a meu respeito, que acabei acreditando em todos eles. Uma vez, o sogro da minha patroa tocou em mim de um jeito diferente. Fiquei arrasada e fui me queixar com ela. A resposta veio rápida: “Eu? Tocar em uma ‘preta’? Jamais! Tenho nojo dessa gente!”. Na qualidade de “preta”, nojenta e intocável, comecei a crer que talvez merecesse todo aquele sofrimento.

A mulher para quem eu trabalhava era médica e, uma vez por mês, ela fazia com que eu abrisse as pernas para ser examinada e, assim, poderia confirmar

se eu continuava virgem. Mas a minha situação na casa chegou ao limite quando fui acusada de roubo. Fiquei tão ofendida que ousei argumentar e acabei sendo expulsa com a roupa do corpo.

Estava lá, numa cidade em que não conhecia ninguém, onde todos riam da minha cor, da minha história e do meu jeito de falar. Busquei apoio na igreja. Esperei o fim da missa e, ao me ouvir, o padre ficou apavorado, sem saber como poderia ajudar. Decidimos ligar para minhas professoras. Eu era uma aluna muito esforçada, com certeza entenderiam a situação. À noitinha, consegui dormir escondida na casa delas.

No outro dia, a cidade inteira já comentava sobre uma tal “preta” que supostamente havia roubado os patrões, era amante do padre e estava foragida. A minha chefe teve a coragem de colocar um anúncio no rádio, dizendo que, além de tudo isso, eu era perigosa e tinha problemas mentais. Virei o assunto preferido dos moradores de Realeza. Não dava para ficar ali nem mais um minuto.

Com a ajuda das professoras, viajei para Curitiba com meia dúzia de roupas na bagagem, que foram compradas por elas. E aí, talvez a sorte tenha começado a mudar. Fui acolhida por uma família que me aceitou para trabalhar como empregada.

Sentia que aquela era a hora de virar o jogo. Fiz matrícula em um supletivo e, com muito empenho, consegui recuperar parte do tempo perdido. Com o novo nome vindo da documentação brasileira, não conseguia mais comprovar a escolaridade alcançada até então. Comecei de novo, do zero. Além de cuidar da casa, lavava roupa para fora, passava e estudava à noite. Um dia, surgiu uma vaga de trabalho em um escritório de contabilidade. Eu me candidatei e consegui ser aprovada. Era uma espécie de *office girl*, meu primeiro emprego com carteira assinada, depois de uma vida inteira trabalhando irregularmente como doméstica.

Não demorou muito para ser convocada para uma oportunidade melhor e me tornei escriturária na seção de contabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Agarrei aquela chance e decidi estudar inglês, francês, alemão e teatro. Queria explorar todas as possibilidades desse mundo fascinante que estava se abrindo diante dos meus olhos. Nascia ali uma nova mulher, cada vez mais consciente de sua identidade e, por isso mesmo, cada vez mais liberta das amarras impostas pela opressão.

Depois de três anos, recebo um convite das mesmas professoras que me ajudaram em Realeza. Elas iriam montar uma escola na cidade de Guarantã do Norte, uma região de garimpo na divisa entre Mato Grosso e Pará. Comecei, então, a dar aulas de artes e inglês. Nos intervalos, ficava na secretaria e até fritava pasteis para vender na cantina. E, no fim do mês, eram tantos descontos no meu salário que eu ficava quase sem nada. No primeiro indício de que também ali seria explorada pela minha condição “inferior”, resolvi sair. Já há algum tempo não admitia mais qualquer tentativa de manipulação.

Assim, fui para a capital, Cuiabá. Sem qualquer perspectiva de emprego formal, aceitei vender, de porta em porta, livros e produtos exóticos, como óleos de baleia. Por pouco tempo, ainda bem! Logo comecei a me estabelecer e voltei a atuar como professora, entrei para o sindicato e me descobri na militância do movimento negro.

Aos 25 anos, continuava tão virgem quanto à época em que era examinada pela médica do Paraná. Mas, aos poucos, todos os meus complexos foram sendo minimizados. Pela primeira vez, me permiti ser desejada, admirada e consegui me entregar de vez ao amor. Em um dos eventos promovidos pelo movimento negro, conheci Wilson Miranda e mudei para Brasília, onde ele morava, e que é, hoje, o local em que decidi permanecer. Com ele, tive meus dois preciosos filhos, Odara e Pedro Akil.

Poderia dizer que a felicidade estava completa, se não tivesse contas a acertar com o meu passado. A ideia de reencontrar a família na Angola nunca me abandonou. Onde eu ia, tentava conseguir alguma pista ou qualquer informação que pudesse reacender as esperanças de um dia vê-los de novo. Tive muitas notícias falsas, fui enganada, mas nunca desisti.

Até que um dia conheci um senhor que trabalhava na embaixada da Angola e descobri que a esposa dele era da mesma região que eu. Ele levou uma foto e todos os detalhes que eu podia lembrar a respeito de nomes e características dos meus parentes de Candunda. Em 1998, mais de duas décadas depois de ter colocado pela última vez os meus pés em solo africano, recebo uma informação de que havia chances reais de localizar a minha família. Liguei para o meu contato na embaixada, que me deu certeza de que, em breve, eu receberia um telefonema de um homem que poderia ser meu irmão.

Chorei compulsivamente agarrada ao orelhão. As pernas já não me sustentavam, eu mal podia acreditar! Alguns dias se passaram e eu achava que talvez pudesse ter sido mais um alarme falso. Mas aí, o telefone tocou. Do outro lado, um senhor com um sotaque acentuado tentava confirmar alguns dados que ajudassem a explicar a minha história. Fui, citando, um a um, o nome dos meus irmãos: Anastácio, Moisés, Vitória, Carlos... Quando ouviu esse último, ele disse na hora: "Marisol, o Carlos sou eu!".

Com alguma dificuldade, consegui as passagens na embaixada e os meus amigos juntaram dinheiro para financiar despesas da viagem. Fui recebida em Luanda com festa, choro e a alegria inerente ao povo africano: "Luzembo, você voltou!". Durante todo esse tempo, acharam que eu estivesse morta. Alguns até sugeriram fazer um enterro simbólico, mas minha mãe nunca aceitou. Ela passava dias inteiros olhando para o caminho que dava até Candunda, esperando que eu aparecesse.

Eu queria vê-la imediatamente, mas os parentes alertaram que não era seguro, pois a região em volta da aldeia estava tomada por minas terrestres. Mesmo assim, meu pai e minha mãe se arriscaram para me ver. Pegaram um carro e vieram em direção a Luanda, quando o pior aconteceu. Uma mina, de fato, explodiu no caminho. O abraço mais aguardado da minha vida nunca chegou onde devia. Fiquei órfã... de novo. Dessa vez, faltou tão pouco.

Nunca me recuperei desse episódio, mas, de lá para cá, consegui me formar em Jornalismo e voltei várias vezes a Angola. Há alguns anos, fui para lá morar e trabalhar na TPA, a maior emissora de televisão pública do país. Eu me separei do pai dos meus filhos. Porém, no ano passado, precisei voltar ao Brasil para ampará-lo. Ele estava com câncer e fiz questão de assumir todos os cuidados até o último dia; mas infelizmente, acabei vendo-o morrer nos meus braços.

Tendo cumprido – ou ao menos tentado cumprir – a minha missão, estou de malas prontas de volta à África. Viajo em breve, levando na bagagem o coração machucado dessa mulher negra, lutadora e, mais importante, que nunca deixou de sonhar! Sonhar com uma sociedade em que todos sejamos verdadeiramente livres. Encerro a minha história com o lema do nosso lendário Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E, se podem aprender a odiar, podem também ser ensinadas a amar”.

A todos aqueles que me fizeram mal um dia, deixo aqui registrado o meu mais sincero perdão.

RAQUEL TRINDADE – A KAMBINDA

Raquel Trindade de Souza

Filha mais velha do poeta negro Solano Trindade. Pintora, dançarina, coreógrafa e conhecedora da história e cultura afro-brasileira, é fundadora do Teatro Popular Solano Trindade e da Nação Kambinda de Maracatu. Em 2012, Raquel recebeu a Ordem do Mérito Cultural, em Brasília.

MINHA INFÂNCIA

Nasci em Recife, Pernambuco, no dia 10 de Agosto de 1936, na Maternidade do Derby.

Moramos em Casa Amarela, com meus pais, depois, no bairro do Pina com meus avós, tios e primos.

As ruas do Pina tinham cheiro de frutas por causa dos pés de sapotis, mangas espada, mangas rosas, sapatinhos e itamaracá; cajus e tamarindos.

No café da manhã vovó fazia munguzá, beiju e cozinhava fruta-pão.

Na casa dos meus avós, no Pina, na antiga rua José Mariano, tinha uma sala de visitas grande com cadeiras e sofá de palhinha, e argolas na parede para colocar a rede que meu avô descansava.

Quando vovô Manoel Abílio chegava do trabalho, tomava banho, jantava, pegava o violão, colocava os netos ao seu redor, cantava para nós

O tatu subiu

No pau

É mentira de vocês...

E muitos cocos e músicas de pastoril (ele participava do Pastoril, seu personagem era “O velho”).

Contava histórias sem fim para nós e lia livretos de literatura de Cordel para vovó Merença que era analfabeta; ela no Natal montava a *Lapinha* (presépio).

Às vezes meu avô se trancava no quarto e falava uma língua estranha que hoje eu sei que era uma língua africana. Vovó era muito católica ele fingia que era, porque as religiões de matriz Africana eram perseguidas.

Mamãe Margarida e minha avó materna, Dona Damázia eram paraibanas de Campina Grande. Vovó Damázia era cozinheira, minha mãe era levada em criança pela minha avó que trabalhava nas cozinhas dos brancos. Elas sofreram muito. Mas quando moça mamãe aprendeu a costurar e fazer chapéus de Organdi para as senhoras da época.

No livro *Rei negro* Coelho Neto falando da personagem mestiça Lúcia, fez o retrato de mamãe: ...Lia e escrevia com desembaraço e era exímia em trabalhos de agulha. Lavradeira perita, bordava a branco, a matiz e a ouro, talhava e cosia os seus e os vestidos das senhoras e, quando trabalhava na varanda à sombra dos ramos prendidos dos jasmineiros, era um encanto ouvi-la cantar modinhas.

Ela, minha mãe, cantava muito. Gostaria de ter a voz dela.

Ela era filha de negra com um branco jagunço.

Meu pai Francisco Solano Trindade fundou a Frente Negra Pernambucana com José Vicente Lima, o pintor Barros “O Mulato” e Ascenso Ferreira em 1936. Depois criou o Centro de Cultura Afro Brasileiro que tinha por objetivo divulgar os intelectuais e artistas negros.

Meu pai Solano casa-se com minha mãe Margarida, embevecido pela sua inteligência e beleza entrou para a Igreja Presbiteriana do Recife que ela frequentava e

cantava no cõro, e ele chega a Diácomo da Igreja. Hoje, apesar de eu ser Yalorixá de Candomblé, conheço a bíblia do Gênesis ao Apocalipse porque mamãe me levava para assistir à Escola Dominical.

Meu pai já tinha lançado os *Poemas Negros*. Na Igreja seus poemas falam de Jesus e do Gólgota, de Tiago e de João Evangelista (que foram publicados em Guaranhuns). Depois achando que a Igreja da época não se preocupava com os problemas Sociais e a história do negro, baseado na Bíblia que diz “se não amas a Teu irmão a quem vês, como podes amar a Deus a quem não vês?”, ele vai para o Rio e se filia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a promessa de que logo que tivesse dinheiro mandaria nos buscar.

Eu fico com minha mãe e minha irmã Godiva na casa dos meus avós no Pina.

Papai viaja num navio do Ita. E edita no Rio o livro *Poemas d’uma vida simples*.

Mamãe no Recife fica inquieta, sem notícias. Costura muito pra juntar dinheiro pra viajar, para procurá-lo. Vovô Manoel ajuda financeiramente, mas fica apreensivo, pois o mundo estava na 2ª guerra e os navios estavam indo a pique (diziam que eram afundados pelos nazistas). Era 1944.

Ela só sabia que ele se reunia com intelectuais, artistas, poetas e os comunistas n’um bar chamado Vermelhinho, na rua Araújo Porto Alegre, em frente à Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Ela viaja n’um navio do Ita na 3ª classe, comigo, minha irmã Godiva e uma amiga chamada Aline.

Deixa nós duas com Aline no navio e vai procurar papai. Sai do Cais e vai perguntando pela cidade, até chegar no Vermelhinho.

Lá estava Grande Otelo que diz: “Solano aparece aqui à tarde, entre 13 e 14hs”.

Mamãe diz: “O navio só fica no porto 2 dias”. Grande Otelo responde: “Fique em paz, eu aviso ele”.

À tardinha chega papai, todo feliz beijando mamãe, eu e Godiva, com tanto amor que parecia que tinha mandado nos buscar.

Os amigos do Vermelhinho fizeram uma “vaquinha”, para que ele pudesse alugar um canto para nós ficarmos.

Fomos morar nos fundos de uma casa de cômodos, n’um barracão, que ficava na rua do Livramento 166, perto da Gambôa.

Mamãe pintou o barraco, colocou cortinas com uns tecidos que trouxe do Recife. Fez prateleiras com madeiras que ela achou no quintal, picotava papel formando desenhos rendados e enfeitava as prateleiras.

Ela cozinhava em latas de gordura de Côco Carioca.

Papai pintava os quadros e escrevia os poemas, saía e voltava com colecionadores de arte, marchands, e amigos compradores da Zona Sul e da Tijuca, mamãe ficava muito preocupada com a simplicidade do Barraco.

Nesta época nasce meu irmão Liberto, e era o fim da segunda guerra mundial.

Meu pai me registra no Rio, apesar de eu ter nascido no Recife, Pernambuco.

O Rio estava efervescente de arte, Abdias do Nascimento tinha criado seu maravilhoso Teatro Experimental do Negro (TEN).

O maestro Abgail Moura cria a orquestra Afro Brasileira.

Mercedes Batista cria seu Balé Afro.

Haroldo Costa cria o Teatro Folclórico e convida papai e minha mãe Maria Margarida da Trindade pra ensinar as danças – frevo, maracatu, côco, bumba-meu-boi etc. Eles ensinam, mas aparece um polonês chamado Askanazzi que quer estilizar as danças. Meu pai e minha mãe se afastam e o Teatro Folclórico vira a Brasileira.

Papai Solano convida o sociólogo Edson Carneiro e minha mãe Margarida da Trindade que ensinaria as danças, para fundar o Teatro Popular Brasileiro em 1950.

Em 1948 a família se muda para Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Fomos morar na barreira perto do Itatiaia, na rua Itacolony 366 (hoje rua Karbal Schutes) – uma casa maior, mas a água de poço.

Em Caxias não tinha ensino público, só tinha o colégio Santo Antônio (pago) das freiras, e o Ginásio Duque de Caxias do Dr. Combat. Então uma senhora de Copacabana, Dona Armanda Álvaro Alberto, esposa do Doutor Edgar Sussekind de Mendonça, junto com suas amigas da Zona Sul, criou a Escola Regional de Merity, no Centro de Caxias para crianças pobres. Aí eu estudei, a escola tinha pomar, horta, apicultura, biblioteca, museu, salão de artes, aulas de teatro, canto orfeônico. No verão e na primavera estudávamos debaixo dos pés de Ipês floridos, quando chovia estudávamos no casarão.

O uniforme era tamanco, avental de sarja, saia e blusa de algodão e chapéu de palha. Ela chamava os alunos de “meus passarinhos”. Ela selecionava as melhores professoras para nós.

Nós entrávamos às nove horas e saíamos às dezessete horas. Tomávamos café, almoçávamos e lanchávamos mate com angu.

Aí as meninas granfinas do colégio Santo Antônio nos apelidaram de mate com angu.

No quarto ano, Dona Armanda me inscreveu num concurso de Literatura Infanto Juvenil da Revista de Seman, ganhei o concurso, foram três festas, uma na revista, outra na escola, outra com as crianças do meu bairro. Escrevi sobre Gibis. O concurso se chamava Euclides da Cunha.

Fiz o curso de Admissão. E fui para o Ginásio (depois colégio) Duque de Caxias. Era pago, tinha que comprar o uniforme (felizmente mamãe sabia costurar muito bem) saia de tropical azul preguiada, blusa creme, tecido casca de ovo, meias brancas, sapatos pretos de verniz e boina azul.

Lá estudavam as meninas da Sociedade Caxiense, uma sobrinha de Dolores Duran, negras só tinha eu e a Dagmar, a irmã da Dagmar, Dayse, já estava terminando o Ginásio. Elas duas os irmãos operários pagavam o ginásio; mas eu dependia de papai, que naquela época vivia de arte.

O único emprego que ele teve foi no IBGE. Ele saía de Caxias no trem da Leopoldina pra trabalhar na repartição da Praia Vermelha. Nas minhas férias me levava pra passear, passava no IBGE assinava o ponto e me levava pra passear no Centro do Rio, Escola de Belas Artes, Pinacoteca, Espetáculos de Teatro Experimental do Negro, ensaios da Mercedes Batista, ensaio da Orquestra Afro Brasileira, e assistíamos também aos Concertos de Música Clássica e Ópera no Teatro Municipal e esquecia de assinar o ponto de saída – resultado – perdeu o emprego. Bem, como eu ia contando... Doutor Ely Combat chegava na sala de aula e dizia “Quem não pagou a mensalidade não faz prova”. Eu ficava apavorada. Passava abaixadinha em frente à secretaria. Mas papai dizia “Não se preocupe filha, eu tenho encomenda de um quadro e tem gente querendo meus livros, amanhã eu pago sua mensalidade”. E assim era todo mês. Terminei o ginásio. E agora? Gostava de estudar mas papai não podia

pagar; naquele tempo nós escolhíamos entre o clássico e o científico, eu queria o clássico porque não tinha matemática e tinha latim e francês.

No último ano do Ginásio, os alunos todos comentando aonde iam estudar, e eu disse muito triste – Eu vou ter que parar. O único professor negro do Ginásio Professor Myra, me ouviu falar e disse – Raquel se depender de mim você não para de estudar.

Ele me conseguiu uma bolsa n'um Colégio nas Laranjeiras. Meu pai só tinha que arrumar as passagens. Fui até o segundo ano, quando meu pai disse “Raquel, o Teatro Popular Brasileiro recebeu um convite para o Festival da Juventude Comunista no Leste Europeu” (Polônia e antiga Tchecoslováquia – hoje República Tcheca).

Mas essa é outra história contarei depois.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Na escola, no primário a biblioteca tinha nome de Monteiro Lobato as professoras emprestavam os livros.

Quando já sou pintora e já morava no Embu das Artes em São Paulo, vendo um quadro para uma senhora rica que morava n'um bairro *chic*, ela me convida para ver como ficou o quadro na parede da sala dela, isto foi em 1967, quando chego no prédio, o zelador não deixa eu entrar pelo elevador social. Eu pergunto por quê, eu estava bem vestida, não estava com sacolas. Ele não me responde. “É por causa da minha cor? Então vou sentar na porta do elevador e cantar músicas negras, até você resolver esse caso”.

Papai dizia “filha, Monteiro Lobato é criativo, mas é preconceituoso, os únicos livros dele que não nos discrimina é a artística da Emília e Emília no País da

Gramática, todos os outros nos inferiorizam. O pior é o “Presidente Negro” ou “O choque das raças: romance americano do ano 2228”, Editora Clube do Livro – São Paulo 1945, –esse arrasa com os afro, o texto racista começa na página 81. Li todos os livros de Monteiro Lobato mas sabendo do seu preconceito racial.

Foi muito bom, pedi para a Universidade para dar um curso de Extensão pois na graduação só tinha um negro. E, neste curso vieram funcionários negros e brancos.

Eu sem nível universitário entrei como Técnico Didata. Na Extensão criei um grupo de danças com o nome de *Urucungos, Puítas e Quijengues* (três instrumentos bantos que vieram pra São Paulo).

Depois a universidade me passou de Técnico Didata a Professor Adjunto. Aí alguns professores que tinham mestrado e doutorado e eu sem nenhum, começaram a criar obstáculos a meu trabalho (não foram todos, só alguns) como eu estava com câncer no intestino, estava muito sensível. Em 1992 eu peço demissão e volto para o Embu das Artes.

Felizmente o grupo continua até hoje no bairro do Bonfim em Campinas.

No governo do PT no Embu em 2001, no primeiro mandato do prefeito Geraldo Cruz, nós da família Trindade apoiamos a candidatura dele. Ele me convidou para junto com o Assis assessorar o secretário Municipal de Turismo Jean Gillon.

O prefeito pediu que eu cuidasse do Carnaval, qual não foi minha surpresa quando o Secretário disse “eu vou mandar colocar uma mesinha lá fora pra você atender essa gentinha”.

A “gentinha” eram os dirigentes dos blocos e dos afoxés da cidade. Conte para o prefeito, ele não acreditou. Quando volto para a secretaria Jean Gillon está dizendo: “Negro não pensa, negro não tem cérebro, não faz arte – faz macaquice”.

Aí eu fiquei brava, falei com o prefeito. Na visita do ex presidente Lula ao Embu das Artes contei a ele, que falou de novo com Geraldo Cruz. Mas Jean Gillon continuava secretário. Então eu pedi demissão.

Foi quando uma jornalista loira do jornal *Conexão do Taboão da Serra* disse: “Raquel, vou entrevistar o secretário e gravar tudo o que ele disser”. Ele repetiu tudo. Eu e ela transcrevemos, mandamos pra todos os jornais da região. Trouxemos todos os vereadores do Taboão de todos os partidos outras graduações e a comunidade negra de campinas.

No Embu das Artes só um vereador era negro (PT), professor Toninho, que ficou de meu lado e o presidente da Câmara (infelizmente da direita). Colocou a gravação com o plenário lotado na hora que Jean Gillon mentia dizendo que o grupo criado por mim em 1975 – Teatro Popular Solano Trindade – tinha feito ato de vandalismo no prédio da Secretaria.

A fita foi colocada no alto falante dentro da Câmara com ele falando todas aquelas frases racistas.

Foi um tumulto, ele foi vaiado e o prefeito teve que tirá-lo da Secretaria.

Ele morreu alguns anos depois. Se eu for escrever todos os atos de discriminação e preconceito, teria que ter um trabalho só sobre esse assunto.

VIAGEM PARA EUROPA (1955)

Papai recebeu um convite para o Teatro Popular Brasileiro se apresentar na Polônia e antiga Tchecoslováquia (hoje República Tcheca) como eu estava contando no princípio, ele foi de avião e nós fomos de navio que se chamava *Louis Lumiere*, aí fomos – Las Palmas, Senegal, Gênova, Nápoles até Marselha na França, viajamos até

Paris e fomos de trem atravessando a Alemanha, até chegarmos à Polônia e Tchecoslováquia, onde fomos recebidos com flores. Dançamos em Praga. Dançamos em Varsóvia, n'um teatro que foi presenteado à Polônia pelos Russos – não coube de público, então fomos dançar n'um estádio superlotado – Maracatu, Frevo, Samba, Jongo Fluminense, Bumba meu boi de Pernambuco, Pregões de Folia Nordestina e a Capoeira.

Lá na Polônia eu me casei com um negro Caxiense, Ogam de Candomblé, Cantor da noite, bailarino e ator, Jorge de Souza, no Consulado Brasileiro em Varsóvia.

Voltamos, eu tive meu primeiro filho Vítor da Trindade, depois de três anos veio a separação. Casei sem papel mais sete vezes.

OS FILHOS E NETOS

O primeiro filho eu já disse que foi o Vítor Israel Trindade de Souza, nascido em Duque de Caxias – Baixada Fluminense –, hoje um grande músico, ogam, percussionista, violinista, coreógrafo, musicou vários poemas de meu pai Solano. Viajou para Alemanha, Holanda, Suíça, Paquistão e Israel mostrando as músicas brasileiras. Vítor está com 56 anos. Fala Alemão e Inglês.

A segunda filha do segundo companheiro (não no papel) é Regina Célia Trindade de Lima, 55 anos, evangélica – batista.

E a terceira e última filha eu já estava com 42 anos é Adalgisa Trindade Bonfim, hoje com 34 anos (Dadá). Vítor é casado com Elis Cibere. Regina é dona de casa e é casada com Jorge Manuel de Lima. Dada é divorciada e fez nos Estados Unidos a faculdade de Game Designer. Teve um filho (André) com um japonês Ryuiti.

OS NETOS SÃO

Ayrton Felix – que o nome artístico é Zinho da Trindade – filho do Vítor com Mari – é MC – cantor de Rap – poeta e repentista.

Eu tive um irmão Francisco Solano Trindade Filho (o Chiquinho) mas os militares mataram ele em 1965 por ser Brizolista.

Manoel Abílio – Manoel Trindade Baterista–, coreógrafo, formado em produção musical pela Faculdade Anhembi, professor de música, professor de música da Ong Criança Feliz de Cotia, também filho do Vítor com Mari, viajou para Itália e para Taurian. Dirige a bateria do Bloco da Cambinda no Embu das Artes.

Maria dos Dias da Trindade – cantora e bailarina do Teatro Popular Solano Trindade (filha do Vítor com Isadoura Dias Prates).

Giulia Mina Klein Trindade – filha de Vítor e Suzane Klein, alemã, está com 8 anos, faz aula de circo e balé em Berlim.

Davi Trindade de Lima – carioca – 14 anos estudante e lutador de Muai Thai.

Keniatta (em homenagem ao Keniatta, presidente do Kênia). Gosta de futebol, estuda e adora carros. 16 anos – filho de minha filha Regina.

André Trindade Bonfim Imamura – que apelidamos de Black Samurai ou Japonegro – filho de Dada e do japonês Ryuiti Imamura (que faleceu há dois anos). Ele mora com a avó japonesa Dona Emy numa chácara na Ressaca (Embu das Artes). André é estudante (Ensino Médio) está com 15 anos, toca com os tios japoneses, o Taiko, se apresenta nas festas japonesas. Mas sabe tocar Maracatu e Samba.

Olímpia tem 25 anos é casada filha do Vítor e Márcia. É comerciante e dela eu tenho um bisneto, o Kauê.

Marcelo Moreira Tomé – neto adotivo. Veio para minha casa com 14 anos. Entrou no grupo de danças. É circense, malabarista, cospe fogo. Mas levou os estudos a sério, formou-se em Administração na Uninove. E hoje vai sempre para o Rio fazer pós-graduação em Marketing.

Foi a salvação, pois nós somos artistas e precisamos de um administrador.

O outro filho de coração é José Carlos da Silva (Caçapava), músico, percussionista, compositor, criou o grupo Mulungu e o grupo Sanza (Caçapava, Maria da Trindade e Karla Magalhães).

O EMBU DAS ARTES

Chegamos no Embu (trinta artistas negros), eu e meu pai, a convite do escultor Assis, em 1961.

Estamos dando um espetáculo em São Paulo. No Embu tinha o pintor Cássio M'Boy, o escultor japonês Sakay, as pintoras Azteca e Nazaré.

Aí o Sakay diz “Assis, você é escultor negro para que você tenha uma temática afro, era bom você conhecer o poeta Solano Trindade para que você saiba mais sobre sua própria cultura”. Assim Assis foi assistir nosso espetáculo e nos trouxe para o Embu das Artes.

Matas verdejantes, rios limpos, fonte de água mineral, cachoeiras, essa foi a cidade que encontramos com casario colonial. Hoje infelizmente as águas estão poluídas.

Meu pai disse “isso é um Oásis”. E ficamos. Todos no Barraco do Assis. Dormimos no chão, parecia uma senzala,

Dona Imaculada (esposa do Assis, ceramista, nos dava todo apoio). Aí começaram as festas que duravam três dias.

Com muita música, muita dança. Nós expúnhamos os quadros pela rua. Era o Teatro Popular Brasileiro, criado por Solano, Edson Carneiro e as danças de Maria Margarida da Trindade (a evangélica coreógrafa). Ela dizia que se Miriam tocava pandeiro e Davi tocava Harpa, porque ela não podia dançar?

Papai morre em 1974 e em 1975 eu crio o Teatro Popular Solano Trindade.

RAQUEL A CARNAVALESCA

Em 1970 desenho para a Escola de Samba Mocidade Alegre os figurinos para o enredo Zumbi. Nota 10. São Paulo.

Para a Escola de Samba Vai Vai. Em 1976, escrevo o enredo *Solano Trindade: o moleque do Recife*, desenho o figurino e os carros alegóricos. O samba foi de Geraldo Filme. Fui Vice Campeã. São Paulo.

Em 1977 escrevo também para a Vai Vai, José Maurício, o músico do Brasil colonial. Também com figurinos e carros alegóricos desenhados por mim. Vice Campeã novamente. São Paulo.

1978, o compositor Candeia convida-me para escrever o enredo e desenhar os figurinos da Escola de Samba que ele criou com outros compositores da Portela e do Império Serrano. Vou para o Rio e faço baseada na frase de meu pai "pesquisar na fonte de origem e devolver ao povo em forma de arte".

Eu coloquei o nome do enredo de *Ao povo em forma de arte* e Wilson Moreira e Nei Lopes venceram com o samba. Desfilamos abrindo o Carnaval do Rio. Sem competirmos.

No Embu das Artes há cinco anos, criei o Bloco da Cambinda que desfila no Carnaval do Embu das Artes.

NO CINEMA

Na época da *Quilombo*, fui convidada por Zózimo Bulbul para participar do filme *A Deusa Negra* produção afro-brasileira, com produção de Olá Balogun e Jece Valadão; onde eu fiz uma ponta e com os componentes da Quilombo e meu filho Vítor mostramos o Lundu Colonial, com música de Xisto Bahia.

Dancei com roupa de Omulu no filme que papai participou *O santo milagroso*.

Faço parte de vários documentários sobre o Embu das Artes, minha vida e a vida de meu pai.

ARTES PLÁSTICAS

Sou autodidata na pintura e no desenho. Mas a gravura eu estudei na Fundação Calouste Gulbenkian no Rio de Janeiro. Não gosto de ser chamada na pintura nem de Naif, nem de primitiva, minha pintura é afro-brasileira. Pinto tudo sobre o negro; costumes, danças e religião.

Já fui muito premiada nas artes plásticas. Tenho muitos troféus. Em 2012 ganhei o troféu Luiza Mahin na Câmara de São Paulo, pelo Conselho Municipal do Negro.

Dia 25 de novembro recebi a medalha da Ordem do Mérito Cultural da Ministra da Cultura Marta Suplicy, na presença da nossa Presidenta Dilma Roussef, do Ministro da Educação Aloísio Mercadante e do Senador José Sarney no Palácio do Planalto em Brasília.

Já ganhei a Bolsa Vitae.

Hoje estou com 76 (setenta e seis anos), moro no Embu das Artes do lado do nosso Teatro.

Sou lalorixá de Candomblé, mas pedi licença aos meus Orixás Obaluayê e Oyá para só jogar búzios, pois tenho que pintar, escrever, dar aulas da História do Negro para os professores do Município, presidir o Teatro Popular Solano trindade, dar palestras sobre folclore, teatro negro no Brasil e sincretismo religioso afro-brasileiro, afro-ameríndio, e receber jovens universitários que vêm em minha casa fazer pesquisa.

LIVROS

Publiquei três livros – A primeira edição de Embu, Aldeia de M'boy, e uma trilogia sobre os Orixás, capa minha, texto meu e de Sandra Felix e desenhos internos de Jeferson Galdino com o nome de *Os Orixás e a Natureza* – Todos da Editora Nohva America, São Paulo.

Estou com o manuscrito do próximo livro que vai se chamar *Urucungos, Puítas e Quijêngues*, o mesmo nome do grupo que criei em Campinas. Este livro eu faço das danças de origem Banto.

Tenho muita história para contar, do curso que fiz com Doutor Miguel Calille e Doutora Nise da Silveira, de Terapia Ocupacional e meu estágio no Hospital Pedro II, onde minha mãe trabalhou com Terapia Ocupacional durante vinte e cinco anos.

Falar sobre minha vivência no Candomblé – falar sobre meus amores. Mas haverá outra oportunidade.

Eu encerro essa redação com o poema que meu pai fez para mim.

Canto de esperança

*À minha filha Raquel Solano Trindade
Há sempre um poema me esperando
Nas amadas feitas de ternura
E por isso o meu tempo
Não é contado à velhice
Estou conservado no ritmo
De meu povo
Me tornei cantiga determinadamente
E nunca terei tempo para morrer
Meu desejo de paz se tornou rosa
E a minha vida é enfeitada
Com bandeirolas coloridas
Porque eu tenho uma festa interior
Voltada para o grande amanhã*



CATEGORIA ENSAIO

O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Claudenir de Souza

Mulher negra (parda no documento),
trabalhadora doméstica e sindicalista com
formação em filosofia e cursando letras na PUC
Campinas.

No Brasil, o trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas, com 467 anos de existência marcados pela violência institucional. Desse total, 343 anos foram de trabalho escravo; o fim da escravidão parcial (Lei Áurea) obrigou os/as negros/as a trabalhar por mais 48 anos a troco de comida ou por uns trocados, e nos últimos 76 anos, o Movimento Nacional das Domésticas luta para ter os mesmos 34 direitos garantidos às outras categorias de trabalhadores como, defendia Laudelina de Campos Mello. O inconsciente coletivo escravocrata tem duas funções: preservar a lógica das elites oriundas das experiências econômicas no país; e manter os afrodescendentes à margem da sociedade através do racismo e da negação do conhecimento das identidades africana e indígena. O emprego do instrumento racial, da discriminação constitucional e da falta de punição aos que sonegam a legislação são métodos de tortura que impedem o desenvolvimento humano desses profissionais. Para manter a tradição, as elites adaptaram seus interesses particulares ao conceito de democracia para que a maioria da população obedeça às normas do Estado burguês sem questionar as contradições.

No sistema capitalista, o lucro e a exploração são os objetos de desejo mais cobiçados pelas grandes corporações econômicas. Tanto é assim, que esses empresários lutaram para impor o projeto neoliberal global, obrigando os governantes a reduzir os serviços públicos em prol da iniciativa privada. Na década de 1970, o neoliberalismo foi implantado por Margaret Thatcher na Inglaterra e por Ronald Reagan, nos Estados Unidos para resgatar o projeto

liberal do início do capitalismo. Quando um Estado reduz os serviços essenciais e piora a sua qualidade é porque a política econômica neoliberal atingiu seu objetivo.

Na democracia, o voto garante um direito constitucional, com o qual nós elegemos um representante para cuidar do interesse coletivo, tanto ao nível nacional, como Estadual e Municipal, mas na prática o que prevalece são os interesses particulares de alguns políticos, dos patrocinadores de campanha e do capital nacional e internacional, por isso a população não acredita em mudanças. Como o objetivo desses políticos é atender aos interesses da economia neoliberal, prejudicam ao máximo as políticas públicas sociais, como é caso do ensino público. Por exemplo, a educação no Estado de São Paulo há décadas não atinge as pontuações obrigatórias, para não mencionar o problema em outras regiões. E a imagem da saúde pública é destruída diariamente para alimentar a máfia dos planos de saúde, que não teria como sobreviver sem o aparato do Estado.

O projeto econômico neoliberal usou o discurso da liberdade de mercado para imprimir na política o interesse do capital global, obrigando os Estados a privatizar o patrimônio público, fragilizar e flexibilizar os direitos dos trabalhadores para garantir o lucro dos grandes empresários. O Estado, ao perder a característica de prestador dos serviços públicos, prejudicou ainda mais a população e a classe trabalhadora, em especial as domésticas. Com o neoliberalismo aumentou a exploração da trabalhadora doméstica, porque a nova liberdade permitiu aos patrões contratarem a diarista com entendimento de que até três vezes por semana não há obrigações: de registro em carteira e recolhimento do INSS, do pagamento do 13º e férias mais 1/3, prejudicando em muito a organização desse ramo. Enquanto isso, tramita no Congresso Nacional projetos de lei sobre a diarista piores do que o trabalho escravo para beneficiar aqueles empregadores que descumprem a

legislação. Por exemplo, colocar em votação um projeto de lei que nivela a diária com parâmetro de 1/30 avos do salário mínimo é um ato indecente. Assim como alguns operadores da Lei se apropriam do discurso da natureza contínua para justificar que uma vez por semana não tem vínculo empregatício. A pergunta que não cala: por que será que eles usam esses discursos, sendo que essa premissa não é aplicada a outros profissionais (professores, médicos, advogados e outros)?! Os legisladores poderiam propor projetos de lei que agregassem ao valor da diária uma remuneração capaz de atender às necessidades básicas, acrescentando o 13º, férias + 1/3 e o INSS no valor de 11% devido ao trabalho pesado e acelerado (para dar conta do serviço da semana inteira), e do esforço que prejudica a saúde física e mental da diarista a médio prazo. Por outro lado, a nossa situação piora porque o Estado não fiscaliza as denúncias de violência física e sexual, alegando que o espaço privado é inviolável, o que contribui para aumentar a violência física e moral. Por exemplo: o assédio moral é crime e provoca traumas psicológicos ou mesmo depressão na vida de uma trabalhadora doméstica. A humilhação, acusação de roubo, desconfiança da honestidade, sedução por meio de presente, aumento do serviço por fora do combinado e o que é pior, sem aumentar o salário. Estas são as piores formas de assédio moral. O “sumiço” de alguns objetos de valor como anel, corrente e brinco fazem parte desse tipo de assédio. Esse “sumiço temporário” é uma pressão psicológica muito comum usada pelos empregadores. A irresponsabilidade de jogar as “jóias” em qualquer lugar não dá o direito a quem quer que seja de dizer que tal coisa sumiu. Acidentes cometidos pelas trabalhadoras, como a quebra de aparelhos eletrodomésticos, louças, enfeites de decoração, desaparecimento de carteiras e cheques, queima e manchas de roupas são desagradáveis para as profissionais. Quando acontecem, deixam a trabalhadora com muito medo, ou seja, ela teme uma reação violenta de seus empregadores. De um lado, existem aqueles que são mais compreensivos; mas por outro, existem aqueles que se dirigem à trabalhadora de forma ofensiva: “Que

merda é aquela que você fez em minha camisa. Puta que pariu!”. Ou então: “Oh, que foi aquilo que você fez no meu vestido caríssimo?”. E saem aos gritos dizendo coisas ofensivas, “afinal de contas, não te contratei para destruir minhas coisas”. O desaparecimento de carteiras, cheques e dinheiro também são problemas sérios. Apresentação de algumas frases humilhantes que fazem a trabalhadora doméstica chorar descontroladamente. Estas frases são famosas: a) “olha! Eu amava tanto aquele objeto que você quebrou. Sabia que eu ganhei isto de presente no meu casamento? Você sabe que estas coisas antigas não existem mais para vender! E a camisa que você manchou é da marca de um famoso costureiro francês. Olha, eu não vou dizer o nome do costureiro porque você não entende dessas coisas. E outra, como eu vou contar ao meu marido, pois é, esta era sua camisa predileta. Nós compramos esta camisa quando viajamos à Europa há dez anos. Tome mais cuidado daqui para frente, você não precisa fazer o serviço correndo. Por outro lado, se eu fosse uma patroa ruim, começaria a descontar o prejuízo de seu salário e então você iria perceber que o que você ganha não seria suficiente”; b) “olha, fulana! Ontem, o amigo de meu filho dormiu em casa e esqueceu a carteira no quarto. Por acaso, quando você arrumou, não achou e guardou a carteira em outro lugar? E a amiga da minha filha me ligou e disse que esqueceu um vestido novinho no banheiro. Onde você colocou o vestido? Porque eu procurei, procurei e não o encontrei. Você pode procurar para mim?”; c) “olha aqui! Veja bem, eu não estou te acusando de nada, mas por acaso, você não encontrou um cheque sobre a mesa de jantar e guardou em outro lugar por engano? Este cheque foi minha mãe quem me deu para comprar um presente de aniversário para o meu marido”; d) “olha, não me leve a mal! Você sabe que eu te considero como se você fosse uma pessoa da família, eu não estou desconfiando de sua honestidade, eu espero do fundo de meu coração que você não fique chateada não, mas na semana passada eu deixei

uma quantidade grande de dinheiro na gaveta embaixo de minhas roupas íntimas e agora, eu fui procurar o dinheiro e não o encontrei. Por acaso, você o guardou em outro lugar e esqueceu-se de me avisar?”

Existe um tipo de trabalhadora doméstica que fala em alto e bom tom: “Ai, meus patrões são daquele tipo de pessoas que têm um coração tão bom! Eu não tenho do que

reclamar, porque eles me dão de um tudo: roupa novinha-em-foia, cortina da boa, os móveis tudo compretim, e até meus filhos tem dentista. Eu é nunca que vou levar os meus patrões no sindicato pra cobrar uma mixaria de dinheiro. Oia, Jufefa! Eu vou deixar essa coisa pra lá, eu até vou precisar deles pra modo um dia eu arranjar um outro trabalho. Este dinheiro não vai mim inicar mesmo, você não concorda!”. Mas, o que esta trabalhadora doméstica não tem coragem de revelar para alguém é que os patrões bondosos aumentam o serviço mas não aumentam seu salário, não depositam o Fundo de Garantia mesmo sendo opcional. E o que é pior, estes mesmos patrões bondosos não registram na Carteira o salário que a trabalhadora realmente ganha. Eles justificam esta irregularidade dizendo à trabalhadora que o “dinheiro fora da carteira” é um dinheiro que eles “dão por fora”, uma ajuda a mais que eles dão. Os patrões que agem dessa maneira estão enganando a trabalhadora doméstica e desrespeitando a lei sem qualquer tipo de punição. Não existe patrão bom! O que existe é trabalhadora sem informação em relação aos direitos. Os patrões bons são aqueles que não esperam a “boa vontade” de nossos legisladores para recolher o Fundo de Garantia e cumprir com a legislação vigente. Faz 41 anos que Laudelina e outras domésticas conquistaram o direito de Registro em Carteira (lei 5859/72), mas a maioria desses patrões desrespeita esta lei. No Brasil, as oito milhões de trabalhadoras domésticas trabalham duramente e movimentam grande parte da economia do país e sabe o que elas recebem em troca disto: humilhação,

desprezo... Sem contar que entre elas existem seis milhões sem Registro em Carteira, e para piorar a situação, a maioria delas não recebe nem mesmo o salário mínimo. O trabalho doméstico é realizado por esse contingente de domésticas que vivem na periferia dos municípios resistindo a toda forma de exclusão: falta de políticas públicas, falta de lei de proteção aos direitos trabalhistas e a discriminação legislativa desde a época do Brasil Colônia.

A divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista contemporânea continua reforçando a ideia de que o trabalho doméstico remunerado, o magistério, enfermagem, terceirizados de limpeza, telemarketing e o cuidado com a família são atribuições das mulheres, o que permite atribuir-lhes um salário medíocre. Destas, a mais discriminada é a profissão das domésticas, por ser: um trabalho 94% realizado por mulheres, sendo mais de 70% de cor negra; uma profissão de baixa remuneração com poucos direitos; um trabalho anteriormente feito somente por escravas; propagada a ideia de que o trabalho doméstico não é um produto que gera lucro. Portanto, a sociedade machista reforça a ideia de que a mulher já nasce com o dom de fazer o serviço de casa como se isso fosse da natureza feminina. Associar as funções de lavar roupa, passar, limpar, cozinhar, cuidar das pessoas e proteger a família como se fossem tarefas de mulher, só reforça a imagem da mãe dona de casa responsável pelo trabalho invisível e desvalorizado. A rigor, habilidades tais como paciência, cuidados e docilidade muitas vezes não são encaradas como qualificações culturalmente adquiridas pelas mulheres em nossa sociedade, mas como dons naturais.

Na década de 1930, as mulheres negras, as feministas e as domésticas conquistaram os espaços públicos, antes reservados aos homens; mas foi na década de 1970 que os movimentos feministas ocuparam a política brasileira, pautando o debate de gênero e inserindo o feminismo nas diferentes esferas de poder, o que acentuou o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e nos

sindicatos. Elas questionaram a divisão sexual no mundo do trabalho e denunciaram as assimetrias de gênero reproduzidas no espaço sindical. Em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também inseriu a temática de gênero para atrair as mulheres trabalhadoras e, dentre as estratégias de luta, foram introduzidos na agenda sindical temas que não eram associados ao movimento dos trabalhadores, como o aborto, a violência contra a mulher, luta por creche, por saúde da mulher – em decorrência da orientação de recorte de gênero exercida pelo movimento feminista classista e pelo movimento social de mulheres.

Na década de 1980, a classe trabalhadora organizada ainda não via a doméstica como integrante da classe, de maneira que o reconhecimento vem sendo construído pelo próprio setor das trabalhadoras domésticas organizadas junto à Central e sua Confederação. Atualmente, os avanços são visíveis, se comparado o presente ao período da Casa Grande, onde as domésticas eram classificadas de forma pejorativa, tratadas como coisa, não tinham alma, não tinham cérebro, portanto, a domesticação tinha o mesmo tratamento dos animais. Em seguida, o termo mucama designava as negras mais bonitas que realizavam os serviços da casa e serviam seus senhores na cama. A ama de leite amamentava os filhos das senhoras de escravos para que ela mantivesse o busto alinhado. Enquanto que os filhos das domésticas ficavam jogados nas senzalas e muitos morriam por falta da amamentação. Com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, o governo financiou a imigração, e o/a negro/negra ficou sem colocação. Ao escravo restou a bebedeira pois só aprendera a trabalhar sob o estalo do *chicote*. Enquanto, a exemplo, escravas foram à luta para garantir o sustento da família e retornaram para a casa grande. Nesse momento da história surge a função de “criada”. Os noticiários reforçavam que essa função não tinha qualificação, portanto, a remuneração era baixíssima ou a troco de sua comida e a de seus filhos.

A questão de gênero não é um fator biológico, pois, é a genética que define o sexo do bebê, a pessoa nasce com os genitais feminino ou masculino. Enquanto que a questão de gênero se define pelos valores culturais de formação humana, em que mulheres e homens têm papéis definidos (a mulher é formada para assumir os espaços “privados”, enquanto ao homem cabe ocupar os espaços públicos). Se o gênero determina o papel social que cada um assumirá no mundo do trabalho, então, coube à mulher a profissão do trabalho doméstico, o “serviço privado”, pesado, sujo e invisível. Para entender melhor a complexidade dessa questão, é necessário retomar a história do serviço doméstico na escravidão, porque cabia à mulher negra realizar as tarefas na casa grande, pois para a doméstica a superação da questão de gênero é mais difícil devido à falta de oportunidade de estudo, da cultura machista e da discriminação na Constituição.

No Brasil, historicamente, o trabalho doméstico se inicia no regime escravocrata e o tratamento foi cruel durante 343 anos. Na década de 30, a destruição de documentos sobre o tráfico de negros/as da África para o país impediu-lhes a possibilidade de entrar com ações na justiça por Dano Moral e, o que é mais grave, eliminou a identidade africana, restando-lhes apenas a marginalização. Com base no processo histórico comprova-se que mais de 70% da mão-de-obra de aproximadamente oito milhões de domésticas/os é de negras/os; a informação também comprova o baixíssimo grau de escolaridade e a precarização salarial, pois a maioria dessa categoria recebe menos de um salário mínimo, sem registro, e as diaristas estão situadas neste quadro.

LAUDELINA DE CAMPOS MELO (1904-1991)

Há mais de 500 anos, quando Portugal saqueava as riquezas das colônias, os senhores utilizaram a mão-de-obra escrava para garantir o trabalho gratuito na lavoura

e no garimpo. A compra do/a negro/a era um investimento para quem tinha capital; tanto era verdade, que essa prática se transformou em comércio. Para suprir essa demanda, os comerciantes com a permissão da Igreja Católica e da Coroa portuguesa sequestravam os africanos para serem comercializados no Brasil. De maneira que, os negros e as negras, construíram as Américas com o próprio sangue, e até hoje os afrodescendentes lutam contra a discriminação e por reconhecimento histórico. Nesse processo, as mulheres negras tiveram um papel fundamental na luta pela liberdade e nas estratégias de sobrevivência. Conheça a seguir a trajetória de luta de Dona Laudelina de Campos Mello pela equiparação de direitos para as domésticas, a valorização e o respeito enquanto mulher negra.

Ela nasceu em 12 de outubro de 1904, na cidade de Poços de Caldas/MG. Seus pais eram negros alforriados pela Lei de Ventre Livre, em 1871. Aos 12 anos perdeu o pai, Marcos Aurélio de Campos Mello de forma trágica.

Depoimento de Laudelina:

minha mãe, Maria Maurícia de Campos Mello foi doada pela minha avó para a família Junqueira, que eram os fundadores da cidade de Poços de Caldas/MG. Essa família tinha uma filha com deficiência, ela era muito revoltada e batia muito na minha mãe. Quando a mãe da sinhazinha colocou-a na escola, a minha mãe ia junto, mas sinhazinha não aprendia nada. E foi a minha mãe que aprendeu a ler e escrever, a sinhazinha nada de aprender. A minha mãe tinha uma letra maravilhosa. Minha mãe cresceu dentro da casa grande e quando casou continuou sob o comando dos senhores, e tinha que fazer tudo o que eles queriam. Meu pai trabalhava no corte de madeira de 'pinho' para exportar, e ficava muito tempo fora de casa, porque essa árvore só existia no Estado do Paraná. Enquanto uns cortavam as árvores, outros cuidavam da estrada, para não acontecer acidente, e por um descuido meu pai foi atingido por uma árvore que meu tio estava serrando. Eles enterraram meu pai no meio do mato

mesmo, e a gente nem viu. A minha mãe só ficou sabendo da morte do pai muito tempo depois, porque na época ela estava de dieta e os meus tios não queriam dar a notícia. Depois de ida e vindas, minha mãe ficou intrigada porque meu pai não voltava, então eles tiveram que contar que meu pai havia morrido. Depois disso, a minha mãe foi trabalhar no hotel do Juscelino Kubischek e eu fiquei criando meus irmãos e dois sobrinhos de uma tia falecida que deixou um bebê que minha mãe amamentava também. Na época, eu parei de estudar com pouco mais de sete anos para ajudar minha mãe. Dos cinco irmãos, eu era a mais velha e tomava conta deles, enquanto que os bebês eu levava quatro vezes ao dia para minha mãe amamentar, porque ela não podia deixar o hotel onde trabalhava. Quando as crianças já estavam maiores, a minha mãe parou de trabalhar no hotel porque ela estava muito cansada e passou a fazer doces, quitutes e lavar roupa para fora. Mas ela continuava sob as ordens da sinhá Agostinha. Um belo dia um dos colonos foi buscar a minha mãe para fazer algo na casa da sinhá, minha mãe estava indo e de repente, ela parou no meio do caminho e resolveu que não ia obedecer às ordens da sinhá dizendo: 'Ah! Diga à Dona Agostinha que eu não vou não, pois tenho doces para entregar hoje'. O colono pegou um rabo de tatu que carregava e começou a bater em minha mãe. Eu acompanhava a minha mãe, na época eu tinha mais ou menos 15 ou 16 anos, avancei na garganta dele. Se minha mãe não me puxasse acho que tinha matado ele de tanta raiva que eu fiquei. Ele saiu correndo para a casa da sinhá e contou que eu tinha batido nele e que minha mãe não ia obedecer mais às ordens deles. A sinhá mandou prender minha mãe. 'A escravidão continuava', a minha mãe foi presa pela polícia. Fui até a delegacia e falei com o policial que tinha prendido a minha mãe. Ele me disse assim: 'Ah! Sai daqui negrinha, senão vou bater em você! Eu peguei e fui falar com o Juiz, um para quem minha mãe lavava roupa, que também era da família Junqueira e o juiz me expulsou dali como um bicho. Ele estava construindo alguma coisa e tinha muita pedra na frente da casa dele, então eu apedrejei a casa dele e não ficou uma vidraça para contar a história. Sai correndo e fui à casa de minha madrinha e contei tudo para ela e foi ela quem conseguiu soltar minha mãe. Na região tudo era Junqueira; até minha avó assinava Junqueira, para o absurdo da dominação.

Até os 17 anos eu trabalhava em casa com minha mãe, cuidando dos irmãos pequenos e ajudando a fazer os doces e quitutes que ela vendia para os senhores da casa grande. Minha infância foi muito difícil por causa da pobreza e a falta de liberdade, ninguém me chamava pelo nome era de “negrinha”, “pererê”, “saci pererê”, “macaca” e tantos outros nomes diminutivos para um ser humano. Eu tinha muita revolta dentro de mim. Sempre fui maltratada, a gente não tinha direito de entrar num lugar onde o branco estava, mesmo depois da falsa carta de liberdade que a gente recebeu, carta condicional, né? Não recebemos liberdade. Até hoje a gente tem aquela mágoa, porque ainda existe..., na igreja a gente ficava sempre no último lugar, não podia ficar na frente, se a gente chegasse e tivesse num banco, e chegasse uma pessoa branca, tinha que levantar e dar o lugar. Eu só não entendia que tudo aquilo era preconceito, violência. Talvez por isso que eu tenha lutado tanto por igualdade de direito. Aos vinte anos vim trabalhar e morar com uma família em Santos/SP. O meu namorado, que era pedreiro, veio trabalhar para a família Juscelino Kubichek na construção de um hotel. Minha mãe não queria esse namoro, ela dizia que os moços da cidade grande eram todos almofadinhas, pilantra etc. Depois de casada trabalhei de doméstica para grandes autoridades em Santos/SP, como prefeitos e tantos outros. Meu filho nasceu e para trabalhar eu o deixava com a minha sogra. Eu participei de um grupo chamado Frente Negra, que abrigava várias entidades com propósitos de ampliação política e cultural para a população negra. Em 1936, surgiu a ideia de criar uma associação para empregadas domésticas em Santos, e logo foram criadas outras associações com a minha participação; nesse momento tive o apoio do professor Geraldo de Campos Oliveira, presidente do Clube Cultural Recreativo do Negro e membro do Partido Libertador. Durante o Governo Vargas, as organizações de trabalhadores foram proibidas. No ano de 39 começou a articulação de guerra, que tornou-se realidade em 1940, quando o Brasil declarou guerra contra o eixo e foram fechados todos os sindicatos, a associação também, paralisou tudo: ninguém podia conversar nas ruas que a polícia já prendia as pessoas como comunistas. No período de 1940 a 1945 não se podia fazer movimento, nesse momento teve alistamento de voluntários para as mulheres, porque os soldados seguiram para Itália e as mulheres faziam o trabalho dos soldados. Eu me alistei, fiz vários

cursos como defesa passiva, auxiliar de guerra, soldado de fogo que era os bombeiros, sentinela avançada. Trabalhei à noite na entrada da barra, guardando navios que chegavam e saiam. A guerra terminou em 1945 e veio anistia, e todos os partidos foram reconhecidos, inclusive o Partido Comunista, porque foi a Rússia quem conseguiu vencer. Nesse período reabriu a associação de domésticas de Santos e eu fui presidente de 1945 a 1949. Em 1948 fiquei viúva e tive que mudar de emprego. Fui trabalhar com a mãe da escritora, Hilda Hist, ela era uma portuguesa muito rica, sem os resquícios dos escravocratas, ela era uma mulher liberal. Em 1949, eu era sua governanta, e depois ela mudou para Mogi Mirim/SP. Em 1950, a patroa, que era dona de um hotel só para ricos, me convidou para ser a gerente do hotel, e foi essa senhora que me deu o apelido de Nina, dizendo que meu nome era muito cumprido. Em 1953, a Senhora faleceu e tive que arrumar outra coisa para fazer e Campinas era uma cidade maior, então eu decidi morar aqui e reconstruir minha vida. Eu fiquei indignada com o comportamento dos patrões e decidi retomar o movimento para organizar as domésticas. De manhã, eu comprava o jornal **Correio Popular** para procurar emprego e deparava com o anúncio que dizia assim: 'Precisa de uma empregada, prefere-se portuguesa'; 'Precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão, prefere-se branca'. Falei 'eu vou acabar com essa coisa', e fui ao **Correio**, e perguntei 'quem é o diretor daquela parte?' e porteiro disse que era o Bráulio Mendes Nogueira. Subi no elevador, já saí em frente dele, falei: 'você que é o Bráulio?' 'Sou, em que lhe sirvo?' 'Vai servir em muita coisa', falei, 'que historia é essa de precisasse de uma empregada, prefere-se branca; precisa de uma empregada, prefere-se portuguesa?'. O Bráulio me disse: 'é, eles vem pedindo, traz o anúncio já escrito, a gente é obrigado a publicar. Mas quer saber de uma coisa, vou acabar com esse negócio, a Sra. topa a briga?', falei: 'topo'. Dia seguinte, seis horas, comprei o jornal, tava lá: 'Precisa-se de uma empregada', mas não dizia a cor e nem a nacionalidade. Quando cheguei em Campinas já tinha grandes conhecimentos, o que facilitou para fazer a articulação com os movimentos negros existente na cidade. Na cidade tinha vários clubes, carnavalesco, social, mas nenhum que acolhesse negros e negras. Os movimentos se uniram e fundaram a escola de bailado, onde podiam participar

meninas negras e brancas no mesmo espaço sem preconceito, porque as escolas de Campinas não aceitavam meninas negras. Criamos um grupo de teatro dentro da escola com dança clássica, danças folclóricas e junto tinha um grupo de deficientes que lutava por seus direitos. Isso foi até 1957, quando surgiu a ideia de fazer o baile das debutantes negras; as mães das meninas negras só autorizam elas irem aos bailes comigo, e o primeiro baile das debutantes negras de Campinas aconteceu em maio de 1957. Foi um alvoroço na cidade, os ricos também vieram para assistir, e eu convidei eles para descer e dançar, foi um momento emocionante ver as negras dançando junto com os brancos, os mesmos que tinham negado alugar o tablado, dizendo que era somente para brancos. Na época esgotou as lantejoulas, porque as negras compraram tudo para enfeitar seus vestidos de debutantes, e os ingressos para o teatro também esgotaram. Fez tanto sucesso que logo criamos o baile da pérola negra em conjunto com o Teatro Municipal, que teve até participação do Jair Rodrigues. Em 1961 obtive o apoio do Sindicato da Construção Civil de Campinas para fundar, nas dependências, a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, e cerca de 1200 trabalhadoras domésticas compareceram ao ato de inauguração da associação, em 18 de maio de 1961. Atuamos em diferentes frentes, especialmente na luta contra o preconceito racial. Com a associação foi possível defender alguns casos que vale lembrar, pois a maioria das domésticas eram crianças negras que os empregadores iam buscar nas regiões mais pobres para trabalhar em Campinas. Uma menina negra foi trazida de Minas para Campinas aos 12 anos, e com 14 o patrão abusou dela sexualmente e a patroa só descobriu quando soube da gravidez, então expulsou a menina da casa. À noite eu soube do caso, então e fui falar com a patroa que se negou a pagar qualquer coisa para a empregada, alegando que a menina tinha traído sua confiança e que era amante de seu marido, então eu disse: “Não foi ela que abusou de seu marido e sim ao contrário”. Fui falar sobre o caso com o Juiz e registrar uma queixa. E o Juiz chamou os patrões e ordenou que eles reparassem o erro chamando os pais da menina para contar o que tinha acontecido e pagar uma indenização no valor de doze mil réis. O dinheiro foi suficiente para os pais comprarem uma casa em Minas. Esse caso foi um grande acontecimento para a burguesia campineira.

A Associação deveria ser fechada com a ditadura. Com a falsa revolução de 1964, o então presidente da República, Castelo Branco, tomou posse e mandou fechar todos os sindicatos, e junto enviou o mandato de prisão para os dirigentes dos sindicatos e meu nome estava incluído, porque eles me acusavam de ser comunista, mas meu relacionamento com as pessoas influentes me livrou da prisão. Eles afirmavam que eu não era comunista, por isso eu não puxei uma cadeia. Tive que aceitar abrigo na União Democrática Nacional UDN. Em 1964, o Congresso das Domésticas foi realizado com apoio da Ditadura Militar e eu tive que ouvir do Sr. Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho que disse: 'Então é você o terror das patroas'. Em 1968, houve a crise da Associação com a vice-presidente porque ela entendia que eu tinha avançado demais, e por causa de ciúmes juntou com algumas patroas e colocou fogo no local, porque não encontraram o estatuto. Antes de fechar a Associação eu fui ao Rio de Janeiro, no Consulado africano, representar a comunidade negra, então elas aproveitaram a minha ausência para saquear e revirar a sede, mas não encontraram o estatuto, que tava (sic.) lá, mas a raiva era tanta que não conseguiram achar. Por causa das brigas eu fiquei doente, então o médico e meu filho, Alaor, me proibiram de falar dessa Associação, que parou de funcionar por 14 anos porque a vice não tinha capacidade para fazer o trabalho, mas tentou registrar a Associação durante 13 anos sem sucesso. (Entrevista concedida a revista Trabalhadores Classes Perigosas, em julho de 1990).

Laudelina é referência internacional porque começou a luta pelos direitos, pela valorização e pelo respeito às domésticas há 76 anos e contribuiu para organizar a categoria em nível nacional. O projeto de Dona Laudelina é de que todas as domésticas brasileiras tenham os mesmos 34 direitos garantidos aos outros trabalhadores, tanto que seu projeto se transformou em um ato de resistência do movimento sindical nacional contra a violência do Estado, que completa 468 anos. A continuidade de sua luta nos

tem permitido fazer o enfrentamento diariamente no local de trabalho e nos movimentos em que as trabalhadoras domésticas participam.

Em 1936, na cidade de Santos, dona Laudelina de Campos Mello, com o apoio de companheiros do Partido Comunista, funda a primeira Associação de Domésticas, após a extinção de uma que existiu em São Paulo. Quando Dona Nina mudou para Campinas já era muito conhecida, além de participar do movimento negro, fundou a Associação de Domésticas na cidade. Na época, ela era referência para as domésticas da região, e isso contribuiu para transformá-la em liderança conhecida nacionalmente.

Em 1979 a Marquiza que trabalhava como doméstica recebeu da Pastoral Operária a missão de organizar a categoria e passou a se reunir com algumas colegas para colocar o plano em ação. Decidiram fundar uma Associação de Domésticas em Campinas e foram informadas de que já existia uma, registrada e com estatuto, mas que estava desativada desde 1968. Ao encontrar a documentação, procuraram Dona Nina, ex-presidente e fundadora, que se prontificou a dar todas as informações e ainda auxiliou na reativação da Associação, em fevereiro de 1983.

Laudelina, com a saúde debilitada, participou da redemocratização do país no processo constituinte de 1988, onde elas conseguiram conquistar aqueles direitos que estão descritos no Parágrafo Único do Artigo 7º da Constituição. No dia 20 de novembro de 1988, a Associação se transformou em Sindicato.

O primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Domésticos aconteceu em 1968, na cidade de São Paulo, e contou com os apoios da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). O evento reuniu 44 participantes de nove Estados. A plenária deliberou que haveria um Congresso da entidade a cada quatro anos,

e dentre as resoluções estava a luta por uma sociedade justa para garantir a cidadania plena das domésticas. As bandeiras de luta: encaminhar projeto de lei ao Congresso Legislativo pedindo a regulamentação da profissão, a Previdência Social, a inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); incentivar a doméstica a negociar com seus patrões algumas horas de folga para poder participar da organização da categoria; lutar por uma sociedade justa para todos, sem exploração e sem discriminações.

Em 1972 a categoria conquistou o registro em carteira e o recolhimento do INSS prescrito na lei no 5859/72. Mas o parágrafo do artigo 7º da CLT exclui a doméstica de seu texto aplicativo perante a justiça do trabalho. Somente na Constituição Federal de 1988 vieram mais alguns direitos. No V Congresso Nacional das Domésticas, em 1985 formaram uma equipe nacional composta pelas diretoras que dessem conta de representar a categoria nos Estados, mas D. Laudelina enfatizou que era necessário avançar na luta pela igualdade de direito. No sexto Congresso Nacional, em 1989, após muita discussão criou-se um Conselho Nacional composto por doze membros e a Secretaria sob a responsabilidade do Sindicato de Recife. A partir dessa iniciativa surgiu a ideia de organizar os sindicatos de domésticas no país. Em 1993 nós conseguimos apoio financeiro para formar o Conselho Nacional e foi necessário liberar diretoras para fazer o trabalho em cada região que não foi definido pela ordem geográfica, mas pelo número de sindicatos existentes em cada uma delas, ou seja, predominou a organização política. Em seguida surgiu a necessidade de criar uma Federação para fortalecer a luta dos sindicatos.

Laudelina participou da organização nacional das domésticas e se preocupava com a valorização da doméstica. Ela dizia que era necessário se valorizar como pessoa para dar valor à profissão sem perder de vista a autoestima, pois o ato de conhecer a si mesma, saber seu valor, contribui para a valorização das outras pessoas. As pessoas são importantes,

porque sem elas não existia “eu”; aprendi, eu sou, eu quero, eu posso. Valorizar-se como mulher e como profissional fortalece nosso papel como sindicalistas.

A seguir, um breve panorama das sete fases do sindicalismo no Brasil. A primeira inicia um pouco antes da República Velha, de 1873 a 1928 – quando a economia principal era baseada na agricultura e havia poucas indústrias. Naquela época, a organização sindical sofreu interferência do Estado durante 55 anos, de maneira que a classe trabalhadora não tinha liberdade para discutir os problemas e tomar as próprias decisões.

A segunda começa a partir da década de 30, com a industrialização no primeiro governo de Getulio Vargas. Ele não criou a Carteira de Trabalho e nem a CLT, o que ele fez foi reunir, em documentos, os direitos que os trabalhadores foram conquistando e levou a fama, mas não é mentira que ele excluiu os direitos das domésticas. O *varguismo* é um período da nossa história que marcou o imaginário do povo brasileiro porque ele acredita que Vargas foi, realmente, o pai dos pobres. Como a população não tem oportunidade à informação, esse tipo de equívoco não chega a ser um pecado mortal. Se de um lado Getulio era o pai dos pobres, do outro era a mãe dos ricos. Com a industrialização do país, aumenta o número de imigrantes vindos de países da Europa, e eles já tinham uma consciência de classe muito avançada em decorrência dos 300 anos de industrialização. Eles trouxeram na bagagem experiências de partidos comunistas e das teorias de Marx.

A terceira fase inicia-se na década de 50, quando se dá o “milagre econômico brasileiro”, também conhecido como período desenvolvimentista. Como dizia JK, “os 50 anos em 5”. A construção de Brasília se dá nesse período. Nessa fase havia uma pequena confusão no movimento sindical, porque os trabalhadores não tinham consciência dos limites que separavam os papéis do Estado, do empresariado e da classe trabalhadora.

A quarta fase é marcada pela Ditadura Militar, em 1964. Foi a época mais violenta da nossa história, porque os militares implantaram o terror confiscando a Constituição. Proibiram todas as manifestações populares; e a elite se uniu aos militares, pois eles não queriam distribuir a riqueza do país com o povo. Nesse período os Sindicatos foram fechados e seus líderes foram presos, torturados, perseguidos e assassinados de forma cruel. Dona Laudelina de Campos Mello foi obrigada a fechar a Associação das Domésticas, em Campinas. Em 1972 conquistaram o direito do Registro em Carteira, a previdência social e 20 dias de férias para a trabalhadora doméstica, em plena ditadura.

A quinta vai de 1976 a 1983, quando os movimentos sociais começaram a se organizar clandestinamente. O movimento operário cresceu tanto que culminou na fundação do PT e da CUT. A imposição da política neoliberal global destruiu a identidade do trabalhador de tal maneira, que hoje ele não se identifica mais como uma pessoa da classe. Ele acredita que é um indivíduo liberal, com “capacidade de mudar de emprego”, assim como se muda de roupas ou de celular por um de tecnologia mais avançada. Com isso, os dominantes imprimem nos trabalhadores a ideia de que o Sindicato é para pessoas de mentalidade atrasada. Este é o pensamento ideológico da verdadeira elite mundial que sustenta o sistema capitalista neoliberal e que influencia não só os governos fracos, sem base popular, como também uma grande parcela da população, que ainda não distingue uma coisa da outra. Estamos diante de uma realidade complexa: são oito milhões de trabalhadoras domésticas e dessas, 6 milhões estão sem carteira assinada e muitas ganham menos de um salário mínimo; historicamente fomos excluídas da CLT e discriminadas na Constituição Brasileira. A categoria deve saber qual é o papel de cada diretora para cobrar um trabalho mais comprometido com o pensamento de esquerda. Para compreender melhor a função do Sindicato, é muito importante fazer um estudo sobre as engrenagens do poder capitalista e de suas políticas para poder entender estes dois fatores que interferem na constituição da

concepção e prática sindical. A CUT é a primeira Central Sindical fundada no país, e para fazer o enfrentamento da política econômica neoliberal se propõe a discutir a relação com o Estado, o partido político e os patrões.

A sexta e penúltima fase, na década de 90, é marcada pela implantação da política neoliberal (*nova liberdade*) imposta aos países pobres pelos países ricos. E mais, a revolução tecnológica e dos meios de comunicação marcou o fim das fronteiras entre os países, do trabalho terceirizado, o fim dos direitos trabalhistas, a redução do Estado com as privatizações. Enfim, a doméstica está vivendo na era da globalização neoliberal.

A última fase aponta a luta da CUT e suas entidades filiadas no processo de democratização do país e na construção de um projeto de desenvolvimento a partir do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Tem atuado na organização e na mobilização dos/as trabalhadores/as na defesa de seus direitos enquanto classe, e também no reconhecimento de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela opressão classista, de gênero e raça, e que estas discriminações se expressam também no interior da classe trabalhadora com aparato da legislação. A Convenção 189 da OIT, seguida da Recomendação 201 foi uma vitória importante para as/os trabalhadoras/os domésticas/os de todo o mundo. O objetivo da Convenção é garantir a proteção para essas/es trabalhadoras/es transformando a relação de exploração em uma relação de direitos. Mais um passo se deu na ampliação de direitos para as domésticas. Os Sindicatos das domésticas, através da Federação (FENATRAD) filiados a CUT/CONTRACS mantiveram vivo o projeto de igualdade de direitos para as trabalhadoras domésticas, idealizado por Laudelina de Campos Melo (Nina). O resultado dessa luta deu origem à Convenção 189 da OIT aprovada em 2011 que fala sobre o trabalho decente onde todos têm os mesmos direitos. Após 76 anos de luta vivemos um

momento importante: no dia 20 de novembro de 2012 a Câmara dos Deputados aprovou a primeira etapa da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 478/10 que amplia os direitos para a trabalhadora doméstica no parágrafo único do Art. 7º da C F. Dos 513 deputados 359 votaram a favor e 2 votaram contra.

Laudelina foi líder feminista, incansável lutadora dos direitos do negro e das empregadas doméstica no Brasil. Passou por uma infância de exploração, discriminação e racismo, o que a levou a desenvolver dentro de si a indignação com a desigualdade social no país. Foi presidente do Clube 13 de Maio, que promovia atividades recreativas e políticas. Tornou-se uma ativista da Frente Negra Brasileira. Passou a atuar em movimentos populares e sua militância ganhou um peso político e reivindicatório com sua ligação ao Partido Comunista Brasileiro. Quando as atividades políticas foram proibidas em função do Estado Novo, mudou-se para Campinas, onde se integrou ao movimento negro da cidade e denunciou que as empregadas negras eram rejeitadas, protestando contra os anúncios racistas, publicando no jornal *Correio Popular*.

Sua militância nos movimentos, seu senso crítico aguçadíssimo e a intolerância contra o preconceito racial foram fundamentais para criar as Associações de Domésticas em Santos (1936), no Rio de Janeiro (1962), em São Paulo (1963) e em Campinas (1961) que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região em 1988. Atuou nas universidades brasileiras por mais de 30 anos, até seu falecimento. Morreu em Campinas no dia 23 de maio de 1991 e está sepultada no cemitério da Conceição. É um símbolo de luta porque tornou visível o trabalho doméstico, denunciou a desvalorização e buscou conquistar direitos trabalhistas e dignidade, expondo a situação de profunda pobreza, racismo e machismo em que vivem milhares de mulheres negras em todo o país. Por não ter parente, Laudelina deixou seu único imóvel para o Sindicato

das Trabalhadoras Domésticas de Campinas com documento registrado em cartório e, enquanto existir uma doméstica no país, a casa deve servir para a categoria se organizar.

Para finalizar o capítulo vou falar de um trecho da carta que Laudelina recebeu – Campinas 18 de maio de 1961:

Senhora Laudelina de Campos Mello – ao invés de postar em ser advogada e protetora da classe doméstica, a qual prima pela sua reivindicação, jogando contra os lares com promessas sobre modo desairosas como segue: liberdade, exigência, falta de polidez, férias, 8 horas de serviço, repouso remunerado e outros demais direitos adquiridos pelos trabalhadores[...] a missão a qual inicia abraça-la, dona Laudelina, é digna dos maiores encômios, mas tão ríspida, ingrata e antipática. Para que prospere esse plano, creia-me, abrigue a essa plêiade de analfabetas... peço-lhe com admiração pingar os is com calma e bastante prudência! Observador amigo. Uma escola religiosa de aprendizagem e maneiras, seria o ideal porque na verdade as empregadas são mal criadas e mal agradecidas às boas patroas em geral/ Desejo felicidade a Sra. Dona Laudelina.

DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são um conjunto de regras internacional que “assegura” o exercício da cidadania contra o abuso de poder do praticado por governantes, sistemas econômicos, instituições religiosas ou por quaisquer pessoas que se intitulam superiores por causa da quantidade mínima de bens materiais que possuem, de cargos hierárquicos que ocupam ou de outro tipo de futilidade que não merece comentário.

Direitos humanos é um conceito teórico científico – Ciência Social – que parte da realidade social como objeto de pesquisa, mas uma vez transformado em método, encontra dificuldade para aplicá-lo na prática. Através dos estudos de sociologia é possível afirmar que o aumento da desigualdade social é resultado do pacto que houve entre o poder econômico e o poder político, ou seja, no sistema capitalista, a concentração de renda é garantida pelo poder jurídico e pelos meios de comunicação de massa. Atualmente, a sedução da economia política neoliberal internacional tem contaminado tanto a linguagem teórica acadêmica que o sentido e a aplicação dos Direitos Humanos se perderam no vácuo, ou seja, o indivíduo vive no mundo da superficialidade, das especializações graduais que não resistem ao bom argumento. As relações humanas são efêmeras! Confunde-se política essencial com política partidária! E mais, confunde-se bandeira de luta com individualismo! Prega-se e defende-se um tratamento mais humano, mas age-se de maneira completamente oposta! Basta observar as enormes contradições que existem entre o discurso e a ação. Veja o exemplo: um/a cidadão/ã é capaz de doar um cheque de 200 mil reais a uma instituição de caridade com o intuito de se autopromover, e em seguida tem a pachorra de humilhar, explorar e negar os direitos trabalhistas de seus funcionários; ou uma pessoa que vai às ruas manifestar-se contra o preconceito racial e na primeira situação em que se encontra em apuros mostra-se um autêntico racista.

Os capitalistas, ensandacidos pelo lucro, impuseram a política neoliberal mundial obrigando os Estados a eliminarem o investimento em políticas públicas para deixar o mercado livre. Este cenário favoreceu os empresários; as naves mães; e facilitou a proliferação das ONGs que ganham fortunas em nome da miséria da população. E o que é pior, elas enriquecem com dinheiro público, prestando o mínimo de serviço com qualidade abaixo do esperado. De maneira que, a metodologia teórica, ao invés de servir de

instrumento para intervir e transformar a ação de pessoas que negam direitos elementares (como alimentação, liberdade, dignidade, cidadania plena), transformou-se em discurso vazio. Essa teoria se distanciou da prática de tal maneira que o conceito direitos humanos foi parar no mundo metafísico e tem sérias dificuldades de aterrizar no mundo prático. Se para o geógrafo Milton Santos vivemos a era da espetacularização, para o psicólogo Augusto Jorge Cury vivemos a era do conhecimento externo superficial sem compromisso com o mundo interno, ou seja, não nos damos mais o direito de refletir antes de agir. A seguir, veja alguns exemplos de violência contra a vida.

No cenário político Internacional, os EUA e Israel se intitulam superiores e se colocam contra o reconhecimento do Estado da Palestina. E mais, a forma cruel com que os grupos econômicos, ambiciosíssimos, usurpam a riqueza natural do continente africano por meio do financiamento de guerras civis, deixando o povo mais rico do planeta morrer de fome sem sequer ter consciência de que a exploração da riqueza de seu continente tem servido para financiar seu próprio extermínio e fomentar a riqueza das nações mais desenvolvidas do mundo. Veja por que no Brasil a situação que envolve os direitos da doméstica é bizarra! São 467 anos de profissão sendo os últimos 76 marcados por brigas intensas no Congresso Nacional para que reconheçam que nós temos os mesmos direitos que os outros profissionais. Retornamos novamente a Casa, e mais uma vez corremos o risco de ser escorraçadas. Vamos provocar os herdeiros dos senhores de escravos...

Direitos humanos é um conceito amplo e muito complexo, de modo que o tema terá um recorte com foco sobre a violência estrutural política que impede a concretização da equiparação dos direitos trabalhistas da/o profissional doméstica/o no Brasil desde a economia político-escravocrata até a economia político-neoliberal global. Equiparação dos direitos trabalhistas quer dizer equilibrar, na balança, dois pesos quantitativamente

desiguais, ou seja, nivelar estas medidas tornando-as iguais. De um lado desta balança estão depositados 35 direitos que pertencem aos demais setores da classe trabalhadora. Desse lado o peso é maior, e os direitos estão assegurados na CLT e na Constituição Federal. Enquanto que do outro lado, o mais leve, estão depositados apenas 13 direitos trabalhistas do Setor Doméstico e a maioria deles ainda não se tornou lei. E para piorar a situação, alguns operadores dos direitos fazem vista grossa para aqueles patrões(oas) que violam esses míseros direitos, o que contribui para somente duas mil e quatrocentas domésticas, das oito milhões existentes, terem o Registro em Carteira, isso depois de 41 anos que a legislação entrou em vigor.

Descrever sobre os 76 anos de luta do Movimento Sindical Nacional das Domésticas pela Equiparação dos Direitos é dar-lhe o respeito e o reconhecimento pelo seu trabalho. Mas também é dividir com o público o sofrimento causado pelo tratamento desumano de que o setor doméstico é vítima, e aproveitar o espaço para formalizar a denúncia aos representantes dos Direitos Humanos como a elite política usa do recurso legal para negar e sonegar os direitos trabalhistas da(o) doméstica(o), beneficiando assim as(o) patroas(ões). Portanto, a violação desses direitos é um ato legal do ponto de vista dos positivistas. De maneira que, a exposição de questões nocivas que envolvem este fato, levantar os pontos críticos de forma argumentativa e até pressionar os parlamentares para ampliar o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal é um direito do Movimento Sindical que luta pela equiparação dos direitos trabalhista, pela recuperação da autoestima para resgatar a identidade histórica perdida sempre por causa das manobras políticas. Apresentar este fato através da ótica da discriminação legal política em um debate público daria um aspecto mais humano e suscitaria a crítica do Setor e conseqüentemente sua organização.

Nota-se que a cada mudança econômica no país, em que a elite decreta falência, os políticos usam, indevidamente, a verba pública para recuperá-la da bancarrota e também usam de suas influências para acobertar não só os crimes físico-políticos, como também a falta de ética. Este tipo de comportamento escuso tem suas raízes na política escravagista que se alastrou na República Velha, atravessou a vergonhosa Ditadura Militar de 64 e chegou ileso na excludente economia política neoliberal global.

A postura de cobrar a ampliação do parágrafo único do artigo 7º da CF através da pressão, da exposição e da argumentação crítica que aponta os problemas que giram em torno desta questão é legitimar e fortalecer a luta do setor doméstico contra a violência constitucionalizada que impede a concretização da equiparação dos direitos trabalhistas.

Se por acaso as ideias abordadas até agora forem utópicas, então, que tal refletir sobre a violência legal dos direitos do ponto de vista prático, começando pela pergunta que se segue, afinal de contas, qual é a imagem que a mídia propaga em maléfico da doméstica? A resposta veio de Delfim Neto, ex-Ministro da Economia, que disse que a empregada/o doméstica/o é um animal de luxo que está em extinção. Em maio de 2011 esse representante do povo afirmou, publicamente, que a/o profissional doméstica/o não é um ser humano, mas sim um animal caro que está em extinção. Infelizmente, este tipo de mentalidade doentia ainda contamina a elite! Essa cultura se inicia com a elite que dominou a economia político-escravocrata e se mantém ileso na economia político-neoliberal global. De acordo com Delfim Neto, daquela economia para esta, a/o profissional doméstica/o passou apenas de mula/burro de carga do senhor de escravos para animal de luxo que vende a sua força de trabalho para as famílias abastadas da nova era econômica. A profissão doméstica tem suas raízes nos 343 anos de escravidão – de

1545 a 1888 – incluindo mais 48 – de 1888 a 1930 – de trabalho realizado a troco de comida. Por causa destes fatores é que os dados estatísticos comprovam que mais de 64% dessa mão-de-obra é composta por trabalhadoras/ es negras/os. E mais, a discriminação e o preconceito são estruturais. Esse tipo de atitude nociva se solidifica através da educação formal brasileira que tem negado à população o direito às informações sobre a história dos vencidos (negro/índio). A partir deste ponto de vista, verifica-se que a violação dos direitos trabalhistas é um ato legal e que se iniciou com o sequestro do povo africano abençoado pelo cristianismo, nos idos de 1545. A implementação da política de embranquecimento e o financiamento público da mão-de-obra assalariada do imigrante comprovou a segregação do povo negro.

Sequencialmente, a violência legal contra a equiparação dos direitos trabalhistas é um marco regulatório do projeto político escravocrata e do movimento literário eugênico (eliminação do povo negro por considerá-lo uma raça inferior) defendido por alguns intelectuais renomados como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, entre outros com a missão de atacar e subjugar violentamente os/as afrodescendentes, esse tipo de sequela também contribuiu para destruir a autoestima do setor doméstico sem qualquer possibilidade de reconstruir a identidade histórica e lutar pelos seus direitos. Estes visionários fanáticos pregavam um tipo ideal de beleza e acreditavam piamente que os negros não tinham capacidade para manusear as habilidades técnico-científicas, servindo apenas para rebolar, jogar futebol e fazer o serviço pesado. Infelizmente, essa imagem nociva contaminou o inconsciente coletivo da sociedade brasileira e reflete perversamente no comportamento da maioria dos representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e salvo algumas exceções, do Poder Executivo, nas instâncias Municipal, Estadual e Nacional.

Na década de 30, com o fim da República Velha, os direitos da/o doméstica/o ficaram fora da CLT porque esse setor da classe trabalhadora não tinha valor em

uma sociedade que supervalorizava o diploma superior em detrimento do ser humano, e como a profissão não exige formação, então todo aquele que realiza esse tipo de trabalho é insignificante perante a valorização elitista da sociedade capitalista. E mais, esse/a trabalhador/a era considerado um agregado da família.

Apesar da institucionalização da violência, o movimento das/os domésticas/os não desistiu da luta pelos direitos e pelo respeito à dignidade do setor. Somente em 1971 o movimento consegue a garantia de pelo menos 03 dos direitos: o registro em carteira, o recolhimento do INSS e férias de 20 dias. A partir da Constituição de 1988 até agora, os Sindicatos das/os domésticas(os) do país, após 70 anos de luta, conseguiram apenas a garantia de 13 dos 35 direitos que estão garantidos aos outros setores da classe trabalhadora. Na época da formalização desta Constituição, as sindicalistas de todo o país que estavam em Brasília para pressionar, jogaram até sapatos nos parlamentares para que eles votassem no projeto das domésticas. O presidente da comissão parlamentar, Ulysses Guimarães, assediava as sindicalistas a todo momento, dizendo que “Os parlamentares não votarão no projeto de vocês com todos esses direitos, então cabe a vocês selecionarem apenas alguns deles”. Foi assim que Benedita da Silva, Deputada Federal, orientou as domésticas. Depois de ter feito a “escolha” pelos direitos que não prejudicariam economicamente os/as empregadores/as e muito menos mancharia a “reputação” dos parlamentares perante seus patrocinadores, foi incluído o parágrafo único no artigo 7º da Constituição que trata da seleção dos 09 direitos entre os 34 garantido aos outros trabalhadores.

Mais uma vez, o Movimento Sindical Nacional do Setor Doméstico, junto com as domésticas de outros países, a Confederação do Ramo do Comércio e Serviço, a Central Única dos Trabalhadores e a Organização Internacional do Trabalho, colocam publicamente para o mundo como este

setor da classe trabalhadora é ignorado e discriminado legalmente por suas autoridades políticas. Através da experiência dos 76 anos de luta do movimento sindical brasileiro pela equiparação dos direitos trabalhistas, somada à desumanização de outras vivências criaram a Convenção de número 189, seguido da Recomendação de número 201 com o apoio da OIT. No Brasil, este documento não tem poder institucional para equiparar os direitos trabalhistas do Setor Doméstico porque, em primeiro lugar, ele deve ser regularizado e adaptado de acordo às normas da Lei brasileira. Em segundo lugar, é preciso lembrar que a Constituição é o documento mais importante, e que não haverá mudança para o Setor Doméstico se pelo menos 345 dos 513 deputados, e de pelo menos 47 dos 81 Senadores não votarem pela retirada do parágrafo único do artigo 7º.

A forma superficial com que a mídia em geral divulgou a notícia sobre a Convenção da OIT gerou uma confusão no entendimento das pessoas, principalmente na maioria do setor doméstico que segue acreditando que agora tem direitos, porque foi a OIT quem os deu. O movimento sindical deste setor gostaria de apresentar o quadro um pouco melhor, mas na prática não é o que acontece, pois o projeto de violência política contra a equiparação dos direitos trabalhistas retornou ao Congresso Nacional. De acordo com as regras do jogo, formou-se uma Comissão Parlamentar para realizar Audiência Pública e familiarizar os congressistas acerca da regulamentação e a sua adoção da Convenção nos termos da lei brasileira. Mas o problema é que esta Comissão alia a Convenção a outros projetos de Emenda Constitucional que vem de encontro com seus interesses eleitoreiros e contrários às PECs que legitimariam os direitos trabalhistas do setor doméstico. Como se não bastasse isso, o presidente da Comissão

Parlamentar disse à relatora, Benedita da Silva, que a sua principal missão seria a de encontrar uma forma de repor as perdas econômicas que por ventura os/as patrões/as tenham caso a equiparação dos direitos se concretize. Por causa da falta de caráter da maioria dos políticos não se aplica a justiça para a maioria da população brasileira.

CONCLUSÃO

Ao longo da história do Brasil, a violação legal dos direitos do povo negro e conseqüentemente a negação dos direitos trabalhistas da/o empregada/o doméstica/o são frutos de um projeto político destrutivo que é aplicado e defendido pelos herdeiros legítimos dos senhores de escravos, das oligarquias, do coronelato, das ditaduras e da excludente economia político-neoliberal, que entranham as estruturas dos poderes. O objetivo desse projeto é manter a desvalorização da profissão, associando o trabalho doméstico a uma coisa inferior, pesada e suja, atribuído aos negros/as, pois estes são pessoas “inferiores” e perfeitamente aptos a desempenhar esse tipo de trabalho sem direitos.

Em 2010 surgiu a ideia de produzir este texto para valorizar os 76 anos de luta das domésticas que a mídia mais uma vez ofuscou. O movimento sindical do setor doméstico no Brasil vem lutando para equiparar os direitos trabalhistas das domésticas desde a década de 30, quando começou com Laudelina, descrita no segundo capítulo deste trabalho para o *Prêmio Mulheres Negras Contam sua História*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal de 1988, parágrafo único do artigo 7º.

CURY, Augusto Jorge, **Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores**, 8ª ed. Revisada, São Paulo: Cultrix, 2006.

Documentário sobre a biografia de Laudelina.

MILTON Santos, o pensador do Brasil, Direção: Sílvio Tandler, Caliban Produções, 107 minutos, 2001.

Revista Brasil

Revista Bravo. ed n. 165, maio de 2011.

Revista Trabalhadores Classe perigosa

SANTOS, Gevanilda Gomes, **Relações raciais e desigualdades no Brasil**, Editora SELO NEGRO, 2009.

SCHUMA SCHUMAHER, Erico Vital Brazil, **Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Jorge Zahar Editor, RJ, 2000.

Sindicato das Domésticas de Campinas e Região – relatos de atividades internas, Seminários Estaduais e Congressos Municipal e Nacional.

Site da CUT – Central Única dos Trabalhadores

O RISCO DE SER MULHER NEGRA: ENTRE A EMOÇÃO E A RAZÃO

Cláudia Marques de Oliveira

Descendente do povo Gurutubano quilombola do norte de Minas, nasceu em Janaúba no estado de Minas Gerais. Possui graduação em Normal Superior pela Faculdade Pedro Leopoldo. Professora da rede municipal de Educação da Prefeitura de Pedro Leopoldo/MG. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Conhecimento e inclusão social em educação da FAE/UFMG.

Nasci negra na cidade de Janaúba/MG, descendente do povo gorutubano e quilombola, formado pela mistura de índios e negros que se fixaram às margens do rio Gorutuba. Filha de um homem negro e uma mulher branca que conheceu as amarguras do preconceito contra a mulher, subentendidas nas vivências e relações machistas e racistas numa sociedade que se iniciava no exercício da democracia. Caçula de doze irmãos, sendo oito mulheres. Apenas as últimas duas filhas nasceram em um hospital. Todos os outros filhos nasceram na “roça” com o atendimento de uma parteira. Cheguei de forma abrupta, o ventre cansado de minha mãe já não esperava mais frutos. Aos quarenta e quatro anos minha mãe acreditava não mais engravidar. Cheguei de surpresa, no repente, temporona. Nasci tia. Tive várias mães, minhas irmãs: Cleuza, Anita, Zilda, Zilma, Cida e Luzinete. Fui amamentada até os quatro anos de idade. Algumas imagens ficaram registradas em minha mente como fotografias. Recortes de minhas lembranças da infância.

Aos quatro anos me percebi como diferente, eu não era branca, não era morena e não gostava dos termos parda e mulata. Os termos negra e preta, não eram cogitados como formas de identificação devido aos estigmas negativos que carregavam e recebiam na sociedade janaubense. Eram comumente usados como xingamentos. Vivenciei de perto, sobretudo das mulheres e crianças, em minha infância, a luta, as necessidades e dificuldades do povo gorutubano. Quando meus pais foram morar na cidade conseguiram

uma pequena casinha em um bairro afastado do centro. Posteriormente nesse mesmo bairro foi construído o segundo hospital de Janaúba, destinado ao atendimento dos trabalhadores e pequenos produtores rurais da região. Eram muitas as mulheres e crianças que vinham das “roças” mais distantes. Hoje essas “roças” são nomeadas como comunidades quilombolas, certificadas desde 2004 pela Fundação Palmares. Essas mulheres e crianças tinham como referência e ponto de apoio a casa de meus pais, que ficava ao lado do hospital. A casa era pequena mas tinha uma varanda grande e nunca deixamos de receber, alimentar e cuidar de nenhuma família que chegasse, por mais difícil que fosse nossa condição econômica.

As “roças” eram distantes da cidade, e isso fazia com que as mulheres, quando precisavam de atendimento médico ou quando iam “ganhar neném”, levassem seus filhos menores à nossa casa, porque costumavam ficar vários dias. Quase sempre os maridos retornavam para cuidar da roça enquanto suas mulheres e crianças passavam por atendimento médico, exames e/ou internações. Eu brincava muito com as crianças, que em sua grande maioria eram parentes ou afilhados de meus pais. Assim, eu aprendi a brincar de bonecas de milho, bolinha de gude, estilingue, corre cotia, cabra-cega, rouba-bandeira e tantas outras. Ao mesmo tempo em que brincava e me divertia, eu também acompanhava e vivenciava o sofrimento e dificuldades dessas famílias no acesso à saúde, à água, transporte, educação etc. Vivenciei também a espera e o nascimento de muitas crianças, o que me fazia ficar mais próxima das mulheres fazendo perguntas e conversando com as mesmas. Assim, eu conhecia e ficava encantada com os bebês e o linguajar típico das mulheres gorutubanas e ribeirinhas. Como meus avós paternos moravam na “roça”, na comunidade de Jacarezinho, e meu pai continuava com suas atividades de pequeno produtor rural nas terras de meu avô ou como meeiro, sempre nos finais de semana e nas férias escolares íamos com às “roças”, visitar parentes, afilhados, padrinhos ou conhecidos.

Vivi uma infância boa, recheada de aventuras e eventos marcantes, ricos de conhecimento. Gosto de falar o quanto ficava encantada com as mulheres e crianças gorutubanas que repousavam em minha casa. Essas mulheres tinham um modo de falar diferente das pessoas da cidade. Observava as mulheres atenta e interrogativa. Perguntava sobre tudo, ficava horas a conversar com elas, a observar os bebês recém nascidos e os cuidados que requeriam. Aprendi a medir a idade dos mesmos e se já haviam aberto os olhos, se já se sentavam, engatinhavam ou se já comiam comida além de mamar no peito. Naquela época os bebês nasciam com os olhos fechados e levavam cerca de três a quatro dias para abri-los. Aprendi a curar umbigo e a enterrá-los depois que caíam. Presenciei batizados caseiros urgentes, quando a criança agonizava para morrer e ainda não havia sido batizada. Acompanhei muitas mamadas e também muitos desmames devido às mulheres já estarem grávidas novamente. Lembro-me de termos visitado muitas dessas famílias gorutubanas, das comunidades mais próximas às mais distantes: Jacarezinho, Carrasco, Vila Nova dos Poções, Jacaré Grande, Lagoa Grande, Rio Verde, Caraíbas, Mamonas, Piranhas, Quem-quem dentre outras mais próximas da cidade, que logo se tornaram bairros urbanos. Em geral, esses bairros eram formados por diferentes núcleos de famílias gorutubanas que traziam características peculiares e específicas que as diferenciavam entre si. Assim, eram chamados de: gorutubanos dos Barbosa, gorutubanos das Piranhas, do Dente-grande, do bairro Santo Antônio, da Catinguinha etc.

Jacarezinho é uma comunidade rural pequena e muito acolhedora, era lá que eu passava a maior parte de minhas férias. A comunidade não tinha energia elétrica, nem água encanada. Usava-se a lamparina abastecida com querosene. A água era buscada em latões ou potes na cabeça, em um poço artesiano ou no rio Gorutuba. Ainda na infância, vivenciei o ato coletivo e milenar de fazer a farinha de mandioca na comunidade do Jacarezinho, onde meus avós paternos moravam. As famílias que plantavam



mandioca se reuniam a cada semana em forma de mutirões, todos colhiam e processavam a mandioca que fora plantada no ano anterior. Talvez tenha sido a primeira e única vez que participei e acompanhei um desses mutirões. Apesar de ser ainda muito pequena, fiquei maravilhada. Só não participei da colheita. Era em uma “fabriqueta de farinha” comunitária, de uso de todas as famílias que residiam na comunidade. Era necessária a união e o senso coletivo de todos, caso contrário ninguém teria farinha. O processo era iniciado ainda de madrugada, adentrava noite afóra e durava uns três dias. Havia uma organização que dividia as famílias que ficariam responsáveis por cada etapa do processo de feitiço da farinha, desde a raspagem da casca escura, o ralar ou moer a mandioca, ou prensar a massa, tirar a goma, peneirar, torrar a farinha e fazer o beiju. Acompanhei praticamente todas as etapas, hora brincando de ajudar, hora brincando e aprendendo com as outras crianças. Eram elas que me explicavam boa parte das coisas. Lembro-me de ter entendido e conhecido as etapas, nomes e produtos da mandioca, muito falados e/ou usados no dia a dia gorutubano. A massa, a goma, o soro retirado da prensa e os diferentes tipos de beiju, hoje muito conhecido como tapioca. A habilidade das mulheres gorutubanas nos fornos ao torrar a farinha, o peneirar e retirar o “grolão”. O processo de torrar a farinha era delegado às mulheres gorutubanas mais velhas e experientes, porque era a prática quem garantia o ponto certo da torragem que devia ser por igual, assim se garantia uma melhor qualidade da farinha. O “grolão” era a parte mais grossa da massa, que depois de peneirado ia ao sol para secar, sendo guardado em sacos. Serviria como alimento caso o ano seguinte fosse menos abastado ou se a farinha não durasse até a próxima colheita de mandioca.

Os diferentes tipos de beijus trazem características geradas a partir da temperatura do forno, do ponto e da qualidade da massa, das técnicas e diferentes manejos, formatos e densidades do beiju. Lembro do “beiju colinha”,

o mais preferido entre as crianças. O tradicional, mais denso e firme, era o preferido dos mais velhos. Foi nessa ocasião que entendi o que era a prensa, e o que significava dizer que o boi ou o cavalo estavam “chumbados” (era quando o animal bebia o soro extraído da massa da mandioca depois de prensada e ficava tonto, como que bêbado). Foram experiências mágicas de minha infância, que me faziam ficar cada vez mais apaixonada pelo “ser gorutubano”.

Foi depois dessa experiência na “fabriqueta de farinha” que entendi o que eram os objetos e as ruínas de uma instalação ao lado da casa de meus avós paternos. Era o que restara de uma fabriqueta de farinha que meu avô tivera e mantivera nos anos mais férteis e produtivos. Eu era uma menina muito curiosa que adorava conversar com os mais velhos. Praticamente todos da comunidade do Jacarezinho me conheciam naquela época, tanto por causa dos laços de parentesco e apadrinhamento, como também pela luta de meu pai e pelo prestígio e respeito que meus avós tinham na comunidade.

Toda a comunidade do Jacarezinho era muito religiosa, havia muitas festas e levantamentos de bandeira para diferentes santos. Meu avô sempre rezava para São Francisco, minha tia rezava para Santa Luzia, a santa que protegia e curava os olhos. A comunidade festejava São Pedro, São João, São Benedito e outros. As rezas eram sempre festas, era servido café com o biscoito gorutubano (biscoito assado feito com goma de mandioca escaldada e ovos), broas e bolo de fubá. Tinha uma brincadeira na comunidade, o “roubar a bandeira”. Alguém roubava a bandeira na madrugada depois que acabava a festa e só aparecia com a mesma na festa do ano seguinte, de surpresa, sem muitas pessoas saberem quem a tinha roubado. Só ficavam sabendo já quase na hora da festa, quando a bandeira chegava e todos acompanhavam o cortejo como uma procissão. Depois hasteavam-na, soltavam fogos, tocavam, cantavam e dançavam o batuque gorutubano, também chamado de catira. O batuque é dançado em

círculo com um par de pessoas no meio, dançando uma sincronia de sapateado ao som da percussão de tambores e caixas. De tempos em tempos vão alternando os pares até que todos tenham dançado. Quanto mais habilidade, leveza e destreza ao gingar o corpo sapateando, mais bonito e animado ficava o batuque. Aos sons dos tambores também cantavam versos desafiadores ou de festejo. Nos casamentos havia uma tradição das mulheres dançarem com um pote de barro na cabeça quebrando-o no final do batuque.

Minha mãe é uma mulher branca, mas aprendeu com minha avó paterna, que era gorutubana, a fiar o algodão, a fazer os tecidos e a costurar. Aprendeu também a fazer as blusas gorutubanas e a tecer as rendas para as mesmas. Já morando na cidade, minha mãe fazia, dentre muitas outras coisas, blusas gorutubanas por encomenda. É uma costura muito minuciosa e delicada, que exige uma boa visão. As rendas são costuradas à mão com uma agulha bem fininha montando barrados para comporem a gola, a manga e uma parte do corpo das blusas. A blusa gorutubana é um dos principais símbolos do povo gorutubano. É feita com renda em praticamente toda a blusa, nas extremidades o acabamento é feito com pequenos biquinhos triangulares costurados e moldados um a um com pontinhos bem pequenos. A tradição é na cor branca com as mangas bem fofas. Mas minha mãe fazia de várias cores e modelos conforme lhe encomendavam. Fez também blusas para todas as filhas enquanto ainda enxergava bem. Lembro-me de um vestidinho amarelo que ela fez para mim quando eu era criança. A saia do vestido era composta por várias fileiras de renda, era um vestido muito bonito. Ela fazia blusas, camisetas, vestidos e camisolas no estilo gorutubano, com muita renda. Guardo uma blusa e uma camisola gorutubana que ela fez para mim no modelo de camiseta, quando tive meu filho. Essas eu guardo de recordação porque foram as últimas peças que minha mãe fez. Porque com o avançar da idade suas vistas já não dão mais para costurar. Quando terminei o Mestrado, na ocasião de minha defesa, fiz

questão de estar vestida com uma blusa gorutubana, por entender que, simbolicamente, eu não falo só por mim, mas também em nome de meu povo. Em todos os lugares que me apresento, para dar uma palestra, falar de minhas pesquisas ou sobre as relações étnico-raciais, gosto de me apresentar como descendente do povo gorutubano, quilombola do norte de Minas Gerais. A blusa gorutubana para mim demarca de certa forma meu pertencimento e identidade. Nenhuma das oito filhas de minha mãe aprendeu a fazer a blusa gorutubana.

Depois da certificação expedida pela Fundação Palmares, que reconhece o povo gorutubano como um povo remanescente de quilombos, e também com a eleição de um prefeito negro e gorutubano, várias ações e políticas foram implementadas no sentido de atender e valorizar o povo gorutubano. Foi colocado um busto de uma gorutubana vestida com a tradicional blusa gorutubana e um pote de barro na cabeça no centro da cidade. Foi em Janaúba que inauguraram em 2009 o primeiro CRAS quilombola (Centro de Referência e Atendimento Social) do Brasil, que fica na comunidade quilombola de Vila Nova dos Poções.

Meu pai era o filho mais velho. Meus avós tinham um grande conhecimento sobre plantas e remédios naturais, resultado do casamento de conhecimentos indígenas e africanos. A alimentação, as formas de conservação dos alimentos, técnicas de agricultura, de pecuária, caça e pesca também são conhecimentos que resultaram deste casamento. Lembro-me de minha avó fazendo chás e remédios diversos. Eram tantos conhecimentos, que em minha cabeça de criança, quase tudo servia de remédio para alguma coisa. Eram folhas, raízes, sementes, cascas secas ou não, frutos, seivas, flores, dentre outras coisas; tudo tinha uma função na natureza. Até a urina era usada para banhar a barriga inchada pela prisão de ventre. Aprendi e uso muitos desses conhecimentos até hoje: picão para icterícia e para o fígado, rosa branca contra vermes, mastruz para machucados, casca de laranja e flor de mamão

para o estômago, semente de quiabo para reumatismo, broto de goiaba para dor de barriga etc. Minha avó sabia também trabalhar com o barro. Fazia potes para guardar e conservar a água fresquinha para beber. Fazia panelas, pratos e gamelas. Ela retirava o barro das margens do rio Gorutuba, manuseava-o, travava e o preparava. Depois de feitos, os objetos eram levados ao forno quente.

A irmã mais velha de meu pai é um ano mais nova que ele, e hoje já têm oitenta e três e oitenta e dois anos, respectivamente. Meu pai recebeu o nome de Pedro e ela de Petronília. Já com seus sete anos de idade ela teve catarata e ficou cega totalmente, mas aprendeu a fazer tudo dentro de casa e também na roça. Cozinhas, lavava, varria, plantava e capinava a roça. Eu a observava com muita admiração. Ao capinar a roça, ela primeiro passava a mão nas plantas e no mato, assim identificava e separava-os. Depois levava a enxada apenas no que era mato. Capinava melhor do que muitas pessoas que enxergavam. Eu ficava imaginando, buscando entender como uma pessoa totalmente cega aprendia a fazer tantas coisas assim e com tanta perfeição. Melhor do que muita gente que enxergava. A comida, os bolos e biscoitos que fazia eram uma delícia e feitos no fogão e forno à lenha. Já me chamava a atenção as formas e estratégias que ela usava para aprender. Eu perguntava a ela como conseguiu aprender tantas coisas. Ela me respondia que prestava muita atenção quando sua mãe lhe explicava, e ia fazendo tudo com muito cuidado. Assim criava suas estratégias para fazer tudo o que queria e o que precisava com independência. No final da vida de meus avós foi ela quem cuidou deles, com a ajuda de todos, é claro. Mas era ela quem tomava conta da casa e fazia a comida. Ela não se casou por causa do preconceito.

Eu gostava muito de visitar as tias velhas que eram irmãs de meu avô e de minha avó. Elas eram muito divertidas e tinham hábitos e um jeito de falar muito diferente. Eu quase não entendia o que elas falavam porque além de

falarem rápido, falavam palavras e expressões que eu não conhecia. Eram palavras e um modo de falar típicos do povo gorutubano, resquícios de línguas africanas e indígenas. Eu perguntava a elas o tempo todo. Elas davam gargalhadas de minha “ignorância” e eu dava gargalhada das gargalhadas delas. A tia Anacleta, que chamávamos de tia “Quileta”, era a mais divertida de todas. Ela morava perto da casa de meu avô e adorava crianças. Eu adorava conversar e rir com ela. Esse “falar gorutubano” era tido na cidade como falar errado. Em 2006 foi publicado pelo Instituto Superior de Educação de Janaúba – MG por uma turma do curso de Letras um estudo sobre a identidade do povo gorutubano e a elaboração de um glossário com os termos e expressões falados pelo povo gorutubano e seus significados, desvendando as marcas das influências das línguas indígenas e africanas.

Antigamente havia uma tradição em que os pais davam o primeiro filho que fosse o primeiro neto para os avós batizarem. André, meu irmão mais velho, foi o primeiro neto dos meus avós paternos. Então ele não os chamava de vô ou de vó, mas de madrinha e padrinho. Francisco Marques da Silva era “padrinho *Chico*” e Maria Senhora de Jesus era “madrinha Senhora”. Moravam numa casa grande e forte feita de adobe, viviam do cultivo da terra e da criação de gado, porcos e galinhas. Suas terras ficavam bem próximas do rio Gorutuba, que não é um rio grande, ele deságua no rio Verde que deságua no rio São Francisco. Meu pai quando criança pescava muito com meu avô “padrinho *Chico*” no rio Gorutuba que ainda tinha muitos peixes. Conta que certa vez, depois de uma cheia do rio, ele foi pescar com meu avô e pegaram muitos peixes grandes. O peixe maior de todos meu pai teve que cercá-lo juntamente com meu avô na água um pouco rasa. Conta que foi como se estivessem brincando de pegador, até que o peixe saiu da água, já cansado e atolou na areia. Meu pai tinha sete anos na época e o peixe era maior que ele. Os peixes do rio Gorutuba foram diminuindo e hoje

quase não tem mais peixes. Minha mãe conta que o rio era muito perigoso em épocas de chuva. Em épocas de seca praticamente secava. Quando iam lavar roupas no rio tinha que estar com um olho na roupa e o outro na água, porque se chovia na cabeceira do rio a enchente vinha do nada e levava tudo o que encontrava pela frente. Perdiam muitas roupas, e muitas vezes quase não dava tempo de correr com as crianças. Lembro-me de grandes marcas no barranco do rio. Minha mãe contava que eram marcas de uma grande serpente trazida pelas enchentes. Essa serpente tinha grandes asas que faziam as marcas no barranco. Eu ficava olhando aquelas marcas e imaginando a serpente. Minha mãe acreditava que a serpente voltaria no final dos tempos. Era uma lenda contada por todos na comunidade. Lembro-me que faziam pedidos de proteção contra essa serpente nas rezas do terço. Mais tarde, em minhas leituras, li uma lenda indígena muito parecida com a história da serpente.

Meu pai era um grande contador de histórias. Ele adorava contar as histórias do coelho e a Dona onça. Contava também a história do homem que fazia sopa de pedras e muitas histórias de assombração. Gostava de brincar e inventar muitas xaradas e adivinhações. Contava sempre em volta de uma fogueira e a cada vez a história ganhava elementos ou personagens diferentes. As histórias do coelho e da onça eram as preferidas e as mais divertidas. Em meus estudos como professora, descobri que muitas das histórias que meu pai contava eram lendas e/ou histórias indígenas e/ou africanas que se perpetuavam nas memórias e imaginário do povo gorutubano. O rio Gorutuba sempre era lembrado ou fazia parte das histórias. É muito comum até hoje lavar roupas no rio Gorutuba. O prefeito negro e gorutubano que Janaúba teve no mandato de 2008/2012, colocou pedras em alguns pontos do rio, especificamente para as lavadeiras usarem, por que é uma prática típica do povo gorutubano em sua relação com o rio.

Meu pai vivenciou a desapropriação dos pequenos agricultores que tinham terras na margem direita do rio Gorutuba. Essa desapropriação fez com que muitas famílias fossem para a cidade. O problema é que na cidade de Janaúba não havia trabalho para todos, principalmente para aqueles que viviam do cultivo da terra e já tinham mais idade. Lembro-me de visitarmos pessoas já residindo na cidade que estavam doentes. Era uma doença que o meu olhar de criança não via e não entendia qual era. Hoje entendo que eram doenças psicoemocionais, refugiadas algumas vezes no alcoolismo, e de certa forma, eram parecidas com o banzo que acometia os negros na época da escravidão. Hoje essas doenças são chamadas de “depressão”. Essa vivência de meus pais fez com que meu pai entrasse para a defesa e luta pela terra, quando começaram a surgir boatos e informações de que iriam desapropriar também os pequenos agricultores da margem esquerda do rio Gorutuba, onde fica a comunidade do Jacarezinho. Meu pai então, mesmo não sabendo ler nem escrever direito, passou a orientar e a explicar às famílias e trabalhadores rurais da comunidade que não aceitassem a desapropriação e ficassem atentos para não assinar nenhum documento relativo a suas terras. Na ocasião meu pai usou como estratégia as feiras que aconteciam todos os sábados e domingos, no mercado de Janaúba. Ele comprou um “megafone”, também conhecido como “trombone”. E literalmente, meu pai colocava a boca no trombone. Foi assim que conseguiu organizar e criar o sindicato dos pequenos produtores e trabalhadores rurais de Janaúba e também impedir a desapropriação da margem esquerda do rio Gorutuba, preservando até hoje, a existência de comunidades típicas que puderam ser reconhecidas pela Fundação Palmares como comunidades remanescentes de quilombos. Ele enfrentou pessoalmente os “coronéis do norte”, que juntamente com entidades que se diziam em prol do desenvolvimento da região devastaram a margem direita do rio, expulsando os pequenos agricultores e trabalhadores de suas terras.

Minhas irmãs mais velhas sofreram muito, primeiro, com a discriminação e a perseguição dos principais empregadores da cidade, que eram os grandes fazendeiros os quais meu pai havia enfrentado. Depois, com a ridicularização e chacotas que faziam das falas dele no mercado. Foram minhas irmãs mais velhas que “seguraram a barra” na minha casa. Porque, em função da luta, meu pai se desligou das necessidades da família. Elas que já trabalhavam como domésticas e em lojas comerciais, passaram a prover nossa casa, uma vez que minha mãe adquirira vários problemas de saúde tendo ainda cinco filhos menores para criar. Hoje entendo que o que minhas irmãs sofreram não fora só referente à ridicularização da luta de meu pai, mas também como mulheres negras e pobres que tinham poucas opções de trabalho e estudo, tendo como principal o trabalho doméstico nas casas das mulheres brancas e ricas da cidade.

Quando entrei para a pré-escola, fui estudar numa escola improvisada que funcionava numa pequena casa que tinha um enorme quintal. Essa escola passava uma sensação muito aconchegante. Logo no início das aulas, lembro-me de algumas mães conversando com as professoras porque não queriam que seus filhos estudassem ali. Parece-me que tinham feito uma seleção e que as crianças mais pobres e negras eram a maioria nessa escola. Atendendo ao pedido dessas mães, algumas crianças foram transferidas para o prédio sede da escola. Todas as crianças tinham um certo deslumbramento com aquele prédio, e um certo pesar, as que não estudavam lá. Não me lembro o nome de minha primeira professora, mas me lembro de ter estranhado o fato dela ser negra, pois não era muito comum professoras negras. Estudei durante três anos nessa escola, foi um tempo muito bom e importante de minha vida. Aproveitamos e vivemos a pré-escola com muita alegria. Tínhamos muita liberdade para escolher as atividades que íamos fazer. Gostávamos muito de ouvir histórias, dos brinquedos de madeira e de encaixe. Brincávamos muito de circo e de teatro. Toda a organização, apresentações e definições de

papéis de cada um, era tudo organizado por nós mesmos. Talvez por que assistíamos muito aos “Trapalhões”, as palhaçadas de Didi, Déde, Mussum e Zacarias era o que mais nos inspirava. Naquela época os circos também estavam em alta, Janaúba recebia muitos circos. Era tudo muito divertido e tínhamos muita imaginação e criatividade. Não tínhamos nenhum constrangimento em nos apresentarmos e fazer os personagens. Percebíamos que as professoras gostavam muito. Fizemos até uma apresentação para as crianças que estudavam no prédio sede da escola. Recebemos muitas palmas. Penso que pode ter sido nessa época que desenvolvi o gosto por falar em público e fazer apresentações. Eu gostava de recontar as histórias que meu pai contava. Todos gostavam muito. Eu era escolhida para apresentações em formaturas e festas da escola. Nossa turma era muito pra frente mesmo, não me lembro de atividades que focassem a alfabetização na pré-escola, mas em nossa turma, foram poucos os que não saíram lendo.

Para entrar na primeira série avaliavam o local de residência para definir em qual escola de primeira a quarta série cada um ia estudar. Eu fiquei na escola pública mais bem conceituada da cidade. Isso porque o bairro em que morávamos foi enchendo de pessoas ricas que faziam seus casarões luxuosos. Então nessa escola havia uma grande maioria de crianças ricas e brancas, filhas de pessoas que tinham cargos importantes na cidade, como gerentes de banco, vereadores, empresários, fazendeiros, donos de lojas, dentre outros. Nessa escola havia uma separação de turmas que eu não entendia muito. Falavam que era por nota ou rendimento escolar e classificavam as turmas em A, B e C eram em geral três turmas de cada série. Todo ano me colocavam na turma B, porém minhas notas eram sempre as melhores da turma. Certa vez questioneei a professora por que não tinham me colocado na turma A, se minhas notas eram melhores do que de muitos alunos daquela turma. A professora não me respondeu, percebi que ela não tinha palavras para me responder. Fui entender melhor

esse silêncio de minha professora quando faltei à aula num dia de prova em minha sala. Então minha professora me levou para a turma C para que eu pudesse fazer a prova que seria a mesma aplicada em minha sala no dia anterior. A professora me acomodou numa fileira de carteiras e lembro-me de ter achado a sala diferente, parecia mais escura. Observei então, que a maioria dos alunos era de pobres e mais pretos e pardos do que na minha sala que era a turma B. Observei também que na turma A quase não havia negros nem pardos, e praticamente todos tinham boas condições econômicas.

No contexto da cidade, os gorutubanos eram muito discriminados pela condição econômica e pelas características negras e indígenas. Chamavam-nos de “gorutubanos do pé rachado” porque os mais velhos gostavam de andar descalços, xingavam-nos de “tição preto”, zombavam de nossas roupas e de nossas atividades como formas de nos inferiorizar. Mas o melhor nisso tudo era o fato de sempre tirar notas boas e muitas dessas crianças me pedirem para estudar com elas ou ajudá-las a fazer o dever de casa. Nessas horas, eu me sentia melhor do que elas. Era também perceptível que me respeitavam mais por isso. E era muito legal porque eu era muito grande, a maior de minha sala. Quando eu via alguma criança fazendo maldade com outra que era menor, mais fraca em relação a ela e/ou por que era negra, eu não deixava barato. Corria atrás e dava-lhes uns bons tabefes.

Cresci nessas vivências que me fizeram amadurecer precocemente. Aos sete anos eu já vendia verdura e frutas em uma bacia na cabeça, vindas de uma horta que minha mãe cultivava para complementar a alimentação e a renda de minhas irmãs no sustento da casa. Quando cheguei ao colégio (últimos anos do Ensino Fundamental, da quinta a oitava série, atualmente o que seria a sexta e nona série), numa das escolas mais pobres e negras do município, me destaquei pela liderança e poder de argumentação

que exercia junto a colegas e professores defendendo os direitos dos alunos e um tratamento mais igualitário. Resgatei junto com outros estudantes o Grêmio Estudantil na cidade, reivindicamos melhorias e protestamos por respeito, igualdade de oportunidades e também pela preservação do rio Gorutuba. Participei ativamente do primeiro processo de eleição de diretores da escola. Tive muitos professores militantes que muito contribuíram para meu senso democrático e de luta.

Casei e tive meu filho aos quinze anos de idade com um homem branco, machista e doze anos mais velho. A família dele era muito machista, tanto que suas irmãs não puderam estudar. Aos dezessete anos eu já havia me mudado para a cidade de Pedro Leopoldo na região metropolitana de Belo Horizonte acompanhando meu marido, que tinha parentes na cidade. Aos vinte e três anos me divorciei ao perceber que não mais daria conta de continuar sob as amarras machistas de um casamento que me impedia de estudar e que não eram boas referências para meu filho, uma vez que seu pai bebia todos os dias.

Na luta por estudar na cidade de Pedro Leopoldo, conheci uma família com a qual nos adotamos por ambas as partes. Essa família foi e é meu apoio nas fases mais difíceis de minha vida. Foi a partir do convívio com essa família, em paralelo à minha formação como pesquisadora das relações étnico-raciais, que entendi como uma das formas mais cruéis de racismo e sexismo opera sobre as mulheres negras. Assim conheci e conheço várias mulheres negras que foram restringidas em suas vidas por causa do trabalho como domésticas em casas e fazendas de famílias ricas.

Pedro Leopoldo é uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte com uma população aproximada de 66.000 habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2010. Como acontece com muitas cidades mineiras, seu histórico é marcado pela presença da população negra, embora essa importante característica nem sempre seja privilegiada nas análises sobre a configuração histórica,



política e social dos municípios. Através das pesquisas e levantamentos que fiz durante minha graduação e no mestrado, pude acompanhar as festas de Congado. Uma manifestação cultural afro-brasileira em que a música, a percussão, a corporeidade, elementos e aspectos afro são reconstituídos e ressignificados de forma coletiva refazendo laços de afetividade, pertencimento e identidade. Essas manifestações são muito comuns em Pedro Leopoldo e na região metropolitana de Belo Horizonte. Estudei a relação entre as crianças congadeiras, a escola e como se percebiam como negras nesses dois contextos tão diferentes. Pedro Leopoldo tem dez guardas de Congado. Observei que o público dessas guardas é composto, de forma majoritária, por pessoas negras (pretas e pardas) adultas. Mas há também uma forte presença de crianças, sobretudo as crianças negras, presença esta que nem sempre é percebida. Foi na cidade de Pedro Leopoldo, com essa forte tradição do Congado, que fui empossada como professora da rede municipal de ensino, ao ser aprovada em concurso público no ano de 2005. Passei a dar aula em um bairro considerado famoso pela frequência de festividades, e por seus moradores gostarem muito de festas, uma delas era a festa de duas guardas de Congado. Era também o bairro onde se localizavam as Faculdades Pedro Leopoldo, onde fiz minha graduação no curso Normal Superior e trabalhei como auxiliar de biblioteca. Foi onde experimentei formas de discriminação em diferentes nuances, me descobri como negra e adentrei nas discussões sobre as relações étnico-raciais, pesquisa e formas de posituação desse pertencimento. Nesse processo, acabei me mudando para o bairro por questão de comodidade e facilidade de locomoção entre a minha casa, a escola e a faculdade onde eu estudava e também trabalhava. Passei, então, a vivenciar o seu cotidiano de uma forma mais intensa.

A escola era muito simples, mas bastante acolhedora; a maioria dos alunos eram perceptivelmente pretos ou pardos. Logo percebi que muitas crianças que ali estudavam

eram congadeiras. Ao conversar com elas e abordar a questão do Congado, observei um grande constrangimento e a recusa de falarem sobre o assunto. Passei a observar de maneira mais crítica os motivos desse constrangimento. Detectei um grande distanciamento entre a escola e o Congado, e identifiquei também uma percepção das crianças congadeiras de um não pertencimento e dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, o que era entendido pela instituição como uma possível deficiência ou como problemas psicológicos das mesmas. Todavia, essa situação e avaliação das crianças não coincidiam com a percepção que os integrantes do Congado tinham sobre elas, nem tampouco com a forma como as mesmas se viam no interior dessa prática cultural. Ao contrário, no Congado, as crianças aprendiam todos os ritmos, cantos e danças, na maior parte do tempo simultaneamente. Ou seja, elas vivenciavam processos educativos e participavam como sujeitos integrados naquele contexto. Na escola elas eram transformadas em “alunos”, ou seja, em corpos “sem luz”.

Essa minha experiência me fez ter um olhar diferenciado para com o público dessa escola, principalmente no sentido das relações raciais. Dessa forma, pude perceber que boa parte das crianças negras eram consideradas difíceis de lidar e indisciplinadas, com dificuldades de aprendizagem, sendo que muitas eram reprovadas e estavam em turmas desconstruídas com os pares da sua idade. Em resumo, o direito à educação estava sendo negado a uma parcela de crianças, na sua maioria negra. Desigualdade social, racial e racismo se imbricavam no cotidiano escolar e no trato das crianças. O contexto familiar dessas crianças era percebido como problemático, desestruturado, e no currículo escolar o fato de fazerem parte de uma guarda de Congado era desconsiderado e invisibilizado. Em meio a tantos estereótipos e preconceitos, observava as crianças e percebia o quanto elas tinham uma grande habilidade para a música e a dança. Seu ritmo e corporeidade eram outros e não cabiam aprisionados nas carteiras escolares. Na verdade, essa dita “indisciplina”

era a maneira que encontravam de se autoafirmarem no contexto da escola, bem como uma forma de comunicação e de se fazerem ouvidas de alguma forma.

Até então não havia tido em Pedro Leopoldo a iniciativa de inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar, tal como prevê a lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da temática em todas as escolas brasileiras. A história oficial da cidade não menciona a história dos negros da comunidade quilombola de Pimentel e das Guardas de Congado. Isso demonstra que há uma diferença racial muito demarcada na cidade. O que faz parte de um processo de invisibilidade que ocorreu e ainda ocorre, de certa forma, em todo o Brasil como medida de negar um passado histórico. Num primeiro momento o da escravidão brasileira, e num segundo, a presença e contribuição dos negros na sociedade, na história e na cultura brasileira. Como aponta Boaventura de Souza Santos (2008) “uma invisibilidade intencionalmente produzida”.

Minha formação enquanto pesquisadora foi-se concretizando paralela à minha prática enquanto professora. Assumi uma turma de 4ª série (atual quinto ano), ano final do 1º ciclo, no turno da manhã. Nessa turma se agrupavam boa parte dos alunos “problemas”, na concepção da escola. Dois professores haviam exonerado o cargo concursado porque não deram conta de ficar com a turma e não encontraram outra colocação. A turma tinha 47 alunos, de faixas etárias e níveis de aprendizagem bem variados. Nessa turma, como em toda a escola, a maioria das crianças eram pretas e pardas. Alguns eram filhos de catadores de papel que trabalhavam e moravam próximo a um lixão. Muitas tinham um contato muito próximo com o tráfico de drogas e até mesmo tinham pais usuários. Algumas crianças e adolescentes eram congadeiros, netos, afilhados, sobrinhos ou primos de congadeiros. Outros eram descendentes do quilombo de Pimentel.



Um dos meninos congadeiros que era criado pelos avós morava na periferia do bairro e era de uma das famílias negras. Ele tinha muitos problemas de “disciplina e comportamento” e a avó, quando era chamada na escola, reclamava que ele era vítima de racismo. Isso era relatado pelos professores e funcionários da escola como chacota. Logo na primeira semana que assumi a turma os alunos responderam ao censo escolar, onde tinham que fazer a autodeclaração em relação a raça/cor e deveriam marcar uma das alternativas: preto, pardo, branco, amarelo, indígena ou não declarado. Observei que muitos dos alunos e alunas caracteristicamente pretos e pretas marcaram “não declarado”. Fiquei muito intrigada, aproveitei uma reportagem num jornal escrito, sobre o censo do IBGE, para abordar e perguntar sobre o censo escolar e a questão racial. Uma menina de cor da pele perceptivelmente preta falou de forma bem impositiva, como que denunciando: “Eu marquei mesmo não declarado. Porque eu não gosto mesmo de ser negra. Ser negra é muito ruim, as pessoas chamam a gente de apelido, de macaca, tição. É muito ruim!”.

A turma fez um burburinho e de uma forma geral concordou com a menina. Senti um nó na garganta, um sentimento de impotência: o que dizer para essas crianças? O que dizer para essa menina? Como discordar dessas colocações? Ao mesmo tempo também não poderia simplesmente concordar com elas. Num determinado ponto da discussão, senti que eles esperavam um posicionamento meu e naquele momento eu não poderia deixar de colocar para eles um pouco do contexto racial no Brasil e que o preconceito e o racismo contra “nós” negros era fruto da exploração e do controle para se continuar explorando o trabalho do negro, mesmo depois da abolição da escravatura. Relatei também situações de quando eu era criança e a necessidade de se fazer uma discussão na escola sobre essas questões. Então expliquei que era esse um dos objetivos da lei 10.639/03 quando torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo nacional.



Essa turma foi um grande desafio no sentido de colocar em prática e também de transportar as discussões e conhecimentos de minha formação enquanto professora, sobretudo a respeito das relações raciais, da lei 10.639/03 e do congado enquanto espaço de conhecimento, resistência, ressignificação e reconstrução cultural e histórica dos negros sincretizada com a imposição da cultura ocidental. Foi um período cheio de desafios e acontecimentos no contexto das relações raciais no Brasil. Saíam muitas matérias nos jornais e revistas. Durante a copa do mundo os jogadores fizeram uma campanha contra o racismo, principalmente no futebol. Fiz um trabalho intensivo sobre a questão racial na escola, a história dos negros no Brasil e o contexto do congado, abrangendo todas as disciplinas e conteúdos das mesmas, sempre me respaldando na lei 10.639/03. Isso porque houve, inclusive, várias críticas de pais que não concordavam e se contrapunham ao meu trabalho. Uma mãe procurou a supervisora para questionar com ar de assustada e pedir para mudar sua filha de sala, alegando como problema o fato de eu falar sobre racismo com as crianças. A mãe e a menina tinham a cor da pele branca. Era muito perceptível o envolvimento, interação e até a construção de argumentos por parte dos próprios alunos, que desarmavam esses pais que queriam questionar e criticar. Outros pais faziam questão de elogiar, apoiar, e demonstrar satisfação e aprovação.

Essa turma teve um desempenho no decorrer do ano que surpreendeu a todos da escola, aos pais e a mim também. Essas crianças realmente se envolviam nas atividades em que eu buscava sempre, que fossem as mais atrativas e dinâmicas possíveis. Em que elas pudessem expressar os saberes de suas experiências e culturas de forma livre e espontânea. Trabalhávamos muito com músicas, os instrumentos que tinham em casa e sabiam tocar. Eu sempre relacionava e contextualizava com os conhecimentos escolares, suas práticas e vivências trazendo-os como sujeitos históricos. Tudo isso fazia muita diferença no entendimento, no comportamento e desenvolvimento deles.

Na ocasião da copa, aconteceu uma situação muito explícita de racismo com um aluno da escola. Era um menino da 2ª série (atual terceiro ano) com idade de oito anos, ele me chamava a atenção por usar o cabelo trançado na altura dos ombros numa postura afirmativa de sua autoestima. Esse menino participava de um programa social e cultural que funcionava em um clube da cidade e oferecia muitas atividades lúdicas, artísticas, educacionais, culturais e de lazer a que as crianças da região não tinham acesso. Todas as crianças do bairro queriam participar desse programa. A diretora do programa era uma pessoa muito ligada ao prefeito da cidade, falavam que ela era o braço direito do mesmo. Essa diretora começou a implicar com as tranças do menino dizendo que ele estava agressivo e brigava com os outros por causa das tranças. O pai do menino, que era funcionário contratado da prefeitura e conhecia a diretora, é quem foi conversar com ela sobre a situação do menino. O pai ainda tentou conversar, explicar que o menino usava o cabelo dessa forma desde bebê, e que as mesmas crianças que participam desse programa sempre conheceram e estudaram com seu filho sem demonstrarem qualquer problema em relação a ele, muito menos em relação ao seu cabelo. A diretora deixou bem claro, porém nas entrelinhas, que se não cortassem o cabelo do menino, ele seria expulso do programa. O pai entendeu também que não poderia enfrentá-la porque colocaria em risco seu trabalho junto à prefeitura municipal pelo fato de não ser concursado. Então ele chegou em casa e mesmo contra sua vontade e por todas estas questões, convenceu a esposa a cortar o cabelo do menino. Ela revoltada, levou-o pessoalmente para raspar a cabeça.

Quando eu vi o menino na escola sem as tranças, fui logo perguntando por que havia tirado. Ele se encolheu todo e com uma expressão carrancuda, nervosa, irritada, resmungou, refutando os meninos que zombavam dele naquele momento. Depois, se encolhendo como um bichinho encurralado, respondeu que foi “o pessoal do

programa” quem mandou que cortasse o cabelo. Seus colegas que estavam em volta falavam todos os argumentos usados pela diretora. Inclusive de que as tranças estavam estragando o boné do programa que as crianças eram obrigadas a usar. Ele retrucava com agressividade, muito nervoso e chateado. Perguntei a ele se ele queria cortar. Respondeu que gostava do cabelo com tranças e que não queria cortar, mas eles (do Programa) mandaram... Percebi o quanto esse menino estava sofrendo, parecia que ele havia perdido uma parte do seu corpo. Doeu em mim da mesma forma. Senti uma dor forte apertando o peito porque eu não queria acreditar que aquilo havia acontecido realmente. Procurei a família para saber melhor como tudo acontecera e era também perceptível a dor, o sentimento de impotência e de injustiça que sentiam. Na casa havia várias fotos do menino na parede com vários penteados desde os dois anos de idade.

Explicitiei a questão para a diretora e para a pedagoga da escola e me dispus a ir conversar com a diretora do dito “programa social”, a diretora e a pedagoga da escola se dispuseram a ir também. Propuseram que deveríamos ir juntas. Depois percebi que a diretora estava protelando muito, marcava e desmarcava sempre com uma desculpa qualquer. Depois de muito postergar (já havia se passado quase um mês) a diretora da escola me falou que a secretária de educação havia falado que o referido programa do qual o menino participava tinha regimento próprio e que a escola não tinha nada a ver com a questão. E eu poderia ser chamada na secretaria e até mesmo processada pelo programa. Entendi que era uma ameaça, velada de certa forma, mas uma ameaça. relatei a meus professores da faculdade que sugeriram algumas ações e orientações. Caso fosse chamada na secretaria municipal de educação, não iria sozinha. Porém, a situação da família era delicada e o contexto das relações na cidade de Pedro Leopoldo ainda era e é permeada pelo coronelismo e pela perseguição política, onde prevalece a vontade daqueles

que detêm o poder econômico e político. Eu não tinha nenhuma condição de apoiar a família, no caso do pai perder o emprego na prefeitura e não conseguir mais emprego na cidade. O tempo acabou passando e sobre essa situação, nada foi feito.

Todo esse contexto da cidade de Pedro Leopoldo e desta escola me fizeram refletir sobre como essas crianças vão construindo suas percepções do ser negra e congadeira. Principalmente aquelas que participam ativamente das Guardas de Congado. Foi nesse contexto que elaborei meu projeto de pesquisa para o mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG e no contexto do Programa Ações Afirmativas. Meu ingresso no mestrado só foi possível por eu ter sido contemplada em um concurso nacional com uma bolsa de estudos da Fundação Ford que privilegiava negros e residentes no Norte e Nordeste do Brasil. Negra e pesquisando as relações étnico-raciais em um dos mais bem conceituados programas de pós-graduação em educação do país, foi motivo de causar muitos estranhamentos e também entendimentos junto a professores e colegas. Eu apontava o tempo todo que havia conhecimentos outros, muito além dos que aqueles que a academia elegia e problematizava.

Durante meu primeiro ano no mestrado pesquisando sobre a história dos negros na cidade de Pedro Leopoldo, encontrei a comunidade quilombola de Pimentel em processo de autorreconhecimento. Passei então a acompanhar o processo. O então vereador Vanderlei Dias, jovem negro militante das causas sociais e comunitárias estava acompanhando a aluna do curso de geografia das Faculdades Pedro Leopoldo que fazia sua monografia sobre a comunidade, demarcando suas características enquanto quilombola. A aluna buscava, na verdade, ressaltar a figura do fazendeiro escravista como “herói” por ter doado as terras para os negros. Inclusive, o Vanderlei enquanto vereador tinha elaborado um projeto de lei para colocar

o nome do fazendeiro na principal rua da comunidade. Ao conversar com o vereador que já estava pensando em mudar também o nome da comunidade, questionei se os moradores descendentes do quilombo tinham sido consultados sobre essas mudanças. Expliquei a ele que não fazia muito sentido, e que me parecia muito estranho, homenagear o fazendeiro escravista que só doou as terras para que pudesse continuar a explorar a mão de obra dos negros de forma similar à escravidão. O jovem vereador, apesar de ser negro, ainda era iniciante no entendimento das discussões e relações étnico-raciais no Brasil. Depois de nossa conversa ele passou a refletir e a buscar mais conhecimentos e informações junto aos descendentes do quilombo de Pimentel para entender como os quilombolas pensavam sobre o que viveram com o fazendeiro escravista e seus herdeiros. Foi assim que passamos a conhecer o outro lado da história. Os descendentes do quilombo de Pimentel, silenciados há quase dois séculos, começaram a falar.

Na história oficial do município de Pedro Leopoldo, que tem 88 anos, não há nenhuma menção acerca da existência da comunidade quilombola de Pimentel. É importante ressaltar que esta comunidade tem, de acordo com os registros orais oriundos dos próprios remanescentes, por volta de 200 anos, uma vez que nessas terras os ascendentes de Pimentel “sobreviveram” sob a condição de escravos antes da abolição da escravatura em 1888. E após a abolição essas terras lhes foram doadas para que permanecessem próximos à fazenda, continuando a trabalhar na mesma e na continuidade da exploração de seus trabalhos e conhecimentos. A comunidade recebeu o nome de Pimentel como referência ao “povo bravo”, como eram denominados na época. Novas estratégias foram criadas para garantir a subsistência naquela localidade apesar do trabalho nas fazendas próximas. Além do cultivo de alimentos e da criação de animais para o abate, existia também um armazém muito bem instalado na comunidade, atraindo não somente o comércio local,

mas vendedores ambulantes que comercializavam outros gêneros alimentícios. Eram diversos os momentos de lazer, havia ali um salão com alta movimentação e uma enorme independência cultural em que celebravam sua liberdade dançando seus vários ritmos e fazendo suas festas. Havia também uma grande produção musical e os seus sambas passaram a animar também os carnavais da cidade.

Por consequência do descaso das políticas públicas básicas, específicas e também pela pressão, ameaças e agressões dos fazendeiros do entorno, que até os dias de hoje ainda se entendem como superiores e “donos” também das pessoas, sobretudo das pessoas negras, ocorreu a evasão local. A incessante busca por educação e uma colocação destes no mercado de trabalho culminou com a permanência de mais ou menos 50 pessoas distribuídas em poucas residências. Dessa forma, os descendentes de Pimentel se espalharam pelos diferentes bairros da cidade de Pedro Leopoldo, da grande Belo Horizonte e também de outros Estados do país em busca de melhores condições de vida. Estima-se que cerca de 50% da população da cidade (30.000 pessoas) descende do quilombo de Pimentel.

Esse fato demarca no processo histórico da cidade de Pedro Leopoldo o que acontece com a maioria das comunidades quilombolas no Brasil, ou seja, um apagamento da existência – importância e contribuição – desses grupos na constituição histórica das cidades. Houve um esquecimento da comunidade de Pimentel por parte do poder público. Devemos ressaltar que mais importante do que demarcar a territorialidade é retomarmos a linha da veracidade histórica. Pedro Leopoldo não pode mais continuar omissa com a realidade de suas origens, negando traços fundamentais de cerca de 200 anos de história do quilombo de Pimentel notoriamente excluído da história oficial da cidade.

Junto com a certificação do quilombo de Pimentel pela Fundação Palmares, veio também a necessidade de cobrar as Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Eu, que já acompanhava as reuniões e atividades da comunidade, passei a levar informações, orientações e contatos das principais entidades ligadas à questão. Nesse processo, passei a ser perseguida de várias formas pelas pessoas que tinham interesses particulares em relação às terras do quilombo. Dar voz a histórias silenciadas é também correr riscos, se expor e se fragilizar. São muitas e revoltantes as injustiças que fazem com que o racismo institucional prevaleça. Ideologicamente temos uma tendência de querer e esperar que enfim a justiça aconteça. Mas se tratando do Brasil, esperar essa justiça é de certa forma sonhar alto. Nesse caso sonhei alto e fiquei sem chão, correndo também risco de vida e de ter a saúde psíquica e emocional devastada.

Corro risco por ser mulher, corro risco por ser negra e pobre, corro risco por ser quilombola, corro risco por ser professora, pesquisadora e por lutar. Por lutar contra as desumanidades humanas, por lutar contra o racismo. Por lutar pelo reconhecimento de uma comunidade quilombola. Corro risco por lutar contra o silenciamento de nosso povo negro e contra a arrogância de fazendeiros que sempre se acharam acima do bem e do mal. Mas este risco não é maior do que o de viver nesta sociedade hipócrita, racista, preconceituosa, excludente, arrogante e antidemocrática. Esse risco não é maior do que viver sem perspectivas e esperanças de mudança. O maior risco da vida é o não entendê-la, é o passar por ela e não deixar marcas e contribuições. Prefiro correr todos os outros riscos e garantir que todos conheçam as diferentes histórias de nosso povo negro. Histórias guardadas nas memórias e vivências de um quilombo, de um grupo cultural, de uma comunidade, de uma criança negra silenciada pelo peso de lutar “sozinha” contra nosso racismo velado. Quero continuar correndo este risco e gritar para que todos

possam ouvir o grito de nosso povo negro. Quero ouvir esses gritos ecoando e sendo repetidos por cada adulto e/ou criança que entenda e lute contra qualquer forma de racismo, preconceito e/ou discriminação. Que estes gritos façam ouvir o clamor dos milhares de negros e índios desumanamente exterminados, mas que vivem hoje nas memórias, lembranças e histórias de seus filhos que lutam e gritam por justiça e por uma sociedade mais igualitária.

O povo gorutubano compõe a maior comunidade remanescente de quilombos de Minas Gerais. Brejo dos Crioulos, o primeiro território a ser titulado no Estado faz parte do povo gorutubano; o quilombo de Pimentel, hoje, é conhecido mundialmente por todas as injustiças, dificuldades e ameaças que sofre; e a necessidade de políticas públicas de promoção da igualdade racial é obrigação da gestão pública em todas as alçadas brasileiras.

Ter a consciência e entender como o racismo opera em nossa sociedade é correr o risco de ter que escolher entre o esquecer, calar e viver como se estivesse tudo certo e que o tratamento delegado aos negros fosse “normal”.

*Ou,
Se engajar na luta contra o racismo velado e
institucional
Se engajar na luta
É correr o risco
De sofrer desilusões
De se decepcionar com a justiça
Que de justa não tem nada
É correr o risco
De sofrer represálias e ameaças
É correr o risco
De fazer seus entes queridos sofrerem ainda mais
Nesta sociedade hipócrita
É correr o risco
De ser julgada e/ou ridicularizada
Pelos poderosos e/ou pela opinião pública
É correr o risco
De a emoção prevalecer mais que a razão*

*É gritar pelo outro
É gritar pela vida
É correr o risco
De viver
Viver e enfrentar a verdade
Da crueldade humana
A vida é um convite!!!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO CULTURAL DR. PEDRO LEOPOLDO. **Diagnóstico social da infância e da adolescência no município de Pedro Leopoldo**. Pedro Leopoldo: FIPEL, 134 p. Relatório, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. **Pedro Leopoldo memória histórica**. 2. ed. Pedro Leopoldo: Gráfica e editora Tavares, 224 p. 2005.

OLIVEIRA, Cláudia Marques de. **As relações estabelecidas entre a escola e as manifestações de origem afro-brasileira na região de Lagoa de Santo Antônio na cidade de Pedro Leopoldo**. 2005. 36 f. (Educação e Cultura afro-brasileira) – Instituto Superior de educação, Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2005.

OLIVEIRA, Cláudia Marques de. **Cultura afro-brasileira e educação: significados de**

ser criança negra e congadeira em Pedro Leopoldo em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia Marques de. **Os saberes e conhecimentos produzidos pelas manifestações culturais da região de Lagoa de Santo Antônio na cidade de Pedro Leopoldo**.

Pedro Leopoldo: Centro de Pesquisa e Extensão das Faculdades Pedro Leopoldo, 73 f. Relatório.2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, CES, p.23-71. 2009.

XAVIER, Michele Oliveira. **Pimentel comunidade de quilombos em Pedro Leopoldo**. Pedro Leopoldo: FIPEL, 2009.



TEIAS DA MEMÓRIA E FIOS DA HISTÓRIA: LAÇOS E ENTRELAÇOS

Doris Regina Barros da Silva

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2012), Especialista em Arte e Educação na Transdisciplinaridade pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2005) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2001). Pedagoga e Secretária do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

É contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que damos a nós próprios uma identidade no tempo.

Jorge Larrosa

INTRODUÇÃO

Meu nome não é Maria, mas tenho dom, força e magia. Meu nome começa com a letra D, assim como certas palavras que me acompanham ao longo da vida: desafio, doação, determinação, que a dor já está embutida: Doris. Segundo fontes que consultei, sua origem grega significa ofertar, no meu caso acho que às vezes até mais do que o possível. Faço minhas as indagações do poeta: “Sabe lá o que é não ter e ter de ter pra dar? Sabe lá?”² Sabendo ou não, a gente faz assim mesmo e, credibilidade das fontes à parte, não tinha motivos para acreditar que meu nome poderia haver surgido a partir de qualquer outro referencial geográfico e cultural senão ocidental, já que as histórias

² Versos da música Esquinas, do cantor e compositor Djavan.

assimiladas por meu pai não pareciam ser provenientes de outras origens. A paixão dele pelas estrelas loiras de Hollywood da década de 50 foi um fator de definição do elemento básico da minha constituição identitária. Poderia haver tantos outros e na verdade existem, mas durante muito tempo não tive essa clareza, o que não impediu que a presença deles se perpetuasse, se recriando e me recriando até conseguirem mostrar toda sua efervescência latente.

No decorrer da minha infância e adolescência senti dificuldades com meu nome. Às vezes me parecia sério demais para uma criança, noutras o pronunciavam errado e eu me constrangia. Quando vi pela primeira vez a imagem de Doris Day não consegui me reconhecer naquela mulher loira e muito mais velha do que eu, uma menina magrinha cujos cabelos crespos estavam sempre presos. Os fios da frente se quebravam com a pressão dos elásticos e certo dia vendo a minha sombra disse a mamãe que meus fios arrepiados pareciam os raios do sol, embora a cor deles fosse escura e totalmente diferente daquela atriz a quem meu pai quis homenagear. Na adolescência, cheguei a imaginar se aceitaria melhor caso me chamassem Macabea³, pois sendo filha de um migrante do sertão das Alagoas, nascida na periferia do Rio de Janeiro, para além das origens geográficas, culturais, etimológicas ou hegemônicas eu teria a protagonista de uma bela narrativa, que tem a subalternidade como eixo, servindo de musa inspiradora para o meu batismo. Ou seria uma antimusa? A ingênua heroína do romance não consegue avançar muito e nada aspira que a impulse a alcançar outros lugares e derrubar interditos. Suas ambições são limitadas, quem sabe se por ela mesma. Quanto a mim, nem que eu me chamasse Raimunda, sem as pedras no caminho nas quais tive que tropeçar para chegar aos destinos que traço eu não teria rima, nem solução. E é aí que a história se torna parecida e nunca a mesma. São outras as invenções.

³ Personagem do romance *A hora da estrela* de Clarice Lispector.

UMA TRAJETÓRIA DE CIDADANIA NAS REDES DE SIGNIFICAÇÃO SOCIAL

Nasci e me criei em uma casa sem água encanada e com telhado sem forro. Adormecia ouvindo rãs coaxando, habitantes ruidosas de um charco que se formava numa depressão do terreno baldio ao lado de casa. Todas as noites mamãe acendia uma espiral para espantar os mosquitos e eu aspirava a fumaça que subia lentamente até o teto, conduzindo meu olhar até as palavras gravadas nas telhas de cerâmica: Fábrica Santa Bárbara. A fumaça era suave, e seu cheiro não era tão forte quanto o do defumador que vovó espalhava pela casa de vez em quando. Eu sempre desejava poder participar mais ativamente daquele ritual e segurar na cordinha onde a lata que era balançada de um lado para o outro distribuindo a fumaça ficava pendurada. Aqueles aromas embalavam a minha infância e eu logo pegava no sono, cansada de brincar de roda, queimada, “mamãe posso ir?” e amarelinha, junto com meus irmãos Denise e Ronalde e com nossos primos. O *playground* era o quintal de terra, herança de usos e frutos adquirida por nossos bisavós Manuel Dias e Maria da Penha. Ele, filho de portugueses, ela uma mulher negra, vieram dos Campos dos Goytacases com minha tataravó Aurora no início do século XX e construíram um pequeno patrimônio na região ainda bem despovoada na época e hoje conhecida como Baixada Fluminense⁴. E é só o que sabemos deles.

4 A região da Baixada Fluminense [...] faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. É formada por um conjunto de 13 municípios, nos quais residem aproximadamente 3,5 milhões de pessoas. A região é nacionalmente reconhecida pela concentração de pobreza urbana, aliada a déficits de infra-estrutura e à carência de políticas públicas eficazes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

MINHA BISAVÓ MARIA DA PENHA DIAS

Ouvia mamãe falar de meus bisavós e de minha tataravó, sem sequer pensar na possibilidade de ainda poder contar com a “presença” deles em nosso meio. A menção de seus nomes e os relatos de acontecimentos vivenciados por mamãe enquanto eles estavam presentes fisicamente nesse mundo não deixavam de ser uma evocação, mas uma ligação mais profunda não pôde ser estabelecida. O desconhecimento quanto à importância dos antepassados para a constituição de minha identidade, conforme preconizam os princípios da cultura africana, não me permitiram ir mais a fundo na busca dos fios de histórias que poderiam reconstruir minha cadeia ancestral. Padilha fala da importância dos ancestrais dentro da cosmovisão africana segundo os povos bantos⁵:

É preciso, portanto, para começar um ato de fala, se esta se quer fundamentada no sagrado, invocar aqueles que, embora invisibilizados aos olhos terrenos, ainda aqui estão, empunhando sua sabedoria e continuando, em outra esfera, a interagir com os elementos pertencentes às duas ordens do real. Fica patente, por tudo isso, que as culturas africanas ratificam a não-dispersão causada pela morte, pois o ser permanece, como energia, a cumprir sua missão e a cuidar, cada vez mais, de seu espaço físico e social. (2007, p. 275).

Na cosmovisão africana existem dois mundos interligados: um no plano visível, enquanto o outro situa-se no plano invisível. A mediação entre esses planos é realizada pelos que já partiram para outra dimensão,

⁵ Na raiz filosófica africana denominada Bantu, o termo NTU designa a parte essencial de tudo que existe e tudo que nos é dado a conhecer à existência. O Muntu é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra Bantu. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p.90).

mas são evocados a retornar ao mundo terreno podendo nele intervir. Essa compreensão baseia-se no princípio da ancestralidade, por meio do qual é mantida em movimento a cadeia de conhecimentos que circulam na sociedade, atuando na formação dos indivíduos, na coesão social e equilíbrio planetário.

A interrupção do fluxo das memórias oriundas da ancestralidade africana causa o empobrecimento da experiência social, pessoal e identitária, pois, segundo Santos (2008, p. 98), “a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo”. E, limitar nosso entendimento ao modo ocidental de enxergar a vida, dificulta que possamos identificar formas variadas de sociabilidade, de produção e disseminação de saberes. Precisamos criar e reconhecer outras lentes pelas quais possamos enxergar o mundo, para além dos parâmetros estabelecidos pelo paradigma da racionalidade ocidental.

A curiosidade própria da infância trazia o desejo de explorar outros espaços e possibilidades, me levando a cruzar o terreiro de umbanda de minha tia-avó, Maria de Jesus, que ficava nos fundos do quintal e dava acesso a um terreno baldio. Enquanto corria de uma porta a outra para alcançar a saída e chegar ao terreno vizinho para brincar, olhava de soslaio o altar dos santos. Não sabia se corria de medo de levar uma surra de mamãe – de correia ou de “espadas” de São Jorge⁶ –, ou se daquelas imagens sacras das quais eu pouco sabia ou entendia, tampouco dos rituais que aconteciam naquele lugar e dos quais eu só ouvia de longe os sons dos tambores e os cânticos. Eu não sabia que cada tipo de toque de tambor correspondia ao chamado para uma entidade específica se fazer presente no terreiro. E que os “pontos” não eram apenas cânticos, mas deflagradores de energias para inundar o ambiente e nesse ritual as palavras entoadas bem como a cadência tinham importância crucial. Segundo Cunha Júnior:

⁶ *Sansevieria trifasciata* ou *Sansevieria zeylanica*, planta de origem africana, de fibras resistentes, popularmente considerada como dotada de atributos de proteção espiritual.

[...] o conhecimento da realidade e a imaginação reflexiva sobre as compreensões das conseqüências das relações instituídas entre os seres da natureza, animados e inanimados (nas sociedades africanas tudo tem vida), constitui parte das filosofias africanas vindas das sociedades ligadas às questões da ancestralidade, da identidade territorial, da transmissão dos conhecimentos pelas palavras faladas pelos seres humanos e pelos tambores. (2010, p.81-82)

As práticas do terreiro estavam embasadas em visões filosóficas regidas por lógicas cujos princípios não estavam disponíveis, a não ser pela palavra dos mais experientes, circunscritas aos espaços interditados. Elucidar as incógnitas geradas em minha mente por todo aquele silêncio passaria necessariamente por fazer perguntas aos adultos e de antemão eu sabia: não seriam respondidas. Para parte da família, os ritos afro-brasileiros eram proibidos e eu estava vinculada ao lado familiar que reprovava aquelas práticas ritualísticas. E, provavelmente, o silêncio que surgiria no momento de esclarecer não se faria presente na hora de reprimir.

Acho que nem sempre foi assim... Além do odor da fumaça do defumador espalhado pela casa por vovó, tenho uma lembrança vaga de um quadro de lemanjá pendurado na parede da sala da casa onde eu morava. Ele ficava meio inclinado, projetado para frente, de modo que a figura de uma bela mulher com uma roupa esvoaçante saindo das águas parecia vir em minha direção. De repente, o quadro não estava mais lá, mas aquela imagem ficou em mim. O sumiço do quadro foi em seguida à adesão de minha avó materna a uma igreja neopentecostal e, logo, objetos simbólicos e doutrinários típicos dessa corrente religiosa como hinários, bíblias e o costume de acompanhar pelo rádio orações e cânticos evangélicos, implicaram no

abandono e rejeição das antigas práticas e formas de lidar e compreender o sagrado, presentes no terreiro de família. Acompanhar esses acontecimentos cotidianos trazia à tona várias questões para as quais ainda busco respostas, me perguntando se a curiosidade de pesquisadora não começou nesses tempos de afeto, em que as dúvidas eram maiores do que a capacidade de ficar em silêncio.

Chegou o tempo da escola e minha mãe colocou a mim e meus irmãos para estudarmos em “escolinhas de fundo de quintal”, pois os Jardins de Infância eram raros e fora do alcance de nosso poder aquisitivo. Numa dessas escolas, as “aulas” eram de manhã e eu passava quase todo o tempo dormindo, sentada numa cadeira tosca e reproduzindo, entediada, os intermináveis exercícios de coordenação motora. Diante do meu “desinteresse”, mamãe resolveu assumir a tarefa de alfabetizadora e, sem sequer ter concluído o primeiro segmento do Ensino Fundamental, me ensinou a ler quando eu tinha cinco anos de idade. Ela acreditava piamente no valor da educação como forma de melhorar nossas condições de vida. Era tempo de ditadura e os *jingles, slogans* do Mobral e de outros programas governamentais inspiravam o povo a ter esperança: “Esse é um país que vai pra frente, ro ro ro ro7 ...”.

Uma vez alfabetizada, não era raro eu me recolher num canto da casa para ler livros, mesmo quando a brincadeira corria solta entre a criança. Todos se estranhavam aquele hábito que mais ninguém da família cultivava, mas achavam interessante minha concentração nas letras, em contraste com a agitação do resto da garotada. A tia-avó que mais admirava meu gosto pela leitura resolveu me trazer livros descartados por pessoas abastadas da zona sul da capital, em geral clientes do médico para quem ela trabalhava. Assim passei a ler Condessa de Ségur, Júlio Verne, Monteiro Lobato, Ferenc Mólnar, Marina Colasanti entre outros autores que me acompanharam

7 Jingle do período da ditadura militar gravado pela banda Os Incríveis na década de 1970.

na infância e adolescência. Em nosso bairro havia poucas escolas públicas e, conseqüentemente, grande disputa pelas vagas. A reputação do sistema público de educação começava a declinar e os índices de reprovação eram altos, proporcionais à massiva entrada das crianças oriundas de famílias de baixa renda e da queda na qualidade do ensino, até então direcionado a estudantes de outro perfil sócio-cultural. Mamãe preferiu sacrificar o magro orçamento familiar a permitir que nossa escolarização fosse ameaçada e nos matriculou em uma escola privada que, mesmo simples e de qualidade mediana, demandava muito esforço em vários aspectos para que ela ali nos mantivesse. Sendo assim, aos seis anos passei por um teste e fui alavancada da classe de alfabetização para a 1ª série do Ensino Fundamental devido à fluência na leitura.

EU E MEUS IRMÃOS RONALDE E DENISE



Após algum tempo, meus avós maternos mudaram-se para o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, mas minha mãe também aderira ao evangelho e continuou a frequentar a igreja. Meu pai era policial civil e com o passar do tempo ficou arredio e sorumbático. Nossa região de moradia era extremamente violenta, sobretudo pela ação de grupos de extermínio. Nas raras ocasiões em que papai estava em casa nunca conversava conosco. Com mamãe ele compartilhava algumas angústias com o trabalho, conforme soubemos mais tarde quando já estávamos crescidos. Com a ausência de meus

avós, a relação entre nossos pais começou a se deteriorar e ele passou a chegar em casa de madrugada, alcoolizado, e as brigas e agressões a nossa mãe tornaram-se constantes. Ela decidiu separar-se e fomos morar com nossos avós na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, subúrbio da Leopoldina. Durante muito tempo na nova moradia, um apartamento de quarto e sala alugado, tive saudades do quintal de terra, das brincadeiras com os primos, dos animais como patos e galinhas que passeavam em plena via pública. Daquele lugar meio rural, meio urbano que era a Baixada Fluminense da minha infância, hoje bem mais urbanizada. Chorava baixinho na hora de dormir, pois não tinha mais rãs coaxando, as telhas de cerâmica e a fumaça em espiral a embalar meu sono.

Mas a vida precisava seguir, e pouco a pouco aquele pequeno espaço foi virando o nosso lar. Por orientação de uma vizinha, mamãe conseguiu bolsas de estudos do Governo do Estado que muito ajudaram na continuidade da nossa instrução. Quase me escondia embaixo da carteira quando, vez ou outra, o funcionário da escola particular em que ela nos matriculou vinha entregar os lanches para os alunos bolsistas deixados por um caminhão na portaria da escola. Meu constrangimento de estar numa condição diferenciada dos demais era tão grande, que me impedia de perceber a pontinha de inveja por trás das perguntas dos colegas sobre por que eu, meus irmãos, e outras poucas crianças recebiam aquele leitinho caramelado na embalagem de tetra park e os mini-bolinhas de baunilha ou chocolate.



Estávamos iniciando o segundo segmento do Ensino Fundamental e, por mais que se esforçasse, nossa mãe não conseguia mais fazer o devido acompanhamento das nossas atividades escolares. Ela nunca estudou álgebra ou outros conteúdos desse segmento de ensino pois não teve oportunidade de concluir. As encomendas de costuras, que eram o meio de sustento, tiravam-lhe o tempo de nós e até suas madrugadas.

SRA. ENY BARROS, NOSSA MÃE

Superando as faltas dos tênis, dos livros, da merenda, entre outras dificuldades, concluí o Ensino Fundamental aos 13 anos, no mesmo ano em que meus irmãos. Ambos ficamos retidos na 5ª série (atual 6º ano), provavelmente pela dificuldade com a passagem abrupta do primeiro para o segundo segmento do Ensino Fundamental, para o qual não possuíamos suporte em casa ou na escola para nos ajudar a lidar. Sem a devida maturidade para antever que atingir esse nível de ensino era o ponto máximo possível de alcançar dentro das poucas condições socioeconômicas familiares, vivi um hiato temporal até o início do Ensino Médio. Nesse intervalo, trabalhei como babá em um conjunto habitacional do meu bairro onde havia um Centro Social Urbano – CSU – projeto da prefeitura que oferecia uma série de oficinas de arte e comecei a participar do grupo teatral Vagalumiar.

Nas viagens de trem que eu fazia com minha trupe do subúrbio ao centro da cidade do Rio de Janeiro para visitar exposições, assistir a espetáculos musicais e teatrais gratuitos, quando passávamos em frente ao imponente prédio de uma universidade pública me sentia invadida pelo desejo de um dia voltar a estudar. E, ao mesmo tempo, pela sensação de impossibilidade em alcançar o que parecia um

vislumbre, miragem, devaneio, porque algo implicitamente me fazia ver aquele templo do saber como lugar inacessível. Comecei a perceber que, assim como na infância, deveria procurar dentro do silêncio algumas respostas: nos não-ditos, no velado, no implícito. Naquele exato momento, eu estava indo ao encontro de lugares que igualmente não haviam sido idealizados e concretizados para o usufruto de pessoas como eu. A distância que precisávamos percorrer para chegar a eles poderia ser desanimadora, não fosse a nossa juventude cheia de entusiasmo e uma grande paixão pela arte. Já a distância da posição de largada em que minha fraca formação escolar me deixaria na hora de prestar vestibular para uma universidade pública, a energia da minha juventude seria capaz de reduzir? Sentia-me como um azarão, colocado no páreo só para perder. Uma autoimagem de incapacidade que eu carregava sem entender como ou por que, e cujo efeito era atribuir a mim mesma a responsabilidade por estar excluída do sistema educacional e, conseqüentemente, sem possibilidades de vir a “ser alguém”.

Quando eu estava com 15 anos minha avó faleceu. Alguns meses depois, meu avô resolveu constituir nova família. Com a saída dele do apartamento onde morávamos, ficou muito difícil para minha mãe arcar sozinha com as despesas e mais essa reviravolta familiar nos leva de volta à Baixada Fluminense, para morarmos na antiga casa de telhas até então ocupada por um tio. A casa já não tinha mais para mim o ar romântico do passado. Estava quase no fim da adolescência e no decorrer do tempo de moradia na capital, ainda que no subúrbio, desenvolvi uma visão da Baixada bem diferente daquela da infância. Namorava um aspirante a dramaturgo, começava a tentar escrever uns versos e acabei compondo um poema para expressar minha insatisfação com o retorno ao lugar da infância:

Mudei-me para a terra
Dos que amam a poeira
E o sol

E ficam dias inteiros
Nas esquinas
Discutindo futebol
New wave, new rock
Good bad news
Coca-cola, rock'n roll
Violão adeus!
Os dezoito estão chegando
Socorro!
Socorro!
Soc...

Com o retorno à periferia da periferia, porém, consegui voltar aos estudos após quatro anos de interrupção. O Ensino Médio vinha se expandindo e resolvi entrar no processo seletivo para uma escola da rede estadual por orientação de uma prima de mamãe. Obtive êxito na seleção, apesar do longo tempo distante dos bancos escolares e naquele momento, sem eu perceber a princípio, iniciava-se uma aprendizagem para muito além dos conhecimentos acadêmicos, um verdadeiro divisor de águas na minha existência. As respostas que eu buscava começaram a se delinear com minha participação em diversas organizações políticas e atividades culturais paralelas ao curso de nível médio.

As aulas começaram e as inquietações de sempre não demoraram a surgir. Estava muito feliz pelo retorno à escola, mas o conteudismo habitual me fazia querer mais movimento e menos passividade. Tomei a iniciativa de tentar implantar oficinas teatrais na escola e a direção inicialmente me negou autorização. No entanto, as atividades foram liberadas após o ator Sílvio Monteiro procurar a escola com uma proposta semelhante e a diretora me convidou a assessorá-lo. Nossos encontros com os alunos funcionavam também como espaço de reflexão sobre questões sociais e, junto com essa proposta, a atuação no grêmio e o posterior engajamento no

Movimento Estudantil, fui descobrindo as lentes por meio das quais algumas explicações sobre os fundamentos das desigualdades sociais começaram a surgir. Nessa época Fernando Morais lançou *Olga*, livro imediatamente devorado por uma amiga e por mim com a ajuda de um professor de história, pois nem entendíamos por que o exército russo era vermelho, muito menos que acontecera uma intentona comunista no Brasil. Fui buscar entender o marxismo, e o impacto inicial da visão de sociedade como estruturas organizadas em função de fatores econômicos resultou num pessimismo horrível que me fazia acreditar que nada do que eu fizesse seria suficiente para superar as barreiras e conseguir mobilidade social, a não ser que uma revolução acontecesse. Como eu não tinha tempo para esperar – pois já havia esperado muito – fui tratar de “fazer a hora” e dar uma ajuda para ver se a tal revolução acontecia. Engrossei as fileiras dos jovens que aderiam a entidades e partidos que emergiam da clandestinidade em meados da década de 80, coloquei um *bottom*⁸ de borboletinha no peito fazendo campanha para o Gabeira, mas quando participei de um abraço à Lagoa me dei conta de que as bandeiras daquele movimento não eram bem as minhas. Precisava de coisas mais imediatas que dessem conta de garantir meu ganha-pão assim que eu concluísse os estudos. Não cabia nem o luxo de poder escolher entre o feijão e o sonho, se me disseram que a escolha já estava feita antes de eu nascer. Resolvi deixar o luxo para quem o possuía e fui embora daquele bairro de classe média e alta pensando estratégias de sobrevivência. Seria pretensão achar que por essa minha deserção Moreira Franco acabou ganhando aquelas eleições? No fundo, acho que além de mim muita gente se deu conta de que borboletas são bonitinhas, mas um pouco de pragmatismo é necessário, mesmo para alcançar os sonhos, daí menos gente quis apostar no homem da tanga.

8 Tipos de broche que esteve na moda nos anos 1980.

Toda essa gama de informações e acontecimentos povoava minha mente e amparada nas leituras de mundo que ia fazendo eu tentava esboçar uma trilha, um caminho a ser seguido. Educava-me dentro e fora da escola em espaços como a biblioteca comunitária localizada em Mesquita, onde eu morava. A biblioteca foi fundada em meados dos anos 80 por um membro da Pastoral da Juventude e por uma jovem que anos depois seria sua esposa, filiados a um partido de esquerda. Mesquita, até então distrito de Nova Iguaçu, se emancipou em 1999 e até o ano passado o fundador da biblioteca exerceu o segundo mandato como dirigente máximo da gestão municipal e sua primeira dama, falecida recentemente, foi Secretária de Ação Social.

Uma vez formada em Nível Médio, ainda em processo de compreender a sociedade, achei que finalmente estava pronta para o mercado de trabalho, iria obter uma boa colocação e a tão desejada autonomia financeira. Eu ainda acalentava a vontade de cursar uma faculdade, mas as dificuldades materiais só aumentavam. Nosso parco patrimônio, a moradia de que dispúnhamos, havia-se deteriorado muito devido às sucessivas enchentes que atingiram o estado do Rio de Janeiro no final da década de 1980 e as oportunidades de emprego eram tão escassas quanto os bons salários. O país se redemocratizou, mas começava uma onda neoliberal num contexto econômico de inflação descontrolada e poucos investimentos. Outro fator conjuntural complicado era a tendência de redução dos direitos trabalhistas aliado a salários baixos. Três anos após me formar, o máximo que conseguia era um estágio para cumprir uma das exigências para receber meu diploma. O primeiro emprego de carteira assinada só veio quatro anos depois da formatura cujas formalidades e becas eu dispensara. Nesse primeiro trabalho formal conheci um rapaz, sindicalista, com quem iniciei um namoro e não demorou para decidimos morar juntos. Ambos enfrentávamos problemas familiares e nos tornamos o apoio um do outro. A princípio moramos

no bairro de Guadalupe, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, mas depois de seis anos juntos, sérios problemas conjugais e um filho de três anos, nos mudamos para Belford Roxo, outra cidade da Baixada Fluminense. Para ver se as coisas se acertavam.

Depois da primeira experiência que não me preencheu em nível profissional ou pessoal, surgiu uma vaga na biblioteca de uma escola particular. Passei a ler sobre educação, me identifiquei com a Educação Infantil e resolvi atuar como educadora voluntária. Do trabalho com essa modalidade veio o desejo de buscar formação na área de educação e aprofundar estudos sobre as formas de conhecer e aprender. Haviam-se passado 10 anos desde a conclusão do nível médio, a sensação de estagnação e a falta de perspectivas mais uma vez me angustiavam. Procurei uma igreja católica, situada na praça principal da cidade de São João de Meriti, onde havia um curso de Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC. Um jovem atendente informou que dificilmente eu passaria na seleção, pois na escola em que trabalhava eu cumpria carga horária aos sábados pela manhã. Segundo ele, era necessário ter disponibilidade total para as aulas que eram das 8h às 17h, sábados e domingos. Fiquei desestimulada e desisti da inscrição, não querendo correr o risco de ser excluída de um curso para excluídos. Mesmo assim minha autoestima ficou abalada: “Danem-se os critérios de exclusão, até os dos cursos para excluídos!” – pensei. E decidi estudar sozinha. Tempos depois desse fato, conversando com uma amiga, ela comentou que quis se inscrever em um curso comunitário, mas achou horrível o nome “para Negros e Carentes” e preferiu estudar em outro lugar. Nada relatei sobre a minha experiência e fiquei refletindo sobre as razões que teriam provocado o incômodo em minha amiga a ponto de desprezar o que eu tanto desejara. Jamais o nome do curso produziu em mim qualquer estranhamento, embora eu tenha me identificado de início com a categoria carente e nem sequer pensei se eu me enquadrava ou não

no conceito de negro. A questão étnica nunca foi tão evidente para mim, embora tivesse crescido ouvindo minha avó materna, D. Léa, afirmar enfaticamente: “Passou de branco, preto é!”

Bisneta de português, neta de mulatos e de descendência indígena do lado paterno, parda na certidão de nascimento, “morena” para a maioria, recebi várias classificações ao longo da vida sem que nenhuma delas me norteasse na compreensão do que sou, ou sobre as restrições que me foram impostas para além das questões socioeconômicas. As exclusões e negações de direitos de cidadania, engendrados por mecanismos sociais produzidos a partir de sistemas ideológicos de representação que atingiam (e ainda atingem) não somente a mim, mas todo um segmento étnico e social afro-brasileiro não era pensado por esse viés, uma espécie de agravante para as questões de classe.

Segui em frente no propósito de entrar para a faculdade e fui aprovada no vestibular para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no campus avançado de Duque de Caxias, uma das cidades que compõe o mapa da Baixada Fluminense. Optei pelo curso noturno e por não trabalhar enquanto estudava para não privar meu filho ainda tão pequeno da minha presença e dos meus cuidados. Porém, quando estava para iniciar o quarto período da faculdade, ou seja, no meio do curso, meu marido ficou desempregado, o aproveitamento acadêmico teve uma queda significativa e somente com a ajuda de colegas de classe foi possível seguir adiante e concluir o período. No ano seguinte, participei de uma seleção para monitoria em História da Educação e o valor da bolsa recebida mensalmente garantiu o término do curso.

Poucos meses antes do encerramento do ano letivo, engravidei do meu filho caçula e a iminência do aumento da família intensificou a apreensão com as despesas. Abriram-



se inscrições para concurso público na prefeitura de Belford Roxo para cargos na minha área de formação. Prestei o concurso, me classifiquei dentro do número de vagas, mas a falta do diploma ou certidão de conclusão quase inviabilizaram minha posse. A declaração que apresentei foi recusada e embora estivesse formada desde dezembro do ano anterior, a formatura estava marcada para 13 de maio, sendo que o prazo estabelecido pela prefeitura de Belford Roxo para apresentação da documentação exigida para minha posse expirava em 19 de abril. Espremida entre essas duas datas emblemáticas, procurei a direção da faculdade e tive a solicitação de antecipação da minha colação de grau indeferida, apesar de haver explicitado a questão financeira familiar. Diante da intransigência do diretor, resolvi percorrer outras instâncias da universidade e encontrei uma Orientadora Educacional que se dispôs a me auxiliar na resolução do entrave. Ao percorrer vários setores, incluindo a ouvidoria da universidade, coincidentemente tive acesso a uma deliberação da sub-reitoria de graduação que concedia ao estudante aprovado em concurso público o direito a antecipação da colação de grau. Solucionadas as questões burocráticas, assumi o cargo de Orientadora Educacional na rede municipal de educação de Belford Roxo, uma função em que me sinto realizada como pessoa e profissional. A esse concurso seguiram-se outros, e atualmente também estou vinculada a uma instituição da rede federal de educação.

Logo após ingressar na rede federal a separação conjugal concretizou-se. O que era inicialmente um fosso no relacionamento tornou-se um abismo de incompreensão e tentativa de controle, à medida que fui aumentando o nível de instrução e alcançando a autonomia financeira que tanto almejava. A situação atingiu o limite com as torturas psicológicas e ameaças à integridade física. As queixas na delegacia especializada situada bem próxima à minha residência não resultaram em medidas efetivas, até que uma situação crítica me obrigou a resgatar minha mãe e meus filhos de casa sob escolta policial – mobilizada com

a mediação de um amigo com conhecimentos políticos – e ficamos morando durante quinze dias na casa de uma amiga para então podermos continuar tocando a vida. E continuamos...

Minha atuação como pedagoga na rede pública de ensino na mesma periferia onde nasci e cresci me coloca cotidianamente no contato com crianças e adolescentes vivendo processos muito semelhantes aos que conservo em minhas memórias. No movimento dos conhecimentos partilhados com outras educadoras e educadores fomentamos a reflexão constante sobre nossos saberes e fazeres com esse público-alvo que nos desafia. A complexidade crescente da dinâmica social traz para o campo educacional uma série de questões e urgências, tornando imprescindível a busca pela aquisição de conhecimentos e subsídios teórico-metodológicos para nortear a compreensão do processo pedagógico em seus diversos aspectos e compreender suas articulações com a sociedade mais ampla.

ATIVIDADE NA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A promulgação da Lei 10.639/03 e, mais recentemente, da Lei 11.645/08 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – inserindo o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares, e esta última visa contemplar também os conhecimentos indígenas. A implementação das referidas leis exigem modificações nas grades dos cursos de formações de professores em todos os níveis, mas passados dez anos da promulgação da Lei 10.639, ainda há muito a se fazer no sentido de alcançarmos currículos mais afinados com a diversidade existente em nossa sociedade.



As demandas profissionais como pedagoga me impulsionaram na busca por leituras e participação em formações para tentar suprir os vazios acadêmicos que ainda dificultavam uma melhor compreensão das questões relacionadas à África e ao legado de sua presença na História e cultura de nossa sociedade. Quanto maior se torna o mergulho nesse continente, mais evidente se revela o grau de complexidade de um território culturalmente rico, diversificado e profundamente afetado pela colonização. As perguntas e o encantamento se multiplicaram e o desejo cada vez mais intenso de aprendizado me levou a escrever um projeto de pesquisa propondo a investigação da oralidade e suas potencialidades pedagógicas. O objetivo principal foi tentar compreender os modos de transmissão de saber que herdamos dos africanos e os elementos culturais invisibilizados por estereótipos e pelo predomínio de um modo ocidental de enxergar o mundo que desconsidera as demais formas de compreensão. Com esse projeto, uma vez aprovada em processo seletivo, retornei à universidade em que me graduei para cursar o mestrado em educação. À medida que avançava na pesquisa, comecei a ampliar a percepção sobre a presença africana em meu entorno, resultado da diáspora dos povos negros pelo atlântico, até então “ocultas por uma forma de racionalidade hoje dominante no Ocidente” (CERTEAU, 2009, p. 37).

A hegemonia de um modelo de pensamento que exclui outras formas de racionalidade, segundo Santos, um

pensamento abissal que consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, estas últimas estabelecidas através de linhas radicais, a dividir a realidade social em dois universos distintos, produz o apagamento da história e da memória dos povos localizados ao sul do planeta. [...] A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. (2010, p.32)

Os conhecimentos oriundos da matriz africana estão localizados do “outro lado da linha”, rejeitados e desqualificados pelos cânones ocidentais na cartografia hegemônica. Ao oferecer lentes que podem remover as opacidades e estimular a exploração de territórios sociais de onde possam emergir saberes não-hegemônicos, mas igualmente válidos se vistos por outro prisma, fora dos padrões ocidentais, Santos (op. cit) abre perspectivas epistemológicas e outras possibilidades de produção e difusão de conhecimentos.

CONCLUINDO

Revisitar memórias de uma infância vivida em lugares “rústicos” da periferia de uma grande capital onde acompanhei a chegada do saneamento básico para que as primeiras ruas fossem pavimentadas provocou uma reordenação do olhar sobre a minha história, à luz dos conhecimentos teóricos adquiridos em diversas leituras, cursos de formação e diálogos com estudiosos da sociedade brasileira e da cultura africana. Conforme nos diz Santos (op. cit, p.157), “todo conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento” e, de posse de elementos teóricos para pensar o contexto social em que estive imersa nos anos em que crescia, pude aprofundar minha percepção sobre a não valorização social dos saberes do cotidiano, das práticas de usuários, a “colocar em jogo uma *ratio* popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, op. cit, p.41). Muitas dessas práticas cotidianas emergiram a partir de elementos oriundos de uma ancestralidade afro-brasileira desconhecida e, por isso mesmo, desconsiderada.

Todos os dias, quando saía de casa para ir à escola, para trás ficavam o chão do terreiro, o xarope feito de ervas para curar a bronquite do meu irmão cuja receita fora aprendida por mamãe com suas comadres, o cheiro do defumador que minha avó espalhava pela casa e o pedido de benção aos mais velhos. Hoje compreendo que tais práticas remetem a princípios africanos como a transmissão de conhecimentos de geração em geração por meio da oralidade, o respeito aos mais velhos e aos ancestrais por reconhecê-los como pessoas mais experientes e possuidores de sabedoria, a utilização das ervas e demais recursos da natureza para garantir o bem-estar humano assegurando também o equilíbrio e a preservação do planeta.

Os conhecimentos que me foram apresentados pela escola, ao longo da minha trajetória acadêmica, pouco incorporavam daquele micro universo, meio urbano, meio rural que era a Baixada Fluminense, em que animais como patos, galinhas e porcos circulavam tranquilamente pelas vias públicas. Uma região estigmatizada pela violência e pelas abordagens reducionistas dos meios de comunicação, para os quais “encontram-se bairros de comunidades populares, onde residem jovens, principalmente os negros e pobres, filhos de trabalhadores que têm sido excluídos e discriminados, constantemente, de forma injusta e desumana. Assim, é um lugar onde a criação de estereótipos e preconceitos estão presentes em todos os espaços”. (DUPRET, 2008, p.74).

Estamos diante, então, de um lugar que não se encaixa nos parâmetros definidos socialmente por uma visão elitista de ser um território cujos habitantes não podem ser capazes de produzir formas de sociabilidade e tampouco saberes a serem considerados. Pelo contrário, o eurocentrismo que predomina ainda hoje nos currículos escolares muitas vezes colaborava, pela via da invisibilização e do apagamento, para desqualificar

vivências e influências da cultura afro-brasileira presentes em meu contexto; circunscritas até em minha corporeidade, de pele morena e cabelos crespos. Segundo Laraia (2003, p. 68) o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. Ao longo da vida, porém, inclusive na escola, aprendi que obras de arte e produções culturais encontradas em museus e centros culturais são as mais relevantes para a humanidade.

Na fase de adolescência, quando conquistei liberdade para sair da região metropolitana e aventurar-me pelo centro da capital, passei a visitar tais locais privilegiados para ter contato com obras e artefatos culturais socialmente referendados. Ficava deslumbrada com o que encontrava naqueles espaços, mas eram outras estéticas, performances, palavras, posturas que em nada me remetiam às referências que eu trazia do meu meio de origem e das quais cada vez mais me afastava. A imponência dos prédios de arquitetura em estilo europeu, guardiões dos acervos culturais legitimados pelos cânones ocidentais, faziam o lugar de onde eu vinha parecer ainda menor. Ávida pela fruição de arte e cultura, eu percorria longas distâncias ao encontro de obras encasteladas em museus, geralmente enquadradas num conceito de “alta cultura”, enquanto que os modos de viver, pensar e produzir do meu meio eram sequer considerados enquanto formas culturais. No dizer de Canclini:

Mesmo nos países em que a legislação e os discursos oficiais adotam a noção antropológica de cultura, que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social, existe uma hierarquia dos capitais culturais, vale mais a arte do que os artesanatos, a medicina científica que a popular, a cultura escrita que

a oral. Nos países democráticos, ou onde os movimentos revolucionários conseguiram incluir saberes e práticas de indígenas e camponeses na definição de cultura nacional, como no México, os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subordinado, secundário, dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos. (CANCLINI, 1994, p. 97).

Os debates recentes no campo antropológico vêm contribuindo para provocar alterações no conceito de cultura, tornando-o mais plural e inclusivo, levando ao reconhecimento de que há uma rica produção cultural que emerge das camadas socioeconomicamente desfavorecidas da sociedade.

As novas formas de se conceber a cultura trazem questionamentos sobre o conceito ainda vigente calcado na visão instaurada por intelectuais alemães por volta do século XVII, quando passaram a classificar como *Kultur* suas produções científicas, literárias e de artes plásticas, bem como a forma de apreciá-las, seus modos de ser e estar no mundo. Como resultante dessa compreensão restrita de cultura, forjou-se a dicotomia entre as diferentes concepções de mundo e as formas de expressá-las e se convencionou denominar como “alta cultura” as manifestações provenientes da elite, ou por ela referendadas, em detrimento dos saberes oriundos dos segmentos populares designados como baixa cultura. (VEIGA-NETO, 2003, p. 7).

Uma estratégia de hierarquização a definir lugares sociais: quem deve comandar e quem deve ser mantido na subserviência. Vista por esse prisma, a cultura agrega um sentido político a contribuir na construção de um imaginário sobre a organização da sociedade e dos sujeitos que a constituem. Esse conceito elitista de cultura

vem sendo sistematicamente contestado no contexto contemporâneo e, dado o seu caráter formativo, a cultura situa-se no campo político, torna-se objeto de disputa, sobretudo pelos movimentos sociais.

Dupret (2008, p.73), ancorada em Rey (2003), nos traz uma perspectiva para pensar a construção da subjetividade incorporando as interações e interferências mútuas entre o individual e o social. Assim, cada sujeito participante de um grupo possui sua bagagem de vivências, experiências, crenças, sua subjetividade pessoal construída ao longo de sua história de vida. Porém, o processo de desenvolvimento humano vai-se constituindo no entrelaçamento entre o que é individual e coletivo, ocupando a cultura um lugar de participação efetiva na construção subjetiva. A dicotomia e hierarquização de saberes promovida pelos grupos dominantes atuam na produção das diferenças que justificam desigualdades. Os saberes do cotidiano aos quais me refiro não diziam respeito apenas a mim ou aos meus familiares. Eram conhecimentos compartilhados por toda uma gama de pessoas em um território específico, pois muitas das cidades que hoje compõem a Baixada Fluminense surgiram de antigas fazendas. Essa região também abrigou muitos migrantes, vindos do interior do Estado do Rio de Janeiro, ou mesmo de outros Estados e também portugueses, que geralmente se estabeleciam como comerciantes. A cultura cultivada nos engenhos acompanhou aquele povo em suas andanças. A transição do Brasil para um país industrializado, a urbanização, a crescente importância dada às escolas, que ensinavam outros saberes – estes sim considerados legítimos – intensificaram o declínio das práticas e saberes dos primeiros habitantes da Baixada Fluminense.

À medida que acrescento novos conhecimentos sobre a África à minha formação, sigo me reinventando e à minha prática como educadora, buscando aguçar o olhar sobre os alunos e alunas das instituições escolares às quais

estou vinculada e em relação às comunidades onde as escolas estão implantadas. Assim, posso melhor interpretar, me posicionar nesses contextos e contribuir na elaboração de projetos educativos mais adequados às necessidades de nosso público-alvo e ao papel social da escola de democratizar o saber. Concordo com Icléa Bosi: “Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes” (1995, p.38, grifo nosso).

Aos poucos, vou-me reconhecendo nos elementos de uma afrobrasilidade até pouco tempo desconhecida, e pude compreender a necessidade de aprofundar minhas reflexões sobre essa temática. Entendi que seria preciso desenvolver “não mais um olhar distanciado e supostamente neutro sobre o fenômeno do racismo e das desigualdades raciais, mas sim, uma análise e leitura crítica de alguém que os vivencia na sua trajetória pessoal e coletiva, inclusive, nos meios acadêmicos” (GOMES, 2010, p. 496). Os estudos sociológicos de uma maneira geral, e autores que se debruçaram sobre a produção do racismo no contexto nacional – estes pouco estudados, e muitos dos quais eu sequer ouvira falar antes de decidir compreender mais a fundo as questões étnicorraciais no Brasil – vem sendo fundamentais para minha formação. A bagagem teórica acumulada propicia novas leituras e entendimentos sobre educação, os processos formativos que se dão dentro e fora do ambiente escolar e as possibilidades de rupturas com os modelos hegemônicos de pensamento ou tradições cristalizadas. Vários estudos já foram produzidos com o objetivo de analisar a escola e seus condicionantes: fatores econômicos, políticos, sociais, epistemológicos e culturais que incidem sobre a organização e finalidades dessa instituição. O tipo de cidadão que se pretende formar torna o currículo um campo de disputas entre segmentos com diferentes projetos de sociedade. A concepção de currículo

como espaço de disputas nos permite pensá-lo como lugar de expressão de hegemonia como também para a inserção de outras narrativas. Como nos diz Tomaz Tadeu:

Os significados produzidos e transportados pelas narrativas não são nunca fixos, decididos de uma vez por todas. O terreno do significado é um terreno de luta e contestação. Há assim, uma luta pelo significado e pela narrativa. Através das narrativas, identidades hegemônicas são fixadas, formadas e moldadas, mas também contestadas, questionadas e disputadas (SILVA, 1995, p. 205).

O conceito de narrativas que estou trazendo não diz respeito apenas a gêneros literários, ou a discursos inscritos em outros suportes, como produtos audiovisuais. Vários discursos circulam pela escola e pelo currículo em práticas equivalentes as narrativas no sentido mais convencional do termo, mesmo que não sejam reconhecidas formalmente como tais. As palavras instauram ações e “o ato de palavra não pode separar-se da circunstância” (CERTEAU, op. cit, p.77). Enredos que falam sobre o mundo social, seus personagens e fatos e sobre o conhecimento estão presentes nas instituições educativas em gestos, festas, imagens, normas e rituais. Essas múltiplas narrativas do currículo explícito e implícito abrem possibilidades de forjar outras identidades que sejam diferentes daquelas fixadas pelas narrativas hegemônicas (SAID apud SILVA, op. cit., p. 205).

A identidade aqui enfocada não é pensada como constituída apenas por meio das experiências propiciadas pelos currículos escolares. É uma construção social e individual surgida nas interações estabelecidas no meio sociocultural, através das imagens que o sujeito constrói sobre si mesmo a partir do próprio olhar e do olhar do outro. No caso da identidade negra, “ser negro no Brasil é tornar-

se negro” (SOUZA apud GOMES, 2002, p. 42). Não se trata de uma condição inata, tampouco de uma adesão pura e simples e muito menos fidelidade a um padrão específico de comportamento, estética, vestimenta, filiação religiosa etc. O importante é que os sujeitos tenham diante de si múltiplas referências e que possam realizar suas escolhas identitárias por meio do acesso a conhecimentos e experiências que nasçam de um amplo e rico repertório cultural, para muito além das visões estereotipadas e imagens distorcidas. “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças, quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”. (GOMES, 2002, p.39). Essa percepção tem motivado os movimentos sociais a aproveitarem a conjuntura atual em que aberturas políticas favorecem a entrada de conhecimentos relevantes para a afirmação das identidades negras nesse “território contestado” (SILVA, 1995, p. 201), que é o currículo escolar.

A mudança de posturas e discursos desfavoráveis à formação da autoimagem positiva dos estudantes negros e negras, e o respeito e reconhecimento do valor dos povos negros na constituição de nossa sociedade por alunos não-negros, traz a necessidade de lançarmos um olhar para as instituições de ensino em seus diversos níveis. Que tipo de formação ainda está sendo oferecida a educadores e educadoras que detêm, na ponta do processo, a responsabilidade de formar as novas gerações? Temos formado educadores para atuar nas escolas visando contribuir na educação de sujeitos capazes de atuar na construção de uma organização social mais inclusiva ou temos fortalecido, ainda que inconscientemente, a manutenção de sistemas que destituem o ser humano do usufruto dos direitos mais básicos ou mesmo de sua própria condição humana?

A opção política por trabalhar em prol de uma transformação social em que o respeito à diversidade e igualdade de oportunidades seja uma tônica, me motivou e

fortaleceu a derrubar interdições e penetrar em mistérios e espaços de produção de conhecimentos como o terreiro de culto afro-brasileiro, de onde eu não podia me aproximar quando criança, para desvendar os saberes existentes no quintal de usos e frutos da minha infância, mas de onde me acompanham heranças até pouco tempo imperceptíveis pela falta de lentes para decifrá-las. Nos vestígios escavados no tempo venho compondo um acervo de histórias, artefatos, imagens e diferentes registros que adquirem ou não novo significado no presente e me apontam um futuro talvez inscrito num projeto de sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n.23, p.94-115, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. NTU. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 108. Maio, 2010.

DUPRET, Leila. Jovem da Baixada Fluminense, religião de matriz afro-brasileira e subjetividade: um entrelaçamento à luz da complexidade. In: ASSIS, Ahyas (org.) **Diversidade Étnico-racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade

brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**. v.29. n°1. p.167-182. Jan./Jun. 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PADILHA, Laura Cavalcante. A palavra Africana e as Memórias antigas. In: Gonçalves, M^o Alice Rezende. Educação, Arte e Literatura de Língua Portuguesa. **Coleção Sempre Negro: contribuições para a discussão da questão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet/ NEAB-UERJ, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos Culturais em Educação**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. nº23 p. 5 – 15. Mai./Ago. de 2003.



UNIVERSIDADE PÚBLICA: SONHO, DIREITO OU PRETENSÃO?

Patricia Lima Ferreira Santa Rosa

Mestranda em Enfermagem pela USP
(patriciasantarosa@usp.br)

INTRODUÇÃO

Hoje julgada e autoentendida vencedora, acabo de chegar de uma doce e intensa viagem de lua de mel.

Casada há poucos dias, 31 anos, enfermeira, formada em universidade pública, empregada, com imóvel próprio, automóvel, feliz e amada.

Quem vê a glória dos dias atuais não imagina, ou talvez sequer possa vislumbrar, os acontecimentos passados, cada passo bem vivido e todas as etapas cumpridas após intenso labor.

Nascida em São Paulo, capital cheia de paradoxos, rodeada de mansões das classes sociais mais favorecidas, surgiu o barraco onde meus pais residiam em uma comunidade pobre à beira-rio.

Nordestinos retirantes, migraram como outros tantos milhões para essa terra de promessas. Ela aqui desde os 16 anos, empregada doméstica e ele aos 20 e poucos anos, motorista de ônibus. Encontraram-se, amaram-se e decidiram compartilhar seus caminhos.

Sou a primogênita de dois filhos que tiveram juntos. Recebemos, meu irmão e eu, educação, daquela que se recebe em casa, com lições sobre honestidade, luta e resiliência.

Com primeiro e segundo graus concluídos em escolas públicas, prestei vestibular sem bagagem e sem exemplos, pois uma adolescente negra, pobre e periferizada não tem muitas referências em que se espelhar, faculdade era coisa de rico, coisa de branco!

O sonho, no entanto, da possibilidade de um futuro diferenciado e menos excludente me fortificava na luta diária.

OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULAR

Navegando arduamente por águas inóspitas, tentei por três anos consecutivos ingressar na universidade. Para alcançar esse nobre objetivo, contei, além da fundamental ajuda de minha família, com o apoio de um curso pré-vestibular “comunitário”. Os próximos parágrafos explicarão em detalhes como foi o processo:

No final do segundo grau, uma colega me informou que haveria uma seleção de alunos interessados em estudar em um cursinho comunitário e que, se passássemos, faríamos esse curso durante o ano seguinte inteiro. Ao cabo daquele ano, teríamos chance de fazer um vestibular com mais qualidade e passar numa universidade pública. Essa foi a primeira vez em que ouvi falar de curso preparatório para vestibular e, também, que havia universidades no Brasil totalmente custeadas pelo governo. Fique encantada com a possibilidade e, a partir daí, investi muita energia na busca por esse direito. O ingresso nesse cursinho pré-vestibular se dava através de processo seletivo, porque a demanda era maior do que a disponibilidade de vagas.

Foram três anos estudando com afinco para passar no vestibular. Nos dois primeiros anos estudei no mesmo cursinho comunitário que, na verdade, era bastante

longe da minha comunidade! Nessa altura, residíamos no extremo do Jardim Ângela, num bairro chamado Cidade Ipava, perto da Represa Guarapiranga, e o cursinho era na Lapa de Baixo. Era necessário atravessar a cidade para chegar ao meu destino. Acordava às 3 h e 30 min. da madrugada, saía às 4h de casa para pegar o ônibus. Tratava-se uma verdadeira viagem, com muito “empurra, empurra” nas filas para embarcar nos ônibus lotados... Esse era o único jeito de pagar uma condução só, pois eu descia nos terminais de ônibus e pegava o próximo sem ter que pagar passagem novamente.

Esse cursinho, também não era gratuito, porém, me foi atribuído um desconto devido às condições socioeconomicamente desfavorecidas que comprovei. Mesmo assim era difícil pagar, mas meus pais exerceram um papel importante nesse momento, me encorajando a fazer o que eu acreditava, ou seja: estudar! Andei muito de roupa e sapatos furados, consumindo o mínimo do mínimo necessário para poder pagar as mensalidades, condução e alimentação com o escasso recurso que eles me disponibilizavam. Além do dinheiro que ganhava com faxina, reforma de roupas ou feitiço de comida para fora, minha mãe ainda me ajudava de outro jeito: “segurava as pontas” de todo o serviço doméstico, inclusive nos finais de semana, quando eu estudava em casa a matéria vista na aula. Ela, mesmo em toda a sua simplicidade, entendia a importância do que eu estava fazendo dando-me esse tipo de apoio, que foi fundamental.

Eu adorava assistir àquelas aulas! Pois me admirava ver as coisas funcionando: professor após professor, aula após aula, a matéria sendo vista, os exercícios sendo feitos, os banheiros funcionando, e com papel higiênico! Tudo simples, mas organizado! Eu me sentia em êxtase, porque na escola pública a gente não conseguia aprender quase nada, havia muitas aulas vagas, falta de professores, precariedade e desorganização em tudo, além de nunca haver papel higiênico nos banheiros...

Eu ficava, de fato, muito empolgada em entender química, biologia, literatura, redação, geografia, história, geopolítica! Nossa, era interessantíssimo perceber quanto conhecimento existia e como era agradável ter o “privilegio” de aceder a ele. Comecei a entender muito melhor as notícias veiculadas na mídia, passei a ser mais crítica, me sentia como num início de inclusão social!

O primeiro ano de cursinho foi em 2000 e ocorreu numa modalidade de final de semana. As aulas eram ministradas durante todo o sábado e, às vezes, aos domingos. Era bastante intenso e cansativo. No final do ano prestei vestibular pela primeira vez para os cursos de enfermagem e biologia, não passei em nenhum. Uma colega que conheci naquele ano me convenceu de que, se quiséssemos passar no vestibular, deveríamos fazer o curso matutino, todos os dias, no ano seguinte. Num primeiro momento hesitei, porque não ia mais ser possível continuar fazendo meus “bicos” dando aulas de alfabetização e informática, como eu vinha fazendo, e teria que ficar totalmente à mercê da ajuda dos meus pais.

Mas eu entendi o “espírito da coisa”: era necessário estudar (e muito), não só assistir às aulas! Era necessário permanecer nas dependências do cursinho durante as tardes, fazer as tarefas, tirar dúvidas dos exercícios com os monitores de plantão, fazer simulados de prova etc. E foi assim que fiz, tanto que ainda não houve um ano de maior aprendizado do que o de 2001, pois me dediquei por demais. Chegava às 7 h da manhã no cursinho, comia um dos três pães que eu levava, junto com um iogurte barato, e guardava os demais pães para o almoço e lanche da tarde. A aula se iniciava às 7h e 30 min.

Nesse mesmo ano tive a oportunidade de me politizar, porque à tarde havia exibição de filmes, discussões em grupo com convidados e debates sobre temas polêmicos.

Prestei vestibular de novo no final daquele ano, houve progressos, com melhora de desempenho em relação ao ano anterior, mas ainda não foi o suficiente, não passei no vestibular! Fiquei arrasada... Eu havia dado o máximo de mim, mas eu tinha uma defasagem muito grande, portanto, era difícil conseguir atingir o desempenho requerido pelas universidades públicas paulistas.

Meus pais me consolaram e me apoiaram para mais uma tentativa. Foi muito sofrido pensar que eu teria de estudar mais um ano inteirinho para prestar vestibular novamente. Inacreditável! Sentia-me muito mal, como se estivesse pagando um preço, uma penitência por algo errado de que não me lembrava ter feito. No entanto, ergui a cabeça e segui em frente, de uma coisa eu tinha certeza: um dia eu iria conseguir! Pois cursar universidade privada não era opção, não havia como pagar. Então, o negócio era continuar tentando a faculdade pública.

Foi aproximadamente nessa época que tive contato com o Movimento Negro Unificado (MNU), participei de alguns debates e reuniões. Fui apresentada a ele através do meu irmão que, na época, iniciava sua história no rap. Os assuntos tratados nos encontros reforçaram o meu amor pelo nosso tom de pele, formato do nariz e textura dos cabelos. Isso elevou minha autoestima! Aprendi lá, que se autointitular negro é uma decisão política e que eu tinha responsabilidades junto ao meu povo. Guardei aqueles conceitos e segui em frente na minha luta pelo direito de estudar numa universidade pública.

Em 2002, lá fui eu para o terceiro ano de estudos, dessa vez, um pouco mais perto de casa, em Santo Amaro, em um cursinho comercial, onde consegui uma bolsa de estudos após uma prova. A mensalidade custava R\$ 140,00 (cento quarenta reais) naquela época. Mesmo assim, o valor era mais do que o dobro do valor pago no cursinho comunitário, mas eu sabia que iria ser mais

proveitoso, porque a distância e o tempo diário gastos na condução, variando entre cinco e seis horas, incluindo ida e volta, estavam contribuindo negativamente para o meu desempenho nos vestibulares.

O terceiro ano de estudos foi parecido com o segundo em intensidade, porém um pouco menos laborioso por ser mais perto de casa. Eu já havia acumulado uma bagagem dos dois anos anteriores que me facilitaram bastante e me ajudaram a acelerar o processo de aprendizagem. Prestei vestibular para cinco universidades públicas paulistas, todas para o curso de enfermagem, passei em quatro delas!

Lembrar o dia em que visualizei meu nome na lista de aprovados da melhor universidade da América Latina, a famosa USP, me traz à memória uma das maiores emoções que já vivi! Pois eu tive que exercitar muito a minha paciência, resiliência e persistência durante os anos de cursinho pré-vestibular. A maioria das pessoas com as quais conversei e conto essa história dizem que jamais teriam persistido tanto.

Meus pais ficaram assustados ao ver o tamanho da minha alegria, devido às vibrações e ao choro que transbordava da minha emoção. Acho que só naquela hora eles entenderam, realmente, o quanto aquilo era importante para mim. Em seguida, decidiram fazer uma festa para comemorar e chamaram todos os nossos amigos e parentes para compartilhar a felicidade que sentíamos naquele momento. Possuo fotografias guardadas até hoje.

A USP

Cursar a faculdade me exigiu esforço hercúleo, sendo necessário acessar algumas formas de apoio social que a instituição disponibilizava. Mesmo assim, durante e

após a conclusão do curso, era preciso trabalhar ministrando aulas aos finais de semana, ou vender chocolates aos colegas para sustentar minhas necessidades básicas.

O primeiro ano de faculdade foi um choque, nos sentidos didático, cultural, relacional etc. Didático porque o conteúdo era muito denso e eu senti, mais uma vez, dificuldades em acompanhar o restante da turma devido à minha defasagem que parecia não ter fim; cultural porque os colegas do meio acadêmico eram muito diferentes das pessoas do meu convívio, no que dizia respeito ao nível sócioeconômico mais elevado e ao tom de pele, pois a maioria absoluta era branca. Numa sala de 80 alunos, os negros contabilizavam, mais ou menos, dez por cento. Sem contar que, entre quase 100 docentes, não havia nenhum.

Quanto ao sentido relacional, o choque se deveu às formas diferentes de comunicação com os professores e colegas, exigindo habilidades políticas que tive de aperfeiçoar. A minha sinceridade, determinação e tom de voz firme eram, muitas vezes, vistos como falta de educação, indelicadeza e agressividade. A vida exigiu de mim tanta dureza e frieza que, se eu não tivesse me adaptado e erguido a cabeça a cada novo obstáculo, eu não teria chegado ali. E isso era mal interpretado como agressividade, mas era só defesa.

Esse fato me traz à memória Cláudia, uma flor-mulher, personagem real da história contada por Castro (2002). Tratava-se de uma jovem negra, moradora em situação de rua desde criança. Nas ruas, ela aprendeu a conviver com outras crianças na mesma situação, a se defender de gente mal intencionada, aprendeu a roubar para sobreviver, namorou, teve filhos... A autora relata que Cláudia tinha dificuldade em estabelecer diálogo mínimo possível com as pessoas no grupo promovido pela assistência social da área que abrangia o território em que ela morava "(...) suas palavras eram fortes como uma agressão física" (Castro, 2002). Até que um dia ela

conseguiu falar um pouco de sua história, do seu passado e presente, e do que desejava para o futuro. E ela o fez no seu tom, com as suas palavras. A história dela é triste, mas felizmente ela agora tem um lar e luta para que seus filhos não sofram tudo o que sofreu.

Minha intenção aqui não é ser sensacionalista. Nunca fui moradora de rua ou passei pelas situações que Cláudia passou. Lamento pelas coisas que ela viveu e fiquei feliz por saber que a sua história estava mudando na ocasião em que o livro foi escrito. Quero dizer apenas que carregamos marcas do nosso passado e isso determina quem somos no presente. As palavras de Cláudia *eram tão fortes que se assemelhavam a uma agressão física* (Castro, 2002); acredito ser assim que os meus colegas e professores se sentiam, às vezes, agredidos pelo meu tom de voz, meu jeito de falar que, Adisa (2002, p. 114), escritora jamaicana, descreveu muito bem, justificando o motivo de parecermos estar sempre com raiva, pois carregamos um forte peso do estresse que vivemos todos os dias para alcançar os nossos objetivos:

Você já se perguntou alguma vez porque tantas mulheres negras parecem sentir raiva? Ou porque caminhamos como se carregássemos tijolos nas nossas bolsas e fôssemos golpear e maldizer uma amiga, simplesmente por ter derrubado um chapéu? Isso acontece porque o estresse é a bainha de nossas roupas, está grudado nos nossos cabelos, impregnado no nosso perfume e pintado em nossas unhas. O estresse vem de sonhos adiados, de sonhos reprimidos; vem de promessas não cumpridas, de falsas promessas; vem de sempre estarmos por baixo, de nunca sermos consideradas bonitas, de não nos valorizarem, de tirarem vantagem de nós; vem de sermos mulheres negras na América branca. Por quanto tempo você acha que pode prender a respiração sem ser asfixiada? Sim, as mulheres negras se suicidam!

Retomando. A Escola de Enfermagem da USP fica ao lado do Hospital das Clínicas de São Paulo, eu tinha aulas lá e também na Cidade Universitária. Era tudo tão novo, tão grandioso, tão organizado e tão longe da minha casa! Como eu sofria nas conduções! Voltei a gastar entre cinco e seis horas diariamente no trânsito, isso me atrapalhava muito nos estudos, pois quando eu chegava em casa, já estava tão cansada que não conseguia me dedicar como deveria. Também tinha dificuldade de estudar nos veículos em movimento, pois ficava enjoada, sendo assim, aquelas horas no trânsito eram só perda de tempo! As notas presentes no histórico escolar do primeiro ano de faculdade comprovam isso.

Há um residencial estudantil na Cidade Universitária para alunos de baixa renda, porém é extremamente concorrido. O serviço de assistência social é quem dita os critérios e estabelece uma forma de “ranking de pobreza”. Os que estão piores, nesse ranking socioeconomicamente falando, são os que conseguem as vagas para morar lá. Outro forte critério de seleção era a distância, medida em quilômetros, entre a residência do estudante e a universidade. Portanto, os colegas que moravam em outras cidades, Estados ou até países, ganhavam, de longe, da gente, que morava dentro do município. Infelizmente, porém, o serviço de assistência social demorou a entender que os alunos residentes na cidade também necessitavam de moradia estudantil a depender de suas dificuldades.

Nunca me esquecerei das colegas que, gentilmente, me cederam espaço para dormir uma ou outra noite da semana, formal ou informalmente, no quarto delas dentro do residencial estudantil. Houve um apartamento, em especial, onde permaneci como hóspede durante quase um ano. Tratava-se de uma colega africana, de Guiné Bissau que, compadecida da minha situação, me abrigou naquele momento. Sempre serei grata a ela.

As hospedagens, no residencial estudantil são permitidas pela assistência social, mas é uma forma precária de moradia, pois o espaço físico do apartamento já é pequeno, o quarto individual menor ainda, para ser dividido com outra pessoa. Há que se estender um colchão no chão e não fica espaço nem para andar no recinto. Contudo, era bem melhor do que ir e voltar para casa e enfrentar horas intermináveis de pé nos ônibus lotados. Assim, eu só voltava para casa aos finais de semana.

Tentei no primeiro, tentei no segundo, tentei no terceiro e só consegui moradia no quarto ano de faculdade, ou seja, quase no fim! Onde pude experimentar um pouco de paz, já que nos segundo e terceiro anos morei de favor com colegas ou em alojamentos coletivos provisórios. Sempre permeados de instabilidade, pois a qualquer momento eu poderia receber o convite para sair, fosse da colega que me hospedou em seu quarto, fosse da assistência social que dizia que meu prazo de permanência no alojamento coletivo havia-se esgotado. Naquele ano, consegui o meu quarto individual! Foi muito bom, e pude aproveitar melhor, tanto a faculdade propriamente dita, quanto as opções de lazer presentes no espaço universitário.

Finalmente, concluí a graduação, lembrando que o curso de enfermagem na USP funciona em período integral durante quatro anos, no mínimo, se não houver nenhuma dependência de matéria. Mais uma vez, meus pais ficaram extremamente felizes em me ver realizar mais esse sonho. E se emocionaram significativamente na colação de grau, cerimonial ocorrido num auditório dentro da Cidade Universitária, quando tomei posse do diploma de Bacharel em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Eu era a primeira entre todos os familiares e parentes a realizar esse intento!

Preferi mais fazer uma festa em casa e convidar quem eu quisesse, do que fazer formatura junto com a minha turma, pois era muito caro e eu poderia levar apenas uns dois ou três convidados. Eles escolheram

tudo de melhor que podiam para festa e isso encareceu demais o projeto. Fui a uma das reuniões de organização do evento e fiz propostas mais econômicas de uma festa compartilhada com outra turma. Isso baratearia o projeto, o tornaria menos elitizado e menos excludente, mas elas não entenderam e reprovaram totalmente a minha proposta.

A festa na minha casa foi à moda nordestina, com muita gente, alegria e forró! Os nossos vizinhos eram muito unidos e eles se encarregaram de encher a festa juntamente com outros amigos nossos e parentes. Todos felizes e desejando-me muito sucesso! Essa gente é muito sincera, gosto deles. Eles podem não ter conseguido alçar grandes voos, mas fazem o melhor que podem pelos seus filhos, por um futuro diferente. E eu nunca me senti invejada por nenhum deles, ao invés disso, sempre torceram para que eu obtivesse êxito nas minhas batalhas, mesmo sem entender direito toda a minha obstinação.

Após as comemorações, em janeiro de 2007, ainda permaneci, por mais um ano, no espaço universitário concluindo a licenciatura que eu havia começado durante o bacharelado. Aproveitei também essa época, para me candidatar às oportunidades de emprego, porém, dediquei meu tempo, predominantemente, aos estudos para concursos públicos. Procurei aproveitar: o fato de que eu tinha poucas disciplinas para cursar naquele ano e também o acesso à internet da Universidade, pois na minha casa não tinha.

ANGOLA

Ainda no ano de 2007, no mês de setembro, tive a interessante oportunidade de visitar um país africano, Angola. Permaneci durante trinta dias em Luanda, capital de lá. Trabalhei como voluntária no maior hospital público deles durante três semanas, passei, fiz novas amigas, me diverti e também me entristeci. Isso porque, na terra de

nossos ancestrais, eles sofrem mais ainda do que nós! Só havia cinco anos que a guerra civil tinha findado e o país estava em franca reconstrução, sendo nítida a escassez generalizada. Não possuíam quase nada de infraestrutura, água encanada, esgoto, saneamento básico, transporte público ou energia elétrica estável. Tudo extremamente mais precário do que aqui. A população estava sofrendo muito, pois não tinham direito a saúde, educação, habitação etc.

Apesar de tudo, as pessoas aparentavam estar felizes, sempre com um sorriso no rosto, muito solidárias e dispostas a ajudar no que fosse possível. Muito atenciosos e receptivos, excelentes anfitriões. Dançam e cantam divinamente. De lá emergem muitos ritmos que se espalham pelo mundo, muitas vezes, com outros nomes.

Voltei, porém, menos preconceituosa com relação a alguns traços culturais nossos, pois somos muito parecidos, por exemplo: a nossa sensualidade, que de vez em quando parece ser também nossa maldição (explicarei mais à frente), é proveniente deles. Dançar rebolando é uma característica africana fortíssima e, na maioria absoluta das vezes, não está relacionada à sensualidade ou ao erotismo, é só hábito, é natural! Temos mais de nossos ancestrais do que podemos imaginar, voltei com essa reflexão em mente.

Tentei também conseguir um trabalho lá, mas as burocracias para empregar um estrangeiro são bastante fortes, não tendo sido possível me estabelecer, mesmo com o auxílio dos meus amigos enfermeiros os quais conheci quando passaram pelo Brasil, em período de estágio em uma espécie de intercâmbio que houve entre a Escola de Enfermagem da USP e o Instituto Superior de Enfermagem de Angola. Foram esses amigos que custearam as minhas passagens aéreas e estadia.

Voltei ao Brasil, e continuei a minha caminhada.

O PRIMEIRO EMPREGO

Após a formação veio a luta pelo primeiro emprego, submetendo-me a dinâmicas de grupo em instituições privadas, cujos perfis profissionais requeridos eram duvidosos ou discutíveis, não se tendo clareza dos reais critérios de escolha dos candidatos, fazendo-nos refletir fortemente sobre os verdadeiros significados de “boa aparência” e “facilidade no relacionamento interpessoal”.

Foram 18 meses de desemprego após a formação superior, muitos “nãos” e vários concursos públicos prestados para poder receber a alegre notícia, que foi intermediada por um telegrama, proveniente da prefeitura municipal de uma cidade vizinha a São Paulo, em junho de 2008. Era ele, finalmente, o primeiro emprego, com o qual mantenho vínculo até os dias atuais.

Trabalhando dobrado durante alguns anos através de horas extras ou duplo vínculo empregatício, consegui juntar uma quantia que me permitiu aperfeiçoar o idioma inglês com um intercâmbio no Canadá; além de fazer minha pós-graduação em obstetrícia, dar entrada no meu apartamento e comprar um automóvel.

REFLETINDO SOBRE O NOSSO VALOR

“Porque não basta estudar, ser intelectualizada, letrada, tem que ter casa, carro, falar outra língua para ter valor social”. Além disso, essas coisas nos trazem satisfação pessoal e mais ferramentas para lutarmos por respeito e colocações funcionais mais justas.

Nós, negras e negros somos vistos pela sociedade como pessoas que, quase obrigatoriamente, devem apresentar habilidades artísticas ou esportivas, seja para a dança, para o canto, para o futebol etc. Fora isso, não se

espera muito de nós. As mulheres negras, especificamente, só têm dois atributos exaltados pela mídia: a sensualidade e erotismo. Não somos vistas como modelos de beleza, nem como símbolos de intelectualidade. “A mulher negra é retratada como exótica, sensual, provocativa, enfim, com fogo nato. Tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada, exclusivamente ao prazer sexual” (Carneiro, 2002a, p. 171).

Sempre procurei me esquivar desse estereótipo, demonstrando ser mais do que um pedaço de carne afrodescendente, eu era uma mulher capaz de ser o que eu quisesse ser nesse mundo: de ter diploma de curso superior, pós-graduação, inclusão e prosperidade em todos os sentidos da minha vida.

Esses estereótipos configuram-se como verdadeiras formas de violência psicológica para nós, mulheres negras. É uma luta diária manter a nossa autoestima em alta, pois constante e ostensivamente, a nossa imagem é desvalorizada (Carneiro, 2002a, p. 175).

O DUPLO EMPREGO

No primeiro emprego, eu fazia muitas horas extras para tentar melhorar a minha renda, mas ainda assim era insuficiente para as necessidades que começaram a surgir, como as despesas com o carro e a pós-graduação. Adquirir o automóvel foi necessário para poder me locomover até o trabalho, pois eu morava na periferia de São Paulo e exercia minhas atividades profissionais em outro município. Era quase impossível chegar de condução, a não ser que eu saísse com seis horas de antecedência de casa! Além disso, outra despesa importante que consumia a metade do meu salário era a especialização em obstetrícia, à qual me dediquei durante dezoito meses.

Eu poderia ter optado por pagar aluguel em algum lugar próximo ao trabalho, mas eu não gostava da idéia, isso me parecia um dinheiro sem retorno. Eu gosto de investir, de ver o dinheiro dando frutos. Ainda não era possível, porém, financiar um imóvel, porque os bancos exigem uma entrada e eu não tinha. Foi nesse momento que decidi procurar outro emprego, com a finalidade de poupar dinheiro para adquirir a minha casa própria.

Um ano depois de conseguir o primeiro emprego, conquistei outro vínculo numa das instituições hospitalares privadas mais renomadas de São Paulo, no segmento da responsabilidade social, no entanto. Sendo assim, eu não trabalharia com o público privado e sim com os seus clientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em um hospital público onde eles faziam “filantropia”. Apesar de não trabalhar para a sua clientela privada, repleta de artistas e políticos, os treinamentos e salários eram os mesmos em ambas as colocações. Me pergunto, porém, se eu passaria no teste para trabalhar dentro do hospital privado deles, já que, quando eu ia lá, somente para realizar os treinamentos, observava que, a imensa maioria dos funcionários eram brancos, e não raramente, de olhos claros...

Foi uma das fases mais difíceis da minha vida. Já ouvi muito marmanjo dizer que jamais faria o que eu fiz: trabalhar em dois empregos.

No primeiro emprego, mudei para o período noturno, em turnos de doze horas de trabalho seguidas por trinta e seis horas de descanso, ou seja, trabalhava noite sim, noite não. E, no segundo, trabalhava todos os dias durante seis horas, de domingo a domingo. Vivia correndo de um emprego para o outro, sem tempo para me cuidar direito, ficar com a minha família ou me divertir. Era muito cansativo, mas recompensador, porque eu conseguia poupar dinheiro.

Conheço inúmeros trabalhadores de enfermagem que fazem isso, trabalham em dois, às vezes três vínculos empregatícios e vivem com péssima qualidade de vida. Eu sempre tive em mente que isso não deveria durar a minha vida inteira, que deveria ter um prazo para acabar. “O duplo emprego é uma agressão física e psicológica intensa que praticamos contra nós mesmos”, dizia uma médica com quem trabalhei. Eu nunca me esqueci de sua afirmação, mas era necessário continuar. Eu tinha que compensar o prejuízo, sempre me cobrei muito por isso. Refiro-me ao prejuízo histórico!

Eu fiquei acelerada. O segundo emprego cobrava muito da gente, meus colegas e eu tínhamos que dar conta de muito trabalho em pouco tempo. Tínhamos que ser ágeis, corretos e precisos, se não, qualquer erro, por menor que fosse, éramos advertidos e tínhamos os nossos empregos ameaçados. Trabalhávamos sob muito estresse devido às cobranças das chefias. Além do que, estávamos muito expostos também ao estresse dos pacientes.

Trabalhar em pronto atendimento e pronto socorro não é fácil, pois as pessoas acabam de chegar da rua, com seus acometimentos, dores e inseguranças e se deparam com as unidades lotadas, filas de espera de horas e horas, além da precariedade infinita de recursos. Eles acabam por descontar na gente a raiva que sentem do sistema falido de saúde, a raiva que sentem das suas situações de vida e dos sofrimentos que lhes causaram enfermidades. Somos vítimas, frequentemente, de violência verbal e algumas vezes física por parte dos usuários.

Quando você trabalha em dois empregos parecidos, o estresse vem em dose dupla. Excetuando o problema com a chefia, os problemas com os pacientes eram similares. A nossa saúde física e mental fica muito vulnerável (Fischer et. al., 2006). Comecei a perceber que o meu coração estava palpitando aceleradamente e em descompasso nessa época.

Quando completei um ano trabalhando simultaneamente nos dois vínculos, tirei férias. Foi nesse momento que conheci Vancouver, no Canadá, inesquecível! São coisas que só o dinheiro pode proporcionar... mais um sonho foi realizado! Cinco meses depois me desvinculei desse segundo emprego. Permaneci lá durante quase um ano e meio.

Consegui juntar o montante que eu precisava para dar entrada no meu apartamento. Procurei em alguns lugares e encontrei um bem interessante na cidade onde trabalho. Considerei que se tratava de um achado, pois o apartamento era excelente e o preço bem competitivo. Parecia-me tudo tão perfeito que fiquei insegura. Levei meus pais até o local, só para ver o que eles iam dizer, se iam considerar a oportunidade realmente boa. Eu acredito muito nos instintos das pessoas, principalmente dos mais velhos, e mais ainda dos meus pais que jamais iriam querer me prejudicar. Diante de um negócio tão grande, eu tinha que ter muita certeza, então preferi ouvir a opinião deles, porque, talvez, eles observassem alguma coisa inapropriada que eu não tivesse percebido, por exemplo: aparente mau-caratismo do vendedor, ou mesmo irregularidade nas obras, porque meu pai, por ser meio curioso com construção, entende melhor do que eu dessas coisas.

Fechei negócio! Foi maravilhoso, realizei outro grande sonho, o da casa própria! Valeu a pena trabalhar tanto! Agora, era necessário realizar os pequenos ajustes e comprar os móveis. Novamente, me vi perante a necessidade de trabalhar dobrado para fazer isso. Ingressei num hospital público estadual da Região Metropolitana de São Paulo através de um concurso público e lá trabalhei durante um ano. Foi assim que meu marido, naquela ocasião noivo, e eu, conseguimos mobiliar o apartamento para morarmos.

O trabalho nesse hospital era duro, mas era menos estressante no que diz respeito às relações hierárquicas de trabalho e também em relação aos usuários, pois eu fui

trabalhar numa unidade de internação. Esse tipo de setor hospitalar, geralmente é mais tranquilo, pois os usuários já receberam o primeiro atendimento no pronto socorro e quando chegavam para nós, em geral, já estavam com os ânimos amenizados, mesmo porque se encontravam medicados e sem dor.

De todo modo, trabalhar em dois empregos é muito cansativo. Trabalhava à noite nos dois, portanto, na noite em que não estava no primeiro vínculo, estava no segundo, e vice-versa. Acabava dormindo o dia todo, quando acordava, já era hora de trabalhar de novo...

Aguntei só mais um ano, tirei férias e saí, mantendo sempre, porém, o primeiro dos vínculos empregatícios que conquistei.

Permanecer em “somente” um emprego se tratava de um projeto importante para mim, porque isso possibilitaria o meu retorno aos estudos.

RETORNO AOS ESTUDOS

Atualmente, faço mestrado na USP, para onde retornei após alguns anos de experiência profissional. Esse passo constitui a realização de mais um sonho ao qual poucas de nós podem chegar e onde é possível observar que somos imensa minoria, menos ainda que na graduação. Aliás, isso é similar em qualquer espaço elitizado, seja pela reunião de títulos acadêmicos, seja por cargos de chefia ou gerência. Nós, mulheres negras, somos minoria.

O mundo atual exige que estejamos sempre atentos às novas tecnologias e ao aprimoramento constante de nossas habilidades profissionais. Na saúde, isso não é diferente, por isso, voltei a estudar e estou muito satisfeita



por ter conseguido chegar a esse ponto. Pretendo pesquisar sobre a saúde da mulher negra. Espero, com isso, poder contribuir, ainda que minimamente, para a melhora da saúde desse segmento tão discriminado.

Um afrodescendente no Brasil precisa se esforçar mais do que um branco de origem socioeconômica favorecida. Farei aqui uma analogia: numa competição de corrida os participantes possuem pontos de largada. Sendo que, os negros, devem partir de um ponto localizado atrás dos brancos. No entanto, a linha de chegada é a mesma para ambos, ou seja, temos que correr mais para alcançar o mesmo objetivo. Infelizmente, porém, a maioria dos negros não consegue alcançar o ponto final dessa corrida, as condições são muito desiguais.

Segundo Fernandes 1 (2007, p. 59), há, no Brasil, uma confusão entre os termos:

(...) tolerância racial e democracia racial. Para que esta última exista não é o suficiente que haja alguma harmonia nas relações sociais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertençam a raças distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade social, econômica e política⁹.

A democracia racial é apenas um mito no Brasil (Fernandes, 2007, p. 43). Apesar da tolerância e da convivência pacífica entre os indivíduos, não há igualdade de direitos e oportunidades.

9 Parte de entrevista publicada pelo jornal A Gazeta, em 27/08/1966. Reproduzida em Fernandes F, Borges Pereira JB e Nogueira O. A questão racial brasileira vista por três professores. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes – USP, 1971

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vejo-me como uma vencedora: universidade pública, vínculo empregatício estável e relativamente bem remunerado, imóvel próprio, carro, viagens para o exterior, mestrado... Sei que sou um exemplo, mas sei também que não sou regra. Infelizmente, sou exceção. A maioria de nós, ao invés de vencer, adquire durante o seu percurso de vida inúmeras morbidades que acabam por ocasionar enfermidades e, lamentavelmente, não raras vezes, mortalidade.

Sinto-me realizada na vida. Estou feliz! Valorizo e agradeço a todas as formas de apoio que obtive, desde o cursinho pré-vestibular comunitário, passando pelas bolsas e auxílios recebidos na universidade, até os financiamentos imobiliários e automotivos que o nosso país tem proporcionado aos seus cidadãos. Todas essas formas de apoio me auxiliaram imensamente e ainda auxiliam. Creio serem elas fundamentais para ajudar as pessoas menos favorecidas a alcançarem seus direitos à prosperidade, dignidade e felicidade!

Hoje em dia, observo que as coisas estão mudando para melhor! O acesso às universidades está sendo facilitado por importantes programas governamentais de inclusão que tiveram início durante o governo Lula. O Programa Universidade para Todos (ProUni), as cotas raciais e as cotas para alunos provenientes de escolas públicas nas universidades federais, são grandes exemplos disso e, ao meu ver, um avanço nas questões sociais e educacionais do nosso país. Infelizmente, não pude gozar desses benefícios, pois eles ainda não existiam na época em que pleiteei uma vaga na universidade. Fico feliz, porém, pela oportunidade que está sendo proporcionada a essa nova geração.

O ProUni e as cotas têm favorecido o ingresso de estudantes negros e pardos em todos os cursos, inclusive nos mais elitizados, como por exemplo, medicina.

Proporcionando a chance para essas pessoas provarem que são capazes de exercer qualquer profissão. Sabemos, no entanto, que ainda há muitos desafios pela frente, como garantir a qualidade de ensino nas universidades privadas cadastradas no ProUni; combater a discriminação e o preconceito contra os alunos cotistas e desenvolver estratégias para compensar a defasagem de aprendizado dos ingressantes provenientes do ensino público.

Atualmente, em São Paulo há o Bilhete Único, que permite o embarque em vários ônibus dentro de um determinado período de tempo pagando somente uma passagem, além de permitir integração mais barata com o metrô e o trem. Isso, sem dúvida, facilitou o transporte das pessoas de baixa renda, principalmente porque são elas que residem nas periferias mais distantes e necessitam pegar várias conduções diariamente. Durante o período em que eu estava fazendo cursinho pré-vestibular ainda não existia essa facilidade, mas pude gozar desse benefício durante a faculdade, o que me ajudou muito.

Porém, sabemos que os sistemas de transportes públicos nas grandes cidades brasileiras, ainda precisam melhorar muito. Além disso, há que se aproximar os empregos, as faculdades, as universidades, os teatros, os cinemas, as bibliotecas, os ginásios poliesportivos e os parques das periferias de São Paulo, pois tudo é muito centralizado, dificultando o acesso às populações que vivem longe do centro.

Sou para os meus pais, parentes e amigos um exemplo de luta, esforço e conquista. Percebo que, ao olharem para mim, pensam: “Ela é da mesma origem que eu. Será que eu também sou capaz?” Diante desse discurso, sempre tenho uma palavra de aconselhamento, apoio e incentivo.

Tenho uma crença de que: o justo deve ser proporcionado para qualquer cidadão, seja ele negro, negra, indígena, asiático ou branco. Temos que lutar sim, mas temos que vencer também! Ao que luta com

honestidade, disciplina e força, a vitória! Não há nada mais justo do que todo o cidadão ter acesso a educação, saúde, habitação livre de riscos, qualidade de vida e lazer!

Aliás, o acesso ao lazer é uma das coisas que mais me fazem sentir socialmente incluída. Dispor de recurso financeiro para ir ao cinema, teatro, parque, viajar (nem que seja de vez em quando), não tem preço! Silvia & Hoga (2012) comprovaram isso em estudo realizado com uma comunidade localizada em uma das regiões mais vulneráveis da cidade de São Paulo, sob o ponto de vista socioeconômico. Na referida pesquisa, foram identificadas associações estatisticamente significantes entre altos níveis de autoestima e existência de atividades de lazer.

Mesmo satisfeita com o atual resultado da minha luta, ainda tenho muitos sonhos: pretendo concluir o mestrado e, logo após, fazer doutorado, se possível realizar uma parte dele em outro país; ter meus filhos; ser uma professora universitária muito respeitada, tanto no meio acadêmico, como fora dele; quero viajar o mundo inteiro, pois ainda não conheço a Europa, a Ásia, a Oceania, as outras partes da América e nem a maioria dos Estados brasileiros! Adoro viajar e, quando eu ficar idosa, quero poder dizer que conheci o mundo todo para os meus netos! No curto prazo, porém, desejo que este ensaio esteja entre os selecionados ao Prêmio Mulheres Negras contam sua História! Isso seria revigorante!

Meus pais plantaram humildes sementes e fizeram o melhor que puderam para nos proporcionar um futuro melhor do que o deles. Releio estas linhas com alegria, pois vejo que eles conseguiram. Eu semeio agora o que minha descendência irá colher amanhã e desejo, profundamente, que eu tenha olhos para vê-los germinar, crescer, florescer e frutificar, assim como os meus pais estão podendo visualizar agora. Porque os “nossos passos vêm de longe”, como diz o subtítulo do *Livro da Saúde das Mulheres Negras* (Werneck, Mendonça e White, 2002), numa sensibilidade

extrema, ao lembrar que somos fruto do passado que nossos ancestrais viveram e reproduzimos coisas as quais nem temos consciência ou qualquer controle.

Lemos (2002, p. 64) fala sobre a diferença entre o feminismo branco e o negro no auge da luta feminista dos anos 80, onde a mulher branca lutava pelo direito de “evitar filhos, mas a mulher negra reivindicava o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice!” Já que ela era privada desse direito desde a escravidão, quando eram separadas deles para cuidar dos filhos de seus senhores. E, mesmo agora, em tempos de “liberdade”, quantas e quantas mulheres negras não os podem ver crescer e prosperar devido à alta mortalidade por assassinato, subgrupo das causas externas, que é a principal causa de morte entre os jovens negros? Um verdadeiro genocídio (Ramos, 2012).

Que a FELICIDADE impere entre os nossos descendentes; que eles possam viver dias melhores do que os nossos, que foram melhores do que os de nossos pais; que os movimentos sociais tenham suas vozes mais ouvidas pelo governo; que as reivindicações se tornem políticas públicas; que as políticas públicas sejam colocadas em prática!

Sinceramente, desejo que na corrida da vida meus filhos e todo cidadão brasileiro, seja ele de origem parda, amarela, branca ou negra, tenham um mesmo ponto de partida e oportunidades justas.

Que não só lutem, mas também alcancem: saúde, qualidade de vida, paz, dignidade, liberdade, respeito, prosperidade e satisfação.

Desejo que eles tenham olhos para ver o nosso povo gozar de JUSTIÇA SOCIAL e que eles possam contar as suas próprias trajetórias, repletas de igualdade de direitos, possibilidades, oportunidades e conquistas ainda muito maiores do que as da história contada nessas despretensiosas linhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISA, O.P. Balançando sob a luz do sol: stress e mulher negra. In: WERNECK J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E.C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p.114.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002a. p. 171; 175.

CASTRO, L. M. X. Cláudia, uma Flor-Mulher. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p. 119-126.

FERNANDES, F. Aspectos da questão racial. In: _____. **O negro no mundo dos brancos**. 2a ed revisada. São Paulo: Global, 2007. p. 59.

FISHER, F. M. et. al. **Work ability of health care shift workers: What matters?** Chronobiology International. 2006; 23:1165-1179.

LEMOS, R. O. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E.C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p. 64.

RAMOS, P. A violência contra jovens negros no Brasil. **Revista Carta Capital**. Publicado em 15/08/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contra-jovens-negros-no-brasil/>

SILVA, T. C. C.; HOGA LAK. **Autoestima de mulheres residentes na área de abrangência de uma Unidade Básica de Saúde da Família**. (Relatório final de pesquisa) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – Programa de Iniciação Científica. 2012.

WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. **O livro da saúde das mulheres negras: Nossos passos vêm de longe**. 2a ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002.

VOZES-MULHERES

Tássia do Nascimento

Mestre em Estudos Literários e Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino em São Paulo.

INTRODUÇÃO

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres (...) que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação.

Sueli Carneiro.

Quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco: dia da inauguração da TV Rio – canal 13 –, no Rio de Janeiro; ano em que Café Filho estava no poder após o suicídio do Presidente da República Getúlio Vargas; momento em que foram realizadas eleições presidenciais diretas. Além desses, diversos outros acontecimentos históricos poderiam ser mencionados e pormenorizados, mas, considerando-se minha posição de sujeito e a genealogia que ecoa em minha memória e pele, é

imprescindível reiterar que este foi o ano em que Carolina Maria de Jesus, moradora da favela de Canindé em São Paulo, iniciou o registro de sua vida e suas impressões em diário intitulado *Quarto de despejo*. Seus escritos são ecos de uma cotidianidade não descrita nos registros oficiais, mas marcada em memórias que sobrepujaram meios para sua sobrevivência e ressonância.

A leitura de *Quarto de despejo* permite-nos esquadrihar um contexto histórico paralelo aos acontecimentos mencionados acima. Eu poderia afirmar que as impressões de Carolina de Jesus, tal qual o seu contexto, refletem a existência de um jogo duplo característico de nossa configuração social: de um lado encontramos a ordem hegemônica e, de outro, uma ordem estabelecida de acordo com as demandas dos grupos marginalizados (SODRÉ, 1988a:123). Acredito que se eu pedisse também à minha avó, Dona Ana Rosa, para me contar aquilo que configurava tal época, sem dúvidas a inauguração da TV Rio ou as eleições presidenciais não seriam mencionadas ou retomadas com veemência de sua memória, pois “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica” (HALL, 2007:27). Mulheres negras ocuparam posições específicas, falemos a respeito delas, então.

Na memória de minha avó, aqueles eventos representariam adornos diante de outro cotidiano; eles seriam aquilo que ocupa o espaço sem significá-lo de maneira proporcional. Nos registros de Carolina, o mesmo. Nos de minha mãe, as memórias são outras e sempre alinhadas às demandas de nosso grupo. São todas vozes que representam um contingente de mulheres que caminharam na contra-corrente da oficialidade histórica; representam a voz daquelas que foram duplamente subjugadas em uma sociedade etno e falocêntrica.

A intenção aqui é retirar das entrelinhas as histórias dessas negras-vozes-mulheres ou, em sentido inverso, deslocar do epicentro as narrativas que as retrataram (e ainda retratam) enquanto anacronismo de uma cultura etnocêntrica; enquanto objeto sexual; enquanto aquela que reproduz as feições de um indivíduo servil, desprovido da capacidade de produzir história. As histórias aqui retratadas estão atreladas à cultura e memória afro e reconhecem uma ascendência que questiona o sistema escravocrata enquanto raiz identitária.

DESENVOLVIMENTO

Conceição Evaristo, escritora mineira, em poema intitulado *Vozes mulheres* fala sobre as histórias e memórias dessas mulheres e o seu poema inicia com a voz de sua/nossa bisavó. A partir desta, diversas outras vozes ecoaram numa linhagem quase estilhaçada pelas adversidades do tempo. Nos primeiros versos ela diz:

A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio. Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
(EVARISTO, Cadernos negros 13, p. 32-33)

A voz de minha bisavó, Maria Felismina da Conceição, nascida em data imprecisa, ecoou em Maceió lamentos de uma infância perdida ao ser raptada, aos treze anos de idade, de algum lugar que nunca pôde ser nomeado. Seu cativo: o lar e o desígnio da maternidade; seu feitor: um homem de talvez trinta e três anos de idade. Deles vieram sete filhos, quatro homens e três mulheres. Dentre estas, duas prostituíram-se – em nossa genealogia,

não podemos olvidar, houve as escravas nas lavouras, as vendedoras, as quituteiras e as prostitutas. Daquilo que fomos naquele momento – sem desconsiderar, obviamente, as possibilidades do tempo presente –, Serafina Machado, escritora paranaense, lembra-nos:

Fui escrava.
Como mucama limpei o caminho dos meus senhores.
Fui corpo, sangue, orifício para o prazer do outro.
(MACHADO, S. In: Cadernos Negros 29).

Titia Cícera e Titia Neguinha (como eram chamadas pelos parentes) foram corpo para o prazer do outro... Dentre as três mulheres, uma tornou-se, então, minha avó, Ana Rosa Batista dos Santos, ou Dona-Ana – grafada assim na tentativa de recuperar na escrita a oralidade, vontade de imitar a pronúncia rápida, como se configurasse uma palavra só: “Donãna”. Nascida em vinte e oito de março de mil novecentos e trinta e três, viveu parte de sua vida-infância em Maceió, Alagoas. Casou-se aos quinze anos e teve oito filhos. Um deles, o primogênito, nasceu morto. Aquilo que foi minha avó também consta na descrição de Conceição Evaristo, presente na segunda estrofe do poema:

A voz de minha
avó ecoou
obediência
aos brancos-donos de tudo.
(EVARISTO, C. In: Cadernos negros 13, p. 32-33)

Para os “brancos-donos de tudo” minha avó trabalhou desde os oito anos de idade. Inicialmente, ou antes disso (não sabemos precisamente), ela fez parte do contingente de mulheres negras empregadas domésticas. Após isso, dedicou-se à costura. Partiu de Maceió, com quatro filhas, aos vinte e nove anos de idade, embarcando

em um navio para o Rio de Janeiro. Lá permaneceu alguns meses, engravidando de sua quinta filha. Após o nascimento desta, migrou para São Paulo e, aqui, gestou mais cinco vezes, porém somente três filhos “vingaram”: dois homens e mais uma mulher.

Minha avó, “fêmea-matriz”, “força-motriz” (EVARISTO, Cadernos Negros 13), sempre proferia o tal “duvi-de-o-dó”, quando duvidava de algo e dizia, diante do “inferno da peste” vivenciado principalmente aos finais de semana – quando os filhos estavam todos em casa – que não via a hora da segunda-feira acercar-se. E reiterava: “Um dia eu vou morrer do coração”. E morreu, em mil novecentos e noventa e quatro. Costurava às madrugadas e ordenava às suas filhas do “piadô fino” que jamais trabalhassem como empregadas domésticas. Ao serem solicitadas aos senhores ou senhoras, ela asseverava: “De jeito nenhum, não serão pinqueiras”. Parece que Ana Cruz, escritora mineira, reproduziu em seu poema *Coração Tição*, falas de minha avó que nunca puderam ser de fato pronunciadas, mas existiram nas atitudes de seu corpo. Ouço Donãna dizendo:

Não quero ser parda,
mulata Sou afro-brasileira-
mineira.
Bisneta de uma princesa de
Benguela. Não serei refém de valores
que não me
pertencem. (...)
(CRUZ, A. p. 31)

Para Donãna, a ordem dada às filhas representava uma transgressão àquilo que fora submetida. Eu poderia dizer que a intenção dela não era colocar em uma escala mulheres negras superiores e inferiores, mas simplesmente pedir que as suas novas mulheres não trouxessem de volta o que ela fora, que não fossem reféns tal qual fora. Enfim,

ordenou às filhas com autoridade o modo como as coisas deveriam estar dispostas: diferentes, distintas.

A suposta obediência aos “brancos-donos de tudo” representava uma postura consoante à de Carolina Maria de Jesus, catadora de papel e mãe solteira de três filhos. No dia quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco, quase na mesma atmosfera que circundava o cotidiano de minha avó, ela disse:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (JESUS, 2007:11).

Neste trecho, além da constatação de sua condição e dos impedimentos que esta traz, é interessante notar a saída que Carolina encontrou diante do desejo inicial de comprar um par de sapatos para a filha. Achá-los no lixo, lavá-los e remendá-los representam a ação de um indivíduo nos interstícios daquilo que foi dado e daquilo que “deveria” ser; justamente no que Muniz Sodré (1988a), em sua obra *O terreiro e a cidade*, assinala como característico da cultura negra no Brasil: os afro-brasileiros instituíram um “(...) ‘contralugar’ (em face daqueles produzidos pela ordem hegemônica) concreto de elaboração de identidade grupal e de penetração em espaços intersticiais do bloco dirigente” (SODRÉ, 1988a:103). A saída de Carolina, neste caso, representa a identidade de uma comunidade significada através de espaços forjados da “oficialidade histórica”. A saída de Carolina e de Dona e de Maria Felismina. Olhá-los atentamente, compreendendo-os enquanto contralugares de atuação, é imprescindível para reconhecermos nossas posições específicas.

As descrições de *Quarto de despejo*, tal qual o conhecimento do caminho percorrido pela minha avó e minha bisavó, materializam a existência de um “território” penetrado por rélicas que diversas mulheres negras tomaram posse para a condução de seus dias. Mais que uma “suposta” acomodação ou obediência à condição a que estavam relegadas, existe uma consonância entre as saídas dessas mulheres e o nosso jogo duplo citado anteriormente.

Maria Odila Leite da Silva Dias analisa na obra *Quotidiano e poder em São Paulo* justamente os papéis históricos de mulheres das classes “oprimidas”; mulheres que se utilizaram dos interstícios e teceram através deles elementos para a sobrevivência; mulheres como Carolina, Maria Felismina, Donãna. Em sua pesquisa, a autora não se atém aos denominados “papéis sociais normativos e prescritos”, ou seja, aqueles estabelecidos e essencializados pelos valores morais judaico-cristãos, mas a papéis improvisados em que se multiplicaram “formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia” (DIAS, 1984:8).

Esta é uma pesquisa que muito nos interessa, no sentido de corroborar a descentralização da imagem das mulheres de maneira homogenia e resguardada unicamente ao espaço da casa; se pretendemos desconstruir essa atribuição, precisamos localizar estes outros papéis sociais que ficaram à revelia, nos vãos e entrelinhas dos registros históricos oficiais. Mesmo considerando que a ação das mulheres donas do lar não tenha sido meramente passiva e que estas também encontraram formas de atuar dentro do espaço doméstico, precisamos abordar estes contralugares no sentido de perceber outros espaços e funções que nos servem para a reescrita da história e identidade da mulher negra. De acordo com a autora: “Incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder (...)” (DIAS, 1984:8).

Maria Odila argumenta em seu trabalho a relevância do cotidiano, do dia a dia, enquanto fornecedor de saídas constituídas a partir de outras demandas; o cotidiano como configurador de formas de luta e resistência de mulheres que quedaram à margem. Em uma sociedade fundamentalmente patriarcal e etnocêntrica não é difícil encontrarmos uma gama de estereótipos construídos acerca da condição da mulher negra. Ao direcionarmos o olhar para as histórias dessas mesmas mulheres, localizando nelas os espaços em que suas subjetividades atuaram e traçaram mecanismos de sobrevivência, damos vazão à expressão de seus novos discursos.

No Brasil, a família do início da colonização se organizava em torno da figura do *pater familias*, que centralizava o cumprimento e o desempenho das atividades nas grandes propriedades e possuía autoridade sobre todos aqueles que compunham o cenário da época: desde filhos e esposa a escravos e agregados. Dentro dessa organização havia uma linha divisória separando o que se considerava parte legítima familiar e os elementos designados inferiores, agregados. Nessa família legítima, surge a figura de uma mulher ideal que deve compô-la: mulheres privadas de qualquer contato sexual antes do casamento, submissas, recatadas e possuidoras da noção do processo de transferência da tutela do pai para o marido: “assim podemos resumir as principais características da mulher, segundo o modelo da época: beleza, elegância, adaptabilidade às circunstâncias, submissão, resignação e uma gama de prendas domésticas” (ROCHA-COUTINHO, 1994:81). Da figura dessa mulher, dependem os princípios morais da família, assim como as garantias da constituição de uma boa descendência.

Importante destacar que estamos nos referindo à imagem/representação de uma mulher ancorada no discurso judaico-cristão que surge no nosso contexto juntamente como um continuum dos parâmetros elaborados na Europa.

Não que houvesse uma simples transferência das idéias que eram formuladas lá, mas sobreveio no Brasil a necessidade de se pensar a construção não simplesmente de uma nação, mas uma nação compatível com as prescrições estabelecidas pelo modelo fornecido pela metrópole. As instituições políticas, religiosas e educacionais deveriam adaptar-se ao modelo europeizado e as formas de se pensar a sociedade deveriam ser consoantes ao que se elaborava lá: a família branca patriarcal constituía um modelo a se inspirar.

A preocupação com o progresso lançou olhos à boa constituição familiar, transformando esta em núcleo fornecedor de bons indivíduos:

o sexo, antes forma de perpetuar a estirpe e exemplo máximo de virilidade e do poder do pater famílias sobre a mulher, assumiu nova feição: do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O Brasil entrava, enfim, na época moderna (ROCHA-COUTINHO, 1994:84).

A associação entre mulher e maternidade, assim como a naturalização desta característica considerada instintiva, faz parte de um processo que pretende anular a libido da mulher ideal e retirar as conotações sexuais de seu corpo, dando-lhe como fim determinado a procriação. Na organização patriarcal, todas as mulheres deveriam estar sob jugo do senhor para servi-lo, porém, "em função das limitações estabelecidas pela igreja em relação ao sexo no casamento, que seria apenas para procriação, a escrava era usada para satisfazer as necessidades sexuais dos senhores" (LOPES, 2009:4). Esta é uma diferenciação ímpar que corrobora um lócus distinto de formação da identidade da mulher negra. As conotações acerca de sua identidade enquanto objeto sexual a fez ocupar as margens de uma classificação que a distancia da simbologia criada acerca da figura feminina ideal para se constituir família.

O amor platônico e a prática sexual são diferenciados e se direcionam a duas figuras díspares: as límpidas, de alma pura e beleza esplêndida, que devem ser resguardadas para o casamento; e as outras, que servem ao patriarcado enquanto seres moventes, enquanto objeto.

Aqui, neste espaço, corporifico na minha escrita as saídas das mulheres de minha genealogia; as imagens que contrapõem todas as outras a respeito de sua identidade. De Maria Felismina à minha avó Donãna, e desta proveio minha mãe. Conceição Evaristo, sobre ela, diz em seu poema:

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas
alheias debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
(EVARISTO, C. In: Cadernos negros 13, p. 32-33)

Em vinte e dois de julho de mil novecentos e cinquenta e oito nasceu Mãe. A data precisa de seu nascimento é afirmada de modo insuspeito pela memória de minha avó, pois o registro oficial ocorreu mesmo somente alguns anos depois, exatamente quando Donãna pôde juntar as três filhas nascidas até aquele momento para fazer tudo a uma só vez. O que consta nos papéis oficiais é a data mencionada acima e, da memória de minha avó, não me atrevo a reconstituir.

Minha mãe recolheu a voz das mulheres negras de sua ascendência, apanhou a fala e os gestos da linhagem descrita acima, delineando-os diariamente. Em seu contralugar de atuação “ecoou baixinho revolta”, revolta em seus anseios, em seu modo de dizer como as coisas também deveriam estar dispostas, em seu movimento do

corpo. Quando lhe dizia, em conversas na cozinha, durante o café da manhã (esquentado e requentado horas a fio), que os tempos estão difíceis, ela lançava de forma contundente a réplica: “Hoje está fácil, pior era antes, quando a gente não podia nem se mexer na cadeira da sala de aula”.

Minha mãe “do fogo tirava água, do pranto criava consolo”¹⁰. Mãe: “mulher prenehe de dizeres”¹¹, me descejou para os cantos milagreiros da vida apontando-me o fogo disfarçado em cinzas”¹²; revelando saídas diante das adversidades; simulando o avesso, o inverso, o contralugar. Casou-se aos vinte e três anos de idade em mil novecentos e oitenta e um. Antes do matrimônio – e depois dele também; sempre, na realidade – dedicou-se ao trabalho, aos estudos e a acreditar que as coisas poderiam indefinidamente mudar. Teve três filhas durante o casamento, mas teve também diversas outras, considerando-se os laços e responsabilidades atribuídos a ela pelos outros que se achegavam.

Mãe levantava-me sempre muito cedinho e assentava-me em suas pernas para trançar-me os cabelos. Eu era muito pequena, mas lembro-me de acordar assustada ao ter que virar a cabeça e a cabeleira crespa para dispô-la ao trançado do outro lado. Lembro-me com nitidez de não vê-la durante as tardes, às vezes noites, às vezes manhãs, em casa. Lembro-me o motivo: o trabalho fora do lar – ela ganhava a rua, ocupava-a sempre que preciso. Durante as festas de aniversário da família ou comemorações ao acaso, Mãe costumeiramente saía, meio às escondidas, porque precisava trabalhar: aos sábados, domingos, feriados ou qualquer outro dia da semana. Inclusive os dias daquelas datas sagradas, que dizem que não se deve violar a comemoração: o Natal, por exemplo. Nele, cumprir o turno do trabalho era o ritual que não se podia infringir.

10 EVARISTO, Cadernos Negros 25, p. 26

11 Idem.

12 Idem.

Mãe trabalhava fora do lar e, dentro dele, costurava sempre que possível e preciso. Às madrugadas, o ranger das máquinas de costura era uma constante e, às vezes, eu tinha vontade de aprender o ofício para livrá-la um pouco daquela tarefa quase infinda, parecia que eu tinha pressa, eu tinha pressa. Carolina Maria de Jesus em dezanove de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco escreveu o que a imagem de minha mãe transparecia naqueles momentos: “Suporto as contingências da vida resoluto. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência” (JESUS, 2007:18). Mãe tinha paciência, era “mulher de pôr reparo nas coisas/ e de assumir a vida” (EVARISTO, Cadernos Negros 25, p. 26).

Conceição Evaristo, em poema intitulado *De mãe*, fala e materializa na escrita quem foi sua/minha/nossa Mãe. Ao lê-lo, recordo-me sempre de suas características e as diversas formas de lidar com a cotidianidade; formas herdadas e recriadas por ela:

(...)

A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe

(...)

Foi de mãe todo o meu
tesouro veio dela todo o meu
ganho mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio
riso dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada

(...)

Foi mãe que me fez
sentir as flores amassadas
debaixo das pedras (...) e me ensinou,
insisto, foi ela a

fazer da palavra artifício
arte e ofício
do meu canto
de minha fala
(EVARISTO, C. In: Cadernos Negros 25)

De minha Mãe proveio a “brandura” da fala, ao mesmo tempo que violenta; ela armazenou paciência e me ensinou o sentido dos dizeres violentos que foram abrandados devido a uma ordem que buscou silenciar outras formas de cultura e a proclamação de outros discursos, discursos que ocuparam as entrelinhas, mas que nem por isso foram extintos. De Mãe herdei o “tesouro”, o “ganho” e o “meio-riso”. A metade de um sorriso que se refere menos a uma condescendência, que a uma estratégia para esconder uma alegria inteira. Mãe fez parte categoricamente do contingente de mulheres que souberam encontrar saídas e produziram outros espaços de atuação.

E o poema afirma: “quando se anda descalço/ cada dedo olha a estrada”. Minha mãe representa a figura de uma mulher negra que teve que andar com os pés descalços, sempre atenta, lidando com os interstícios. Mulher “sapiência”, aquela que “do fogo tirava água/ do pranto criava consolo”, apresentando aos seus descendentes “o fogo disfarçado/ em cinzas e a agulha do/ tempo movendo no palheiro”. Assim como as cinzas disfarçadas, essa mulher apresenta “flores amassadas/ debaixo das pedras” aos seus. Do rol de heranças, uma última: “fazer da palavra/ artifício”: a violência dos ditos através da brandura se torna uma arte, um ofício falado, cantado pelas vozes de afrodescendentes que ecoam memória e cultura.

Em minha casa a última palavra sempre foi de minha Mãe. Suas memórias sempre foram respeitadas por suas três novas mulheres que ecoaram os conhecimentos dessa mulher-sapiência, yabá. Quando dúvidas surgiam em

nossas cabeças, ela sempre nos mandava seguir porque a vida era feita disso.

E dela, eu, a segunda filha de uma geração composta por mulheres. Conceição Evaristo anuncia em seu poema a minha voz:

A minha voz ainda
ecoava versos
perplexos com rimas
de sangue e
fome.

(EVARISTO, C. In: Cadernos negros 13, p. 32-33)

A minha voz ecoava versos “perplexos”, versos carregados e ainda aturdidos pelo sangue e pela fome. Das minhas memórias, algumas experiências tentaram calar-me e apontar-me o lugar que minha genealogia deveria ocupar na sociedade. Resiste a prosseguir existindo nela tal qual minhas ascendentes sussurraram em meus ouvidos. Luta diária e contínua.

Nasci em São Paulo em dezenove de junho de mil novecentos e oitenta e quatro. Durante minha infância – e algum tempo mais – lutei para não ser vista e esse foi meu artifício. Nos tempos escolares, se minha mãe não podia mexer-se na cadeira, eu ao menos pude movimentar-me, mas evitava para que não me notassem. Às vezes, quando a professora dava voz aos alunos, eu não cedia ao desejo de pronunciar-me e decidia pelo silêncio para evitar o reparo dos outros; minha medida era sempre a precaução. E nas minhas recordações, sempre vem à tona o dia em que estudávamos o que eles denominavam meramente como escravidão. Minha experiência assemelha-se, inclusive, à da personagem Geni, presente na obra *A cor da ternura*. A narradora conta

(...) assim que entramos na classe, ela se pôs a falar sobre a data:

- Hoje comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar, e pelos serviços nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados às vezes até a morte. (...)

E foi ela discursando por quinze minutos.

Vi que sua narrativa não batia com a que nos fizera a Vó Rosária. Aqueles eram bons, simples, humanos, religiosos. Eram bobos, covardes, imbecis, estes me apresentados então. Não reagiam aos castigos, não se defendiam, ao menos. Quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa da classe representando uma raça digna de compaixão, desprezo! Quis sumir, evaporar, não pude. (GUIMARAES, G. 1991:64-65).

De maneira semelhante, a pena ou o sarcasmo representaram a forma como muitos me enxergavam, principalmente nessa aula. E, de fato, as narrativas não batiam com as guardadas em minha memória. Apesar disso, o silêncio, naquele momento, era sempre meu. Eu era a única que recolhia na pele os atributos daqueles que a professora dizia que não se defendiam, não reagiam. Evaporar, nunca pude; silenciar-me, sim. Caminho empoeirado aquele. Ainda bem que eu andava descalça com os dedos olhando a estrada. Ainda bem que Mãe ensinou-me a sentir as flores amassadas debaixo das pedras. A fala ficou engasgada e foi, ainda bem, transfigurando-se branda e violenta.

Durante um evento na escola, quando eu tinha por volta de sete anos de idade, a atitude de alguns garotos demonstrou-me que, ao menos naquele instante, haviam me notado. Eles eram mais velhos. Ia ocorrer uma apresentação

no anfiteatro localizado no último andar do colégio. Quando minha turma acercou-se, o grupo mirou-me e, próximo à minha posição, havia também um giz branco jogado ao chão. O grupo avistou-o e, notando não a diversidade, mas sim o que eu não era aos seus olhos, confabulou: “Vamos pintá-la de branco”. Juntaram-se e tentaram o ato. Levantei a mão, que “timidamente luzia negritude”(GUIMARÃES, G. 1991:61), para a professora e derramei lágrimas que vigorosamente coloriam sangue. O desfecho não faz parte das minhas memórias. Na realidade, qualquer

(...) compensação desvalia. Não era como o leite, que, derramado, passa-se um pano e pronto. Era sangue. Quem poderia devolvê-lo... Vida? Que se enxugasse o fino rio a correr mansamente. Mas como estancá-lo lá dentro, onde a ferida aberta era um silêncio todo meu, dor sem parceria. (GUIMARÃES, G. 1991:67).

É o sangue dessas experiências que ecoa em meus versos, estas memórias representam a dor sem parceria. Resisti, porém. “Fui guerreira e acordei” (MACHADO, S. In: Cadernos Negros 29.).

De minhas experiências herdei uma série de marcas e o silêncio de outrora foi ocupando outros espaços ou, melhor, perdendo-os. Minha fala, meus gestos, meus sussurros ganharam novos contornos; o chão-simbólico que minha bisavó, avó e mãe construíram, adquiriram seus devidos significados e se fizeram voz e ato em minha trajetória. Recolhendo suas vozes, que refletem tantas outras, posso anunciar quem sou/somos:

Sou mulher
Sou negra
Sou pobre
Sou história

Escura como a noite.
Escura como o Nilo, jorrando ondas
de negralma.
(MACHADO, S. In: Cadernos Negros 29).

Em minhas narrativas, transcritas ou apenas faladas, observo a nossa identidade negra com significados construídos a partir de referências que corroboram outros contornos a ela. Não fomos e nem somos “bobos, covardes, imbecis”. As nossas histórias recontadas hoje estabelecem, na realidade, uma ruptura aos sistemas de representação ocidentais que nos posicionaram de acordo com um sistema classificatório essencialista, transformando-nos em objetos ou, melhor, anacronismos de uma cultura etnocêntrica. As nossas raízes-referências demarcam uma especificidade histórica apenas silenciada pela historiografia tradicional.

Carolina Maria de Jesus disse em uma de suas reflexões: “Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade” (JESUS, 2007:81). Tens razão, Carolina, é apenas aparência, não viemos, apesar das adversidades. Não viemos predestinados a nada, algumas falas dominantes instigaram-nos a crer nisso, mas resistimos. Resistimos sim.

Esmeralda Ribeiro, em seu poema *Serão sempre as terras do Senhor?*, indaga-nos a respeito das transformações necessárias colocadas em marcha:

Um dia, quem sabe,
depois dos 300, 400, 1000 anos de
Palmares gestaremos novos Zumbis,
Acotirenes para redesenhar
a Nação
e talvez do rubro solo
verdes frutos surgirão.
(In: Cadernos negros 17, pp. 20-1)

Somos Acotirenes, somos Zumbis, somos netos de uma princesa de Benguela. Aqui reterritorializamos elementos de um espaço-lugar originário. Os negros escravizados não eram seres sem origem ou destino ou, conforme o discurso da colonização, povos sem fé, sem rei e sem lei. Eles carregaram consigo uma referência histórico-cultural distanciada devido a uma conjuntura histórica: “a escravidão implicou sempre uma desterritorialização, isto, é, um desenraizamento de indivíduos, transplantados de seu lugar próprio para a organização de um outro, que os fazia experimentar a morte da origem” (SODRÉ, 1988a:113). Nossa trajetória não se estagna e depois se reestabelece com a abolição da escravatura, ao contrário, ela se desenvolve de forma paralela e sagaz ao estabelecido e, ao contrário das prescrições, cultivamos “saídas” que permitem uma reterritorialização apesar das adversidades. Foram ações que asseguraram a transmissão de uma tradição, memória e cultura. Muniz Sodré pontua:

O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultura da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se ‘reterritorializar’ na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais (SODRÉ, 1988:50).

A continuidade deste patrimônio simbólico africano, considerando-se sempre a heterogeneidade do continente e de suas comunidades, ocorreu das mais diversas formas, expressando-se desde lutas armadas a “frases sussurradas”. Nossas formas de resistência encontram-se no cotidiano,

conforme descrito acima, na música, nos terreiros, nos quilombos, no sincretismo religioso, nos mitos, nas festas. E desse processo, o futuro carrega negros frutos. Sobre o porvir, Conceição Evaristo, no poema *Vozes-mulheres*, fala:

A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(Cadernos negros 13, p. 32-33)

A filha representa o futuro e a gestação dos novos Zumbis e Acotirenes. Somos mulheres-negras, somos vozes-mulheres. Nossas vozes ecoaram saídas, revelaram história, demonstraram resistência. Nossas vozes se materializaram em gritos, em sussurros, transfiguraram falares engasgados na garganta “no fundo das cozinhas alheias”. Engasgados, porém nunca inexistentes. Nossa identidade recolheu “a fala e o ato”, “o ontem – o hoje – o agora” (EVARISTO, In Cadernos Negros 25), revelando o que constava apenas nas entrelinhas. E em nossos percursos seguiremos recolhendo vozes “debaixo das trouxas”, vozes apenas guardadas, rumorejos vivos. E deles ressoará “o eco da vida-liberdade” (EVARISTO, In Cadernos negros 13, p. 32-33).

CONCLUSÃO

O poema *Vozes Mulheres* foi aqui utilizado para delinear uma linhagem composta por mães-rainhas. Ele fala sobre uma imagem-representação de mulheres que regeram famílias, assim como ocuparam o espaço da rua e construíram na contracorrente e no interdito um lugar para ecoar suas vozes. Ele representa ontem, hoje e amanhã, e nos mostra a ressonância de vozes afro-femininas que carregaram consigo reminiscências de sua terra-mãe e dizeres sobre resistência.

O poema retoma uma linhagem e demonstra, não um sistema escravocrata que transportou escravos de África ao Brasil, mas uma diáspora em que africanos tiveram voz e a fizeram ecoar desde os porões dos navios. Os registros de Carolina Maria de Jesus, de minha bisavó, avó e mãe ecoam falas, atos e saídas e reterritorializam o espaço de suas identidades, tal qual as vozes representadas no poema ecoam, refletem dizeres de outrem: refletem uma discursividade cujo cerne se encontra no continente africano. É a representação de vozes que ressoam fortes e férteis, mesmo que sussurradas *Vozes mulheres* demonstra marcas de um espaço reterritorializado e reconfigura a identidade afro-feminina evidenciando uma herança simbólica calcada em uma ancestralidade africana e resistente às adversidades de um contexto histórico. Ele expressa elementos que constituem o contra-lugar de atuação das mulheres negras e direciona nosso olhar justamente para o recolhimento das vozes que ressoaram ecos para a preservação de uma tradição e um espaço.

O poema caminha paralelamente à perspectiva que trabalha no sentido de uma luta pela ressignificação da identidade da mulher negra; seu discurso movimenta pressupostos ocidentalizados, voltando-se para duas direções: deslocar tanto o referencial etnocêntrico, quanto

o falocêntrico. Através de um campo semântico de cunho étnico e patriarcal localizamos a dupla exclusão a que as mulheres negras foram submetidas e, em contrapartida, ao tomar a palavra, elas deslocam essas duas referências e se autoneameiam, ressignificando sua identidade e estabelecendo novos sentidos contra a hegemonia traçada pelas representações ocidentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

ALENCAR, José. **O tronco do Ipê**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

AMOSSY, Ruth. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Livro_trecho.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**; Casa de pensão. São Paulo: Ed. Scipione, 1995. BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria semiótica do texto. São Paulo: Ed. Ática, 2005. BARTHES, Roland, Barthes. O prazer do texto. Lisboa: Edições 70 (Coleção Signos 5), 1973. BERND, Zilá. Introdução à literatura negra. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. BETTENCOURT, Fátima. Semear em pó: contos. Praia: ICL, 1994.

_____. **Um certo olhar...crônicas**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2001.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa 4: matrizes africanas da cultura brasileira**. São Paulo, vol. 4, 2004.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 39ª. São Paulo: Ed. Cultrix, 2001.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirs. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

CADERNOS NEGROS. **Contos e poemas**. Vol. 1 a 30. São Paulo: Quilombhoje; Ed. dos Autores.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

CANDIDO, Antonio (Org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In. **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003, p. 49-58.

CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: _____. **A ordem dos livros**. Brasília: UNB, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CRUZ, Ana. **E... feito de luz**. Niterói/RJ: Ykenga Editorial Ltda, 1995.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Kafka, por una literatura menor**. México, D.F: Ediciones Era, 1978.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Ed. Brasiliense: 1984.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: um conceito em construção.** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literaafro/afrodescendenciaseduardo.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2009.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução.** Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

ESPIRITO SANTO, Alda. **Cantos do solo sagrado.** São Tomé: UNEAS, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor.** Lisboa: Veja, 1992.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. **As imagens do negro na literatura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

GIACOMINI, Sônia. **Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991. GONZALES, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOULEMOT, Jean Marie. **Da leitura como produção de sentidos.** In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001, pág. 107-116.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura.** São Paulo: FTD, 1992.

GUIMARAES, Geni. **A cor da ternura.** São Paulo: FTD, 1991.

_____. **Da flor o afeto da pedra o protesto.** Barra Bonita, Ed. do autor, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: _____. **Identidade e diferença.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses.** O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. N. 28. São Paulo: USP, 1988.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo.** São Paulo: Ática, 2007.

LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo.** São Paulo: Ed. Ática, 1994.

LIMA, Jorge. **Poesia Completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1997.

LOPES, Helena Teodoro. **Mulher negra, mitos e sexualidade.** Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/7135172/A-Mulher-Negra>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

LIMA, Conceição. **A dolorosa raiz do micondó**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006. LUCINDA, Elisa. Euteamo e suas estréias. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **O semelhante**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1994.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.

_____. Grandes mães, reais senhoras. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. São Paulo, vol. 3, p. 49-63, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

REIS, ROBERTO. **A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro**. Niterói: EDUFF, 1987.

ROCHA -COUTINHO, Maria Lucia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SALÚSTIO, Dina. Apanhar é ruim demais. In: ALMADA, J.L.H (Org.) **Mirabilis de veias ao sol**. Lisboa: Caminho, 1991.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. SANTOS, Boaventura de Sousa.

Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. Orfeu Negro. In: _____. **Reflexões sobre o racismo**. Trad. J. Guinsburg. 5º ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1968.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística general**. Buenos Aires: Ed. Losada S.A., 1945.

SEMEDO, Odete Costa. **No fundo do canto**. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988a.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Literatura e história no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.



MENÇÕES HONROSAS
CATEGORIA REDAÇÃO

PARA ALÉM DAS EXPRESSÕES PERVERSAS DO RACISMO: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

Valdenice José Raimundo

Professora e Doutora em Serviço Social

INTRODUÇÃO

O poeta Jorge Amado uma vez falou: “Uma história se conta, não se explica”. Então vou contar a minha, na esperança de que, através dela, o leitor possa ter condições de desvendar as relações existentes entre minha vivência, as (im)possibilidades concretas instituídas para que esta vivência pudesse se efetivar dignamente, e as minhas formas de resistência.

DESENVOLVIMENTO

Reconheço o grande desafio de contar a história da minha vida, principalmente porque não será possível ocultar as contradições sociais e raciais que incidiram sobre ela, e aquelas determinantes nos processos demandados nas diversas superações. Quando digo superação, implica dizer que o processo foi doloroso. Contudo, tenho consciência de que sou um projeto em desenvolvimento, em outras palavras, sou um ser inacabado, e a minha história está em construção. Por isso, entendo estar diante de um processo belo, portanto bastante complexo. Pensando bem, seria mais fácil falar de minhas avós, minha mãe, verdadeiras guerreiras. Apesar de que será muito difícil não falar delas, uma vez que muito do que sou e aprendi herdei delas e

de outras mulheres e homens que, ao longo do caminho, foram me ensinando a persistência, acolhendo-me nas minhas fragilidades, desafiando-me a nunca desistir. Descobri com o tempo que a caminhada da vida não pode ser uma caminhada solitária.

Na verdade, diante da ausência do Estado em prover devidamente nossa reprodução, o que nos salva é a solidariedade acolhedora de pessoas que, sensíveis ao nosso potencial, contribuem para que possamos avançar. Esbarrei em muita gente assim na minha trajetória. Toda minha alma homenageia essas pessoas. Faz-se necessário pontuar que, as restrições na ação do Estado fizeram com que eu e minha família passássemos por muitas dificuldades.

Contar minha história, de fato, é expor pedaços que me tornam única. É como se fosse um mosaico formado por vários e diferentes pedaços, mas a obra quando finalizada é única. Sendo assim, apresento-me. Meu nome é Valdenice José Raimundo, nasci em 19 de junho de 1970. Tenho, portanto, 42 anos. Sou filha de Valdemar José Raimundo (operário aposentado) e Teresa José de Sousa Raimundo (dona de casa). Tenho muito orgulho de tê-los na minha base de formação. Meus pais são exemplos vivo de que, apesar das dificuldades, a honestidade, a solidariedade, o respeito e a fé são imprescindíveis à vida. Sou a segunda filha num universo de três irmãs e sete irmãos, dos quais dois morreram, ainda bebês. Hoje sou tia, cunhada, namorada e compreendo o meu ciclo familiar dentro da concepção de família extensa. Assim, desfruto muito, aos domingos e feriados, quando todos vamos à casa dos meus pais e juntos, celebramos, sonhamos e socorremos uns aos outros nas nossas dificuldades. Sou uma pessoa feliz e amada.

A minha história é permeada de conquistas e derrotas “aparentes”. Digo aparentes porque de cada experiência, seja ela negativa ou positiva, tenho retirado os

nutrientes, que me fortalecem para continuar. Continuar tem sido uma das minhas palavras de ordem. Nasci numa década de grande efervescência política, na cidade de Vitória de Antão, no interior do estado de Pernambuco, onde se originaram as ligas camponesas. Filha de mãe e pai negros, levei muito tempo para me descobrir negra. As discussões sobre racismo, discriminação e preconceito racial não faziam parte do meu cotidiano. Frequentávamos uma igreja evangélica, onde as reflexões acerca das relações humanas tinham como orientador o amor ensinado por Jesus Cristo: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”. Esse discurso, mesmo ressaltando sua beleza, invisibilizava, ainda mais, que as expressões discriminatórias com base no racismo. Era visível por parte de alguns o desejo de viver esta máxima, mas outros reproduziam muito bem as diversas facetas do racismo. Dessa realidade, só tive consciência bem mais tarde.

O meu despertar para perceber e entender as contradições raciais presentes na realidade brasileira aconteceu quando, num certo dia, andando pelas ruas do centro do Recife, deparei-me com uma grande marcha. Não entendi o que acontecia, mas senti uma grande identificação com aquela gente que passava. Havia música, eram os sons dos atabaques e berimbaus. Por que aquela música me despertava tanta emoção? Um cartaz me chamou a atenção, ele dizia: “Zumbi não morreu!” Mas quem era Zumbi? Aquela marcha me arrancava lágrimas. Tudo era um convite, todo o meu ser queria participar, mas eu desconhecia Zumbi e o que levaria aquelas pessoas para a rua. Aquela gente tinha a mesma cor da minha pele e eram muitos. Então, cresceu dentro de mim o desejo imenso de entender o que eu sentia e, principalmente, por que eu desconhecia esse pedaço da história? Por que ocultaram-na? Naquele dia fui tomada por sensações como a curiosidade ou a alegria. Curiosidade para entender a (in)completude que aquela experiência me causou. Alegria por encontrar tanta gente parecida

comigo. Tinha certeza de que, a partir daquele dia, eu não poderia seguir se não caminhasse na direção do horizonte apontado pelos negros e negras que conduziam aquela marcha, no Dia da Consciência Negra. A história, de fato, é uma construção inusitada. E nós somos desafiados a melhor compreendê-la a todo momento.

A partir daquela experiência comecei a desmistificar a forma como muitas pessoas me tratavam na escola, na igreja, na vizinhança, mais tarde no trabalho... havia uma relação direta com a cor da minha pele, não era porque eu era pobre. Em contato com a história que me foi ocultada entendi, ainda, por que, em alguns espaços situados em meus sonhos, eu não podia acessar. A minha passividade e submissão àquele formato de organização estavam intrinsecamente ligadas à história que eu desconhecia. Pois o pedaço que conhecia falava de um negro passivo, além de escravizado. Ocultaram-me a história verdadeira de lutas e resistências. Que violência! Não me falaram de Zumbi, de Dandara, dos quilombos. A partir do encontro com as minhas raízes, fortaleci-me. Que experiência incrível!

A minha existência tem sido perpassada por muitas experiências de perda, que podem ser facilmente relacionadas à expressão da perversidade caracterizadora do racismo. Contudo, para além das negações e das estatísticas negativas, que teimam em pairar sobre a população negra, tenho tido diversas conquistas, frutos de muitas lutas internas e externas. Quando tinha aproximadamente 13 anos, fui comunicada pelo meu pai de que não poderia estudar mais, pois não teríamos condições de comprar os materiais. Nesse momento eu estava terminando o ginásio e iniciaria o segundo grau, hoje Ensino Médio. Eu podia ver a tristeza dos meus pais diante do meu choro, enquanto eu dizia: "Eu quero continuar meus estudos". Após aquele comunicado tive a minha primeira noite mais longa da vida. Nesse contexto de insônia imposta, eu contava para o Criador sobre

meus sonhos e que, para realizá-los, eu precisava estudar. No dia seguinte encontrei uma irmã da igreja que eu frequentava e ela parou-me e perguntou: “Valdenice, você já se matriculou?” Respondi negativamente. E, então ela falou: “Meu marido conseguiu uma bolsa para o curso de contabilidade e a pessoa a quem ele ofereceu não quis. Você quer?” Eu senti uma sensação formidável, que me arremessou para uma alegria tão vibrante que a irmã chegou a esboçar um ar de completa surpresa. Tinha bolsa e agora precisava dos materiais didáticos. Decidi, então, trabalhar. Pensei que não teria dificuldades, porque o curso seria à noite. A princípio, meu pai não permitiu. Mas, de tanto argumentar acerca da importância de estudar para realização do meu sonho, ele cedeu.

Comecei a trabalhar aos 13 anos. Meu primeiro emprego, de babá, não deu certo. Ocorreu uma situação da qual não participei e fui tida como culpada. Na mesma hora disse: “Não fui eu e não quero trabalhar mais aqui, temo que algo mais grave aconteça e eu leve a culpa”. Fiquei triste, pois passei poucos dias e o que me pagaram não era suficiente para comprar os materiais necessários. O jeito foi guardar o dinheiro e procurar outro emprego. Meu segundo emprego durou um mês. Eu fazia tudo na casa. Lavava, passava, cozinhava e limpava. Mas depois da segunda semana a patroa começou a me pedir pra mentir em algumas situações. Aquilo era, sobremaneira, desconfortante, feria valores que, para mim, eram inegociáveis. Então comecei a dizer não para ela, que ficou muito chateada e então, passou a me fazer pedidos bem difíceis, até que no final do mês me despediu e não me pagou. Sofri muito! Achei aquilo desumano, embora naquela época não me expressasse assim. Por fim, fui ser vendedora na feira livre. Não tive sucesso, enquanto vendedora. Um dia o dono do banco me disse: “O seu trabalho é bom. Você é responsável, mas não atrai os fregueses. Não posso ficar com você”. É válido salientar que era um banco de roupas masculinas. No entanto,

ele fez algo admirável. Sensível ao meu desejo de ter meus materiais e por achar que eu tinha um futuro, ele me presenteou com todos os materiais didáticos. Isto me motivou muito a continuar e não abandonar o meu sonho.

Era costume cumprir as atividades acima mencionadas com dedicação. Mas não eram experiências que me fortaleciam. Do contrário, roubavam minha energia e estima. Eu chegava da escola perto da meia noite. Estudava até 1 hora e dormia até às 5 horas, pois na casa das patroas ou na feira eu precisava estar antes das 6 horas. Mas sempre acontecia algo formidável: quando chegava a hora de ir para escola eu estava renovada. Como bolsista não podia perder o ano e nunca fui reprovada.

Quando finalizei o segundo grau (atual Ensino Fundamental), já contava com 16 anos. O meu sonho era ser missionária na África. Depois de passar por um processo seletivo penoso, mudei-me de Vitória de Santo Antão para Recife, com o objetivo de estudar no Seminário de Educadoras Cristãs. Esse processo foi penoso, porque eu era pobre e não tinha condições de pagar o curso.

Normalmente, as igrejas enviavam os estudantes e responsabilizavam-se por sua formação. Isso aconteceu comigo, mas até me enviarem, escutei coisas, cuja nascente não era condizente com os ensinamentos e princípios bíblicos. É válido salientar que nem todos se comportaram assim. Havia algumas pessoas cujos testemunhos me impulsionavam a acreditar que, de fato, Deus era conosco.

Era difícil entender que minha condição de pobreza e os difíceis acessos estavam relacionados com a minha condição de raça. Não podia entender, naquele momento, que o racismo era estrutural e gerava desigualdades com base na cor da pele. Não podia enxergar que a realidade em que vivia era impactada por uma organização social cujos fundamentos construía e reconstruía os elementos

constitutivos da discriminação e da desigualdade racial. E por que não enxergava? Porque vivíamos, naquele momento, de forma velada, sob a égide da democracia racial.

Estudei quatro anos num seminário batista, onde fiquei no internato por ser do interior do Estado. Passei por muitas dificuldades financeiras, tendo de trabalhar e estudar para terminar o curso. Trabalhar não me entristecia. O que na verdade me entristeciam eram as condições, como o cansaço, que dificultavam a minha concentração. Quase não consegui concluir o curso, porque as dificuldades eram tantas, mas aqui, mais uma vez, experimentei da acolhida de pessoas cujas ações me conduziram a acreditar que irmanados somos mais fortes.

Durante o curso no seminário, na década de 90, descobri que mesmo amando a África – mais tarde fui entender o porquê da identificação –, não era para os africanos que deveria missionar. Comecei a perceber que, no Brasil, havia tantos meninos e meninas nas ruas, jovens prostituindo-se, pessoas morando em lugares insalubres que disse para Deus e meus amigos: “Se a minha vida servir, eu quero contribuir com a melhoria e mudança da vida do povo do meu país”. Minha primeira experiência nesse campo foi em instituições que se debruçavam sobre a recuperação de crianças e jovens viciados em drogas e álcool. Eu não tinha a leitura de que o quê aquelas pessoas vivenciavam era resultado de um modo de produção capaz de produzir e reproduzir desigualdade no interior das desigualdades. Até aquele momento, entendia que aquela situação não passava de escolhas individuais. O que me impulsionava a atuar junto a esses jovens era o meu senso de justiça, tendo como nascedouro minha fé em um Deus que não comungava com nenhuma forma de injustiça.

Terminado o curso no seminário e aproximando-me dessa realidade, senti a necessidade de continuar meu processo de formação. Aqui já tinha encontrado com

a marcha do dia da consciência negra. Compreender a realidade que conduzia os jovens para as drogas, mortes, prostituição, a pobreza, passou a ser uma necessidade. Até porque entendia que, a maioria que passava por tais situações, era a negra. Nesse processo cursei graduação em Serviço Social. O curso, atrelado à minha experiência e compromisso ideopolítico, conquistado pela inserção nos movimentos sociais, contribuíram muito para ampliar meus horizontes e abrir novos. O meu trabalho de conclusão de curso discorreu sobre o papel da mulher negra moradora de favela. Tive dificuldade de trabalhar a questão, pois a professora orientadora achou que por ser negra eu poderia comprometer os resultados da pesquisa. Depois de argumentar sobre a não neutralidade na pesquisa e, sobretudo, por entender que, na minha área havia poucos trabalhos sobre a questão étnico-racial, ela entendeu e tornou-se uma facilitadora no processo.

Finalizada a graduação, fiz a seleção para o mestrado, no ano 2000, e passei em segundo lugar. Fiquei muito feliz, até porque eu achava que aquilo era grande demais para mim. Na minha dissertação, eu busquei entender as formas informais de organização das mulheres negras que moravam em favelas ou nos territórios de maioria negra. Esse olhar voltado especificamente para mulher negra fazia parte do meu desejo de visibilizar de forma positiva no cenário acadêmico essa mulher, até então, invisibilizada. Eu compreendia a importância da utilização da categoria de gênero para compreensão das desigualdades, mas também entendia que, no bojo das desigualdades, existem grupos mais impactados, como é o caso da mulher negra.

Quando concluí minha dissertação ganhei uma bolsa para estudar inglês e orientação cultural na Inglaterra. Inicialmente resisti muito, mas logo percebi que seria muito bom viver essa experiência, pois poderia contribuir com o meu crescimento acadêmico, mas também para o trabalho

que sempre desenvolvi com crianças e adolescentes nas comunidades empobrecidas e segregadas espacialmente. Quando retornei da Inglaterra, formei grupos na comunidade e organizei um curso básico de inglês para crianças e adolescentes. Até hoje mantenho essa prática no Projeto Vidas Inteligentes sem Drogas e Álcool – VIDA, que tem como uma das suas metas a prevenção ao uso de drogas e álcool.

Voltando da Inglaterra tentei a seleção do doutorado em 2004 e fui reprovada. Foi uma experiência muito impactante e que me lançou para a seguinte decisão: a de estudar o ano inteiro e no próximo tentar novamente. E foi assim. Em 2005 tentei novamente e passei em segundo lugar, com um projeto de tese que discutia a relação entre juventude negra e violência urbana. Todo meu processo de formação foi na universidade pública. No desenvolvimento do doutorado, houve uma seleção para professor substituto e ousei também concorrer. Passei em 3º lugar e durante dois anos ensinei na Universidade Federal de Pernambuco. Durante meu mestrado e doutorado participei do Grupo de Estudos em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas–GRAPP/UFPE, no qual fui durante alguns anos vice-líder. Minha inserção nesses espaços demandou-me amadurecer em diversos aspectos.

Finalizado o doutorado permaneci no grupo de estudos e pesquisa como pesquisadora CNPq nível 3, numa pesquisa desenvolvida em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, CNPq e GRAPP/UFPE. A partir daí, iniciei minha participação em concursos em universidades públicas com o objetivo de ser professora efetiva. Já fiz alguns concursos e experimentei de momentos dolorosos diante das reprovações. Reprovações quando não são explicadas deixam lacunas para se inferir sobre diferentes razões, e cheguei a ouvir que a questão da reprovação perpassava pela minha condição de mulher negra. Talvez não possa confirmar “nunca” o que me disseram. Mas,

como quem não nasceu para desistir, porque a vida sempre foi muito clara, caiu então levanta e desenha um novo projeto que seja equivalente, ou melhor.

CONCLUSÃO

Depois de intensos diálogos comigo mesma e com pessoas que tomo como conselheiras, tomei a rédea dos meus sonhos, pois só assim viver fazia sentido. Percebo que quando tomamos decisões e estas fecham dentro de nós, imediatamente a vida, o Criador organiza as demais situações que desencadearão em resultados frutíferos. De cabeça erguida, mas com dores que ao longo do tempo têm sido aliviadas e até curadas, fiz seleção para duas universidades privadas e passei nas duas. A partir desse momento tenho desempenhado a docência com muita alegria. Sou, atualmente, professora na Universidade Católica de Pernambuco, onde coordeno o Grupo de Estudos em Raça, Gênero e Políticas Públicas. Desenvolvo projeto de extensão e estou inserida numa pesquisa que pensa a intersectorialidade das políticas públicas para juventude.

Nilma Lino já dizia que, em relação ao racismo e suas diversas facetas, “só sabe quem sente”. Ao longo da minha vida passei por diversas situações. Na infância riam do meu cabelo, do meu nariz e me apelidavam de forma degradante. Na adolescência, os rapazes não costumavam me olhar, porque para eles eu era feia. Na juventude deparei-me com famílias de possíveis namorados que não aceitavam o relacionamento por conta da cor de minha pele e tudo o que atrelavam a ela. Mas, em meio a tudo isso, o melhor lugar para estar era em casa, lá eu era bela, inteligente e amada. Acredito que foi isso o que me possibilitou ser determinada, resiliente e sonhadora.

Hoje, aos 42 anos, olho de relance para trás e sinto-me satisfeita pelas escolhas que fiz e pelas posturas que tenho assumido, mesmo considerando não ter sido um processo fácil. Mas sigo encorajada pela figura do *griô*, que persiste contando e fazendo histórias. Eu, como muitas outras mulheres negras, tenho para além das expressões perversas do racismo, uma história de conquistas. Desejo, portanto, que muitas, como eu se encontrem; com a marcha de Zumbi e como decorrência, encontre-se.



DITA-IDENTIDADE QUILOMBOLA

Leila Regina Lopes

Especialista em redes sociais, webdesigner, Produtora cultural, educadora popular, ativista do movimento de lésbicas negras feministas, Membro da coordenação nacional da rede nacional da promoção e controle da saúde das lésbicas negras- Rede Sapatá, Coordenadora nacional do GT Gênero dos Pontos de Cultura pela CNPDC, foi assessora de comunicação Secretária da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (2011-2012). Chefe de Cozinha comanda o empreendimento individual Panelladexpressão.

O que me torna ser hoje a mulher que sou é a história de minha mãe, uma mulher negra, quilombola, que sofreu com o trabalho escravo infantil e com a violência doméstica e que me contava sua história de vida quando eu era pequena e da qual participo até hoje, deste privilégio de ter presenciado muito dessa sua história à procura de sua identidade.

Ela me fala que foi no inverno do ano de 1935, ela tinha cinco para seis anos quando foi colocada no carro de boi com uma chupeta de pano que furrava a farinha com açúcar, estava feliz, pois seria aquela sua maior viagem vivida até então, sabia que ia para Porto Alegre; lembra que levaram quase uns trinta dias de estrada de barro vermelho e lodoso, e que quando chegaram na cidade de Viamão, a vista era linda; que lá do alto da cidade, em um quilombo onde tinham parentes, podia-se ver no horizonte os morros de um lado e no outro um “rio”, e entre ambos uma cidade imensa, perto da qual acabara de passar, que possuía algumas e uma igreja linda, como ela nunca tinha visto, porém mal tinha esquecido a emoção de ter conhecido uma cidade, uma igreja linda, ainda estava contemplando aquele cenário e sua avó dizendo que elas morariam naquela cidade, que se chamava Porto Alegre. Enquanto observava a beleza da paisagem não entendia

muito o que a avó estava falando, pois de muito tempo, seu bico estava seco, fazia dias que não havia mais farinha e açúcar, o que ajudava na sua fome permanente e no choro da dor, que ainda não sabia se era de saudades de casa ou de fome. Chegaram naquela cidade e dirigiram-se para um estábulo da fazenda da cascatinha e ali fizeram sua morada, até que um dia passando por uma casa uma senhora chamou sua avó e perguntou se a mesma não conhecia alguma menina, que ela queria para ser babá e cuidar do garotinho que adotara. Sua avó, perante os sacrifícios que estavam passando, a ofereceu. E assim foi que ela e sua avó se separaram e nunca mais se viram. Passaram-se os dias e a saudade aumentava. Volta e meia via-se chorando pelos cantos, e as mucamas a embalavam, mas não por muito tempo, pois logo era camada pela patroa para fazer as tarefas diárias de lavar louça e o chão da cozinha. Tinha pouco tempo para brincar com suas bonecas imaginárias feitas de espiga de milho, era a única criança naquela casa, apenas se divertia quando vinham os sobrinhos dos donos da casa. Contou-me que quando a colocaram na escola foi que pela primeira vez naquela cidade se sentiu livre, podia voar o pensamento e sonhar em ser médica e brincar com suas colegas, mas essa felicidade não foi longe, aos poucos aquela casa que a tratava de certa forma bem, começou a exigir-lhe mais e mais nos esforços laborais, e assim a tiraram da escola, quebraram sua única boneca que havia ganhado do irmão do dono da casa, levou várias surras para levantar às quatro da manhã para lavar os estábulos e assim passaram-se doze anos, e a lembrança e saudades de sua avó, seus irmãos, ia-se perdendo na memória, mas não no coração, e toda essa sensação de solidão, de saudades da casa que quase fora esquecida ganhava uma força sem descrição, mas não sabia mais direito por onde começar a procurar sua avó, seus pais e irmãos. Sabia que se chamava Edith Lopes, já que esse fora o nome e o sobrenome que esta família lhe dera no cartório algum tempo após ter sido entregue por sua avó, aquela senhora tão boa, e ela

que a deu para essas pessoas que agora a tratavam tão cruelmente e que a chamavam Zita. Ao fazer dezoito anos queria mais e decidiu que a única forma de poder deixar de ser maltratada era dedicar-se a Deus, e assim foi para um convento onde viveu durante cinco anos. Porém, quando faltavam alguns meses para a confirmação da fé percebeu que não era seu destino e foi embora. A partir dali ganhou mundo: foi feirante no mercado público, empregada doméstica... e em um desses períodos, viu-se tão solitária que vestiu sua melhor roupa e decidiu que devia tirar sua vida. Foi neste dia que sua vida mudou, pois conheceu um homem que viria causar-lhe uma das maiores alegrias de sua vida, reencontrar seus parentes; o dia do pesadelo foi o dia do encontro com a esperança.

Passaram-se os anos, minha mãe namorou, amaciou-se, ficou grávida, nasceu uma menina; sofreu de violência doméstica, separou-se, criou sua menina trabalhando como empregada doméstica e auxiliar de serviços gerais, mas aquele pensamento de reencontrar sua família estava sempre ali. Aquele homem que ela chamava “esperança”, em segredo buscava informações. Tudo para tentar presentear sua filha, uma garota saudável, que ela educou em uma das melhores escolas da cidade. Minha mãe viveu o período da ditadura (década de setenta) observando padrões e filhos desaparecerem ou saírem do país sem entender muito bem o que ocorria. No início da década de oitenta, eu já tinha dez anos, e minha mãe me falou que seu amigo “esperança” lhe dissera onde poderiam tentar encontrar seus parentes, meus tios, meus primos, minha bisavó. Esse foi, ela me disse, o primeiro grande presente de sua vida, disse que Frei Henrique – este era o nome de seu amigo “esperança” – descobrira algumas pistas de onde ela tinha nascido e lhe dera as passagens, e que nas minhas férias de junho iríamos para a cidade de Mostardas. Foram dias de ansiedade, mas finalmente chegaram minhas férias, minha mãe pediu licença no serviço e seguiu em busca de seu sonho mais valioso, receber o abraço dos seus. Será que

mãe e pai estavam vivos? Como a receberiam seus irmãos “banzos”? Como lembrava de sua avó mandando eles retornarem enquanto partiam para Porto Alegre.

Estava um frio de rachar quando pegamos o ônibus na rodoviária de Porto Alegre, com duas malas grandes, cheias de roupas e mantimentos, não sabia por que minha mãe tinha uma mala cheia de mantimentos. Depois quando encontramos nossa família entendi, hoje tenho ainda outro entendimento, que compartilharei mais tarde. Levamos um dia inteiro para chegarmos à cidade de Mostardas, que fica a 123 km da capital Porto Alegre; lembro que a estrada era um barro só, e que o ônibus atolou umas duas vezes, precisando ajuda de tratores para desatolar, tudo para mim era uma festa, aqueles campos, aquelas pessoas estranhas no ônibus, as plantações imensas que minha mãe me disse serem de arroz. Ao chegarmos à cidade de Mostradas já era noite e fomos pernoitar em uma pousada que tinha a arquitetura parecida com a rua dos Venezianos em Porto Alegre, por onde eu passava todos os dias retornando da escola. No dia seguinte minha mãe começou a indagar as pessoas em busca de informações sobre nossos parentes. Em uma das informações mais convincentes alugou uma rural com motorista e lá fomos nós até São José do Norte, notava ela tensa, mas eu estava maravilhada com a natureza, com os pássaros e outros animais que nunca tinha visto e perguntava e o motorista respondia, aquele ali é a capivara, aquela é a garça, tem jacaré, tem até lobo marinho e disse que estávamos no Taim, hoje uma reserva ecológica, situada 200km ao sul de Pelotas e antes de Chuí. Chegamos a São José do Norte e lá, após uma peregrinação, fomos informados de que os parentes de minha mãe só poderiam ser os de Casca, e que Casca ficava bem antes de Mostardas; frustradas e cansadas retornamos, mas não sem antes observar de dentro da rural o lindo pôr do sol do Taim. Retornamos à pousada e pela manhã pegamos o ônibus sentido Porto Alegre.

Descemos na comunidade de Casca, em frente ao único armazém do local e perto de uma escola vazia; depois só havia plantações e a estrada de lamaçal que se perdia na curva do bambuzal. Entramos no armazém e minha mãe explicou quem estava procurando, falou de nossa aventura e o dono do Armazém disse “só pode ser parente do Marcos e do Didé” e pediu para alguém ir chamá-los. Demorou um pouco e assim apareceram três jovens que vieram nos buscar.

Caminhamos pela aquela estrada cheia de barro com os jovens nos ajudando com as malas e quando chegamos na porteira, havia uma casa de sopapo e um galpão enorme feito de paredes de junco e algumas pessoas reunidas, com curiosidade para saber quem era aquela mulher que desbravara a estrada do inferno, junto com uma menina franzina em busca da família. Quando cruzou a porteira trocou meia palavra com um senhor e este mesmo nem a deixou terminar de falar: minha mãe já estava quase aos prantos, mais de desespero, por eles serem sua última esperança, e ele gritou: “É a Dita, é a Dita! Didé, esta é a Dita, tua irmã” e se fez a festa! Meus primos me olhavam dos pés à cabeça, eu toda cheia de casaquinho, bota, toca de lã e eles de pés descalços, roupas surradas, que pra mim estavam sujas, mas já gostava delas e deles e ficamos nos estudando e nos apresentando e nos abraçando e cada vez mais vinham pessoas que nem sei de onde saíam para ver a Dita que voltou. Assim foi sua recepção, ganhou um abraço coletivo e após foi sendo abraçada por todos e eu apertada nos braços daquelas mulheres e homens negros com cheiro de carvão entre a emoção das lágrimas de alegria e de desabafo para ela, de todos aqueles anos que passara sentindo-se sozinha no mundo. Meu tio-avô Marcos, que ficou na minha memória e me ajudou a compreender com o passar dos anos quando ia para lá, o que é ser Quilombola. Os irmãos de minha mãe eram quatro: Didé, Judite, Zango e Manguicho, os dois últimos do segundo casamento de meu avô antes de ir

para Porto Alegre – então estes eram os Banzos que minha avó mandava retornar pra casa quando estávamos indo para a cidade e riu desse pensamento enquanto de seus olhos escorriam lágrimas e da boca um sorriso, enquanto se abraçavam e falavam ao mesmo tempo... Havia algumas palavras que ela não distinguia, assim como a própria palavra Banzo, mais tarde descobriu que significava, no sentido irônico, louco, eufórico; os mais velhos ainda falavam algumas palavras da língua de seus ancestrais. Ficou sabendo que sua avó falecera com cento e quinze anos, não pode ter o abraço de seus pais, que se perderam na cidade grande e nunca mais apareceram, mas que ainda tinha algumas tias vivas e que algumas já passavam dos cem anos e estavam lúcidas.

Assim ficou sabendo de sua verdadeira história e o porquê de sua avó a levar para a cidade grande. Em princípio, sua mãe (que era muito bonita) havia partido com um caminhoneiro e nunca mais retornara. Veio a seca e a fome e sua avó, querendo reencontrar a filha e buscar melhores condições para as crianças, partiu para a cidade grande, levando ela que era a menor e mais fraquinha.

Aos poucos ficou sabendo que seu tio Marcos lutava na justiça para reaver as terras da família que haviam sido tomadas por um forasteiro e que as terras foram doadas em cartório pela dona das terras, Sra. Quitéria Pereira do Nascimento, que aboliu, oitenta anos antes da Lei Áurea, seus escravos e deixou para eles em testamento, joias, gado, carretas e tudo que estava naquela área para que os escravos pudessem sobreviver: desde então viviam ali. Foram muitas emoções para minha mãe, chamada de Dita por meus tios, tias e primos, e chamada de Zita em Porto Alegre.

Ao retornar para Porto Alegre, minha mãe já não tinha nos olhos aquela dor, eu sentia que havia sanado, pois agora conhecia suas raízes e sabia que poderia encontrar guarida junto aos seus. E eu também, ganhei



um monte de primos, histórias, local para passar as férias e conhecimento sobre ser quilombola remanescente. Os anos foram passando e um dia o Sr. Esperança Frei Henrique presenteou minha mãe com um terreno na Vila Teresina, em Porto Alegre, e ali nesse mesmo local vi minha mãe se transformar politicamente e enquanto cidadã: participou do processo de democratização da política local, foi delegada do Orçamento Participativo e a comunidade conseguiu saneamento, rua e novas casas. Paralelamente, foi tratando de buscar informações de como mudar seus documentos para recuperar seu verdadeiro nome de origem e a vida lhe reservava mais uma surpresa. O Sr. Esperança Frei Henrique fora o mesmo homem que a batizara, no ano de 1931, na congregação dos capuchinos. Naquela época não se batizava os filhos como hoje: ou a família ia à cidade mais próxima ou não esperavam um padre aparecer pelas bandas do quilombo... minha mãe refletindo comigo um dia parou e me disse: “minha filha, quanto em minha vida é feito de coincidências. O mesmo homem que me batizou, foi o homem que me salvou do desespero, que me ajudou na hora da separação, que me ajudou a reencontrar minhas origens, que me deu uma casa” (que por sinal era no mesmo bairro que outrora ela e a avó viveram no estábulo). No início dos anos noventa a luta de seu tio Marcos para a regularização e reconhecimento do Quilombo de Casca começava a dar resultado, e finalmente no ano de dois mil e quatro as terras foram regulamentadas pelo INCRA, mas o tio Marcos não pôde vivenciar essa vitória; sei que ele ajudou lá do Orum. Minha mãe teve que mudar o sobrenome, pois tinha sido adotada e ganhara o nome da família que a criou. Agora, é realmente uma quilombola no papel, eu também vou mudar o meu.

Na comunidade da Vila Medianeira, em Porto Alegre, onde vi e ajudei minha mãe a ser presidente da associação de moradores, onde ela foi buscar, no teatro e em suas lembranças do passado, isto é, no Ensaio da Promissa – um ritual repleto de danças e

cantos, com o ritmo conduzido pelo bater de palmas e pés – um jeito de prevenir as crianças sobre drogas, gravidez indesejada, violência doméstica... faz através do teatro a contação de histórias do quilombo e também de festas populares; foi homenageada com o prêmio mulheres negras que fazem história no Rio Grande do Sul; foi contemplada na segunda chamada de mestres populares prêmio Mestre Dona Izabel da SDC/ MINC, tem seu codinome Tia Zita, em uma rua da comunidade em que vive, mas sua maior vitória foi poder estar presente quando o presidente Lula foi entregar a titularização do Quilombo de Casca. Ficou pensando a alforria outra vez para nossa gente, pois até hoje não entende por que, se seus antepassados já viviam livres naquelas terras doadas para eles pela dona, tinham que provar outra vez que eram donos legítimos daquelas terras, que sempre foram uma referência no Rio Grande do Sul. E assim, aos oitenta e três anos, essa mulher livre e autônoma vive ainda, a contar suas histórias para as crianças que já são a terceira geração de meninas e meninos na comunidade em que vive (desde que ganhou o terreno do Frei Henrique e que alguns sobrinhos quilombolas foram morar também e tiveram seus filhos), e que ainda ajuda a construir suas identidades para enfrentar este mundo; e nossa família quilombola, isto é, os casquenses, vão de vento em popa, lutando por seus direitos, pela cidadania das mulheres negras do campo e na luta por direitos. Eu, sua filha, já não sou mais um bebê, cresci, tenho minha identidade própria, sou negra, lésbica, remanescente de quilombo e jornalista e enfim, ela me olha, sentada, com aquele olhar que só as mulheres negras casquenses têm e me diz:

—Sabe minha filha, eu venci, venci meus medos, venci as adversidades deste mundo racista, machista e preconceituoso, mas venci principalmente por ter conseguido abrir meu coração e minha mente ao buscar

meu destino. Espero que muitas mulheres busquem e vençam o seus destinos, e que tu continues teu caminho de luta pelas mulheres negras e de todos os quilombolas.

Então, é nessa mulher negra, Candace, que me aceita do jeito que sou, que me inspiro diariamente, buscando construir um mundo melhor. Tia Zita, Dita, eu te amo!





MENÇÕES HONROSAS
CATEGORIA ENSAIO

NEGRANGELA: EXCEÇÃO À REGRA

Ângela Maria Benedita Bahia de Brito

Fez parte do primeiro grupo docente do curso de Meteorologia da Universidade Federal dos Alagoas–UFAL, onde foi Coordenadora de Publicações e Impressões. Representante das Centrais Elétricas do Sul do Brasil, participou do Projeto de Especificação do Subsistema de Hidrometeorologia no Projeto Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação (SINSC). Militante do movimento negro desde 1956, foi Diretora do NEAB–Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFAL em 1990.

INTRODUÇÃO

Militante do movimento negro há 56 anos, conto minha caminhada ao longo desse tempo perseguindo um ideal: a educação do povo negro.

Esta é minha história.

DESENVOLVIMENTO

Descendente de família negra tradicional – mãe, professora e pai, médico – nasci em três de abril de 1946, no Rio de Janeiro, em São Cristóvão: Ângela Maria Benedita Bahia: mulher e negra.

Minha mãe, Celestina, negra, elegante, de traços bem definidos, dinâmica para a época devido a sua atividade, era filha póstuma – nasceu após a morte do pai. Meu avô materno, Israel Gumes, natural de Trinidad Tobago, veio ao Brasil trabalhar na embaixada inglesa. A posição lhe dava, na época, um status social destacado, o

que possibilitou a toda a família uma vida sem dificuldades financeiras e com educação para todos.

Mas, por acaso do destino, ele veio a falecer cedo, deixando minha avó grávida com sete outros filhos. Este fato não a fez perder a garra; para acabar de criar os filhos, lavou roupa para fora contando com a ajuda de compadres e comadres na difícil tarefa de educar os filhos. Apesar da luta, todos conseguiram completar a educação, falavam inglês fluente e tocavam piano. Essa tarefa culminou com a formatura de minha mãe no magistério. Como filha caçula, era o centro das atenções da família, e esse cuidado me foi transferido por ser a primeira filha e neta. Minha mãe, professora, ensinava em escola perto de casa; durante este período, ficávamos com uma prima mais velha, que, também, colaborava com os serviços da casa. Foi responsável por nossa educação formal e informal.

Meu pai, homem calado, sisudo, negro forte, alto, de cavanhaque típico africano, ascendência baiana, chegou ao Rio de Janeiro para estudar medicina. Viera transferido da Universidade da Bahia por motivo de discriminação racial: determinado professor jurou perante toda a turma que ele não se formaria enquanto permanecesse naquela cadeira. Meu pai, movido pelo ideal de ser médico, solicitou transferência e foi cursar a Escola de Ciências Médicas do Rio de Janeiro. Como médico de bairro, clinicava em um dos quartos do apartamento que morávamos, pela manhã, e a tarde trabalhava em farmácias; por isso tinha horário mais flexível e podia fazer nosso transporte para a escola. Frequentemente, na hora das refeições e na madrugada, levantava-se para atender o chamado de pacientes da redondeza. Essa proximidade me deixava fascinada pela medicina e almejei ser médica.

Estes foram meus pais: pessoas firmes, de caráter forte e que não se deixaram abater por dificuldades. Fui criada dentro desse espírito de luta e de convívio familiar.

Cursei jardim de infância no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e, consegui vaga através de sorteio.

Lembro-me até hoje, das trancinhas e laçarotes brancos que usava, coincidindo com o avental branco, engomado do uniforme. Era a própria princesa quem ia à escola: não me sujava, nem amarrotava o uniforme. Era a única aluna negra matriculada naquele ano. Dois anos mais tarde, meu irmão mais novo também entrou para o jardim. Assim começamos a nossa jornada de modificar uma realidade de convivência, quase sempre sendo os únicos negros da sala, porém sempre nos sobressaindo no desempenho escolar.

Aos dez anos, inesperadamente, dei um salto: eu, que era franzina e pequena, de repente tive um crescimento e aumento extraordinário de peso. Logo atingi a puberdade e esta mudança súbita também se fez acompanhar pela cultura. Minha mãe, meio espantada, acelerou o processo escolar: eu que fazia a quarta série do antigo primário, iniciei reforço e nas férias fui preparada em curso especializado para prestar exame de admissão para o Colégio Pedro II, no centro do Rio de Janeiro.

Resultado: fui aprovada.

Esse foi o primeiro grande desafio de minha vida, que aos poucos se transformou em minha grande paixão: eu amava aquele colégio, o edifício antigo, o uniforme cáqui, todo abotoado, de mangas compridas, saia pregueada até abaixo do joelho e mil e um complementos como estrelinhas, distintivos e abotoaduras. Com o calor escaldante de quarenta graus centígrados, lá estava eu, perfilada, dentro daquele “uniformo”. No verão, meus colegas dobravam as mangas, abriam a gola, mas eu não alterava o meu humor e o meu uniforme, continuava sempre impecável.

Para equilibrar meu crescimento físico repentino, fui matriculada na piscina do Vasco da Gama. Foi um problema, porque com apenas 11 anos, era do tamanho dos atletas e então me colocaram um apelido: “Sereia”. Aos poucos o exercício da natação trouxe contornos mais definidos ao meu corpo.

Naquela época, os negros não frequentavam piscina, porque existia um tabu de que nós só éramos bons no atletismo. Dois primos meus praticavam saltos e depois que souberam do nosso parentesco, passei a ser mais respeitada no parque aquático. Comecei a me firmar dentro do esporte, participando de algumas competições. Durante toda a minha juventude, não abandonei a natação, e continuei a frequentar as aulas no Colégio Pedro II. Tive muitos colegas e fiz amizades que até hoje perduram. Identifiquei-me com outras alunas negras e tivemos longa amizade: Célia Regina Ferreira, filha de funcionários do colégio, e Lenita. Minha mãe, como sempre – orientando-me e acompanhando o bom desenvolvimento de meus estudos – incentivou-me muito no inglês e francês, a ponto de levar-me a só tirar notas nove e dez nas provas. A professora de inglês soube lidar bem com o fato, mas a de francês esteve a ponto de criar sério atrito: não aceitava que uma negra tivesse o grau de aprendizado de cem por cento. “Foi só a primeira prova, garanto que na segunda ela não vai conseguir repetir essa proeza”, foram suas palavras.

A atitude deixou-me atenta para o fato. Passei a estudar francês todos os dias e na segunda prova tirei dez, novamente. A prova estava impecável: não tinha sequer uma ressalva ou rasura. A professora nunca mais teceu comentários, e depois continuei a obter outras tantas notas nove e dez. Isto fez com que ela passasse a ser mais compreensiva comigo. Continuei a cursar as séries seguintes com praticamente os mesmos colegas.

O início da puberdade trouxe à tona as célebres brincadeiras de adolescentes. Entre meus colegas, havia três rapazes “enormes” e altos, que estavam em crescimento, assim como eu. Eles começaram as brincadeiras de mau gosto, dizendo: “Ângela quando está no escuro só se vê os dentes.” Eu não gostava dessa atitude e sempre pedia que parassem. Mas não deram ouvidos. Certo dia – acredito eu, por estar pouco disposta a ouvir – em pleno recreio, depois de abusivas “brincadeiras”, derrubei um no chão e soquei-lhe com as mãos. A surpresa foi tal, que ele não se defendeu e os outros não conseguiram se mexer do local onde estavam. A partir daquele momento a gozação parou por completo; os inspetores de disciplina sequer chamaram minha atenção, e aquela atitude tampouco serviu para separar-nos durante a vida estudantil.

Assim – dando soco com as mãos –, comecei a aprender como me defender e me fazer respeitar como negra. Hoje encaro a vida com palavras e atitudes.

Nesse momento, iniciou-se minha vida social. As festas sucediam-se, eu era sempre convidada para dançar a valsa.

Lembro-me que, nessa época, tinha mais vestidos de baile do que comuns. Estava sempre super produzida. Minha mãe fazia questão de caprichar na sequência dos trajes, e um superava o outro.

O olhar materno indicou como estava desajeitada com o crescimento; então frequentei, nas férias de julho, curso de dança com uma professora, em nossa residência. Meu irmão, que na época estava com onze anos, embora bem franzino, participou das aulas como meu par. Aprendemos a dançar valsa, tango, bolero, samba, e até passos de gafieira. Com isso, nos tornamos exímios dançarinos e sempre abríamos os bailes, na certeza de que após aquele cartão de visita, iríamos dançar a noite toda com outros parceiros.

Estas aulas nos proporcionaram um lazer muito saudável: os bailes de formatura. Passamos a ser frequentadores assíduos dos bailes que se realizavam na sede social do Flamengo, Clube Sírio-Libanês, Clube Monte Líbano e Hotel Glória. Embora não fôssemos convidados, fazíamos uma pesquisa sobre os bailes da semana e quase sempre conseguíamos convites na porta do clube. Quando o baile era muito concorrido, entrávamos junto com a orquestra, pois os músicos já eram nossos conhecidos. Nossa preocupação era dançar. Entrávamos quando o baile começava e só saíamos nos acordes finais.

Nas férias, nos finais de semana, organizávamos reuniões que chamávamos “Coca-cola”, que era a bebida da moda. É o que denominam, hoje, de festa americana. Havia rodízio de casas; as meninas levavam ingredientes para o cachorro quente e os meninos, a coca-cola ou o rum para fazermos cuba-libre. Era nossa diversão. Formávamos uma turma de jovens negras e negros que, além de educados, bem vestidos, sabiam dançar muito bem.

Foi nesta época, também, que fiz concurso para o Conservatório Nacional de Música. Como já tocava piano, havia chegado o momento de ter um aperfeiçoamento. Mas não consegui passar no ditado musical e então fiz provas para outro conservatório, particular. Fui aprovada, mas não consegui completar um ano de curso, pois não tinha ouvido musical para o ditado. Apesar disso, continuei com as aulas particulares de piano.

No terceiro ano do Pedro II, ocorreram vários transtornos em minha vida: o uniforme do colégio mudou, mas a princípio não era obrigatório. Eu adorava o antigo, não o trocava até o final do meu curso. Porém, meus colegas não resistiram e mudaram a farda pelo visual novo, mais leve.

Outra mudança ocorreria em casa: meu irmão que estava em época de fazer curso de admissão, havia sido reprovado nos exames do Pedro II e do Colégio Militar de Belo Horizonte; teria que repetir o preparatório.

Quando não mais esperávamos, inauguraram o Colégio Militar de Curitiba, abrindo novas vagas com a realização de concurso para filhos de não militares. A aprovação dele iria colocar nossa tranquilidade de pernas para o ar: nos primeiros meses ele tirou notas razoáveis, mas com o passar do tempo o rendimento caiu e foram necessários professores particulares para que acompanhasse o curso.

Não sentindo resultados, fomos passar as férias de julho em Curitiba, para reforçar os estudos. Retornamos com o fim das férias. Passados quinze dias, ocorreram problemas disciplinares; ele entrou em pânico e queria voltar para casa. Minha mãe não viu alternativa: tirou licença e retornou a Curitiba.

Essa situação me fez acumular a vida de estudante com a de dona de casa: colaborava com meu pai e minha prima na administração da casa e ainda receberia aulas particulares de matemática, visando preparar a entrada para o curso normal. Embora tenha sido um período muito tumultuado, no final do ano seguinte ele conseguiria a transferência para o Colégio Militar do Rio de Janeiro e nossa vida voltaria à normalidade.

No final dos anos sessenta, eu terminaria o ginásio do Colégio Pedro II, participando das solenidades de formatura. Instituímos uma comissão de formatura e nos cotizamos para a missa, colação de grau e baile. Participamos ativamente da preparação. Porém, eu não contava que meus sentimentos não suportariam a emoção: na missa, depois que tocou a Ave Maria, eu comecei a chorar e não parei mais. Chorava e até soluçava. Estava incontrolável. Sentia saudades antecipadas.

Terminando o ginásio, fiz provas para cursar a Escola Normal Heitor Lira: naquela época ser professora era a profissão admissível para uma mulher. Passei no concurso e somente no ano seguinte estaria completando quinze anos. Ainda tentei por meio ano cursar o científico junto com o normal. Eu não me desligara da ideia de ser médica, mas a carga das disciplinas foi muito grande. Tive que deixar o Colégio Pedro II.

No curso normal, apesar da pouca idade, competia em tamanho com a turma, no geral. Não estava tão pesadona, mas continuava bem gorda, apesar das aulas de natação. Logo nos primeiros meses de aula, eu faria quinze anos. Não houve festa, mas ganhei de presente uma viagem à Argentina, com um enxoval de inverno muito bonito, mas que por motivos climáticos não se realizaria: naquele ano, o inverno foi rigoroso e suspenderam a excursão.

Eram minhas colegas, duas irmãs negras, gêmeas, muito tímidas, que por morarem longe, quase não participavam das atividades.

Para compensar o maior tempo livre, comecei a me integrar a atividades extraclasse: grêmio e banda. Na banda fizemos grande campanha financeira para compra de instrumentos, e após escolha dos integrantes, fui tocar bumbo. Foi muito bom, pois comecei a perder peso, normalmente. Meus pais estavam preocupados e ficaram muito surpresos ao descobrirem a razão no dia da apresentação da banda.

Através de conhecimentos do meu pai, ficamos amigas de duas irmãs negras, de família tradicional, eram advogadas, e mais tarde se tornariam minhas comadres: Sebastiana e Maria Helena Arruda. Foram elas que, após maiores contatos conosco, nos convidaram para participar de um jogral integrando o Teatro Experimental do Negro, dirigido, na época, pelo senador Abdias Nascimento.

O grupo era composto de crianças negras, filhas e filhos dos militantes adultos negros, que se reuniam em casa de Sebastiana; eram advogados, juízes, procuradores e médicos. Enquanto os pais discutiam assuntos ligados ao movimento, as crianças aprendiam versos.

Recitávamos poesias de Solano Trindade e outros poetas; cantávamos músicas ensinadas por nossos avós e nos apresentávamos nas festas das embaixadas cujos países estavam em processo de independência. Passamos a conhecer o trabalho do então embaixador do Brasil, Souza Dantas, e por intermédio dele, outros embaixadores da África no Brasil, dentre eles o também poeta, Leopold Sedar Senghor.

Esta atividade seria responsável pelos meus primeiros passos na luta com o movimento negro.

Na história do movimento negro, o Teatro Experimental é um marco.

A militância teria início, de forma bem peculiar:

Identificando a destituição e inferiorização cultural como elemento essencial da opressão racista, tinha como objetivo a criação de condições para a luta libertária do povo negro, uma das quais havia de ser a reabilitação e valorização da herança e da identidade humana do negro (Nascimento, 1981:85).

A partir desses encontros, comecei a ter maiores contatos com o povo africano: suas roupas, comidas, danças, hábitos e costumes. Frequentávamos festas nas embaixadas africanas e então percebi por que meus pais faziam questão de nossa educação: falava-se inglês. Aos poucos, passei a dominar perfeitamente a conversação. Eu me empenhava e tinha perfeita desenvoltura entre os convidados.

Minha visão de continente africano modificou-se e passei a perceber a riqueza da cultura africana com sua diversidade. A África não era aquela imagem de miséria, fome e animais selvagens que nos mostram os canais de televisão. Eu nunca havia frequentado lugares onde a maioria era de negros, conversando e discutindo assuntos da atualidade. Este contato fez muito bem à minha autoestima.

Finalizei o curso normal, e como não tinha atividades extras em maio de 63, matriculei-me num curso intensivo de jornalismo estudantil, que após seu término, acrescido de um estágio de seis meses, dava direito ao diploma de jornalista.

Era um curso multidisciplinar, com funcionamento noturno, organizado pelo Centro de Estudos Sociais Pedro II, cujo diretor era o jornalista Alcino Pinheiro. A princípio, o curso teve apoio do Diário de Notícias, que como patrono providenciou o estágio dos concluintes.

Particpei do curso, muito dinâmico, constando de disciplinas como técnicas e culturas jornalísticas. Em novembro, ao término do curso, lá estava eu de “foca” – estagiário de jornalismo – no Diário de Notícias.

Acompanhávamos as equipes na elaboração das reportagens, na editoração e em todos os outros setores que se fizessem necessários. Entrava às oito da noite e saía pela meia noite. Nos fins de semana, ia à tarde, para acompanhar de perto todos os trabalhos, que aumentavam em razão da edição de domingo.

No final do ano de mil novecentos e sessenta e três, terminei o curso normal, e participei das tradicionais festas de formatura.

Naquela época, o estado absorvia, imediatamente, as professoras formadas. E lá fomos nós, após a formatura, tomar posse de nossos cargos.

Qual não foi a minha surpresa: eu ainda não havia completado dezoito anos e só podia tomar posse após retirar carteira de identidade e título de eleitor. Mas isso não impediu de passar à etapa seguinte: escolher escola e começar a trabalhar, porém sem remuneração.

Íamos lecionar em escolas nos subúrbios afastados do Rio de Janeiro: eu escolhi uma escola em Campo Grande, que após uma viagem de trem de uma hora, saindo do centro, tínhamos que pegar outro meio de transporte para chegarmos. Houve a escolha de turmas e eu fui contemplada com uma turma de excepcionais.

Na escola normal, não havia estudado nada sobre o assunto e a turma foi um desafio. Recebi orientações, dediquei-me e consegui realizar um trabalho considerado bom. Devido à pouca experiência no assunto, preparei-me e durante mais três anos trabalhei com turmas especiais.

Em abril de mil novecentos e sessenta e quatro, tomei posse: após retirar os documentos devidos, com o protocolo, pude marcar o dia em que, formalmente, seria nomeada professora pelo Estado.

Continuei com as atividades jornalísticas, mas o estágio foi abortado pelo Golpe de 1964.

A censura, e todos os atos arbitrários contra a imprensa, fizeram com que nossos sonhos desmoronassem. Não havia a mínima condição de continuar. Soubemos da prisão do diretor do curso, encabeçando uma lista de estudantes, futuros presos, que participaram do curso.

Felizmente, as prisões não se concretizaram, mas estávamos sempre alerta.

As atividades do movimento negro também foram reprimidas, e a nós, restou, somente, o silêncio.

Seriam quatorze anos de mudez, clandestinidade, apreensão, medo e lágrimas.

Minha mãe pedia que tivéssemos cuidado e as notícias eram apavorantes.

Diante do caos instalado, resolvi iniciar o pré-vestibular. Após muita argumentação, meu pai finalmente conseguiu me demover da ideia de ser médica. Ele dizia: “Você já pensou uma mulher casada, mãe de filhos, não ter hora para refeições, levantar-se no meio da noite e depois, medicina não é profissão para mulher”.

Eu, que era muito “obediente”, acabei aceitando, sem saber o que o futuro me reservava. Foi meu primeiro contato com a discriminação.

Procurei informações sobre os cursinhos do pré-vestibular e matriculei-me no Curso Politécnico da Escola de Engenharia, da então Universidade do Brasil, no largo de São Francisco no Rio de Janeiro.

Na época de 64, o local era o centro das agitações políticas estudantis.

O prédio da engenharia era imenso e prestava-se para reuniões escusas, onde eu gostava sempre de estar presente.

Mas eu ainda levaria dois anos para ingressar na Universidade; não no curso de Engenharia, mas sim no de Meteorologia.

A diferença entre os currículos do normal – que eu havia cursado – e o científico – que permitia o acesso ao vestibular – eram muito grandes. E confesso: faltava-me orientação.

No final do ano de 66 conheci um estudante do curso de Engenharia na biblioteca do Politécnico. Lá, eu estudava com outra aluna negra – Luci – e mais dois outros rapazes, sendo também um negro.

Num desses dias, aproximou-se de nós um rapaz branco, meio desajeitado com o objetivo de nos ajudar; ficou em nossa mesa, embora aquela conduta não fosse rotineira; não permitíamos que ninguém se aproximasse, pois sabíamos que a intenção era outra: namorar.

Toda tarde lá estava ele: o Manuel. Sempre nos cumprimentava e tirava algumas dúvidas. Ele era um crânio e todos os seus colegas também reconheciam.

Em uma dessas tardes, cheguei sozinha e estava esperando os outros colegas na biblioteca. Manuel veio, sentou-se e começou a conversar: desta vez, foi contando sua vida.

Disse que teve uma namorada negra, parecida comigo, que havia falecido. Contou que iam se casar e ele estava muito triste com a ausência dela. Mas logo meus colegas chegaram e ele retirou-se.

Chegou a época das provas do vestibular, mas eu e meus dois colegas rapazes não passamos. Minha colega Luci entrou para Engenharia Operacional.

Estudamos muitas tardes, mas Manuel nunca mais apareceu nas nossas seções de estudo. Mas sim num dia de fevereiro, no portão de nossa casa, procurando meu pai. Ele havia feito concurso para a Petrobrás, e estivera em Salvador. Lá conheceu minha prima Hildete Bahia, enfermeira, e a tia Hilda Bahia da Luz, que enviou carta a meu pai.

Não entendi nada quando o vi no portão. Fui atendê-lo, mas para minha surpresa ele não me reconheceu. Disse a que veio e que gostaria de conhecer meu pai. Meu pai convidou-o a entrar e quando tive oportunidade relembrei Manuel de nossos encontros. Ele ficou perplexo por eu não haver passado no vestibular e sugeriu que fizesse um segundo exame para Meteorologia, cujas provas seriam realizadas no final de fevereiro. Prontificou-se a estudar comigo e meu pai ficou muito animado com a sugestão. Marcamos para o dia seguinte o início dos estudos.

Começaria mais um capítulo de minha vida: das sessões de estudo, ao namoro e ao casamento foi um passo.

Ingressei em Meteorologia e cursei o primeiro ano, acompanhada sempre por Manuel. O rebuliço estava formado: os colegas dele, brancos, queriam saber o que ele “achou” em mim; o mesmo acontecia com meus colegas negros.

Naquele momento, os homens negros que se formavam e ascendiam socialmente, se casavam com mulheres brancas.

Manuel estava na contramão.

Mas apesar da torcida contra, prosseguimos nossa vida: casamos, tivemos três filhas e para completar o ciclo, fomos bem sucedidos em nossas carreiras e no relacionamento, apesar de estarmos sempre perseguidos pelo fantasma da discriminação, ora pela família dele – que chamava as crianças de “neguinhas” –, ora pelos colegas de trabalho. A educação que tive permitiu que não contabilizasse os fatos, de acordo com a gravidade da situação. Tivemos bons momentos e outros bem difíceis: viajamos muito; moramos em Recife, onde ele trabalhou na Empresa Internacional de Engenharia, conceituada no ramo, enquanto eu pedi transferência da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Universidade Federal de Pernambuco, onde tive de cursar Engenharia, por não haver curso de Física ou Meteorologia. Lá, ele estava perto da família, onde supervisionava o tratamento da mãe, que se encontrava com câncer, e apoiava financeiramente.

Após um ano, com o falecimento da mãe, voltamos ao Rio de Janeiro e retornei a UFRJ, já grávida da 1º filha.

Mas estávamos em plena ditadura militar e o advento do Ato Institucional 5 veio interferir diretamente em minha vida acadêmica com a reforma universitária: praticamente tive de repetir todo o primeiro ano do Curso, aliado à gravidez. A universidade ficou esfacelada

em institutos, o que desfez as lideranças estudantis e o medo instalou-se. Os centros acadêmicos foram extintos, não tínhamos direito a realizar reuniões, assembleias e corríamos riscos quando estudávamos em grupo. Foi uma experiência aterrorizante! Nossos colegas sumiam, como por encanto... Encanto desastroso. Não conseguíamos conviver com aquela realidade.

Foram-se nossos sonhos de universitários.

Mais uma vez a ditadura nos pegou: as medidas acirravam os ânimos na universidade. Na família, dois irmãos de Manuel foram perseguidos e toda a situação era insustentável: não se podia falar ao telefone, as cartas eram censuradas. Foi um período de horror.

O nascimento de nossa filha Glória Celeste, em quinze de agosto de mil novecentos e sessenta e nove, refrescou nossas vidas.

Com grande sacrifício, continuei a estudar, trabalhar e ser mãe. Às vezes, tinha vontade de deixar a universidade, mas meu marido me dava o apoio necessário para continuar. E assim, fomos seguindo nossas vidas, com altos e baixos, dentro de um consenso. Minha mãe colaborava muito com a educação da neta.

Em três de julho de mil novecentos e setenta e um, fomos abençoados pelo nascimento das duas gêmeas, Gláucia e Gertrudes.

Manuel estava eufórico.

Nesse ano, tive que trancar a matrícula, pois a gravidez foi muito difícil e o parto ainda mais, embora vovô Abdical – obstetra – estivesse alerta. Graças à intervenção feita por ele, tudo se realizou a contento.

Cada dia que passava, a felicidade ficava mais completa: voltei à universidade, Manuel foi fazer mestrado e as crianças crescendo, com o apoio logístico da vovó Celestina, que não cabia em si de tanta alegria, pois era fervorosa devota de Cosme e Damião.

Glória atingiu a idade escolar e Manuel, que já estudava alemão, matriculou-a na Escola Suíço-Brasileira, onde o aprendizado era feito em alemão com o convívio de crianças alemãs, suíças e brasileiras.

Ela aprendeu alemão fluente, e as irmãs seguiram o mesmo caminho.

Manuel mudou de emprego e passou a viajar muito para os estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A empresa, Centrais Elétricas do Sul do Brasil, estava planejando o sistema elétrico interligado, sendo assim, aumentavam as perspectivas de alcançar postos avançados.

Com a minha formatura, completou-se mais uma fase de nossa vida, com sucesso. A vitória era de todos nós. As crianças cresciam e Manuel sobressaía no emprego; foi convidado a fazer um trabalho na Suíça, em razão do conhecimento do alemão. Assim, tivemos a oportunidade de viajar para a Europa; levamos Glória, que já tinha domínio do alemão e fizemos uma liquidação em casa, para completar a passagem e hospedagem. O trabalho a ser feito estava previsto para um mês, mas houve necessidade de expandir os serviços, e permanecemos por mais cinco meses. Aproveitamos para ir à Alemanha e conhecemos quase toda a Suíça, de língua alemã. Uma vez por mês, íamos à Itália, ao Banco do Brasil, retirar o salário para passarmos o mês. Com a experiência, nossa filha teve vivência riquíssima na língua e até hoje usufrui do domínio do idioma: fez português-alemão na Universidade Federal de Santa Catarina.

Retornamos ao Brasil e demos prosseguimento à vida cotidiana. As crianças continuaram na mesma escola, e eu trabalhava como professora primária. Como já possuía o diploma do terceiro grau de meteorologia, fiz concurso para ministrar aulas para quinta a oitava séries, de Ciências. Fui aprovada.

No ano de 1977, Manuel recebeu convite da empresa para ir trabalhar em Florianópolis. Discutimos a oferta e resolvemos aceitar, pois teríamos direito a construir casa, com financiamento da empresa. Fizemos visita de reconhecimento da cidade e alugamos uma casa, enquanto construíamos a nossa. Meus pais é que não estavam muito satisfeitos, pois perderiam o convívio com as crianças.

Uma situação inusitada surgiu: Glória, nossa filha mais velha, que estava na classe de alfabetização, já sabia ler, porém em alemão. Rapidamente, contratamos uma professora especializada em alfabetização, para dar continuidade ao processo em português.

Mudança pronta, crianças matriculadas em escola, viajamos para nosso destino.

Mas, quem realmente sentiria a diferença seria eu, sem amigos, sem trabalho e discriminada.

Não conseguia emprego. A situação perdurou durante os três anos seguintes, mas como a empresa havia prometido me empregar, esperávamos.

A casa ficou pronta – acompanhamos a construção desde o alicerce – e nos mudamos. Era um condomínio fechado e nossa escolha foi um local bem alto: a vista era belíssima!

Fiz a decoração afro, misturada com acessórios nordestinos, o que causava certo espanto. A casa era belíssima e bem próxima à empresa.

Continuamos a tocar nossa vida e as crianças estavam muito felizes com a casa nova: tinham quarto de brinquedos, aprendiam tênis na quadra e as coleguinhas eram muitas.

Mas... De repente... Aconteceu.

Manuel, que não se alimentava de comidas fritas, enlatadas, não fumava, nem bebia, veio a ter dores abdominais. Comia e mal podia permanecer sentado: sentia-se mal e tinha que ficar de pé.

Era mês de julho – férias –, eu e as crianças fomos para o Rio de Janeiro, passar uns dias com minha mãe. Mantive contato com Manuel, e ele foi consultar-se com um médico local. Estava tomando medicação, mas um dia o quadro se complicou e as dores se intensificaram. Foi internado de urgência e o médico atestou apendicite; teria de ser operado imediatamente. Voltamos logo para Florianópolis e tudo havia corrido bem na cirurgia. Meus pais chegaram no final da semana, mas... Algo estava errado. Meu pai, médico, estranhou muito o fato de que uma cirurgia de apêndice precisasse de sonda. Manuel recebeu alta e tomara muitos antibióticos, mas os antigos sintomas voltaram. Os médicos diziam que era assim, mas piorava a cada dia. Em consulta com outro médico, após vários exames, veio o diagnóstico: câncer de fígado. Iniciou-se o tratamento quimioterápico, e mesmo com todas as contraindicações, Manuel não deixara de trabalhar.

Em meio a todo esse clima, a ELETROSUL me convocou para entrevista de emprego. Foi uma sensação de surpresa aliada a frustração. Mas mesmo assim, resolvi aceitar. Estávamos cientes de que aquela era uma atitude extrema: reparação.

Comecei o trabalho e a saúde de Manuel estava pior: o tratamento era agressivo e os resultados não apareciam.

Diante da situação, a empresa resolveu enviá-lo aos Estados Unidos, para tentar tratamento de ponta. Fizemos contato com nosso compadre, que estava fazendo doutorado, que o recepcionou e acolheu. Mas as expectativas foram frustradas. Após série de exames e transfusões de sangue, Manuel voltaria com a saúde ainda mais debilitada. Semanas depois, foi para São Paulo, submeter-se a cirurgia, em hospital especializado. Mas nada adiantaria... Após a cirurgia, o médico disse que “abriu e fechou”, não havia nada a ser feito.

Parecia que o mundo tinha-se acabado para mim, não sabia o que fazer, parecia um robô, desorientada.

Voltei a Florianópolis, para casa e para o convívio com as crianças, que estavam com catapora. Manuel permaneceria em convalescência na casa de uma prima. Retornou a Florianópolis, ao trabalho, à quimioterapia e os resultados eram decepcionantes. O organismo não reagia.

Eu continuava no trabalho, mas não estava satisfeita com a situação que me rodeava: permanecia lutando, sabendo que seria em vão.

Após vários internamentos, Manuel veio a falecer no dia dez de maio de mil novecentos e oitenta, e com ele boa parte de meus sonhos. As crianças reagiram bem e continuamos nossa vida.

Tomei várias atitudes para me adaptar à nova situação: ser viúva.

Nunca pensei que um estado civil fosse tão discriminatório: não me conformava, e não conseguia dormir. Ia a médicos para tentar amenizar a situação através de medicamentos, mas nada resolvia. Cada dia emagrecia mais e mais, parecia um fantasma ambulante. O setor de Recursos Humanos me chamou para entrevista com psicólogos, mas recusei ajuda, na desconfiança de que não

seria bom para a vida profissional. Agia por minha conta. O trabalho passou a exigir mais, pois estava em fase de implantação do sistema interligado dos Estados, e eu era a única meteorologista com conceitos diversificados dos engenheiros, dos hidrólogos e técnicos da área. Até que resolveram “apostar” nas minhas ideias e fiquei responsável pela parte meteorológica do sistema: dados, recepção em tempo real, simulação e outras tantas tarefas. Como São Paulo estava em fase mais adiantada de implantação de sistema similar, fui enviada para lá, a fim de acompanhar os trabalhos.

Passei a viajar de quinze em quinze dias e permanecia toda a semana. As crianças ficavam com uma colega de ginásio, Nádía Maria Novaes, que se casara, também, com engenheiro, colega de Manuel, Aristênio Luna, e nos reencontramos em Florianópolis, reatando a amizade e aproximando as crianças. Eu fazia a mudança das três e por quase o ano todo, esta situação perduraria. A pressão era muito grande, inclusive das esposas dos colegas, que passaram a me ver como competidora: “Você passa mais tempo com meu marido”. Aquilo era chocante, mas eu ignorava o quanto podia e, aos poucos, fui afastando-me de todas.

Quando completei um ano de trabalho pude tirar férias, estava no limite da paciência. Embora fosse mês de março, comuniquei a escola das crianças que elas se ausentariam, matriculei-as em outra escola no Rio de Janeiro e viajei todo o mês para Nigéria, onde encontraria um amigo de juventude, que me convencera a casar com ele e ir para a Nigéria.

Ele havia ficado viúvo na mesma época que eu, e tinha três filhas mulheres, também.

Fiquei na casa dele e fui muito bem recebida pelas famílias amigas dele. Éramos convidados para jantares,

passeios e casamentos. Estava animada e recebi convite de trabalho da hidroelétrica de lá; com meu currículo, não foi difícil ser aceita. Estávamos acertando os detalhes finais, quando surgiu o impasse: ele queria que eu deixasse minhas filhas com minha mãe. Não aceitei a situação e terminamos. Minha família gostou, pois não queriam aceitar os novos acontecimentos.

Passei no Rio, peguei as crianças e voltamos a Florianópolis, com a bagagem mais pesada: uma carga de desilusão. Retornamos a rotina, sempre recheada de situações discriminatórias em relação àquela mulher negra e suas três filhas conscientes de sua negritude. Tinha a impressão de estar sendo estrangulada, sufocada, consumida; não tinha tempo para participar das atividades do movimento negro, mas cada vez mais reafirmava quem eu era e de onde vinha.

Mas, conforme o ditado “não há tempo ruim que não se acabe...”, cabe a explicação: embora o salário fosse ótimo, era a casa dos meus sonhos, a educação ideal das minhas filhas, eu estava sempre sozinha, embora tivesse o apoio das pessoas que compunham o escoteiro que as meninas participavam, e da família de minha colega de ginásio.

Estivemos nessa rotina até mil novecentos e oitenta e dois, quando um ex-colega de UFRJ me ligou, perguntando do meu interesse em ir para o curso de meteorologia da Universidade Federal de Alagoas. Ele, alagoano, já havia trazido meus compadres, também ex-alunos, para o staff da Universidade. Pedi que pensasse com carinho e viesse conhecer Maceió. No feriado de Corpus Christi viajei, e fui recebida na casa dos compadres. Passeios, jantares e visitas para me agradar. Voltei animada, na perspectiva de novos horizontes, e de trabalhos na área de educação. Decidi-me e no dia treze de agosto recebi o telegrama-convite do reitor. Com a resposta afirmativa, passei a receber salário.

Faltava dar o aviso prévio à ELETROSUL e providenciar os preparativos: aluguel de casa, mudança e documentação da escola das crianças.

O clima dentro na empresa ficou tenso. O Diretor de Operações, onde me encontrava lotada, solicitou reunião, juntamente com o chefe de minha seção, onde me “questionaram”. Queriam saber o que estava acontecendo e a razão de tal decisão. O Estado de “Alagoas” causou impacto, por se tratar de Nordeste, pobre e com toda a gama de estereótipos ligados ao local. Agradei, mas informei que já havia tomado minha decisão. Sabia que a atitude influenciaria na educação familiar de minhas filhas.

Mudança providenciada e tudo o mais, viajamos para o novo destino. As meninas sentiriam muito, mas se adaptariam. Iniciamos, realmente, nova vida. Embora soubesse que os nordestinos fossem preconceituosos, apostei na nova realidade. Mas não importa o lugar, as pessoas e sua predisposição em fazer o diferente: lá estava ele – o preconceito.

Instalei-me na residência alugada e fui apresentar-me no primeiro dia de aula, sempre assessorada pelos colegas e compadres. Ao chegar à faculdade, como sempre muito arrumada, num Ford Corcel, com placa de Florianópolis, fui obter informações de um grupo que se encontrava conversando. Ali notei a surpresa!

Admiração maior ao entrar na sala. Talvez esperassem uma loura, alta, mas ao ser apresentada, com relevância do currículo e experiência, a indignação tomou conta dos semblantes. Fiz-me de desentendida e tomei minha posição; aos poucos consegui mostrar e demonstrar o perfil da mulher que ali estava. Os alunos, professores e técnicos eram muito integrados. Promoviam festas, encontros e até mesmo as viagens de estudo tornavam-se agradáveis. Através de uma aluna negra do curso de meteorologia, Silvete Galdino,

fui convidada para participar de reunião do Movimento Negro. Fui muito bem recebida e consegui engajamento perfeito. Aos poucos, comecei a escrever projetos para a Fundação Palmares, e assim me envolvi, definitivamente, no movimento em Alagoas. Comecei a estudar sobre Zumbi dos Palmares e a Serra da Barriga. Naquele ano, havíamos feito grande mobilização para todo o Brasil participar das festividades e reivindicações pelo tombamento da Serra da Barriga. No dia vinte de novembro, subi a serra, pela primeira vez, à pé.

A cidade de União dos Palmares tomava consciência do monumento em seu município. Aquele ano foi crucial para levantar questionamentos, fazer contatos e exigir posições do Estado, da União e do município. Fizemos articulações, seminários e envolvemos todo o Brasil na discussão. A universidade recebeu a incumbência de organizar estudos e comissão para expor os motivos para tombamento da Serra da Barriga. Participei da comissão como meteorologista, junto a antropólogos, historiadores, geógrafos e militantes do movimento negro. O estudo permitiu que a serra fosse tombada e foi a grande vitória.

Concomitantemente ao movimento negro, iniciei especialização em Meteorologia para acessar o mestrado. Tinha intenção de fazê-lo em Biometeorologia, na Alemanha. Levaria as crianças, já que elas dominavam o idioma, e o CNPQ ajudava no processo. Comecei a fazer economia para as despesas e nas férias as meninas iam para o Rio, estudar alemão com professor particular. Como não consegui aprovação, ficamos decepcionadas. Para dirimir parte da desilusão, entramos num acordo: como a mais velha já conhecia a Suíça e Alemanha, as gêmeas fariam curso de alemão, precedido pelo Congresso Internacional de Escoteiros, na Suíça.

Meu desapontamento foi superado com convite para dirigir o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro –NEAB – da UFAL; o diretor em exercício, colega do movimento negro, se ausentaria para doutorado em São Paulo.

Foi o passo decisivo para a minha carreira e afirmação no movimento negro: dediquei vinte horas para o cargo. Debruicei-me em pesquisas, projetos e discussões com o Movimento Negro. A época foi efervescente para minha vida.

As meninas solicitaram transferência para a Escola Técnica do Rio de Janeiro e estenderam os estudos da língua alemã, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha; moravam na casa da avó, pois meu pai havia falecido. Terminaram o curso e se preparavam para o vestibular, quando esboçaram vontade de voltar para Florianópolis. Já estava na época de minha aposentadoria e minha mãe começou a ficar cansada e doente. Juntei a papelada, iniciei o processo de contagem de tempo, mas minha mãe adoeceria, gravemente. Terminei, rapidamente, as aulas do semestre e fui para o Rio. Tratamento, cirurgias, correrias, mas a doença já tomara conta do organismo – câncer.

Fizemos todos os procedimentos possíveis, mas ela não aceitara o tratamento. Mesmo assim, queria ir para Florianópolis. Deixamos a casa com meu irmão, vendemos algumas coisas, como o piano, geladeiras, armários e nos mudamos para Maceió, onde eu teria que providenciar a aposentadoria. Ela não esperaria. Faleceu no dia vinte um de abril de mil novecentos e noventa e cinco.

Como já estava tudo preparado para a mudança, voltamos para Florianópolis.

Eu aposentada, e as meninas se preparando para vestibulares.

Resolvi descansar, e fui participar das reuniões do Movimento Negro Unificado; cuidava da casa e escrevia projetos relativos à educação que aplicávamos nas escolas.

Todos os anos vinha “passar férias” em Maceió, geralmente em novembro.

No ano de 2002, como em anos anteriores, viajei para acompanhar as festividades do mês da Consciência Negra, que sempre emendava com o Maceió Fest. Mal sabia o que me esperava: minha filha gêmea, guia de turismo, comunicou-me que estava grávida.

Poucos dias antes da minha volta, ela consultou o médico e confirmou o diagnóstico: *prenhez gemelar*. Ficamos eufóricas e apreensivas: perguntei-lhe se queria que ficasse, mas ela disse que não precisava. Ao retornar à Florianópolis, qual não foi minha surpresa, após alguns dias, ela ligou-me dizendo que estava passando mal. O fato repetiu-se nos meses seguintes, e ela não conseguia mais trabalhar.

Comprei passagem para Maceió, somente de ida, para ir socorrê-la, não sabia o dia que voltaria. Acompanhei-a no tratamento, mas a cada dia que passava o quadro ficava mais grave, embora estivesse sendo tratada como gravidez de alto risco, em hospital especializado.

Inconformada com a situação, dirigi-me ao Hospital Universitário, onde logo fui reconhecida e encaminhada. No dia seguinte, à tarde, fomos à consulta e os acadêmicos supervisionados pelo professor, logo a encaminharam para internação. A recomendação era para repouso absoluto. Fiquei acompanhando através das visitas, e no dia vinte oito de abril de dois mil e três, nasceram Manuela – nome escolhido por mim, em homenagem ao avô Manuel – e Mariana, escolhido pelo pai. Mas a luta não havia terminado: eram prematuras de oito meses e ficaram internadas durante cinquenta dias na UTI neonatal. Após esse período, um surto lotou a unidade e elas, que só precisavam “pegar peso” para tomar a vacina, vieram para casa.

Mais uma vez, travou-se nova batalha: as crianças não podiam chorar, nem receber visitas. Novamente conseguimos vencer, e após alguns dias, retornamos ao hospital para as vacinas. Missão cumprida.

Enquanto aguardava o nascimento das netas, passava as tardes no NEAB. Lá havia sido diretora, e o atual diretor, Profº Moisés Santana, convidou-me a participar das discussões para implantação do Sistema de Cotas na UFAL. Fiquei muito animada e comecei a estudar com afinco o assunto. Mobilizamo-nos em reuniões, seminários internos, e apesar de minha situação de aposentada, tinha voz e voto nas decisões, como movimento negro. Montamos o Programa de Ações Afirmativas, com recorte de gênero. Discutimos com todos os departamentos, sindicatos de professores, e o projeto foi submetido ao Conselho Universitário. A aprovação foi unânime e a implantação do sistema de cotas ocorreu em dois mil e quatro. Dever cumprido para com a educação das negras e negros alagoanos.

Agora, eu podia voltar para casa e recomeçar a vida. E assim o fiz. Retornei às atividades em Florianópolis, mas a saudade das netas era grande.

Certo dia, a gêmea de Gertrudes disse: “Mamãe, por que a senhora não vai para Maceió?”. Não precisou falar duas vezes.

Resolvemos vender tudo: a residência que morávamos e a casa de praia. Cada uma foi começar uma nova vida: Gláucia, engenheira, foi morar no apartamento que já adquirira; Glória Celeste comprou um apartamento no Rio de Janeiro e eu recomecei vida nova, morando sozinha na casa que comprei.

Imediatamente, fui requisitada por Vanda Menezes, então secretária de Estado da Mulher, para compor os quadros na área de pesquisa.

Novos desafios a vencer: passei a estudar muito e a ler mais ainda, para acompanhar as demandas de projetos, e não custou muito tempo para estar engajada no desenvolvimento dos mesmos. Foi uma experiência desafiante, que continua até os dias atuais.

Fui responsável pelo projeto “Mulher e Cidadania”, que tinha sua raiz na Casa das Mulheres do Cabo; tive a oportunidade de escrever o Caderno Mulher e Democracia, que focou a trajetória da mulher na política em Alagoas, sempre com o apoio da equipe.

Com a implantação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade de Alagoas, em 2004, a Secretaria da Mulher recebeu bolsistas para estágio, que desenvolveriam pesquisa na área de DST/AIDS, patrocinada pelo Ministério da Saúde.

Dessa forma, comecei a participar de vários projetos.

Em 2006, a ONG Criola realizou, em Brasília, o Curso Controle Social e Saúde da População Negra, onde pude vivenciar a proximidade com pessoas, que no ano anterior haviam-me deixado boquiaberta com pesquisas e palestras que assisti no Fórum Social Mundial da Saúde e IV Fórum Internacional em Defesa da Saúde dos Povos, em 2005, em Porto Alegre.

Estava definida minha nova paixão, aliada ao antigo desejo de ser médica. Persegui esse ideal, e até hoje procuro me aperfeiçoar no assunto.

Minha atuação diversifica a cada dia: participo de pesquisas e seminários, oriento alunas e alunos bolsistas, sou convidada para fazer palestras, cursos de capacitação, e com essas atividades ocupo minha mente e o tempo. Não esquecendo que sou vovó e procuro colaborar com minha filha na educação das netas, se bem que, às vezes, o conflito de gerações é marcante.

Estou muito satisfeita e convicta de meus atos: não abaixo a cabeça de forma alguma para o revés. Nada me abate.

Como ariana, “sou dona da minha verdade”.

CONCLUSÃO

Agradeço e invoco os orixás pela proteção que me deram e pela vida ímpar, onde pude imprimir minha autenticidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NASCIMENTO, Abdias do. **Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.



MACACAS DE AUDITÓRIO? MULHERES NEGRAS, RACISMO E PARTICIPAÇÃO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA.

Jurema Werneck

Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia/COPPE/UFRJ (2000) e doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). É coordenadora de Criola, organização não governamental fundada em 1992

O rádio anda desmentindo a teoria da evolução de Darwin. De acordo com Darwin existia o macaco... no princípio era o macaco... e o macaco se transformou em homem (sic). No rádio se deu o contrário. **O rádio nasceu homem e virou 'macaca'.**

Conferencista durante o Fórum de Debates da APP, a/data, *apud* PEREIRA, João Baptista Borges, 2001, p. 112. (grifo meu).

Segundo o Aurélio, macaca-de-auditório 'é a mulher entusiasta de cantores de rádio ou de televisão e que frequenta os programas de auditório'. O Michaelis segue o mesmo diapasão: 'mulher que é grande admiradora de cantores de rádio e televisão e que frequenta assiduamente os programas de auditório'. O Houaiss registra: 'frequentadora assídua de programas de auditório e televisão, que manifesta ruidosamente o seu entusiasmo por determinados artistas'.

AGUIAR, Ronaldo Conde, Almanaque da Rádio Nacional, 2007, p.31.

Entusiastas? Admiradoras? Frequentadoras assíduas de programas de auditório. Submersas na expressão pouco lisonjeira, são mulheres dotadas de características especiais: sua presença e participação nos auditórios dos programas musicais radiofônicos chamou atenção, mereceu destaque, virou expressão dicionarizada.

Ao criar o termo para definir as participantes dos auditórios dos programas de rádio nas décadas e 40 e 50, Nestor de Holanda talvez não estivesse consciente da amplitude discursiva de sua criação. Macaca, macaco têm sido ao longo dos anos do racismo entre nós, termos pejorativos para definir de modo ofensivo e inferiorizante a pessoa negra. Animalização, desumanização e discriminação se associam a este recurso, que habita o cotidiano e o senso comum da sociedade brasileira. Assim, macaca de auditório é denominação que implica a aceitação das regras do racismo para definir as mulheres negras e seus modos de participação como consumidoras de produtos culturais, em especial aquelas atuantes nos programas musicais do rádio brasileiro na primeira metade do século XX. Destacam-se os excessos – de gesticulação, de ruídos, de expressão – buscando destacar o seu oposto, a falta: de modos, de recato, de elegância, de contenção, prescritos às “boas” mulheres da época. E, principalmente, a falta de pertencimento.

Nos dias atuais, quando já se consegue ver a inspiração racista na origem do termo, é cada vez mais difícil seu uso na esfera pública, especialmente nos discursos midiáticos. Afinal, foi um longo percurso até aqui, marcado por fortes disputas – nunca definitivas – acerca dos processos que explicam a sociedade brasileira e suas incongruências. A longa hegemonia do mito da democracia racial foi lentamente deslocada em favor do reconhecimento da força com que o racismo estrutura relações sociais, econômicas, culturais. Deslocamento que permite visualizarmos sua abrangência e os impactos

produzidos ao longo dos anos – séculos! –, apesar de haver um igualmente longo caminho para a sua superação e a destruição de seus efeitos.

A crescente produção de dados numéricos e qualitativos acerca das iniquidades raciais, ao lado de elaborações conceituais recentes, expõe as piores condições de vida enfrentadas por mulheres e homens negros nas diferentes regiões do país. Permitindo a demonstração das diferentes formas com que a desigualdade racial incide sobre indivíduos e grupos não homogêneos. Da mesma forma, o conceito de interseccionalidade apresentado na década de 90 por Kimberlé Crenshaw¹ tem sido fundamental para a explicitação das diferenças e desigualdades entre sujeitos subordinados, possibilitando o (re)conhecimento das várias formas como o racismo interage com diferentes eixos de subordinação, aprofundando ou atenuando iniquidades. Indo além, permite a constituição de mecanismos capazes de confrontar seus impactos.

No Brasil ainda fortemente marcado pela iniquidade produzida pelo racismo e suas interseccionalidade², a metáfora criada por Gilberto Freyre no início do século XX permanece atual: o esquema Casa Grande-Senzala ainda funciona como chave de leitura para as formas de hierarquização racial entre nós, com forte marca patriarcal e patrimonialista. Ele expõe modos de controle do acesso aos valores e riquezas econômicos e simbólicos da nação, ainda ancorados nos interesses dos homens brancos, sendo distribuídos com parcimônia para mulheres deste grupo racial, após o que poderão ser alcançados por homens negros e mulheres negras, nesta ordem. Assim, continua atuante a chamada “linha de cor”³, onde os mais escuros enfrentam uma carga maior de expropriações e injustiças.

1 Em Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299

2 Gênero, identidade de gênero, geração, condição física e/ou mental, região ou local de moradia, entre outras.

3 Definido por W. E. B. Dubois, em *The Souls of Black Folks*, publicado em 1903.

Neste cenário, o racismo se apropria de mecanismos patriarcais, relegando ao polo feminino⁴ as piores posições abaixo e acima da linha de cor. Dessa perspectiva, é capaz de plasticidade suficiente para adequar-se a diferentes contextos e condições, requerendo respostas dotadas de igual maleabilidade, para produzir alterações consistentes no quadro de desvantagens experimentadas.

Apesar dos passos dados até aqui, a força e persistência da hierarquização racial e de gênero permanecem desafiando a inteligência da nação a elaborar respostas adequadas capazes de reposicionar e equiparar os diferentes grupos sociais em patamares de justiça e igualdade.

O trabalho aqui apresentado se desenvolve neste terreno: da necessidade de visualizarmos e compreendermos as diferentes faces que o racismo assume, em especial na sua trajetória de produção da subordinação das mulheres negras. Ao mesmo tempo, interessa conhecer as respostas elaboradas por este segmento populacional, de modo a subsidiar novas estratégias de confronto. Aqui, o objetivo é olhar para os sujeitos inferiorizados e, dentre estes, ver mais de perto a atuação das mulheres negras.

Importante reconhecer desde já que as mulheres negras são uma coletividade heterogênea, que têm em comum a vivência do racismo patriarcal heteronormativo em seus extremos. Resulta daí piores condições de trabalho, renda, educação e saúde; maior vulnerabilidade a diferentes violências (física, psicológica, simbólica), num quadro de desproteção social cada vez mais visível nos dados oficiais disponíveis⁵. No entanto, em meio à visibilidade crescente dos impactos do racismo, persiste a lacuna quanto aos modos deste coletivo amplo lidar com

4 Inserem-se neste grupo não apenas as mulheres, mas também todos e todas que se distanciam da norma vigente que privilegia a masculinidade heterossexual e, nela, os homens. Assim, mulheres heterossexuais, bissexuais e homossexuais, ao lado de transexuais e travestis ocupam posições de inferioridade, agravadas ou atenuadas por seu pertencimento racial e outras identidades ou características individuais ou grupais.

5 Ver IPEA; SPM; IBGE; LAESER; entre outros.

as diferentes realidades, suas estratégias de confronto e de produção de espaços de liberdade. De fato, um dos “efeitos colaterais” do reconhecimento do racismo entre nós tem sido a leitura da realidade das mulheres negras (mas não apenas delas) apoiando-se em excessiva vitimização, negligenciando e invisibilizando confrontos, conflitos, resistências e resiliências. O que tem impedido que se reconheça, no grupo, sujeitos sociais e políticos não apenas despossuídos ou derrotados, mas capazes de agenciamentos e reconfiguração das relações sociais e dos territórios em que vivem.

Este é um dos pressupostos deste estudo⁶, as capacidades das mulheres negras de resistir e superar os quadros desfavoráveis. Capacidades que podem estar por trás das mudanças experimentadas ao longo dos anos no plano individual e coletivo.

A análise destes processos encontra, aqui, foco específico: a participação das mulheres negras na cultura brasileira, particularmente na cultura popular, uma vez que esta tem sido uma importante arena de disputas entre modelos e projetos de nacionalidade e brasilidade, e de seus critérios de pertencimento. Na cultura popular, mulheres e homens negros têm, a exemplo do que aconteceu em diferentes países da diáspora africana, produzido hegemonias que não se traduziram – ou se traduziram de forma instável, imprecisa e insuficiente – em melhorias nas condições de vida. Ainda assim, tais hegemonias expõem protagonismos e protagonistas que nem sempre recebem o destaque necessário.

Assume importância uma breve análise da presença

⁶ Estudo que se apoia não apenas em estudos empreendidos por G. Spivak, S. Hall, E. Said, b. hooks, P. H. Collins, N. Canclini, P. Gilroy, M. Sodré, S. Carneiro, H. Theodoro, L. González, B. Nascimento, C. Pons Cardoso, J. Werneck e vários outros; mas também e fundamentalmente, na experiência cotidiana da ausculta das diferentes histórias de vida e a o das mulheres negras na diáspora africana. Como exemplo, ver Werneck, J., Iraci, N., Cruz, S. Mulheres Negras na Primeira Pessoa (2012).

das mulheres negras na música popular brasileira e no rádio. Nela, analisarei a participação de algumas mulheres negras emblemáticas para a discussão que desenvolvo acerca dos discursos sobre raça presentes no contexto da música popular e sua indústria, visibilizando algumas formas como o racismo se coloca e é enfrentado. É no rádio que surgem as chamadas “macacas de auditório”, que terão sua participação na indústria cultural na primeira metade do século XX vista através de aspectos de raça, racismo, capacidade de agenciamento no fenômeno dos programas de auditório.

CULTURA POPULAR BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De que forma as mulheres negras ocupam espaços na cultura, especialmente a cultura popular? Como definir, na cultura negra, o papel das mulheres negras?

Ao longo dos tempos e territórios da diáspora africana, cultura tem sido um importante espaço de disputas para a afirmação de novos discursos sobre a negritude e seus sujeitos, mais além do longo percurso de disputas e exclusões envolvidas na constituição daquilo que o conceito traduz (SODRÉ, 1996). O mesmo acontece na chamada cultura popular: trata-se de um terreno povoado por contradições, disputas e esgaçamentos. Ela foi – e continua sendo – um importante território de produção identitária individual e grupal, especialmente para o contingente de africanos escravizados e seus descendentes diaspóricos. Ou seja:

Cultura não é uma viagem de descobrimento e certamente não é uma jornada de retorno. Não é uma arqueologia. É uma produção. (...) Cultura não é uma questão de ontologia, do ser, mas de tornar-se. (HALL, 2000, p.7).

Nesses processos, as mulheres negras tiveram papel central, desenvolvendo funções de aglutinação comunitária propiciadora de vivências, recriação e perpetuação das tradições africanas, onde o sagrado teve primazia:

A mulher negra foi, na escravidão e nos primeiros tempos de liberdade, a viga mestra da família e da comunidade negras. Neste período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e com a subsistência dos demais. (THEODORO, 1996, p. 34).

Para além da sobrevivência material e simbólica do contingente negro, estas ações se estendiam aos diferentes grupos europeus e euro descendentes aqui instalados:

Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à “Mãe Preta”, enquanto sujeito-suposto-saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira. (GONZÁLEZ, 1982, p. 94).

A mesma centralidade era vivida nos diferentes contextos da diáspora (REAGON, 1996) e guardava relação com experiências vividas no continente africano:

Por toda a África à mulher se deram tradicionalmente grandes oportunidades (como propriedade e controle de hortas e pomares, mercados, negócios domésticos, sociedades secretas) e reconhecimento oficial (de sacerdotisa e médium, os paços da rainha e outras entidades que tratam de interesses femininos); por vezes a mulher as partilhava com os homens. Era assim

nas complexas sociedades da África Ocidental de onde veio, ou descendia, grande parte da população escrava. (LANDES, 2002 [1947], p. 349).

Situações também encontradas durante sua permanência no Brasil dos anos 30 do século XX em Salvador, para estudos que resultaram na publicação sintomaticamente denominada *Cidade das Mulheres*.

Essa perspectiva torna interessante analisar a participação das mulheres negras na música popular, reconhecida sua abrangência como produto dotado de valor de mercado, mas não somente.

Desde o Brasil colônia, a música foi vivida e produzida pelo contingente populacional negro, não apenas como objeto de deleite, mas principalmente como veículo discursivo, como algo que *fala*, para além dos prazeres de ritmo e melodia. A música foi – e ainda é – um meio de produção e expressão de singularidades discursivas e/ou interpretativas à disposição de produtores e consumidores. Nela, se delinearam (delineiam) as afirmações identitárias necessárias para a constituição e positivação de mulheres e homens negros como indivíduos e grupos, em contextos extremamente desfavoráveis da escravidão e seus períodos subsequentes de exclusão racista. A música permitiu a circulação de informações acerca do regime e suas brechas, propiciando o confronto a outros discursos e práticas de subordinação, bem como a elaboração e disseminação de estratégias de liberdade.

As diferentes expressões da cultura negra, particularmente aquelas elaboradas na diáspora, “afirmam ao mesmo tempo em que protestam.” (GILROY, 1991, p. 155), prescrevem, buscam propor alternativas e futuros. Sua capacidade de oposição ao *status quo* foi apontada por Stuart Hall:

Deslocado de um mundo logocêntrico – onde o domínio direto das modalidades culturais significou o domínio da escrita e, daí, a crítica da escrita (crítica logocêntrica) e a desconstrução da escrita -, o povo da diáspora negra tem, em oposição a tudo isso, encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música. (HALL, 2003c, p. 342).

A música adquire, assim, o papel de meio de comunicação privilegiado diante da censura e da violência que cercam a vida daqueles que a produzem. Sua capacidade de afirmação de outros princípios, outros modelos e sujeitos é ampla e profunda. Segundo Gilroy:

O *topos* de indizibilidade produzido a partir das experiências dos escravos com o terror racial e reiteradamente representado em avaliações feitas no século XIX sobre a música escrava tem outras importantes implicações. Ele pode ser utilizado para contestar as concepções privilegiadas tanto da língua como da literatura enquanto formas dominantes de consciência humana. O poder e significado da música no âmbito do Atlântico negro têm crescido em proporção inversa ao limitado poder expressivo da língua. (GILROY, 2001. p. 160).

Também no Brasil, a música adquiriu semelhante importância:

Nos quilombos, nos engenhos, nas plantações, nas cidades, havia samba onde estava o negro, como uma inequívoca demonstração de resistência ao imperativo social (escravagista) de redução do corpo negro a uma máquina produtiva e como uma afirmação de continuidade do universo cultural africano. (SODRÉ, 1998, p. 12)

Transpondo estas visões para as condições de existência dos descendentes destes escravos e suas necessidades de sobrevivência e afirmação local e diaspórica no pós-escravidão, pode-se acreditar que a música manteve sua capacidade comunicativa, organizativa, de afirmação identitária e de aglutinação em torno dos mesmos pressupostos e práticas culturais. Especialmente se considerarmos a menor influência que as culturas letradas tiveram entre estes grupos, junto ao compartilhamento de heranças culturais que valorizavam e valorizam formas de comunicação baseados na oralidade e corporeidade. Nas palavras de Muniz Sodré, “música não se separa de dança, corpo não está longe da alma, a boca não está suprimida do espaço onde se acha o ouvido.” (SODRÉ, 1998, p. 61). Pois se trata de:

(...) um modo de significação integrador, isto é, um processo comunicacional onde o sentido é produzido em interação dinâmica com outros sistemas semióticos – gestos, cores, passos, palavras, objetos, crenças, mitos. Na técnica dessa forma musical, o ritmo ganha primeiro plano (daí a importância dos instrumentos de percussão), tanto por motivos religiosos quanto possivelmente por atestar uma espécie de posse do homem sobre o tempo: o tempo capturado é duração, meio de afirmação da vida e de elaboração simbólica da morte, que não se define apenas a partir da passagem irreversível do tempo. Cantar/dançar, entrar no ritmo, é como ouvir os batimentos do próprio coração – é sentir a vida sem deixar de nela reinscrever simbolicamente a morte. (SODRÉ, 1998, p. 23).

Desse modo, a produção e a audição musical necessitaram assumir pontos de vista diferenciados, posições de gênero, de classe social e outras, capazes de estabelecer unidades aglutinadoras não apenas a partir da perspectiva de seus produtores e criadores, como também na perspectiva de seus e suas ouvintes, das comunidades negras imaginadas e organizadas a partir de seus parâmetros.

Para as mulheres negras, a audição, a transmissão oral, a recriação e a atualização de conteúdos têm sido práticas reiteradas ao longo dos séculos de existência diaspórica, através do que puderam reorganizar territórios culturais para si e seu grupo, em diálogo com as tradições e com as necessidades apresentadas pelas condições sociais e políticas adversas. Nesta perspectiva, a música, ao reafirmar a vinculação entre voz e corpo, ao recriar um passado africano de liberdade e prazer (a partir dos ritmos, mas não apenas deles), ao recolocar as dimensões do sagrado para além das esferas da cristandade ocidental etc., ofereceu possibilidades ilimitadas de expressão e aglutinação.

Nessa trajetória comunicacional, o *status* integrador da música negra assumiu proporções inesperadas nos processos de implantação e consolidação da indústria cultural no Brasil, em particular nos processos de produção e disseminação midiática da música popular.

Por diferentes caminhos e processos, o produto negro apresentado à indústria cultural passou a veicular conteúdos e formas que se tornaram hegemônicos:

Na virada do século, no Rio de Janeiro, alguns dos artistas negros com seu sucesso seriam pioneiros da Indústria Cultural nacional, vivendo esses indivíduos uma situação absolutamente nova e paradoxal, sem precedentes. (MOURA, 2000, pp. 141-142)

Afirmativa que expõe, no caso brasileiro, a proporção que o samba assumiu, a partir de seu primeiro registro oficial ainda na segunda década do século XX, mas que estende-se a outras formas musicais.

De todo modo, o predomínio da música negra, ou mesmo da cultura negra, na cultura popular não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, sendo verificado em outros espaços da diáspora africana, a exemplo do jazz (GRIFFITHS, *apud* FENELICK, 2005).

É importante recuperar a dimensão de disputas que esta hegemonia requisitou:

A “transformação cultural” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente “caírem em desuso” através da Longa Marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares. (HALL, 2003a, p. 248)

O reconhecimento dos poderes de agenciamento de diferentes sujeitos políticos, em particular de negras e negros, ajuda a explicar o deslocamento das formas europeias em favor da música negra no Brasil⁷. Disputas reiteradas por Letícia Vidor de S. Reis, que endereça uma crítica a determinadas correntes de análise da música popular que, por razões bem marcadas, passam ao largo dos interesses divergentes e das diferenças político-ideológicas presentes na cultura e na música brasileira:

não podemos (...) deixar de lado a discussão acerca da cultura do poder, substituindo-a por uma ênfase demasiada no poder da cultura como, me parece, faz Vianna (1995), relevando a importância do contexto sociopolítico da Primeira República e dos conflitos sociais do período. (Reis, 2003, p. 249)

A partir da perspectiva de disputa continuada por hegemonias – instáveis, temporárias, que não se traduzem automaticamente em melhores posições sociais

7 Assim, torna-se inócua a pergunta acerca do “mistério” da ascensão do samba, produto negro, à condição de símbolo da nacionalidade brasileira marcada pela hegemonia racial branca. Bem como dá-se outro significado ao mito fundacional mais aceito, que endereça a um grupo de homens negros (e brancos) atuantes na primeira metade do século XX a autoria do produto. A este respeito ver Vianna, H.1996.

– buscaremos compreender a ação das mulheres negras. Ao (re)conhecermos sua atuação como recriadoras, mantenedoras, disseminadoras das tradições afro-brasileiras, resta a indagação: qual teria sido o seu papel na indústria musical incipiente na primeira metade do século XX?

MULHERES NEGRAS, CULTURA E MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

As mulheres negras estiveram presentes na indústria cultural brasileira, especialmente na cultura popular e na música, desde o princípio. Nomes emblemáticos na virada dos séculos XIX e XX, como Chiquinha Gonzaga (1847-1935) e Tia Ciata (1854-1924) ajudam a apontar um universo de mulheres negras em grande parte ignoradas pela historiografia, mas que atuaram na constituição de paisagens e territórios culturais e musicais amplos, num momento especial de mudanças culturais, políticas e sociais no Brasil.

Contemporâneas no Rio de Janeiro ainda fortemente marcado pelo regime escravocrata⁸, as duas tiveram papel central na música popular brasileira, em particular a música negra. Passaram para a história com registros opostos: Chiquinha Gonzaga é retratada como mulher branca, ativa e ativista, pioneira na incorporação de novos papéis de gênero e na transformação da música brasileira, com atuação no teatro musicado e em organizações de classe. Já Ciata tem sido retratada como uma negra baiana adepta do Candomblé, dona da casa em cujo quintal os batuques religiosos e profanos teriam propiciado o surgimento do samba. Como dona de casa,

⁸ Tia Ciata nasceu em Salvador, tendo emigrado para o Rio de Janeiro aos 22 anos. Ver Moura, 1983.

participaria dos estereótipos restritivos da condição, sendo vista como uma expectadora passiva e privilegiada de um momento inovador: o surgimento do samba na cidade.

No entanto, outras histórias precisam ser contadas.

Chiquinha Gonzaga era a primeira filha de um total de quatro filhos⁹ de uma mulher negra chamada Rosa Maria de Lima. Como mulher afrodescendente, é possível supor que cresceu e foi educada na convivência com as formas culturais dos negros da época, não apenas por sua origem, mas também por habitar uma cidade em que o contingente negro era considerável (KARASCH,2000). De sua convivência com as formas culturais negras surgiram muitas de suas características comportamentais e também as manifestações culturais e musicais que utilizou como substrato para suas criações inovadoras. Tia Ciata tornou-se parte do contingente negro do Rio de Janeiro em 1876, quando chegou à cidade. Nela, trabalhou nas ruas centrais e na famosa Festa da Penha como vendedora de quitutes, da mesma forma que muitas mulheres negras antes dela. Exerceu sua autoridade religiosa na comunidade negra a que Heitor dos Prazeres denominou “África em miniatura”¹⁰, localizada entre os bairros da Saúde e a Praça Onze cariocas. Foi figura essencial na disseminação dos costumes afro-brasileiros para a sociedade não negra. Disseminação também protagonizada por Chiquinha, que trouxe o lundu e o maxixe populares nas ruas e territórios negros da cidade para os pianos das salas dos brancos da época. Além de seu grande sucesso popular com a marcha-rancho *Ô Abre Alas*, composta para a apresentação carnavalesca do Cordão Rosa de Ouro em 1899. E Ciata foi presença importante nas associações culturais e festeiras como os ranchos, por exemplo, um dos embriões das atuais Escolas de Samba¹¹.

9 Reconhecidos oficialmente pelo pai branco somente quando Chiquinha estava com 13 anos.

10 Rebatizada de Pequena África pelo jornalista Roberto Moura (2000).

11 O jornalista e pesquisador Jota Efege assim escreve a dedicatória de seu livro

O primeiro samba a ser registrado oficialmente, *Pelo Telefone*, teria a própria Ciata entre seus autores. Ainda hoje, grande parte de sua trajetória pessoal e das demais mulheres negras de sua comunidade, como Perpétua, Veridiana, Calú Boneca, Maria Amélia, Rosa Olé, Sadata, Mônica e sua filha Carmem do Xibuca, Gracinda, Perciliana, Lili Jumbaba, Josefa, Davina, permanece desconhecida. Já Chiquinha Gonzaga teve sua figura disseminada pela mídia moderna, tornando-se personagem principal de uma série televisiva, onde foi representada por uma atriz símbolo da branquitude conservadora brasileira. Mas resta ainda um percurso relevante de pesquisas que permitam recolocar seu pertencimento à comunidade negra e visibilizar as demais mulheres negras de sua convivência, sua comunidade, suas atuações e costumes à época.

INDÚSTRIA CULTURAL, O RÁDIO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

O produto negro foi fundamental para a consolidação da indústria cultural carioca e brasileira. Seus agentes foram homens e mulheres de diferentes origens sociais e raciais, com grande destaque para a população negra e seu envolvimento nos diferentes momentos da produção e do consumo cultural.

Como vimos, a modernização tecnológica vivida no Brasil, especialmente no final do século XIX e início do século XX, teve papel importante para a ampla disseminação desses produtos, em contraponto à mobilidade limitada que o racismo impunha a seus formuladores e agentes negros. Note-se que a indústria cultural instalada obedecia

Ameno Resedá – o rancho que foi escola. Documentário do carnaval carioca. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1965: “A Tia Bebiana, Tia Aciata, Hilário Jovino Pereira, e aos que com eles colaboraram no lançamento do rancho no Carnaval carioca, homenagem.”

aos preceitos do tipo de capitalismo que interessava à sociedade racista e patriarcal da época: uma empresa masculina voltada para a apropriação, pela minoria branca, dos valores materiais e simbólicos gerados. Ainda assim, havia algum espaço de lucratividade e prestígio para negros, em especial, os homens:

Um mundo de trabalho eventual, solto, anárquico, que permitia a transcendência dos limites impostos pela sociedade, garante para alguns um sucesso pessoal sem precedentes, e eventualmente o triunfo da cultura popular negra veiculada pelas empresas de entretenimento. (MOURA, 2000, p. 143).

Grande parte das narrativas sobre a implantação e consolidação da indústria cultural no Brasil da época não explicita os locais e os modos de participação feminina, especialmente no que se refere a seu protagonismo. Mas permite a aproximação com os determinantes do silenciamento acerca da presença das mulheres negras: ganhos financeiros e simbólicos foram e continuam sendo intensamente disputados na indústria cultural e na música popular, sendo o racismo patriarcal uma ferramenta potente para justificar sua apropriação por uns, em detrimento de outras. Não foi coincidência, portanto, o fato de boa parte da música popular veiculada nas primeiras décadas do século XX buscar produzir e afirmar a inferiorização e subordinação das mulheres, em especial das negras, através do policiamento e/ou interdição de sua presença em ambientes e empreendimentos públicos. O que incluía a ampla disseminação de músicas que prescreviam e legitimavam a violência como modo de contenção das mulheres¹². Em escala industrial, propagou

12 Muitos desses produtos contaram com registro fonográfico nos anos recentes, no projeto O Samba é Minha Nobreza, desenvolvido por Hermínio Bello de Carvalho em 2002. Para outros exemplos, ver MATTOS, 1982.

as “virtudes” de restringir-se a presença das mulheres negras ao espaço privado negro, ao lado de discursos condenatórios e estigmatizantes à sua presença nas ruas, de forma a aprisioná-las em mecanismos patriarcais antes restritos às brancas.

A presença de mulheres negras em espaços públicos foi um fato constante em toda a história colonial e republicana, o que é atestado por diferentes relatos da época e por pesquisas mais recentes. Por um lado, essa presença guardava continuidade com costumes dos diferentes povos africanos aqui aportados, onde as trocas culturais e materiais aconteciam em ambientes públicos com forte participação das mulheres. E, por outro, respondia às necessidades da empresa colonial escravagista, de promover todo tipo de possibilidades de ganhos com a exploração da mão de obra escrava, obrigando as mulheres escravizadas a diferentes trabalhos nas ruas e em outros ambientes públicos nas cidades. Ainda assim, apesar de amplamente difundida, esta participação foi intensamente policiada e estigmatizada.

Portanto, podemos concordar que, à época, compositores e produtores culturais não desconheciam a presença cotidiana de mulheres negras em atitudes e padrões de comportamentos que contrariavam as prescrições postas nas letras das músicas e nas normatizações impostas pela sociedade branca.

Assim, a opção por disseminar discursos restritivos e condenatórios expõe disputas acerca da abrangência do patriarcado nas estruturas de segregação racial da época, tendo a música e sua indústria como veículos fundamentais de ampla penetração. Ou seja: a partir da propagação e legitimação do modelo de homem negro ou não como ser misógino, estes produtos culturais e seus autores, em associação com a indústria e com os interesses hegemônicos

na sociedade patriarcal e racista, concorreram para a exclusão e/ou invisibilização da participação das mulheres negras em diferentes espaços¹³.

Nesse cenário desfavorável, várias razões determinaram a grande presença de mulheres negras na música e seus produtos associados, como a dança e a representação no circo e no teatro musicado, nos discos, além de jornais, revistas, programas radiofônicos, cinema e, posteriormente, a televisão. Concorreram para este fenômeno as vivências decorrentes das tradições culturais negras somadas ao posicionamento das mulheres negras na marginalidade social, o que, de diferentes formas, as compelia às ruas, onde trocas sociais e culturais se davam de modo intenso, e as oportunidades estavam colocadas. Foram igualmente importantes as possibilidades de expressão, de ganhos financeiros (pequenos) e de prestígio a partir do exercício do trabalho musical regular e sua oferta a públicos cada vez mais amplos. Assim, as mulheres negras puderam estar presentes nos diferentes momentos e movimentações que consolidaram vários produtos culturais populares que vieram a ser veiculados pela indústria incipiente: cantos, danças, instrumentos musicais, entre outros (WERNECK, 2007).

Por estarem posicionadas estrategicamente quando surgiram as diferentes oportunidades, no momento da popularização do rádio, as mulheres negras puderam inserir-se de forma ampla. Entre muitas, destaco algumas de especial interesse neste trabalho: Araci Cortes (1904-1985), Aracy de Almeida (1914-1987), Carmem Costa (1920-2007), Dolores Duran (1930-1959) e Elza Soares (1937). Todas, mulheres negras nascidas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, onde desenvolveram grande parte de suas

13 Bel Hooks faz interessantes considerações acerca desta aliança patriarcal em torno da música negra, ao analisar o exemplo do rap estadunidense (HOOKS, 1994).

carreiras e tiveram, em comum, trajetórias proeminentes e marcantes na cultura brasileira. Partilhando a origem pobre, sua entrada na indústria se deu a partir de programas populares, como circos, teatros ou programas de calouros. Outro traço marcante em seu percurso refere-se à pressão que o racismo patriarcal fez sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, impactando também seus respectivos registros historiográficos. Vejamos:

Araci Cortes foi, possivelmente, a primeira estrela da música brasileira, mas raros são os registros sobre sua trajetória que recuperam seu pertencimento racial negro, sendo descrita como “morena”. Iniciou carreira no teatro amador, dentro das fronteiras da Pequena África, no bairro da Saúde, na mesma rua que viu circular a comunidade de Tia Ciata e veria o nascimento de Dolores Duran. Profissionalizou-se ainda na adolescência, aos 16 anos, no circo, ao lado do então famoso palhaço negro Benjamim de Oliveira, passando ao teatro e ao disco em 74 anos de atuação descontínua. Destacou-se no momento em que a indústria cultural incipiente, especialmente a música e o teatro de revista, incorporou de modo mais profundo os elementos negros. Foi responsável pelo abrasileiramento brejeiro da *performance* musical, antes influenciada pelas formas europeias de canto lírico. Suas músicas faziam referência direta à linguagem e ao modo de vida da população negra, o que resultou num estrondoso sucesso, tendo entre seus grandes sucessos a composição *Jura* (em 1928), de Sinhô, integrante da comunidade de Tia Ciata e famoso compositor de sambas. Foi uma das participantes, em 1965, do espetáculo histórico dedicado à cultura negra e ao samba, “Rosa de Ouro”, ao lado de Clementina de Jesus e do jovem Paulinho da Viola. Ao manejar as possibilidades e ambiguidades da indústria em relação à raça¹⁴, Araci Cortes

14 Várias de suas canções faziam referências à raça, mesmo que indiretamente: as letras, os modos de cantar, os ritmos, as expressões e modos de pronunciar as palavras em português.

dialogou com as aspirações negras e populares por maior expressão cultural, logrando deslocar as formas europeias e consagrar as formas negras na indústria cultural.

Aracy de Almeida nasceu pobre no bairro do Encantado, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro:

A linha do trem divide o Encantado em dois, o lado melhorzinho, e assim mesmo de ruas sem calçamento, casas muito pobres, vidas modestas, e o outro ainda pior, no qual, pés no chão, foi criada Aracy, mulata miúda, cabelo encarapinhado, jeito de molequinho de esquina, mas muito autêntica, de uma autenticidade que nada, nem o tempo, nem a fama, lhe vai roubar. (MÁXIMO e DIDIER, 1990, p. 322).

Começou a cantar na igreja evangélica onde seu irmão era pastor, mas foi no estúdio PRB-7 da Sociedade Rádio Educadora do Brasil em 1934, ocasião em que conheceu Noel Rosa, que sua carreira se iniciou. Foi considerada, por Noel e outros críticos da época, sua melhor intérprete: "Aracy de Almeida é, em minha opinião, a pessoa que interpreta com exatidão o que eu produzo" (Noel Rosa *apud* Máximo e Didier, 1990, p. 323). Gravou outros compositores reconhecidos em 181 discos de diferentes tecnologias de gravação. Seu sucesso a levou ao cinema, onde protagonizou um confronto ao racismo que ficou registrado: recusou-se a gravar uma cena sugerida pelo próprio Noel Rosa que a traria, de pano na cabeça e trajes pobres, estendendo roupa num varal, vivendo um estereótipo de mulher negra, isto ainda no ano de 1936! O que não impediu a continuidade de seu sucesso em diferentes meios: rádio, discos, boates, cinema e televisão em diferentes programas, como apresentadora e jurada. Na sua participação em TV encarnou, já na parte final da carreira, o papel da jurada irritadiça e exigente que, segundo consta, era um

personagem criado por ela própria, atuação que fez com que recuperasse a popularidade, até sua morte em 1988. Os diferentes momentos de participações na indústria audiovisual, no cinema e na televisão, retratam sua busca em confrontar ou tirar partido dos usos que se fazia de sua identidade racial (ou mesmo de sua orientação sexual). Ao recusar-se a aparecer representando um papel que via como depreciativo no cinema, recusou não apenas seu próprio “rebaixamento”, como também a vinculação à estereotipia do lugar da mulher negra. Já ao atuar na televisão no papel de uma jurada irascível, acreditava lucrar com as possibilidades jocosas que os estereótipos ofereciam a uma mulher negra idosa e masculinizada. Sem, porém, abrir mão da qualidade imposta por seu talento e cultura musicais:

Uns e outros aí já disseram que eu sou uma mulher sem modos, que eu já morri e não-sei-quê, e se queixam até dos meus palavrões. Acontece que eu não estou a fim de fazer média com ninguém. O Hermínio Bello de Carvalho fica putado da vida quando eu digo que **agora eu sou mais comediante**. Aí ele me esculhamba dizendo que eu faço humor negro. (*apud* CARVALHO, 2004, p. 9, grifo meu)

Em ambas a situação amparou-se numa leitura crítica da realidade em que se inseriu, bem como nas suas possibilidades de agenciamento e confronto.

Carmen Costa nasceu no interior do Rio de Janeiro em 1920, negra de pele bem escura. Trabalhando como empregada doméstica desde a infância, aos 15 anos foi incentivada por seu patrão, o cantor Francisco Alves no auge do sucesso, a iniciar carreira musical. Cumpriu a trajetória comum aos talentos da época, participando e vencendo o programa de calouros de Ary Barroso. Gravou em 1963 a, talvez, primeira música que fazia referência

direta às relações extraconjugais na perspectiva da mulher que não seguia os padrões prescritos: no samba-canção “Eu sou a outra”, apresenta a mulher “que o mundo difama”, mas que tem a potência de se colocar na esfera pública em primeira pessoa, de forte cunho autobiográfico. Gravou cerca de 76 discos e foi uma das primeiras a apresentar canções de Luiz Gonzaga, tendo atuado também no cinema. Desenvolveu, em 2003, campanha para seu “tombamento” como patrimônio cultural do Brasil, para solucionar a desproteção social que uma artista com sua trajetória vivia. Compôs e cantou para o Ministro da Cultura da época uma canção para verbalizar seu pedido:

Eu sou a raça/Sou mistura/Sou aquela criatura/Que
o tempo vai tombar/sei que não serei a derradeira/
Mas quero ser a primeira/para a história conservar/
Senhor Ministro da Cultura/por que não se tomba/
Uma criatura/Quando é patrimônio nacional?
(COSTA, 2003).

Tal desproteção social aproxima a história de Carmen Costa à experiência das mulheres negras comuns nas diferentes épocas, expondo também sua busca de reparação e reconhecimento. Situação que, no caso da cantora, não teve resposta adequada até a sua morte no ano de 2007.

A curta vida e carreira de Dolores Duran também tiveram momentos marcantes. Nasceu na mesma região que serviu de base para a comunidade de Tia Ciata, no bairro da Saúde, vivendo grande parte de sua infância e adolescência nos subúrbios. Desde menina participou de atividades artísticas, como atriz e cantora de teatro e rádio em programas infantis. Percorreu, como as demais, os programas de calouros, tendo acumulado prêmios: ganhou o primeiro deles aos seis anos de idade. Gravou

vários discos, participou de programas de rádio e televisão, tendo liderado um programa na extinta TV Rio chamado “Visitando Dolores”. Na infância pobre adquiriu uma lesão cardíaca que provocaria sua morte aos 29 anos de idade, após dois infartos anos antes. Foi cantora e compositora de talento reconhecido, tendo composto algumas das principais músicas da fase de modernização da canção brasileira, que acabaram desembocando, inclusive, na chamada bossa-nova. Iniciou e não concluiu estudos de canto lírico na adolescência. O racismo seria a causa da desistência¹⁵: “Não vou mais nessa aula de canto não. Já viu Desdêmona preta? A gente não vê preto em Ópera. Acho que isso é bobagem, meu negócio é música popular”. Análise feita e decisão tomada por volta de seus 16 anos, segundo depoimento de sua irmã caçula (*apud* FAOUR, 2012).

Esse episódio nos permite desnudar mais uma vez as disputas que envolviam a participação de mulheres negras na cultura popular através do apagamento de seu pertencimento racial. Tal apagamento não envolveu “escolhas” pessoais da artista, mas sim a ação dos narradores da sua história. Não por outra razão, seu biógrafo registra: “Sábia decisão para uma **branca** com traços de mulata que sabia que era preciso ousar, mas não a ponto de dar um passo maior que as pernas no Brasil dos anos 40” (grifo meu). Interessante notar que o biógrafo recolheu em seu trabalho diferentes depoimentos e testemunhos que a denominavam de mulata à negrinha, de modo carinhoso ou ofensivo, passando pelo recurso à clássica expressão de “ter um pé na África”, em vários momentos de sua carreira artística. O silenciamento acerca da raça/cor de Dolores ou seu branqueamento parecem indicar que até os dias de hoje permanece difícil para alguns associar talento, cultura, ações inovadoras e modernizantes dentro e fora da música popular brasileira à figura de uma mulher negra!

¹⁵ Da mesma forma, rompeu o noivado com o compositor João Donato, considerando que a família deste (família branca e burguesa da época) não aceitaria seu casamento com uma jovem negra. Estas e outras informações sobre sua autodeclaração como negra estão presentes na bibliografia recém lançada (FAOUR, 2012)

Elza Soares é outro exemplo singular. Nascida numa favela, com pele escura e traços bem marcados, sua primeira participação nos programas de calouros tem a marca das tragédias que muitas mulheres negras enfrentaram e enfrentam: movida pelo talento e pela necessidade urgente de ganhar dinheiro para salvar a vida do filho doente em consequência da miséria, participa, aos 13 anos, do programa de calouros de Ary Barroso. Sua figura raquítica, vestindo roupa e sapatos emprestados maiores que o seu tamanho, provocou estranhamento e violenta reação do apresentador: “Minha filha, de que planeta você veio?”. A resposta, rápida e certa, foi transmitida pelas ondas do rádio: “Do planeta fome!”. Ao cantar, a qualidade de sua interpretação fez com que ganhasse o primeiro lugar. Enfrentou a perda de três filhos, de dois maridos, além de estigmas e violências por ser negra, pobre e por sua relação extraoficial com o jogador de futebol Garrincha. Gravou vários discos, desenvolveu carreira fora do país, ganhou prêmios. Foi a primeira mulher “puxadora” de samba-enredo em desfile de Escola de Samba, tendo trabalhado também como compositora, dançarina, atriz e modelo. Cantou com Louis Armstrong, foi a substituta escolhida para cantar no lugar de Ella Fitzgerald na doença desta e foi eleita a cantora do milênio no ano 2000 pela empresa de mídia inglesa BBC. No entanto, Elza Soares tem sido representada reiteradamente com certo estranhamento e singularização de sua condição social: as tragédias e as ações de superação que viveu são individualizadas, como se não fossem tragicamente comuns ao cotidiano das vítimas das iniquidades raciais. São noticiadas e comentadas com certo espanto, cuja principal utilidade parece ser resguardar o “desconhecimento” com que brancos lidam como os impactos cotidianos do racismo na vida de negras e negros. Suas escolhas estéticas e seu talento não encontram, para muitos de seus analistas, explicação, referências ou parâmetros que os justifiquem. Para estes, trata-se de um talento “instintivo” que “milagrosamente”, superou as

vicissitudes¹⁶. Até hoje permanece aprisionada ao enredo de ter que narrar repetidas vezes, ainda que com variações irônicas, sua trajetória de vitimização. Narrativas editadas de modo a garantir o apagamento das causas e a magnitude da resistência individual e coletiva que as acompanham.

Na trajetória dessas mulheres negras nascidas em diferentes comunidades, de onde apreenderam os elementos de sua arte, a amplitude de seus processos de agenciamento da realidade e da vivência do racismo, assim como a magnitude de sua produção para o alargamento dos espaços de expressão e vivência para as mulheres negras e a população negra como um todo, ainda precisam ser explicitadas.

Da mesma forma, ainda temos muito a recuperar e a compreender acerca de suas comunidades negras de referência e diálogo. Em seu caso, nos relatos da época e nos atuais, seu pertencimento racial aparece como um “problema” cujo tratamento tem sido o silenciamento ou a estigmatização.

Por outro lado, ao apoiarem-se nas marcas culturais negras, estas mulheres negras puderam fazer com que seus produtos tivessem ampla circulação nos diferentes meios, indo ao encontro das aspirações populares. Por certo, tal circulação esteve associada não apenas às conquistas que o coletivo negro angariou em diferentes momentos, mas também a suas habilidades individuais de jogar com as ambiguidades, os limites e as possibilidades colocadas, indo além do que muitos talentos de igual monta conseguiram. A partir do que puderam penetrar também os espaços das elites, mas sempre de modo limitado pelas condições que o racismo impunha e ainda impõe.

16 Para um exemplo da linguagem utilizada para definir seu talento e carreira, ver a matéria de capa e a crítica ao seu disco *Do Coccix até o pescoço*, em PORTO, Regina e FRENETTE, Marco. Flor de Lótus. Revista Bravo! Nº 59, agosto de 2002. p. 60–67.

MACACAS DE AUDITÓRIO?

As macacas de auditório são um fenômeno dos anos 40 e 50 do século XX, diretamente vinculado ao período de maior destaque da história do rádio brasileiro. Apesar de ser uma tecnologia presente no Brasil desde 1922, o rádio cresceu em importância a partir de sua estatização pelo governo de Getúlio Vargas, com objetivo de usá-lo como ferramenta de comunicação e disseminação de seu projeto político. Segundo Cravo Albin:

Getúlio usou o rádio para se comunicar com as massas desfavorecidas, e o fez com enorme eficiência e repercussão. Além disso, o Governo Vargas enxergou no rádio um oportuno fator de integração nacional. Era a primeira *mídia* na cultura ocidental a ter acesso direto e imediato aos lares das pessoas, acompanhando-as em vários momentos ao longo do dia e da noite. (ALBIN, 2003, p. 81).

Capaz de falar diretamente com as massas, o rádio foi fundamental para a delimitação e expansão daquilo que veio a se constituir como música popular brasileira e seus estilos canônicos.

Se em seus primeiros tempos os programas de rádio amparavam-se em visões e gostos elitistas e em projetos de educação da população inculta, a partir da Era Vargas passaram a nortear-se pelos gostos e desejos das massas, vistas então como segmento essencial ao projeto político instalado do país. Por essa razão, a audiência inicial, restrita a domicílios com poder aquisitivo suficiente para adquirir os caros e raros equipamentos necessários para a recepção de seus sinais, redundando na participação majoritária de mulheres e homens das classes sociais superiores em seus auditórios, foi substituída pela presença de representantes das classes sociais mais baixas, junto à massificação da aquisição de aparelhos domiciliares.

Através das ondas curtas, os sinais de rádio gerados no Rio de Janeiro passaram a chegar a todo o território nacional, agregando e unificando audiências. Mudanças que desagradaram diferentes segmentos da elite: “A audiência mudou. Era uma classe diferente de pessoas. O auditório perdeu sua elegância”, registrou o depoimento de uma ex-frequentera citada por McCann (2004, p. 182). A senhora foi substituída por uma audiência inculta, o povo brasileiro:

Está mais do que provado que nosso povo, mesmo com seu raquitismo exaustivo de bagre, gosta de música. O que ele não tem é educação musical. Nem musical nem nenhuma outra, diga-se de passagem. (HOLANDA, 1955, p. 28).

Assim, ao longo de várias décadas, a indústria cultural no Brasil passou a ser movimentada pela pujança das audiências populares e do *marketing* dos programas de rádio, especialmente nos programas produzidos no Rio de Janeiro, na Rádio Nacional e outras. Nunca antes um veículo de comunicação chegara tão longe, cobrindo vastas distâncias do território nacional; e tão perto, entrando nas casas, falando direto aos ouvidos das pessoas, em grande escala. Tal poderio foi logo apropriado, não apenas pelo Governo e seu projeto nacionalista, como também pelo capitalismo, como forma de vender produtos e costumes.

Para dar concretude a aspirações e interesses tão ambiciosos, a audiência deveria ser chamada a participar. E a população respondeu intensamente ao chamado, ocupando os auditórios. Sua movimentação ruidosa ganhou destaque, reprovando ou consagrando aspirantes a artistas nos programas de calouros ou engrandecendo seus ídolos; aprovando e disseminando estratégias de propaganda e venda de produtos; consumindo a vida dos artistas em jornais e revistas dirigidas especialmente a este público. E disseminando seus costumes, comprando

discos e produtos cinematográficos, assistindo a shows em cassinos, teatros, circos e clubes pelo país afora. Foi época de demonstrações de força e penetração de fã-clubes, cujos integrantes eram acusados pelos opositores de serem profissionais de audiência, pondo em dúvida a sinceridade e legitimidade de seus gostos. Some-se a isto a fantasia e os projetos individuais e coletivos das margens lutando por inserir-se de modo positivo e propositivo na sociedade que se transformava. E havia a música, a dança, com forte marca afro-brasileira, seus produtores e produtoras.

Nos auditórios das rádios, a presença feminina negra era predominante:

Tão acentuada é a presença da mulher de cor entre esses frequentadores de auditórios, e é de tal maneira efervescente, barulhento e espetaculoso o seu comportamento, que nos meios radiofônicos esses grupos promocionais são chamadas depreciativamente de 'macacas de auditório', numa alusão direta àquelas generalizações populares que procuram identificar características negroides e traços simiescos. (PEREIRA, 2001, pp 111-112)

Para além das possibilidades de acesso a entretenimento gratuito e de influência direta sobre os produtos culturais veiculados, a presença dessas mulheres negras nos programas, trabalhadoras domésticas em sua maioria, significava também, segundo o pesquisador, a busca por oportunidades de socialização sem os riscos representados pelas ruas e suas polícias. Além de possibilidades de intercâmbio com outras e outros integrantes do mesmo segmento racial e social em ambientes protegidos.

Apesar dos relatos depreciativos, a participação dessas "mocinhas pardas dos auditórios" (HOLANDA, 1954, p. 29) nos programas era antecedida por uma série

de ações preparatórias que envolviam articulação grupal, investimentos na produção de indumentárias com os luxos possíveis às representantes das classes mais baixas, cuidados com cabelos e maquiagem, estratégias para o afastamento do trabalho numa época em que a carga horária de empregadas domésticas era extenuante, entre outras. Tive oportunidade de conhecer e dialogar com mulheres negras que frequentaram os auditórios das rádios nos tempos mais intensos e que discutiram sobre os detalhes desta participação: era necessário grande investimento financeiro, de trabalho e tempo, uma vez que produziam as próprias roupas e cuidavam dos próprios cabelos em horários alternativos aos dedicados ao trabalho nas residências da elite. E havia também as múltiplas emoções envolvidas em sua frequência aos auditórios para prestigiar seus ídolos: orgulho, realização, esperteza ao driblar as patroas, energia física para retornar à intensa carga de trabalho após a agitação do rádio e dos bailes subsequentes. Contentamento ao escapar, ainda que momentaneamente, às agruras do cotidiano que o racismo patriarcal lhes impunha. E alegria. Essa participação me pareceu requisitar, ao contrário do espontaneísmo histórico descrito por alguns autores, organização, agência, protagonismo, projeto.

Mesmo assim, ao lado das aspirações de aceitação e ascensão social, essas mulheres negras encontraram principalmente estigmas e rejeições. Nestor de Holanda, o jornalista que cunhou o termo “macacas de auditório”, junto com outras expressões estigmatizantes citadas aqui, não estava sozinho. Não é outra a razão que impeliu a cantora Marlene, uma das artistas mais prestigiadas pelo seu público, a tentar retribuir a dedicação, afirmado numa entrevista em 1973: “Nós não tínhamos apenas empregadinhas. Tínhamos colegiais, universitários, gays, nós tínhamos de tudo” (*apud* MCCANN, p. 210, tradução minha). Ao tentar prestigiar o seu público, a cantora reiterou exclusões e estigmas em voga, buscando invisibilizar o

predomínio das negras trabalhadoras domésticas entre suas fãs nos auditórios. Ainda que a cantora, e muitas e muitos artistas junto com ela, devessem a estes auditórios e seus fãs-clubes, momentos marcantes de sua carreira, como, no caso de Marlene, a eleição de Rainha do Rádio em 1949 e 1950 e os ganhos financeiros e de prestígio associados ao título e a longa trajetória de sucessos:

O resultado deixou surpreendido o mais ortodoxo ouvinte, pois o fãs-clubes de Marlene foi mais eficiente e elegeu a paulista, a Rainha do Rádio de 1949 e 1950. O título possibilitou que a estrela ganhasse um programa próprio na Rádio Nacional. (MORAES e SIQUEIRA, 2008, p.6).

Ao contrário das correntes depreciativas em voga, o pesquisador José Ramos Tinhorão, voz tantas vezes discordante, enxergou nas “macacas de auditório” um momento de hegemonia das classes mais baixas, ainda que fugaz (MCCANN, p. 210).

O apagamento e/ou a estigmatização da participação das mulheres negras era – ainda é – uma estratégia importante ao privilégio racista sobre os valores gerados na sociedade brasileira, mesmo antes do advento da indústria cultural e do rádio. Tal privilégio, como vimos nas narrativas acerca da trajetória exemplar de algumas cantoras de maior sucesso da indústria musical brasileira acima, recorria a diferentes mecanismos, que envolviam estigmatização, negação de pertencimento racial, ou uma combinação de ambos. Tais estratégias não impediram a circulação das vozes e imagens de mulheres e homens negros na indústria, mas possivelmente buscaram restringir os graus de identificação das audiências e, também, seu acesso aos resultados positivos dessas produções culturais.

PARADA PROVISÓRIA À TÍTULO DE CONCLUSÃO

Não se buscou produzir aqui nenhuma grande narrativa da vitória das margens a partir do barulho produzido pelas mulheres negras nos auditórios dos programas de rádio nas décadas de 40 e 50. Tampouco quis afirmar o triunfo negro na sociedade marcada pelo racismo patriarcal a partir da ação daquelas mulheres negras. Reconheço e concordo com S. Hall ao apontar que:

hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele. (HALL, 2003, p. 339).

Ao indagar as estratégias empreendidas pelo segmento negro e, nele, pelas mulheres negras, busquei verificar, ainda que de modo inicial, a amplitude dos espaços de expressão conquistados e os elementos que estiveram em jogo nessas disputas em ambientes tão adversos como a mídia radiofônica e seu projeto nacionalizante da primeira metade do século XX. Reconhecendo, ainda a partir de Stuart Hall, que:

os espaços 'conquistados' para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. (...) [E] o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. (Idem).

Busquei, aqui, recolocar as macacas de auditório do lado de fora do círculo de estigmas, para podermos ver um pouco mais o que eram: mulheres negras empreendendo coletivamente táticas de participação e expressão na música popular brasileira, inserindo-se de forma ativa e ativista nas disputas em torno da identidade cultural válida para o Brasil imaginado.

De fato, formas de participação coletivas não são estranhas à cultura afro-brasileira. As modalidades tradicionais (em rituais religiosos ou não) implicam a participação coletiva traduzida na roda; na participação integral do corpo, suas possibilidades e sensações; as vozes uníssonas e os corpos que dançam e usufruem do passado comum e do futuro imaginado. Tais formas persistem, hibridizadas, articuladas a outras formas em disputa no campo da cultura. Longe de indicarem pureza cultural, sua persistência aos tempos da instalação da empresa cultural midiática do século XX expõe resistências vividas do lado de dentro dos processos de produção capitalista instalados.

As táticas empreendidas pelas mulheres negras nos auditórios remetem a outras experiências dentro da cultura negra e seus modos musicais que exigem a presença dos coletivos, como as formas de canto-e-resposta; a atuação das pastoras dos terreiros de samba que, com seu canto em coro, tinham o poder de determinar o sucesso ou a rejeição das canções; as rodas rituais religiosas e as rodas de samba. Em todas elas, a participação das mulheres assume relevância e protagonismo.

Diante dos limites da participação coletiva negra na sociedade da época, e ainda nos produtos radiofônicos, aquelas mulheres negras encontraram brechas para exercer protagonismo nos programas de auditório, possibilitando novas modalidades de inserção coletiva, em alto e bom som, abrindo espaços de atuação na indústria cultural para a comunidade negra e, principalmente, para as mulheres negras.

Da mesma forma que encontrava um lugar para as tradições negras, a ação das macacas de auditório expunha o conflito embutido no mito recém-instalado de democracia racial, contestando a precedência e protagonismo que este conferia ao segmento branco no projeto de nação moderna e na indústria cultural em desenvolvimento. Nos auditórios, as mulheres negras reivindicaram e exerceram um protagonismo inesperado e, para muitos, inaceitável. Mas fundamentalmente, um protagonismo que as posicionava no centro de algumas das decisões no momento da virada industrial da cultura e da música popular no Brasil. No momento de construção e afirmação de uma nova nacionalidade, um novo regime, uma nova nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007.

ALBIN, Ricardo Cravo. **O Livro de Ouro da MPB**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

BOBO, Jacqueline. **Black Women as Cultural Readers**. New York, Columbia University Press, 1995.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Edusp, 1998.

CARVALHO, Hermínio Bello de. **Araca: arquiduquesa do Encantado**. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2004.

COLEÇÃO REVISTA DA MÚSICA POPULAR. Rio de Janeiro, Funarte – Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2006.

CRAGNOLINI, Alejandra. *Soportando la violencia: modos de reproducir y de resignificar la exclusion social*. In ULHÔA, Martha e OCHOA, Ana Maria. (orgs.). **Música Popular na América Latina: pontos de escuta**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005. pp. 53 – 70.

CRENSHAW, Kimberlé W. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. In: **Stanford Law Review**, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga: uma história de vida**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1999.

FAOUR, Rodrigo. **Dolores Duran: a noite e as canções de uma mulher fascinante**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

FENERICK, José Adriano. **Nem do Morro nem da Cidade: transformações do samba e da indústria cultural (1920 – 1945)**. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2005.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro – Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora 34/ UCAM, 2001.

GOMES, Tiago de Melo. *Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830 – 1932*. **Revista Afro – Ásia**. Salvador, nº 29/ 30, 2003. pp. 175 – 198.

GONZÁLEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: LUZ, Madel T. (org.). **O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.

HALL, Stuart. *Notas sobre a desconstrução do ‘popular’*. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Unesco, 2003. pp. 247 – 264.

_____. **A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade**. In: HALL,

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Unesco, 2003. pp. 294-334

_____. *Que ‘negro’ é esse na cultura popular negra*. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte – Brasília: Editora UFMG/ Representação a UNESCO no Brasil, 2003, p. 335 – 349.

HOOKS, bell. *Gangsta Culture – Sexism and Misogyny: who will take the rap?* In:

_____. **Outlaw Culture: resisting representations.** New York, Routledge, 1994. pp. 115 – 123.

LANDES, Ruth. *Escravidão negra e status feminino.* In: **A cidade das mulheres.** 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. pp. 347 – 352.

MCCANN, Bryan. **Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil.** USA, Duke University Press, 2004.

MATOS, Cláudia Neiva de. **Acertei no Milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MAXIMO, João e DIDIER, Carlos. **Noel Rosa: uma biografia.** Brasília, Editora UNB, 1990.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983

_____. *A indústria cultural e o espetáculo-negócio no Rio de Janeiro.* In: LOPES, Antônio Herculano (org). **Entre Europa e África: a invenção do carioca.** Rio de Janeiro, Topbooks e Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, pp. 113 – 154.

NAPOLITANO, Marcos. *A Música Brasileira na Década de 50.* **Revista USP.** São Paulo, n.87, p. 56-73, setembro/novembro 2010.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Cor, Profissão e Mobilidade – o Negro e o Rádio de São Paulo.** 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), NEIM/UFBA, 2012.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. *“O que o rei não viu”*: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, número 2, 2003, pp. 237- 279.

RUIZ, Roberto. **Araci Cortes: linda flor**. Rio de Janeiro, Funarte/INM/Divisão de Música Popular, 1984.

SAROLDI, Luís Carlos. O maxixe como liberação do corpo. In: LOPES, Antônio Herculano (organizador). **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro, Topbooks e Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

_____ e MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro, Martins Fontes/FUNARTE/ Instituto Nacional de Música, 1984.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

_____. **A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2010.

THEODORO, Helena. **Mito e Espiritualidade: mulheres negras**. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 1996.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/ Editora UFRJ, 1995.

WERNECK, Jurema. **O samba segundo as lalodês: mulheres negras e a cultura midiática**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Comunicação) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____, IRACI, Nilza e CRUZ, Simone. **Mulheres Negras na Primeira Pessoa**. Porto Alegre, Redes Editora, 2012.



Realização:

Secretaria de
**Políticas para
as Mulheres**



Apoio:



Secretaria de
**Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**

